



**Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020**  
Etapa I – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano  
e Agência Reguladora Municipal

***Produto 10***  
***Tomo II - Relatório Preliminar do Plano Diretor de***  
***Desenvolvimento Urbano***



---

**Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista**  
Herzem Gusmão Pereira

**Secretaria de Infraestrutura Urbana**  
José Antônio de Jesus Vieira

---

**Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020**  
Etapa I – Planos Diretores de Desenvolvimento Urbano  
e Agência Reguladora Municipal

---

***Produto 10***  
***Tomo II - Relatório Preliminar do Plano Diretor de***  
***Desenvolvimento Urbano***

Salvador – Janeiro/2020

---

**Apoio Técnico**





---

**PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA**  
**Herzem Gusmão Pereira**

**SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA URBANA**  
**José Antônio de Jesus Vieira**

---

**FUNDAÇÃO ESCOLA POLITÉCNICA DA BAHIA – FEP**  
**Prof. Luiz Antônio Magalhães Pontes - Diretor Geral**

**EQUIPE TÉCNICA**

Eng. Luiz Alberto Novaes Camargo - Coordenador  
Milton Carlos da Mota Cedraz – Engenheiro Agrônomo  
Raymundo José Santos Garrido – Engenheiro Civil  
Antônio Heliódório Lima Sampaio – Arquiteto Urbanista  
Liana Sílvia de Viveiros e Oliveira – Arquiteta Urbanista  
Heraldo Peixoto da Silva – Engenheiro Agrônomo  
Naiah Caroline Rodrigues de Souza – Engenheira Sanitarista e Ambiental  
Jackson Ornelas Mendonça – Economista  
Antônio Marcos Santos Pereira – Geólogo  
Grazia Burmann – Matemática Estatística  
Daniela Reitermajer - Bióloga  
Camila Martins de Abreu Farias - Arquiteta Urbanista  
Rebeca Daltro Ferrari Bulhões - Arquiteta Urbanista  
Socorro Fialho – Arquiteta Urbanista  
Ernesto Galindo – Arquiteto Urbanista  
Maria Auxiliadora Lobão – Socióloga  
Alexandra de Nicola – Jornalista e Assistente Social  
Joice de Jesus Moraes – Assistente Social  
Julia Marques Dell’Orto – Advogada  
Luiz Mário Gentil Silva Júnior – Engenheiro Civil e Economista  
Leonardo Ogando Insuela Camargo – Engenheiro Civil  
Anderson Lima Aragão – Engenheiro Sanitarista e Ambiental  
Eric Gaspar de Queiroz Ferreira - Economista  
Renata Mota Baptista – Gestora Ambiental e Mobilizadora Social  
Rebeca Gonçalves de Jesus Santos – Engenheira Sanitarista e Ambiental  
Cristiane Mota Baptista – Técnica Administrativa  
Luana Baptista Ribeiro – Estagiária de Direito  
Amanda Baptista Silva– Administradora  
Arley Lima Santos – Analista Administrativo  
Helder Beltrão Guimarães – Engenheiro Civil  
João Vitor Costa Vieira Nascimento – Estagiário de Engenharia Ambiental  
Amanda Cerqueira Pereira – Estagiária de Arquitetura e Urbanismo  
Felipe Santos do Canto – Estagiário de Arquitetura e Urbanismo  
Juliana Mac Lene Costa de Melo – Estagiária de Arquitetura

---

---

**RELATÓRIO PRELIMINAR DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO URBANO  
PMVC-PDDU-RT-009-R2**

<b>Revisão</b>	<b>Data</b>	<b>Assunto</b>	<b>Visto CQ</b>
R02	20/02/2020	Emissão inicial	



---

## ORGANIZAÇÃO DOS VOLUMES DO PRODUTO 10

Tomos	Número	Título do Relatório
<b>Tomo I</b>	PMVC-PDDU-GER-010-R0	Relatório da 5ª Reunião de Diagnóstico
<b>Tomo II</b>	PMVC-PDDU-RT-010-R2	Relatório Preliminar do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU)
<b>Tomo III</b>	PMVC-PDAP-RT-009-R2	Relatório Preliminar do Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário (PDAP)

**PRODUTO 10**  
**TOMO II - RELATÓRIO PRELIMINAR DO PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO**  
**URBANO DE VITÓRIA DA CONQUISTA**

<b>1.</b>	<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>2.</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>3.</b>	<b>BASE NORMATIVA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR.....</b>	<b>12</b>
<b>4.</b>	<b>O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR.....</b>	<b>13</b>
4.1.	O GTA – GRUPO DE TRABALHO E ACOMPANHAMENTO .....	13
4.2.	AS OFICINAS COM GRUPOS DE BAIROS / LOCALIDADES .....	14
4.3.	LINHA DO TEMPO.....	15
<b>5.</b>	<b>PRINCÍPIOS ORIENTADORES .....</b>	<b>17</b>
<b>6.</b>	<b>OBJETIVOS GERAIS .....</b>	<b>18</b>
<b>7.</b>	<b>POLÍTICA GERAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO .....</b>	<b>20</b>
7.1.	UM CENÁRIO TRANSFORMADOR COMO REFERENCIAL PARA A POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO .....	20
7.2.	REFORMA URBANA COMO BASE PROGRAMÁTICA PARA GARANTIR O DIREITO À CIDADE .....	29
<b>8.</b>	<b>DIRETRIZES POR CAMPO .....</b>	<b>33</b>
8.1.	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.....	33
8.1.1.	<b>Diretrizes Gerais .....</b>	<b>33</b>
8.1.2.	<b>Diretrizes Específicas.....</b>	<b>34</b>
8.2.	CONSERVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL .....	46
8.2.1.	<b>Diretrizes Gerais .....</b>	<b>46</b>
8.2.2.	<b>Diretrizes Específicas.....</b>	<b>48</b>
8.2.3.	<b>Programas e Projetos.....</b>	<b>61</b>
8.3.	ZONEAMENTO AMBIENTAL.....	75
8.3.1.	<b>Zoneamento do Território Municipal .....</b>	<b>77</b>
1.2.1	<b>Zoneamento Especial da Sede Municipal .....</b>	<b>88</b>

<b>1.2.2</b>	<b>Zoneamento Especial do Distrito Aeroportuário.....</b>	<b>101</b>
<b>8.4.</b>	<b>ESTRUTURAÇÃO URBANA.....</b>	<b>113</b>
<b>8.4.1.</b>	<b>Diretrizes Gerais .....</b>	<b>113</b>
<b>8.4.2.</b>	<b>Alternativas de Estruturação Urbana .....</b>	<b>114</b>
<b>8.4.3.</b>	<b>Diretrizes Específicas de Estruturação Urbana .....</b>	<b>118</b>
<b>8.4.4.</b>	<b>Projetos Estruturantes .....</b>	<b>143</b>
<b>8.4.5.</b>	<b>Zoneamento Urbano da Sede.....</b>	<b>153</b>
<b>8.4.6.</b>	<b>Zoneamento Especial.....</b>	<b>159</b>
<b>8.4.7.</b>	<b>Áreas Verdes e Espaços Públicos.....</b>	<b>162</b>
<b>8.4.8.</b>	<b>Diretrizes para o Saneamento Básico.....</b>	<b>166</b>
<b>8.5.</b>	<b>PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA.....</b>	<b>231</b>
<b>8.5.1.</b>	<b>Diretrizes Gerais .....</b>	<b>231</b>
<b>8.5.2.</b>	<b>Diretrizes Específicas.....</b>	<b>231</b>
<b>8.5.3.</b>	<b>Diretrizes para a Gestão da Cidade .....</b>	<b>237</b>
<b>8.5.4.</b>	<b>Planos, Programas, Projetos e Ações.....</b>	<b>253</b>
<b>8.5.5.</b>	<b>Orientações para a Revisão da Legislação .....</b>	<b>254</b>

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Estratégias e diretrizes para o Desenvolvimento Econômico.....	34
Quadro 2 - Estratégias e diretrizes para o Desenvolvimento Social.....	38
Quadro 3 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Saúde.....	38
Quadro 4 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Educação.....	39
Quadro 5 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Esporte.....	40
Quadro 6 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Assistência Social ...	41
Quadro 7 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Cultura.....	42
Quadro 8 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Quilombolas.....	43
Quadro 9 - Estratégias e diretrizes associadas aos Recursos Hídricos.....	48
Quadro 10 - Estratégias e diretrizes para os Remanescentes de Vegetação Nativa.....	52
Quadro 11 - Estratégias e diretrizes associadas ao Conflitos de Uso, Pressões e Passivos Ambientais.....	55
Quadro 12 - Estratégias e diretrizes associadas ao sistema viário distrital.....	58
Quadro 13 - Programa Conservação e Manejo das Águas.....	61
Quadro 14 - Programas e Projetos: Programa de Ação Ambiental.....	65
Quadro 15 - Programas de Valorização Socioambiental de Áreas Conservação.....	69
Quadro 16 - Programas e Projetos: Programa de Requalificação das Estradas vicinais .	72
Quadro 17 - Quadro quantitativo por áreas de cobertura do solo.....	75
Quadro 18 - Descrição das Zonas propostas para o Zoneamento Ambiental do município.....	80
Quadro 19 - Quadro quantitativo por áreas do Zoneamento Ambiental.....	81
Quadro 20 - Diretrizes para o Zoneamento Ambiental do Município de Vitória da Conquista.....	82
Quadro 21 - Quadro síntese de quantitativos de áreas por ocupação do solo – Distrito Aeroportuário.....	102
Quadro 22 - Quantificação das áreas e porcentagens de cobertura do solo por Zonas – Distrito Aeroportuário.....	104
Quadro 23 - Descrição das Zonas propostas para o Zoneamento Ambiental do Distrito Aeroportuário.....	105
Quadro 24 - Diretrizes propostas para o Zoneamento Ambiental do Distrito Aeroportuário.....	107
Quadro 25 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Uso e Ocupação do Solo.....	119
Quadro 26 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Centro Tradicional.....	122
Quadro 27 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Uso e ocupação do solo na área do Distrito Aeroportuário.....	124
Quadro 28 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para a acessibilidade às vilas, povoados e áreas rurais.....	127
Quadro 29 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para Mobilidade Urbana.....	128
Quadro 30 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para adequação das interseções com o Anel Rodoviário Jadiel Matos Leite.....	131
Quadro 31 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para a mobilidade na área do Distrito Aeroportuário.....	133
Quadro 32 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para as áreas verdes e espaços públicos.....	135
Quadro 33 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para a Habitação.....	138



Quadro 34 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para as Projetos Estruturantes .....	140
Quadro 35 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para as Áreas Estruturantes para as Vilas e Povoados .....	142
Quadro 36 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Saneamento Básico – Abastecimento de Água .....	166
Quadro 37 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário .....	170
Quadro 38 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Saneamento Básico – Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos.....	172
Quadro 39 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Saneamento Básico – Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas .....	174
Quadro 40 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para Telecomunicações.....	178
Quadro 41 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para Energia Elétrica .....	179
Quadro 42 - Programas Saneamento Rural – Abastecimento de Água .....	180
Quadro 43 - Programas Saneamento Rural – Abastecimento de Água – Cadastramento de Poços.....	182
Quadro 44 - Programa qualificação dos serviços de abastecimento.....	183
Quadro 45 - Programa de Saneamento Rural – Esgotamento Sanitário.....	187
Quadro 46 - Programa de Saneamento Rural – Esgotamento Sanitário.....	189
Quadro 47 - Projeto de Reuso do Efluente das Estações de Tratamento da Sede Municipal .....	191
Quadro 48 - Projeto para Instalação de Rede Coletora e Estação de Tratamento de Esgoto Compacta com Sistema de Reuso nas Sedes de Todos os Distritos .....	192
Quadro 49 - Projeto para Ampliação da Rede Coletora de Esgoto na Sede Municipal..	195
Quadro 50 - Programa de Drenagem e manejo adequado das águas pluviais urbanas	198
Quadro 51 - Projeto de implantação de equipamentos de sistemas de drenagem urbana sustentável.....	200
Quadro 52 - Programa de Monitoramento em Terrenos Baldios .....	205
Quadro 53 - Projeto de Limpeza e Monitoramento dos Terrenos Baldios.....	206
Quadro 54 - Programa de Compostagem Municipal .....	208
Quadro 55 - Programa de Apoio, Fortalecimento e Implantação De Cooperativas e Iniciativas de Reciclagem.....	210
Quadro 56 - Programa de Acompanhamento e Monitoramento de Varrição e Capinagem .....	212
Quadro 57 - Projeto para Implantação de Novos Galpões de Triagem .....	213
Quadro 58 - Nome do Projeto    Projetos de Galpão de Compostagem .....	215
Quadro 59 - Projeto de Implantação de Usina de Triagem de Resíduos da Construção Civil .....	216
Quadro 60 - síntese de propostas relacionadas ao Saneamento Básico.....	222
Quadro 61 - Diretrizes Específicas: Gestão Ambiental em Áreas Urbanas.....	231
Quadro 62 - Diretrizes Específicas: Sistema Municipal de Planejamento Urbano Integrado .....	234
Quadro 63 - Diretrizes Específicas: Instâncias de participação social.....	235
Quadro 64 - Aplicação dos instrumentos de gestão da cidade.....	235
Quadro 65 - Programas e Projetos: Programa Municipal de Habitação Popular .....	253

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Linha do Tempo PDDU Vitória da Conquista.....	16
Figura 2 - Mapa de Cobertura Vegetal e Usos do Solo.....	76
Figura 3 - Gráfico de percentuais por áreas de cobertura do do solo.....	77
Figura 4 - Mapa de Zoneamento Ambiental do Território Municipal.....	78
Figura 5 - Gráfico de percentuais por áreas do Zoneamento Ambiental.....	82
Figura 6 – Proposta de Corredor Ecológico do Planalto da Conquista.....	87
Figura 7 - Zoneamento Ambiental Especial da Sede Municipal.....	89
Figura 8 - Poligonal do Parque Municipal da Lagoas das Bateias sobre tecido urbano ...	91
Figura 9 - Poligonal do Parque da Serra do Periperi sobre tecido urbano.....	93
Figura 10 – Detalhe da Poligonal do Parque da Serra do Periperi.....	94
Figura 11 – Poligonal da UC da Lagoa do Jurema.....	96
Figura 12 - UC do Parque do Rio Verruga sobre tecido urbano.....	99
Figura 13 - UC Parque do Rio Verruga - Detalhe.....	100
Figura 14 - Mapa de uso e ocupação do solo no distrito aeroportuário.....	101
Figura 15 - Gráfico da porcentagem de ocupação do solo por classe - distrito aeroportuário.....	102
Figura 16 - Mapa do Zoneamento Ambiental do distrito aeroportuário.....	104
Figura 17 - Gráfico percentual de áreas de cobertura do solo por Zonas – Distrito Aeroportuário.....	105
Figura 18 - Croqui de Estudo da Alternativa A.....	115
Figura 19 - Croqui de Estudo da Alternativa B.....	117
Figura 20 – Alternativa Considerada.....	118
Figura 21 – Proposta do Circuito Integrado de Parques Urbanos.....	145
Figura 22 – Modelo de via compartilhada.....	146
Figura 23 – Proposta para a área do antigo aeroporto.....	147
Figura 24 – Trechos do Parque do Rio Verruga.....	149
Figura 25 - Proposta para o 1º Trecho do rio Verruga.....	149
Figura 26 – Projetos Estruturantes.....	153
Figura 27 – Zoneamento Urbano.....	159
Figura 28 – Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).....	161
Figura 29 – Zonas Especiais de Interesse Histórico Cultural (ZEIHC).....	162
Figura 30 – Áreas Verdes e Espaços Públicos.....	165
Figura 31 - Proposta Expansão da Rede de distribuição de Água.....	186
Figura 32 - Proposta de implantação de rede de esgoto nos Distritos de Vitória da Conquista.....	194
Figura 33 - Proposta expansão da rede coletora de esgoto na sede municipal.....	197
Figura 34 - Proposta de expansão da microdrenagem - Pontos de Alamentos.....	202
Figura 35 - Detalhe de proposta de implantação de dispositivos redutores de escoamento.....	203
Figura 36 - Proposta de implantação de bacias de retenção e ETA Alternativa.....	204
Figura 37 - Proposta de setores e frequência de coleta.....	218
Figura 38 - Proposta de Galpões de triagem, compostagem.....	219
Figura 39 - Bacias de Geração de resíduos orgânicos.....	221

## **SIGLAS E ABREVIATURAS**

- ANA – Agência Nacional de Águas
- ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil
- APA – Área de Proteção Ambiental
- APP – Área de Preservação Permanente
- CAR – Cadastro Ambiental Rural
- ConCidade – Conselho da Cidade
- CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia
- DNIT – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
- EIA – Estudo Prévio de Impacto Ambiental
- EIV – Estudo de Impacto de Vizinhança
- Embasa – Empresa Baiana de Águas e Saneamento S.A
- ETE – Estação de Tratamento de Esgoto
- FEP – Fundação Escola Politécnica da Bahia
- FMAS – Fundo Municipal de Assistência Social
- GTA – Grupo de Trabalho e Acompanhamento
- HIS – Habitação de Interesse Social
- Ibama – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
- IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
- Inema – Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos
- IPTU – Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana
- LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias
- LOA – Lei Orçamentária Anual
- NBR – Norma Brasileira
- PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
- PDAP – Plano Diretor do Distrito Aeroportuário

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PIB – Produto Interno Bruto

PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social

PLS – Parque Logístico do Sudoeste

PMVC – Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista

PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar

PNEs – Pessoas com Necessidades Especiais

PPA – Plano Plurianual

PRAD – Plano de Recuperação de Áreas Degradadas

PSA – Pagamento por Serviços Ambientais

RPGA – Regiões de Planejamento e Gestão das Águas

RSU – Resíduos Sólidos Urbanos

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEIA – Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos

SEPLAN – Secretaria do Planejamento

SIHS - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e Saneamento da Bahia

SIMISAB – Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico

SNIS – Sistema Nacional de Informações Sobre Saneamento

SNUC – Sistema Nacional de Unidades de Conservação

UC – Unidades de Conservação

USF – Unidades de Saúde da Família

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social

ZM – Zonas de Mobilização



## 1. APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta o **Produto 10 – Tomo II - Relatório Preliminar do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano**, parte integrante do nono relatório técnico do Contrato nº 019-35/2018, firmado entre a Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista e a Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP, tendo como objeto a elaboração do **Plano Estratégico Vitória da Conquista 2020 – Etapa I**, concebido como um elenco orgânico e estruturado de projetos e ações a serem implementados no período 2017/2020 pela nova Administração Municipal.

A Etapa I do Plano 2020, objeto do Contrato atual, compreende o desenvolvimento dos seguintes produtos: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano; Plano Diretor Distrito Aeroportuário; Agência Reguladora Municipal e Termos de Referência para os Planos Municipais de Saneamento Básico, Meio Ambiente e Mineração.

---

## 2. INTRODUÇÃO

---

O Estatuto da Cidade, como é chamada a Lei Complementar 10.257/2001 que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, contempla um conjunto de instrumentos de democratização do acesso à cidade e de utilização mais justa do solo urbano. Esta Lei estabelece normas de ordem pública e interesse social que afetam diretamente a elaboração de planos diretores, ao regular o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental. De acordo com o Estatuto da Cidade a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais da cidade expressas no Plano Diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento de atividades econômicas.

Entendida como um dos pilares para a enunciação do direito à cidade, a função social da cidade e da propriedade urbana consubstancia-se no uso da propriedade, refletindo-se nas normas de ordenação e controle do uso do solo que têm o objetivo de evitar:

- a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos;
- b) a proximidade de usos incompatíveis ou inconvenientes;
- c) o parcelamento do solo, a edificação ou o uso excessivos ou inadequados frente à infraestrutura;
- d) a instalação de empreendimentos ou atividades que possam funcionar como pólos geradores de tráfego, sem a previsão da infra-estrutura correspondente;
- e) a retenção especulativa de imóvel urbano, que resulte na sua subutilização ou não utilização;
- f) a deterioração das áreas urbanizadas;
- g) a poluição e a degradação ambiental.

Para possibilitar o cumprimento desses objetivos devem estar previstos no Plano Diretor, entre outros instrumentos:

- instrumentos de planejamento de ordenamento do território e de desenvolvimento econômico e social em nível macro;
- instrumentos de planejamento municipal, em especial o plano diretor; disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo; planos de desenvolvimento econômico e social; zoneamento ambiental;

- instrumentos tributários municipais: imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU; contribuição de melhoria; incentivos e benefícios fiscais e financeiros.
- instrumentos jurídicos e políticos, a exemplo de desapropriação; servidão administrativa; limitações administrativas; tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano; instituição de unidades de conservação; instituição de zonas especiais de interesse social; legitimação fundiária (Lei nº 13.465/17); concessão de direito real de uso; parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; outorga onerosa do direito de construir e de alteração de uso; transferência do direito de construir; operações urbanas consorciadas; regularização fundiária; assistência técnica e jurídica gratuita para a população pobre.
- instrumentos de proteção ambiental: estudo prévio de impacto ambiental (EIA) e estudo prévio de impacto de vizinhança (EIV).

Com o Estatuto da Cidade foram ampliadas as possibilidades do Plano Diretor constituir-se enquanto indutor da política urbana assegurando a democratização na formulação de políticas urbanas e na gestão urbana, contribuindo por meio dos seus instrumentos para a garantia do cumprimento da função social da propriedade e para a valorização e utilização mais racional dos recursos ambientais, para o aproveitamento das habilidades da sociedade e fortalecimento político. Com efeito, a Lei 10.257/2001 reserva um papel importante aos planos diretores e introduz obrigações que deverão ser observadas quando de sua elaboração ou revisão. Exige que o Plano Diretor englobe o território municipal como um todo e sua revisão se realize, pelo menos, a cada dez anos.

No processo de elaboração deve ser garantida a participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade, a publicidade quanto aos documentos e informações produzidos e o acesso destes a qualquer interessado. A Lei 10.257/2001 exige que os Poderes Legislativo e Executivo municipais o façam, tornando obrigatória tal participação na fase de elaboração e implementação.

O plano diretor deverá conter a delimitação das áreas urbanas onde poderão ser aplicados o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, considerando a existência de infraestrutura e de demanda para utilização; as disposições requeridas para a aplicação do direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir, alteração do uso do solo mediante contrapartida, operações urbanas consorciadas e a possibilidade da transferência do direito de construir, além do sistema de acompanhamento e controle. Este sistema de acompanhamento e controle pressupõe o que o Estatuto chama de gestão democrática da cidade (instituição de órgãos colegiados de política urbana, a organização

de debates, audiências e consultas públicas, as conferências sobre assuntos de interesse urbano etc.). A lei inclui ainda a possibilidade de iniciativa popular de projeto de lei e de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano.

Como parte integrante do processo de planejamento municipal, devem o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e o orçamento anual incorporar as diretrizes e as prioridades nele contidas. Além disso, demanda a gestão orçamentária participativa, como condição obrigatória para a aprovação pela Câmara Municipal do PPA, da LDO e LOA, exigência já introduzida pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O Plano Diretor deve considerar a importância das áreas de proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico; a existência de áreas estratégicas de produção agropecuária, disposições sobre a estruturação do território, dentre outras. O Plano, embora orientado para as áreas urbanas, não pode prescindir de considerar aspectos relevantes do território municipal, a relação entre áreas urbanas e rurais, bem como a relação do Município com outras escalas territoriais, sobretudo no caso do município de Vitória da Conquista na sua condição de polo regional, sendo indispensável a abordagem de Vitória da Conquista como cidade intermediária no suporte urbano da sua região de influência.



---

### 3. BASE NORMATIVA PARA A ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR

---

Foram consideradas as legislações e normas ambientais, urbanísticas e aeroportuárias, destacando-se, no **âmbito federal**, o Estatuto da Cidade (Lei nº10.257/2001), que regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988, a Lei Federal nº13.465/17, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, bem como as Resoluções nº 25 e nº 34 do Ministério das Cidades (2005), que trazem os requisitos para a elaboração do PDDU, especialmente quanto ao seu processo participativo e conteúdo mínimo.

No âmbito da legislação aeroportuária específica, foram observadas ainda a Lei Federal nº 12.725/2012, que dispõe sobre o controle da fauna nas imediações de aeródromos, bem como portarias e resoluções federais relacionadas às restrições e ao planejamento do uso e ocupação do solo para o Distrito Aeroportuário (Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015; Portaria nº 1.168/GC3, de 7 de agosto de 2018; Resolução ANAC nº 1.168/GC3, de 10 de setembro de 2013; e Resolução ANAC nº 281, de 10 de setembro de 2013).

Já em **âmbito municipal**, destaca-se a legislação diretamente relacionada com o uso e ocupação do solo, a Lei Municipal nº 1.385/2006, que instituiu o Plano Diretor Urbano do Município de Vitória da Conquista e a Lei de Ordenamento e Uso do Solo (Lei nº 1481/2007), alteradas pela Lei nº 2.043/2015, a Lei da Política de Habitação Popular (Lei nº 1186/2003); a Lei nº 798/85, alterada pelas Leis nº 850/96 e 952/98, que foram mantidas no PDDU (2006) como definidoras da estrutura de bairros da cidade, o Código de Meio Ambiente (Lei nº1410/2007) e a Lei Complementar nº 2116 de 22 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o ordenamento do uso e ocupação do solo na área de influência do aeroporto.

Ainda em âmbito municipal, foram consideradas a Lei Orgânica, o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), a legislação acerca das áreas de proteção ambiental, bem como as orçamentárias, tendo sido observado o Plano Plurianual (PPA) (Lei Municipal nº 2.211/2017), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) (Lei nº 2.244/2018) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (Lei nº 2.275/2019).

#### 4. O PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA ELABORAÇÃO DO PLANO DIRETOR

O Estatuto da Cidade, documento referência para a elaboração do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - PDDU, conjuntamente com as Resoluções nº 25 e nº 34, ambas de 2005, do Ministério das Cidades, traz o direito à cidade sustentável. Essa cidade teria como características asseguradas à população terra urbana, moradia, saneamento ambiental, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer, tanto no presente quanto para as futuras gerações. Esses direitos fazem parte de um conjunto de ações caracterizadas como função social da cidade para atender as necessidades de uma boa qualidade de vida, justiça social e desenvolvimento das atividades econômicas.

Para garantir a participação social, o PDDU de Vitória da Conquista contou com 2 instâncias de participação e controle social:

- As oficinas participativas em bairros e distritos;
- O Grupo de Trabalho e Acompanhamento.

Também foi realizada uma audiência pública, das duas previstas, oportunidade em que a população conquistense teve a oportunidade de aportar contribuições aos estudos técnicos.

Importante chamar à atenção que no início de 2020 serão realizadas as conferências municipais com o tema **Construindo a Política Estadual de Desenvolvimento Urbano, tendo como Lema: Unindo o campo e a cidade para o desenvolvimento sustentável**, em conformidade com o tema da 7ª Conferência Estadual das Cidades Bahia. Trata-se de uma excelente oportunidade de aprofundamento da discussão das propostas para o PDDU de Vitória da Conquista e encaminhamento das pautas municipais para a Política de Desenvolvimento do estado da Bahia a ser debatida no evento.

##### 4.1. O GTA – GRUPO DE TRABALHO E ACOMPANHAMENTO

É a instância participativa do PDDU e tem a sua composição semelhante ao ConCidade, sendo 40% (quarenta por cento) de representantes do poder público e 60% (sessenta por cento) de representantes da sociedade civil, com movimentos sociais e populares;

entidades sindicais; empresários; entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e organizações não governamentais.

O Grupo de Trabalho e Acompanhamento (GTA) possui caráter consultivo e propositivo e tem por finalidade identificar e discutir questões relativas ao planejamento urbano do município de Vitória da Conquista, de maneira a acompanhar e subsidiar a elaboração de políticas públicas, planos e projetos necessários à gestão urbana municipal.

Instalado em abril/2019, foram realizadas 5 reuniões deste grupo, sendo uma a cada mês, nas quais foram apresentados os estudos de diagnóstico, discutidos os principais problemas e fatores que impactam na construção de cenários de planejamento, bem como a organização da 1ª audiência pública.

## **4.2. AS OFICINAS COM GRUPOS DE BAIROS / LOCALIDADES**

O município foi dividido em 16 Zonas de Mobilização - ZM, compreendendo um conjunto de bairros e localidades, sendo cinco na sede municipal e 11 distritos.

### **Sede Municipal:**

- ZM 1 - Lagoa das Flores; Distrito Industrial.
- ZM 2 - Zabelê; N. Sra. Aparecida; São Pedro; Bateias; Ibirapuera; Brasil.
- ZM 3 - Campinhos; Jatobá; Patagônia; Felícia; Ayrton Senna.
- ZM 4 - Boa Vista; Candeias; Universidade; Primavera, Espírito Santo
- ZM 5 - Cruzeiro, Guarani, Centro, Alto Maron, Jurema e Recreio

### **Distritos**

- ZM 6 - São João da Vitória
- ZM7 - Iguá
- ZM 8 - Dantelândia
- ZM 9 - Pradoso
- ZM 10 - Bate Pé
- ZM 11 - Cercadinho
- ZM 12 - Inhobim
- ZM 13 - Veredinha
- ZM 14 - José Gonçalves
- ZM 15 - São Sebastião

- ZM 16 - Cabeceira do Jibóia

Para garantir o planejamento territorial urbano de forma democrática e participativa, no mês de maio de 2019, foram realizadas 16 Oficinas de Leitura do Território (com grupos de bairros / localidades), com visando apresentar o PDDU e os conceitos envolvidos no planejamento territorial urbano, assim como complementar o mapeamento técnico da partir da visão da população. Nestes encontros, as comunidades elegeram seus representantes para fazerem parte do Grupo de Trabalho e Acompanhamento – GTA.

As 16 Oficinas de planejamento – pensando o futuro (com grupos de bairros / localidades) realizadas em junho de 2019, tiveram como objetivo definir, com apoio técnico, as propostas de cenários de futuro para as comunidades visando estabelecer os princípios que serão utilizados como norteadores da regulação e expansão urbana do município.

Os resultados comporam um Diagnóstico Participativo Específico e um Quadro Propositivo Local, que será subsidiará a elaboração das proposições do Plano Diretor.

Em avaliação dos trabalhos realizados, os participantes das oficinas as qualificaram como positivas e uma ótima fonte de aprendizado e socialização.

---

### **4.3. LINHA DO TEMPO**

---

A Figura 1, apresenta a linha do tempo das atividades realizadas na elaboração do PDDU.



Figura 1 – Linha do Tempo PDDU Vitória da Conquista



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

## 5. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

São princípios orientadores da política urbana do município de Vitória da Conquista:

- I – o direito à cidade;
- II – a cidadania plena, expressa na participação da sociedade nas decisões sobre a cidade e o território municipal, no direito à moradia, infraestrutura, serviços urbanos, ambiente saudável, cultura e lazer;
- III - gestão democrática da cidade, de forma a garantir a transparência das informações e o controle social na elaboração e execução de políticas públicas e da ocupação e ordenamento do uso do solo;
- IV - cumprimento da função social da cidade e da propriedade, exercida em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos e também do equilíbrio ambiental.
- V - reconhecimento do direito à moradia e à segurança da posse como direitos fundamentais;
- VI – o uso, apropriação e fruição dos espaços públicos garantido o direito ao lazer, às práticas sociais e culturais e à manifestação política nesses espaços;
- VII – direito ao saneamento básico;
- VIII – direito à mobilidade sustentável;
- IX – direito a uma cidade que promova a convivência e a diversidade social e cultural;
- X – promoção da sustentabilidade do ambiente urbano;
- XI - usufruto equitativo dos recursos, bens e serviços;
- XI – prevalência do interesse coletivo sobre o individual nos assuntos referentes ao desenvolvimento urbano e à cidade.

## 6. OBJETIVOS GERAIS

São objetivos gerais da política urbana de Vitória da Conquista:

- I. Criar as condições para o exercício do direito à cidade pelos habitantes e visitantes.
- II. Consolidar o Município de Vitória da Conquista como polo regional do sudoeste baiano nos setores comercial, de serviços, industrial, de conhecimento, de saúde.
- III. Estruturar a sede municipal para que cumpra suas funções de cidade-polo na sua região de influência.
- IV. Promover atividades agrossilvopastoris sustentáveis de maior valor agregado e estimular atividades econômicas que permitam equilibrar a relação oferta/demanda de emprego na zona urbana e sedes distritais.
- V. Atender às exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no Plano Diretor, e a garantir:
  - a) o atendimento às necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, justiça social, desenvolvimento de atividades econômicas, ao ambiente equilibrado e à cultura;
  - b) o estabelecimento de normas de ordenação e controle do uso do solo que evitem inadequações e ociosidade dos imóveis urbanos e assegurem infraestrutura, serviços públicos e a proteção do patrimônio ambiental e cultural;
  - c) a acessibilidade da pessoa deficiente ou com mobilidade reduzida aos espaços urbanos;
  - d) o direito a espaços públicos de qualidade;
  - e) o equilíbrio ambiental, com correção das distorções do crescimento urbano e seus efeitos negativos sobre o meio ambiente;
  - f) a justa distribuição dos benefícios e ônus do processo de urbanização;
  - g) a integração e complementaridade entre as atividades urbanas e rurais.
- VI. Coibir a especulação imobiliária e a ociosidade de terrenos infraestruturados.
- VII. Promover a regularização urbanística e fundiária dos territórios ocupados por populações de baixa renda.

- VIII. Proporcionar espaços públicos de qualidade para a vida coletiva dos habitantes e visitantes.
- IX. Promover a integração das áreas urbanas por meio das conexões viárias e que priorizem os modais de transporte coletivo, ciclovitários articulados aos espaços públicos qualificados que possibilitem a caminhabilidade.
- X. Ampliar a inclusão produtiva possibilitando a diversificação de oportunidades de geração de renda.
- XI. Reduzir a quantidade de viagens e o tempo médio de deslocamento no Município, proporcionando melhor qualidade de vida.
- XII. Reduzir as desigualdades socioterritoriais dentro dos espaços urbano e rural do Município, dotando-os de equipamentos e infraestrutura urbana básica nos bairros e sedes distritais – prioritariamente em áreas carentes com grupos socialmente mais vulneráveis, contemplando as especificidades étnico/raciais, de gênero, de faixa etária e cultural, e assegurando o atendimento às pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.
- XIII. Qualificar o ambiente do Município mediante a eliminação ou mitigação no curto e médio prazo, dos efeitos da degradação ambiental característicos do município de Vitória da Conquista, com a valorização dos atributos naturais.
- XIV. Garantir a biodiversidade no território municipal.

---

## **7. POLÍTICA GERAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

---

### **7.1. UM CENÁRIO TRANSFORMADOR COMO REFERENCIAL PARA A POLÍTICA URBANA DO MUNICÍPIO**

---

Para a política urbana de Vitória da Conquista admite-se um cenário transformador até 2040, com avanços significativos no espaço de 10 anos, quando o Plano Diretor deverá ser revisto. Com esse cenário postula-se a minimização de problemas relativos às incertezas críticas e o desempenho favorável dos fatores identificados como relevantes para a política urbana. Seria não apenas o desejável para Vitória da Conquista, mas em muitos casos decorrente de uma exigência normativa, sujeita a fiscalização e cobrança dos órgãos de controle (município, Estado e União).

Os fatores e incertezas avaliados nesse cenário são descritos a seguir:

#### **1 - Crescimento da População**

Espera-se uma melhoria na educação fundamental, relativa ao crescimento populacional. O crescimento populacional projetado de Vitória da Conquista para cerca de 100 mil novos habitantes que serão acrescidos à população do Município nos próximos 20 anos (via migração ou reprodução) gerará uma pressão em diversas áreas de serviços, com relevância para o agente municipal nos setores da saúde e educação fundamental, com reflexos na mobilidade urbana em geral e no transporte público em particular. Para garantir a prestação continuada dos serviços de Educação Fundamental, o município precisa se adequar para o crescimento da demanda educacional, com incremento da capacidade física e/ou melhor gestão dos turnos escolares, estimulando sempre a qualificação profissional dos professores, garantindo assim uma melhoria não apenas na absorção de novos alunos, mas na qualidade do ensino, relativos ao crescimento da população.

A expansão da rede de Unidades de Saúde da Família - USF deverá cobrir todo o território com corpo técnico compatível ao atendimento do incremento populacional. Assim como o

serviço educacional, a prestação de serviço básico de saúde será bastante afetada pelo crescimento populacional (coeteris paribus) com maiores pressões, lotando os postos de saúde, hospitais e clínicas, havendo necessidade latente da expansão da rede de Unidade de Saúde da Família (USF), para atender todo o território conquistense, com corpo técnico qualificado e suficiente para as demandas futuras, relativas ao crescimento populacional.

Portanto, a adequada distribuição espacial da rede escolar e dos equipamentos de saúde, torna-se fator essencial no planejamento para reduzir pressões no sistema de mobilidade, reduzindo as distâncias no deslocamento da população usuária.

A atualização da legislação urbanística, com aplicação das diretrizes e parâmetros urbanísticos, orientando prioritariamente o adensamento das áreas vazias, sobretudo dentro do Anel Rodoviário, será uma medida necessária. Enquanto terceira maior cidade do estado, a legislação urbana de Vitória da Conquista deveria priorizar o adensamento populacional na área que já dispõe de infraestrutura e serviços básicos, fazendo cumprir a função social desses espaços, para tornar-se uma urbe mais compacta, eficiente e de fácil acesso aos serviços, produtos e pessoas.

## **2 - Gestão Democrática da Política Urbana**

O novo Plano Diretor deverá ser aprovado na Câmara de Vereadores e sancionado pelo Prefeito. A sua implementação concretizará também a elaboração, atualização e implementação de todo o arcabouço legal referente à política urbana. A atualização da legislação urbanística, com aplicação das diretrizes e parâmetros urbanísticos, orientará prioritariamente o adensamento destas áreas situadas dentro do anel rodoviário, diminuindo assim os vazios urbanos, controlando a especulação imobiliária e garantindo o cumprimento da função social da propriedade. A gestão municipal da política urbana deverá passar por uma reformulação, a começar pela aquisição de corpo técnico municipal suficiente, além de sua capacitação adequada para este fim.

O fortalecimento do controle social também se tornará elemento fundamental neste novo período da gestão municipal. A reformulação do modelo de gestão incluirá a criação de novos espaços de interação entre sociedade civil e poder público. Amplo envolvimento da

população nas decisões, como para aprovação do orçamento participativo e planos setoriais.

A Diretoria de Habitação de Interesse Social (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social), órgão municipal responsável pela gestão da habitação, será qualificada com aportes financeiros e humanos, para fins de elaboração e implementação com sucesso de programas de regularização fundiária e de habitação de interesse social, com oferta de habitação de qualidade para população em situação de risco e insegurança da posse.

O Plano Municipal de Habitação deverá ser atualizado e tratará de questões, junto com a legislação urbanística, que buscarão conter a ocupação em áreas irregulares e realocar pessoas em condições de vulnerabilidade social.

Todo este processo de planejamento e implementação da política urbana acontecerá com amplo controle social em todas as etapas e o envolvimento do conselho de habitação de interesse social. Como consequência, será registrada a redução da área de ocupação irregular em 50%.

Dentro da nova política urbana municipal, ocorrerá a criação e aplicação dos instrumentos que visam a fortalecer a economia local e regional, tendo o município autonomia e controle sobre a gestão da produção de bens no território.

Em relação ao meio ambiente, será elaborado estudo para identificação das pressões existentes em todo o território do município, um Plano de Biodiversidade, incluindo a garantia de aplicação dos instrumentos de proteção de áreas de valor ambiental. Espera-se a ampla participação do conselho municipal do meio ambiente, assim como da sociedade civil como um todo.

### **3 - Crescimento da Economia**

Será necessário fortalecer as indústrias existentes e atrair novas unidades, aumentando a oferta do emprego e o peso desse setor no PIB municipal. Terá havido o crescimento do setor industrial, com atração de novos ramos industriais, investimento e expansão da base industrial atual para acompanhar o crescimento da demanda local e regional.



---

Construção de novas creches e escolas de ensino fundamental de tempo integral na sede municipal e nos distritos com quadro funcional completo, atendendo a 100% da demanda, possibilitando o trabalho de mães e/ou pais das crianças. Em 10 a 20 anos tais crianças serão jovens adultos bem instruídos, com pensamento crítico e capacitados para gerar renda e produto.

A melhoria da mobilidade urbana com criação de transporte coletivo de maior capacidade e transporte complementar acessível, possibilitará acesso a todo o território municipal e otimizará o tempo dos usuários, que poderão realizar outras atividades devido à redução do tempo das viagens.

A perda de tempo, produtividade e qualidade devido ao sistema de transporte público de baixa capacidade afeta principalmente as pessoas de baixa renda, não sendo Vitória da Conquista uma exceção. O investimento em melhorias na mobilidade urbana e acessibilidade, com implantação de um modal de transporte de massa, em conjunção com o sistema complementar (totalmente acessível) possibilitará o usufruto de todo o território municipal, otimizando o tempo dos usuários, que poderão realizar outras atividades com a redução do tempo e do número de viagens.

Instrumentos que visam a fortalecer a economia local e regional terão sido criados e aplicados, tendo o município autonomia e controle sobre a gestão da produção de bens no território.

O ente municipal, com o objetivo de incrementar a capacidade econômica de Vitória da Conquista utilizará suas prerrogativas para criar e aplicar instrumentos de política econômica que tenham envergadura municipal e rebatimentos regionais (isenções de impostos, facilitação de trâmites burocráticos para novos investimentos etc.).

#### **4 – Mobilidade sustentável**

Ocorrerão melhorias da mobilidade urbana com a elaboração e implementação do Plano Municipal de Mobilidade Urbana, com significativo controle social, e com a formação do Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência.

A mobilidade urbana sofrerá uma grande reestruturação, com implantação de sistema de transporte coletivo de maior capacidade e transporte complementar acessível, inclusive

com veículos de baixo teor de poluição ou elétricos, possibilitando acesso da população a todo o território municipal e otimizando o tempo dos usuários. Além disto, o transporte alternativo deverá ser regulamentado.

Outra mudança importante deverá ser a reestruturação dos terminais de ônibus, com a readequação do terminal do Centro e a construção de novos terminais de transporte em pontos estratégicos e a melhor distribuição de forma integrada das linhas de ônibus existentes e outros modais de transporte, aumento da frequência da frota para atendimento das regiões mais afastadas, contribuindo para uma mobilidade sustentável.

Os modais não motorizados passarão a ter maior incentivo, e assim ocorrerá a ampliação das ciclovias e da utilização de bicicletas como meio de transporte, chegando-se a uma redução na utilização do automóvel como veículo individual, contribuindo adicionalmente para uma mobilidade sustentável.

É esperada uma inclusão do transporte coletivo de maior capacidade nas principais vias e transporte complementar com sistema acessível adequado a demanda futura, e, como já mencionado, a tão esperada regulamentação do transporte alternativo. Na ótica de adensamento urbano, o transporte coletivo de maior capacidade torna-se fundamental para garantir uma boa qualidade de vida, sendo estruturante nas vias principais, com transporte completar/alternativo para as vias secundárias de menor densidade, contando com sistema acessível e realocação ou implantação de novos terminais de transporte para atender eficientemente ao município.

## **5 – Aplicação dos Instrumentos de Política Urbana e Controle Urbanístico e da Proteção Ambiental**

Atualização dos instrumentos de política urbana com capacitação da equipe técnica municipal e aplicação rigorosa dos instrumentos impactará positivamente a capacidade de gestão do território. Além da elaboração, atualização e implementação dos instrumentos da política urbana, é requisito fundamental para a boa prática e atuação do ente municipal na gestão, o planejamento do município concebido como prática contínua e permanente, e com controle social. Com isso o Município se estruturará para a captação de recursos junto a outros entes e conseguirá implementar os instrumentos de política urbana (planos de saneamento, habitação, mobilidade urbana etc.) que terão sido elaborados, estando atualizados, garantindo o perfeito funcionamento jurídico e político dos mesmos. Para

---

além, a capacitação e contratação de corpo técnico próprio da prefeitura terá sido fundamental para que haja a correta aplicação das políticas e planos urbanos, ainda mais em um cenário de crescimento populacional.

Haverá uma aposta na fiscalização da aplicação dos instrumentos de proteção em áreas de valor ambiental já estabelecidas, em todo o território municipal, além da criação de novas áreas de preservação e conservação. Por tratar-se de um município populoso e polo do semiárido baiano, Vitória da Conquista deve ter especial preocupação com as questões ambientais, especialmente na proteção e fiscalização das áreas de valor ambiental institucionalizadas, com foco especial para a garantia da segurança hídrica do território municipal, acrescentando áreas de preservação e conservação, para além de eficaz aplicação dos instrumentos de proteção.

## **6 – Oferta de água**

A ausência de soluções de ecosaneamento, nos distritos e localidades rurais, não influenciará a oferta de água, uma vez que haverá a implantação de sistemas de tratamento e reuso de efluente nos distritos para irrigação e fins menos nobres, assim como a construção de mais cisternas de captação de água de chuva. Além disso, o governo apoiará a criação de programa para estimular a irrigação por gotejamento, o que auxiliará na redução do volume de água utilizado para agricultura.

Se tratando de todo território municipal, a oferta hídrica terá sido incrementada a partir da construção da barragem do rio Catolé, garantindo a oferta hídrica até o ano de 2030. Em paralelo, a barragem de Inhobim estará sendo construída com finalidade de ampliar o atendimento às demandas contribuindo para o atendimento adequado à população.

A Prefeitura, juntamente com a Embasa, terá desenvolvido estudos, com base no Plano de Saneamento, para implantar captações em mananciais alternativos e ações de remediação dos existentes, considerando ainda o estímulo à produção de água por PSA (Pagamento por Serviços Ambientais).

Além disso, terão sido implementados programas de contenção do desmatamento, reflorestamento das matas ciliares, controle de poluição e fiscalização das nascentes, e

corpos d'água. A política de meio ambiente do município será efetiva, de modo que as pressões serão reduzidas, principalmente no que diz respeito aos mananciais.

As melhorias no sistema de drenagem municipal, com a implantação de dispositivos de contenção na serra do Periperi, favorecerão o aproveitamento de água da chuva para usos menos nobres (paisagismo e usos industriais), que complementarão o abastecimento de água de Vitória da Conquista.

## **6 – Universalização do saneamento**

A ausência de soluções de saneamento ecologicamente adequado nos distritos e localidades rurais, não influenciará a oferta de água, uma vez que haverá a implantação de sistemas de tratamento e reuso de efluente nos distritos para irrigação e fins menos nobres, assim como a construção de mais cisternas de captação de água de chuva. Além disso, o governo apoiará a criação de programas para estimular a irrigação por gotejamento, o que auxiliará na redução do volume de água que é utilizado para agricultura.

A Universalização do Saneamento Básico será impactada positivamente, uma vez que o esgotamento sanitário insuficiente e a ausência de soluções de ecossaneamento nos distritos e localidades rurais serão minimizados por meio de investimentos no setor e comprometimento dos prestadores do serviço de esgotamento sanitário e da administração municipal em promover melhorias contínuas na prestação e na gestão desses serviços.

A Universalização do Saneamento básico será potencializada, devido à ampliação da rede de esgotamento sanitário e da adesão dos usuários à rede existente na sede, bem como implantação de soluções individuais, fossas ecológicas ou Estações de Tratamento de Esgoto - ETE compactas nos distritos. Existirá ainda o aporte de recursos para a implantação de sistemas que possibilitem o tratamento de esgoto e reuso da água, bem como captação de água da chuva e programas de estímulo à compostagem e reciclagem.

A cobertura dos serviços de limpeza pública também será favorecida, de modo que haverá uma melhoria na qualidade do serviço. Esse fator estará diretamente ligado ao volume de resíduos destinados ao aterro sanitário e contribuirá para o avanço da Universalização, reduzindo a incerteza.

O serviço de limpeza pública já contemplará todo território com frequência satisfatória, havendo aumento significativo do volume de resíduos coletados devido ao aumento da área contemplada e da frequência dos serviços e limpeza pública. Porém a redução do volume total destinado ao aterro sanitário será impulsionada pela efetiva implantação de processos de triagem, reciclagem, compostagem e ainda pelo incentivo e apoio que a administração pública fornecerá aos catadores e cooperativas de materiais recicláveis.

O aumento da extensão da rede de drenagem e a implantação de dispositivos de retenção e contenção no sistema de drenagem é outro fator que contribuirá para o avanço da Universalização e para a redução de sua incerteza já que esse aumento reflete em melhorias no sistema de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, pois a administração municipal está comprometida com melhorias nas condições e a qualidade de vida da população.

Ocorrerá a manutenção, a requalificação e a ampliação da rede existente, assim como a implantação de dispositivo de drenagem nos distritos.

A preservação da biodiversidade é influenciada pela ausência de soluções de ecossaneamento nos distritos e localidades rurais, pela cobertura dos serviços de limpeza pública e esgotamento sanitário, bem como pelo volume de resíduos destinados ao aterro sanitário. Visando também o fortalecimento da biodiversidade, recursos para a implantação de melhores soluções de saneamento serão direcionados a todas as áreas oportunas, reduzindo fortemente os impactos negativos da falta de saneamento rural/distrital. Além disso, será realizada a adequação da frequência e a prestação do serviço de limpeza pública, o que proporcionará a manutenção do controle de espécies invasoras e contribuirá para a preservação da biodiversidade local.

A universalização do sistema de esgotamento sanitário é, também, um importante fator para a preservação da biodiversidade, já que na sede municipal com o devido tratamento do esgoto, os impactos negativos advindos dessa fonte de poluição terão sido minimizados.

A diminuição do volume de resíduos sólidos, devido ao aumento significativo da reciclagem e compostagem se efetivará. O incremento do contingente populacional trará pressões no aumento do volume de resíduos sólidos urbanos (RSU) produzidos, não obstante, com a atuação correta do poder público em conscientização, educação ambiental e melhora/implementação do serviço de coleta seletiva, o volume total de RSU destinado ao aterro será reduzido, diminuindo assim pressões ambientais, ao mesmo tempo que gerará

---

renda e postos de trabalho em outros setores correlatos (reciclagem e utilização dos materiais como matéria prima em outros setores da economia, compostagem de matéria orgânica servindo de adubo barato para a agricultura local).

## **7 – Redução das pressões ambientais**

Os processos de degradação ambiental dos mananciais e as respectivas causas geradoras de pressões terão sido controlados a partir da iniciativa de pactuação da administração pública, com órgãos, instituições e os demais segmentos relacionados à gestão e uso dos recursos hídricos. Dessa forma, serão implementados programas, ações e projetos para o controle do desmatamento e reflorestamento de matas ciliares, controle da poluição hídrica, fiscalização das nascentes e corpos d'água, preservação e recuperação de APP e Unidades de Conservação.

A gestão pública estará comprometida com suas políticas para planejamento, controle e gestão da cobertura vegetal do território, visando a reverter e controlar desmatamentos, através de ações de recuperação e preservação dos remanescentes florestais na sede e nos distritos, aplicação efetiva dos instrumentos legais cabíveis e vigentes, tais como o Código Florestal, para garantir a preservação dos recursos naturais, atuando de maneira efetiva na fiscalização e regulamentação das atividades exploratórias.

A infraestrutura viária rural e distrital será efetivamente aprimorada, através de projetos, programas e obras para melhorias da malha viária, com manutenção do estado de conservação das estradas e com sistemas de drenagem eficientes, contendo os processos de degradação ambiental dos corpos hídricos por fenômenos de assoreamento e erosões. Serão realizadas ainda ações corretivas para recuperação de mananciais degradados, através de dragagem dos corpos hídricos assoreados, bem como contenção de erosão por mecanismos dissipadores de energia e pela construção de pequenas barragens e bacias vegetadas para infiltração dos efluentes drenados. A implantação dessas estruturas contribuirá ainda para a recarga dos aquíferos subterrâneos, para a preservação dos mananciais hídricos, e conseqüentemente para a ampliação da disponibilidade hídrica no município.

A gestão pública municipal, munida de instrumentos de planejamento, regulamentação e controle do uso e ocupação territorial, alcançará a contenção e reversão do processo de expansão urbana desordenada, do avanço das pressões ambientais, e dos impactos sociais e urbanísticos nas áreas de conflito e vulnerabilidade. As metas do Plano Municipal de Habitação, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, Plano Municipal de Meio Ambiente e Plano Municipal de Saneamento Básico serão fiscalizadas e monitoradas pela administração municipal de forma que essas metas terão sido alcançadas com a obtenção de retorno favorável.

## **8 – Preservação da Biodiversidade**

Por meio da efetiva pactuação entre a administração pública, órgãos, instituições e os demais segmentos relacionados à gestão e ao uso dos recursos hídricos, terá sido possível conter os processos de degradação ambiental dos mananciais e as respectivas causas geradoras de pressões, por meio de programas, ações e projetos para o controle do desmatamento e reflorestamento de matas ciliares, além do controle da poluição hídrica. Essas ações terão como objetivo também a fiscalização das nascentes e corpos d'água, a preservação e recuperação de APP e Unidades de Conservação.

### **7.2. REFORMA URBANA COMO BASE PROGRAMÁTICA PARA GARANTIR O DIREITO À CIDADE**

Diante das profundas desigualdades que caracterizam a urbanização brasileira, a reforma urbana coloca-se como caminho de concretização do direito à cidade. A Política Urbana nacional orienta-se para um desenvolvimento urbano pautado na justiça social e na perspectiva de sustentabilidade, o que impõe a participação da sociedade na sua construção.

A necessidade de tratar das questões do urbano através de um arcabouço legal surge no Brasil em função dos problemas causados pela rápida e descontrolada urbanização ocorrida a partir de meados do século XX. Assim, a Constituição Cidadã de 1988, através do seu Capítulo II, coloca a política de desenvolvimento urbano com o objetivo de ordenar



o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

O Plano Diretor, como o principal instrumento utilizado pelo poder público municipal para este fim, traça as suas diretrizes e propõem ações (planos, programas e projetos setoriais), além de diversos outros instrumentos que atuam sobre os processos urbanos no sentido de democratização do acesso à cidade e à cidadania, atuando na organização do território com este propósito.

Tendo em vista a cidade de Vitória da Conquista, os principais conflitos passam pelo instrumento da disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, sendo necessário pensar em um zoneamento com parâmetros urbanísticos e orientado por instrumentos de política urbana que permitam que a cidade seja organizada para atender ao interesse público e ao bem comum dos seus habitantes. Dentre as importantes diretrizes dessa política urbana encontra-se a destinação de uso às vastas áreas vazias dentro do perímetro urbano, a contenção da expansão periférica e ainda a contenção de formas de ocupação que fomentam a fragmentação do tecido urbano, esvaziam o espaço público e tornam a cidade inóspita à vida coletiva.

A conservação e qualificação ambiental é assunto transversal a todas as demais disciplinas que atuam no planejamento e através de diretrizes e de um zoneamento ambiental calcado na qualificação e proteção ambiental busca-se eliminar ou mitigar a degradação ambiental observada nas zonas urbana e rural.

Ainda na visão macro do Município, a questão da universalização do saneamento básico também é importante, em todas as suas quatro componentes, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem e manejo de águas pluviais e limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos, pois não apenas na zona rural, mas também na cidade ainda são identificados problemas graves em função da ineficiência dos serviços prestados. Um tema crítico, nesse sentido, é a oferta hídrica no Município que demanda lugar especial na política urbana de Vitória da Conquista.

A mobilidade urbana, peça fundamental para que o cidadão vivencie o direito à cidade, necessita de ações que atualizem o sistema de transporte e permita a livre circulação, dando acesso a todos os serviços que a cidade oferece. Como uma das dimensões centrais do acesso à cidade e à cidadania, a política urbana para Vitória da Conquista deve enfrentar o propósito de implementar progressivamente a mobilidade sustentável,

---

priorizando o pedestre e os veículos não motorizados e o transporte público que deve avançar na prospecção de alternativas ao ônibus. Um Plano Municipal de Mobilidade, é importante e urgente para apontar concretamente soluções para a mobilidade.

Tratando de uma escala menor da cidade, a melhoria na oferta de espaços públicos e equipamentos urbanos possui grande importância na política urbana do Município. Os espaços públicos colocam-se como espaços de socialização e das manifestações culturais, do encontro e da vida política. Vitória da Conquista necessita de investimentos nesses espaços para fortalecimento da cultura local, melhorias climáticas a partir das áreas verdes e também da saúde dos moradores. Esses espaços devem ser acessíveis e, para isso, é necessário que sejam planejados em articulação com as propostas de mobilidade sustentável e atenderem ao desenho universal.

A promoção econômica, fator combustível para as mudanças, abraça a estratégia de promover trabalho decente e renda, contribuindo para a redução das desigualdades e a inclusão social. O potencial do Município nos setores de comércio e serviços, indústria, mineração e agropecuária demanda planejamento específico que fortaleça sua condição de liderança regional, o que inclui também o setor público como alavanca na oferta de serviços de alcance regional. O setor imobiliário, muito importante para a economia municipal, demanda alinhamento com as diretrizes da política urbana e, portanto, maior regulação, a fim de contribuir no sentido de evitar a expansão difusa e onerosa para o poder público, além de outros impactos indesejáveis à cidade como a fragmentação e criação de enclaves que obstruem as necessárias conexões entre as diversas partes da cidade e tornam os espaços públicos esvaziados e inseguros. Além dos setores que tradicionalmente compõem a base econômica de Vitória da Conquista, é importante vislumbrar perspectivas de fomento à economia dos setores populares e à economia circular, diante do potencial e dos ganhos socioambientais.

Essas diretrizes da política urbana para Vitória da Conquista devem consubstanciar um **Pacto Territorial** que tenha como princípio e diretriz central o direito à cidade. Como uma equação possível de pactuação de interesses, inclui os contraditórios e as mediações necessárias, sendo assim indispensável a construção de um sistema de gestão pautado na participação e orientado pelo princípio da gestão democrática da cidade. O modelo de gestão deve incluir a estruturação de um setor de planejamento urbano e reestruturação do aparato de gestão urbanística, com número de servidores suficientes para a gestão adequada da política urbana. Inclui a criação das condições para o amplo envolvimento da

população nas decisões, como para aprovação do orçamento participativo e planos urbanos setoriais.

---

## **8. DIRETRIZES POR CAMPO**

---

### **8.1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL**

---

#### **8.1.1. Diretrizes Gerais**

---

As diretrizes para o desenvolvimento econômico e social são as que seguem:

- I. Criação de condições para o desenvolvimento de novos segmentos econômicos e ampliar a base produtiva municipal.
- II. Promoção da economia dos setores populares como mecanismo de valorização das habilidades locais e geração de renda.
- III. Promover a articulação entre as diferentes esferas governamentais, concessionárias e agentes públicos e privados, em prol de garantir a melhoria constante dos serviços públicos prestados na saúde, educação, segurança pública, e atendimento ao cidadão. Gerando equilíbrio e bem-estar social.
- IV. Promoção da cultura por meio do conhecimento e difusão do potencial cultural do Município, de execução de políticas de incentivo, estímulo à realização de atividades culturais em espaços públicos da cidade.

O Quadro 1 traz estratégias gerais e específicas do Desenvolvimento Econômico. O Quadro 2 traz as estratégias objetivos e diretrizes gerais definidas para o desenvolvimento econômico e social. O Quadro 3, Quadro 4, Quadro 5, Quadro 6, Quadro 7 e Quadro 8 apresentam os objetivos e diretrizes específicos, programas, projetos e ações para as áreas de saúde, educação, esporte, assistência social, cultura e comunidades quilombolas.

## 8.1.2. Diretrizes Específicas

**Quadro 1 - Estratégias e diretrizes para o Desenvolvimento Econômico**

<b>Tema geral:</b>	Socioeconomia
<b>Tema específico</b>	Desenvolvimento econômico (Agricultura, Indústria, Comércio e Serviços)
<b>Estratégia</b>	
<p>O ente municipal deve se articular com demais esferas e instâncias do poder público, estadual e federal; para, além de sensibilizar o setor privado em sua empreitada de gerar desenvolvimento econômico, obter a cooperação dos empresários e a colaboração dos moradores, atuando através dos Conselhos comunitários e grupos setoriais de interesse.</p>	
<b>Objetivos específicos, Agricultura:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Consolidar Vitória da Conquista como polo cafeicultor de alta qualidade;</li> <li>✓ Consolidar os segmentos de horticultura e a produção animal de alta qualidade, com vistas à exportação;</li> <li>✓ Consolidar Vitória da Conquista enquanto importante centro regional de produção e distribuição agrícola.</li> </ul>
<b>Diretrizes específicas, Agricultura:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incentivar a formação técnica e qualificação profissional da mão de obra local, privilegiando as áreas de agricultura sustentável, modelos de exploração agrossilvopastoris, cafeicultura de alta qualidade e agricultura familiar;</li> <li>✓ Integrar as informações contidas nos bancos de dados econômicos e geográficos dos sistemas setoriais de informação mantidos pelo Município, em um sistema único sistema de informações, visando ao conhecimento da realidade municipal de forma contínua e sistemática, capaz de subsidiar o processo de planejamento e a gestão urbana.</li> <li>✓ Ampliar o Programa da Prefeitura Municipal “Palmas para Conquista”, para melhorar a convivência dos produtores rurais com as circunstâncias do semiárido.</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa municipal de apoio técnico, modernização da produção e comercialização de alimentos básicos.</li> <li>• Programa Municipal de Economia Circular;</li> <li>• Programa Municipal de Agricultura e Abastecimento;</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Apoio aos agricultores para elaboração do CAR (Cadastro Ambiental Rural);</li> <li>• Conectar a produção de alimentos aos programas nacionais de compra de alimentos básicos (PAA e PNAE) – (estabelecendo metas quadrienais até o 20º ano, a partir da vigência do Plano);</li> <li>• Estudo de viabilidade de utilização de efluentes da Estação de Tratamento de Esgotos em áreas irrigadas nas proximidades do rio Verruga;</li> <li>• Estimular a produção e fortalecimento de marcas de cafés de qualidade;</li> <li>• Estimular a organização da produção da agricultura familiar nos distritos, com vistas à comercialização dos produtos e adoção de tecnologias sustentáveis e agricultura orgânica;</li> <li>• Estimular a produção e utilização de compostos orgânicos na agricultura, articulada à gestão de resíduos sólidos no município.</li> </ul>	

<b>Objetivos específicos, Indústria:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Consolidar a atividade industrial como um importante setor da economia do município e da região.</li> </ul>
<b>Diretrizes específicas, Indústria:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incentivar a formação técnica e qualificação profissional da mão de obra local, privilegiando as áreas aeroportuárias, confecções, calçados, informática, construção civil, moveleira, metalurgia alimentos de alto valor agregado;</li> <li>✓ Apoiar e incentivar a indústria de beneficiamento, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos;</li> <li>✓ Incentivar a construção civil, privilegiando os programas de adensamento dos novos corredores de transportes de massa, com empreendimentos de uso misto, com técnicas de baixo consumo (e dotados de equipamentos de geração e conservação) de energia e recursos hídricos na construção e durante a ocupação, bem como os programas de construção de Habitação de Interesse Social (HIS) e desenvolvimento urbano das ZEIS;</li> <li>✓ Apoiar o desenvolvimento e a atração de empresas e centros de pesquisa e de média-alta tecnologia, para viabilizar empresas emergentes de grande potencial e incubadoras, sobretudo nos ramos de informática, telemática, energia, reciclagem e de atividades associadas às principais bases industriais do Estado;</li> <li>✓ Integrar os distintos bancos de dados econômicos e geográficos dos sistemas setoriais de informação, mantidos pelo Município em um único sistema de informação, visando ao conhecimento da realidade municipal de forma contínua e sistemática, capaz de subsidiar o processo de planejamento e a gestão urbana.</li> <li>✓ Consolidar a gestão tripartite do Distrito Industrial dos Imborés, com participação dos empresários, do município e do governo do Estado.</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de incentivo à ocupação do distrito industrial dos Imborés;</li> <li>• Programa de Aproveitamento dos Recursos Minerais;</li> <li>• Programa Municipal de Economia Circular.</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliação da atual ocupação do Distrito Industrial e a evolução dos segmentos mais importantes à luz da implantação do Parque Logístico do Sudoeste - PLS;</li> <li>• Estudo e delimitação das áreas de exploração mineral;</li> <li>• Projeto para Integrar a indústria com outros setores, à luz da expansão prevista do sistema de logística e transportes;</li> <li>• Projeto Para dinamização do Porto Seco Multimodal integrado ao PLS.</li> </ul>	
<b>Objetivos específicos, Indústria:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Consolidar a atividade industrial como um importante setor da economia do município e da região.</li> </ul>
<b>Diretrizes específicas, Indústria:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incentivar a formação técnica e qualificação profissional da mão de obra local, privilegiando as áreas aeroportuárias, confecções, calçados, informática, construção civil, moveleira, metalurgia alimentos de alto valor agregado;</li> <li>✓ Apoiar e incentivar a indústria de beneficiamento, reciclagem e tratamento de resíduos sólidos;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incentivar a construção civil, privilegiando os programas de adensamento dos novos corredores de transportes de massa, com empreendimentos de uso misto, com técnicas de baixo consumo (e dotados de equipamentos de geração e conservação) de energia e recursos hídricos na construção e durante a ocupação, bem como os programas de construção de Habitação de Interesse Social (HIS) e desenvolvimento urbano das ZEIS;</li> <li>✓ Apoiar o desenvolvimento e a atração de empresas e centros de pesquisa e de média-alta tecnologia, para viabilizar empresas emergentes de grande potencial e incubadoras, sobretudo nos ramos de informática, telemática, energia, reciclagem e de atividades associadas às principais bases industriais do Estado;</li> <li>✓ Integrar os distintos bancos de dados econômicos e geográficos dos sistemas setoriais de informação, mantidos pelo Município em um único sistema de informação, visando ao conhecimento da realidade municipal de forma contínua e sistemática, capaz de subsidiar o processo de planejamento e a gestão urbana.</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de incentivo à ocupação do distrito industrial dos Ymborés;</li> <li>• Programa Municipal de Mineração;</li> <li>• Programa Municipal de Economia Circular.</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Avaliar a atual ocupação do Distrito Industrial e a evolução dos segmentos mais importantes à luz da implantação do Parque Logístico do Sudoeste - PLS;</li> <li>• Estudo e delimitação das áreas de exploração mineral;</li> <li>• Projeto de integração da indústria com outros setores, à luz da expansão prevista do sistema de logística e transportes;</li> <li>• Projeto Para dinamização do Porto Seco Multimodal integrado ao PLS.</li> </ul>	
<b>Objetivos específicos, Comércio e Serviços:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Potencializar e incentivar novos serviços das áreas de saúde e educação;</li> <li>✓ Melhorar a circulação de mercadorias;</li> <li>✓ Consolidar Vitória da Conquista como polo regional de atendimento à saúde, de educação, ciência e tecnologia e nas novas áreas da economia criativa, da tecnologia de informação e do turismo;</li> </ul>
<b>Diretrizes específicas, Comércio e Serviços:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implantar política pública multidisciplinar e ativa para atração de empresas, sedes de empresas e novos investimentos;</li> <li>✓ Promover a ação integrada de organizações públicas, privadas e do terceiro setor, com vistas ao fortalecimento da economia solidária e do associativismo de pequenas empresas e empreendedores individuais e ao desenvolvimento de redes, consórcios e arranjos produtivos de empresas em geral;</li> <li>✓ Incentivar a formação técnica e qualificação profissional da mão de obra local, privilegiando as áreas aeroportuárias, de saúde, indústrias culturais e da economia criativa, informática, logística e comércio;</li> <li>✓ Apoiar o desenvolvimento de organizações e programas voltados à ampliação da escolaridade, formação técnica e profissional da mão de obra local;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Apoiar e incentivo ao desenvolvimento de empresas e instituições voltadas à prestação de serviços de ponta e maior complexidade, nas áreas de educação e saúde, visando ao desenvolvimento de polos especializados na cidade;</li> <li>✓ Apoio à economia criativa, viabilizando e incentivando o desenvolvimento de empresas emergentes de grande potencial e a atração de empresas, eventos, centros de pesquisa e formação nas áreas de música, dança, teatro, cinema, vídeo, edição eletrônica, publicidade, artes plásticas, gastronomia, moda, movelaria e outros segmentos intensivos em design;</li> <li>✓ Integrar os bancos de dados econômicos e geográficos dos sistemas setoriais de informação, mantidos pelo Município em um único sistema de informação, visando ao conhecimento da realidade municipal de forma contínua e sistemática, capaz de subsidiar o processo de planejamento e a gestão urbana;</li> <li>✓ Simplificar os processos de abertura e fechamento de empresas; registro da propriedade imobiliária e arrecadação de tributos;</li> <li>✓ Reduzir custos operacionais de empresas e trabalhadores autônomos, com oferta crescente de serviços, via governo eletrônico;</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa Municipal de Economia Sociocriativa.</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto de dinamização do porto seco multimodal integrado ao PLS;</li> <li>• Projeto municipal de apoio técnico às atividades do setor terciário.</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 2 - Estratégias e diretrizes para o Desenvolvimento Social**

<b>Tema geral:</b>	Socioeconomia
<b>Tema específico</b>	Desenvolvimento Social (Saúde, Educação, Esporte, Assistência Social, Cultura e Comunidades quilombolas)
<b>Estratégia</b>	
<p>Vitória da Conquista apresenta condições significativas de desigualdades socioespaciais e fatores de vulnerabilidade social e territorial que afetam particularmente a sua população mais pobre, distribuída nas diferentes regiões da Cidade.</p> <p>Assim sendo, a gestão municipal buscará formas de elevar a qualidade de vida da população, especialmente no que se refere ao acesso à saúde, à educação, à cultura, às oportunidades de trabalho e de renda, à moradia digna, promovendo a redução das desigualdades e a inclusão social.</p>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 3 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Saúde**

<b>Tema geral:</b>	Socioeconomia
<b>Tema específico</b>	Saúde
<b>Objetivos específicos, Saúde:</b>	✓ Assegurar a prestação de serviços de saúde com qualidade a toda a população do município
<b>Diretrizes específicas, Saúde:</b>	✓ Expandir a rede dos demais equipamentos de saúde para realização de exames, atendimento ambulatorial, de especialidades, ou de urgência e emergência.
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa Municipal de Saúde Sociointegrada</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto Serviço de atendimento móvel semanal</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 4 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Educação**

<b>Tema geral:</b>	Socioeconomia
<b>Tema específico</b>	Educação
<b>Objetivos específicos, Educação:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolver espaços de formação humana, enriquecimento da cultura, transmissão de conhecimento e debate de ideias, possibilitando a, valorização da autonomia, da consciência crítica e da ética;</li> <li>✓ Melhorar a qualidade de Ensino Básico, reverberando em incremento nas notas de indicadores qualitativos da educação (a exemplo do IDEB);</li> <li>✓ Contribuir para a expansão e o desenvolvimento do Ensino Fundamental e Médio;</li> <li>✓ Introduzir o direito à cidade e seus diversos temas no conteúdo educacional, como tema transversal.</li> </ul>
<b>Diretrizes específicas, Educação:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Expandir e requalificar equipamentos voltados ao atendimento de pessoas com deficiência (PCD), inclusive à formação de professores e o acompanhamento aos alunos com necessidades especiais matriculados na Rede Municipal de Ensino;</li> <li>✓ Expandir, adaptar e transformar todas as escolas municipais em unidades de ensino em tempo integral.</li> </ul>
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Projeto adaptação ou conversão de unidades educacionais municipais ociosas para centros sociais;</li> <li>• Projeto a Cidade é de Todos;</li> <li>• Projeto Cinema na Escola;</li> <li>• Projeto do Núcleo Sociointegrado de Estudos (com técnicos das diversas secretarias).</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 5 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Esporte**

<b>Tema geral:</b>	Socioeconomia
<b>Tema específico</b>	Esporte
<b>Objetivos específicos, Esporte:</b>	✓ Dotar todas as sedes distritais e bairros/macrozonas mais populosos da sede municipal de equipamentos poliesportivos;
<b>Diretrizes específicas, Esporte:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Expandir e manter a rede de equipamentos poliesportivos;</li> <li>✓ Incentivar a realização de atividades físicas pela população da 3ª idade.</li> <li>✓</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de incentivo ao patrocínio de atletas amadores e profissionais com isenção de tarifas e impostos para os patrocinadores;</li> <li>• Programa Municipal de incentivo ao esporte e lazer.</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 6 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Assistência Social**

<b>Tema geral:</b>	Socioeconomia
<b>Tema específico</b>	Assistência Social
<b>Objetivos específicos, Assistência Social:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implantar um Programa de Assistência Social destinado a valorizar a cidadania dos moradores de Vitória da Conquista</li> </ul>
<b>Diretrizes específicas, Assistência Social:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realizar ações que contribuam para o combate à homofobia e elevem o respeito à diversidade sexual;</li> <li>✓ Implantar equipamentos em praças públicas e realizar ações destinados à população idosa;</li> <li>✓ Expandir e requalificar equipamentos voltados ao atendimento de pessoas com pessoas com deficiência (PCD), inclusive à formação de professores e o acompanhamento aos alunos com necessidades especiais matriculados na Rede Municipal de Ensino;</li> <li>✓ Incentivar a realização de atividades físicas pela população da 3ª idade;</li> <li>✓ Garantir às pessoas idosas do acesso com conforto, autonomia e segurança aos espaços públicos e de uso público, considerando a participação crescente da faixa etária com mais de sessenta anos, até o horizonte de longo prazo deste plano.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS, instrumento para apoiar projetos de Defesa da Criança, do Adolescente e do Idoso.</li> <li>• Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</li> <li>• Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa</li> <li>• Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Municipal de Assistência Social</li> <li>• Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente</li> <li>• Plano Municipal de Ações Articuladas para a Pessoa Idosa</li> <li>• Plano Municipal de Ações Articuladas para as pessoas com deficiência dos Direitos da Pessoa com Deficiência</li> </ul>	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de ações articuladas para atendimento à pessoa idosa</li> <li>• Programa de ações articuladas para atendimento à Criança e do Adolescente</li> <li>• Programa de ações articuladas para atendimento à Pessoa com Deficiência</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Adaptação ou conversão de unidades educacionais municipais ociosas para creches ou centros de assistência a idosos;</li> <li>• Projeto de incentivo à autogestão de Centros comunitários de esporte, cultura e assistência social nas sedes distritais, bairros ou macrozonas da sede municipal (autogeridos pela comunidade);</li> <li>• Projeto de Defesa da Criança, do Adolescente e do Idoso.</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 7 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Cultura**

<b>Tema geral:</b>	Socioeconomia
<b>Tema específico</b>	Cultura
<b>Objetivos específicos, Cultura:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Valorizar a cultura regional em toda a sua diversidade e complexidade, assegurando o intercâmbio entre as diferentes linguagens e manifestações, bem como a ampliação do acesso à produção e ao consumo cultural, compreendendo a cultura como importante dimensão da economia;</li> <li>✓ Valorizar a cultura de comunidades tradicionais em toda a sua diversidade e complexidade, assegurando o intercâmbio entre as diferentes linguagens e manifestações, bem como a ampliação do acesso à produção e ao consumo cultural.</li> </ul>
<b>Diretrizes específicas, Cultura:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Expandir e manter a rede de equipamentos culturais;</li> <li>✓ Apoiar todos os eventos culturais.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fundo Municipal de Incentivo à Cultura</li> <li>• Instituição de Editais de incentivo à Cultura</li> <li>• Cadastro do patrimônio cultural material e imaterial</li> <li>• Tombamento de bens materiais e imateriais como patrimônio cultural municipal</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano Municipal de Cultura</li> </ul>	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa Municipal de incentivo à cultura e proteção ao patrimônio cultural</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Inventário do Patrimônio Cultural</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 8 - Objetivos, diretrizes, programas, projetos e ações para Quilombolas**

<b>Tema geral:</b>	Socioeconomia
<b>Tema específico</b>	Comunidades Quilombolas)
<b>Objetivos específicos, Comunidades Quilombolas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover, em articulação com o Governo Estadual e o Governo Federal, a Regularização Fundiária das Comunidades Quilombolas, por meio da Delimitação, Reconhecimento, Indenização das Benfeitorias e Imóveis, Desintrusão e Titulação dos Territórios Quilombolas.</li> <li>✓ Promover a melhoria das condições de habitabilidade nos assentamentos precários, compreendidos como necessidades habitacionais relacionadas com os espaços públicos, a infraestrutura, os equipamentos e serviços urbanos.</li> </ul>
<b>Diretrizes específicas, Comunidades Quilombolas:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Apoiar a autonomia e o desenvolvimento de atividades produtivas nas comunidades quilombolas.</li> </ul>
<b>Planos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Plano de Ações Articuladas para Comunidades Quilombolas</li> </ul>	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Programa de Regularização Fundiária e Valorização das Práticas Culturais e dos Territórios Quilombolas</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Além dos instrumentos já descritos com respeito ao alcance dos objetivos relacionados aos temas socioeconômicos, é importante ressaltar que os planos, programas, projetos e ações previstos, devem estar descritos e orçados, no Plano Plurianual de Aplicações (PPA) do Município, documento elaborado no primeiro ano de gestão da administração municipal, na Lei das Diretrizes Orçamentárias e nas Leis Orçamentárias Anuais, elaboradas no ano anterior à execução orçamentária. No caso do município de Vitória da Conquista, tais instrumentos autorizativos, elaborados pelo Poder Executivo e aprovados pela Câmara de Vereadores no ano anterior, são condição indispensável para a execução das despesas orçamentárias que irão viabilizar as ações desejadas.

Além disso, as ações propostas necessitam estar em conformidade com os programas:

- CAR/CEFIR – Na Bahia, o Cadastro Ambiental Rural (CAR) vem sendo implementado desde 2012, denominado Cadastro Estadual Florestal de Imóveis Rurais (CEFIR), conforme previsão da Lei Estadual Nº 10.431, de 20 de dezembro de 2006. Além de atender aos requisitos preconizados pelo novo código, o CAR



nesse estado inclui a solicitação de autorizações referentes ao licenciamento ambiental e à outorga de uso dos recursos hídricos. O objetivo é que o CAR seja o instrumento por meio do qual sejam solicitados e aprovados todos os atos que dependam de autorização do órgão ambiental.

- O Programa de Aquisição de Alimentos do MDS, facilita a aquisição de alimentos produzidos por cooperativas de agricultores familiares. Criado em 2003, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) é uma ação do Governo Federal para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e, ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Para isso, o programa utiliza mecanismos de comercialização que favorecem a aquisição direta de produtos de agricultores familiares ou de suas organizações, estimulando os processos de agregação de valor à produção.
- Programa Nacional de Alimentação Escolar - Além do PAA, há importante articulação da agricultura com a educação através do O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Este programa oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública. O governo federal repassa, a estados, municípios e escolas federais, valores financeiros de caráter suplementar efetuados em 10 parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino. O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), e também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público.
- As ações de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) são atualmente coordenadas no Estado da Bahia pela Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) através da Superintendência Baiana de Assistência Técnica e Extensão Rural – BAHIATER.
- A Bahiater pode oferecer, mediante termos de cooperação com o município, serviços de apoio para facilitar o acesso a programas Federais como:
  - Garantia-Safra;
  - Apoio a Agricultura Familiar no acesso aos Mercados – PAA;
  - Apoio a Agricultura Familiar no acesso aos Mercados – PNAE;

- Apoio a eventos e feiras da Agricultura Familiar;
- Apoio a Projetos com Sementes Crioulas;
- Assistência Técnica e Extensão Rural – ATER;
- Certificação dos produtos da Agricultura Familiar para acesso aos Mercados – Indígenas;
- Certificação dos produtos da Agricultura Familiar para acesso aos Mercados – Quilombola;
- Certificação dos produtos da Agricultura Familiar para acesso aos Mercados – SIPAF;
- Distribuição de mudas Frutíferas, Essências Florestais e Mandioca;
- Distribuição de mudas de palma forrageira doce ou miúda;
- Emissão de Título de Reconhecimento de Domínio Municipal;
- Fomento à Comercialização;
- Fomento à Produção – EFAS;
- FORMATER;
- Programa Água para Todos;
- Projeto Bahia Produtiva;
- Projeto Pró-Semiárido;
- Rede de Especialistas;
- Reforma Agrária;
- Regularização Fundiária - Áreas Coletivas;
- Regularização Fundiária - Áreas Individuais,

---

---

## **8.2. CONSERVAÇÃO E QUALIFICAÇÃO AMBIENTAL**

---

### **8.2.1. Diretrizes Gerais**

---

As diretrizes para a conservação e qualificação ambiental do município de Vitória da Conquista apontam caminhos para que o município e os seus habitantes possam usufruir do direito a cidade e ao campo, conciliando o crescimento das atividades econômicas com o uso sustentado e eficiente dos recursos naturais e serviços ambientais, mitigando as consequências do crescimento urbano desordenado e a degradação ambiental intensificados nos últimos anos.

A partir do conjunto de informações da situação ambiental do território municipal, as quais foram levantadas, tratadas, integradas e apresentadas nas fases de diagnóstico, prognóstico, cenários, apresentam-se a seguir as proposições formatadas como Diretrizes Gerais e Específicas orientativas para estruturação de políticas públicas eficazes, enfocadas na necessidade da conservação e qualificação ambiental.

As diretrizes gerais para manutenção ou a recuperação da qualidade ambiental nas áreas urbanas e rurais no município são:

- I. Incrementar a gestão ambiental municipal com implementação de mecanismos e instrumentos eficazes para controle da expansão do processo desordenado de ocupação e uso da terra no tecido urbano e rural, em áreas de interesse ambiental;
- II. Fomentar a adoção de boas práticas ambientais, soluções e medidas mitigadoras, condicionantes para coibir problemas socioambientais que contribuem para a degradação dos ecossistemas e se repercutem na qualidade de vida da população;
- III. Requalificar e revitalizar as áreas de importância ambiental, com vistas a ampliar o potencial de desenvolvimento de espaços públicos de lazer e turismo, incorporando e inovando no planejamento urbano a concepção de serviços ambientais e ecoinfraestruturas urbanas;
- IV. Implementar mecanismos de gestão eficazes para garantir a preservação, a proteção e a conservação dos recursos hídricos, florestais e minerais do território;

- 
- V. Reduzir e coibir fontes de poluição por meio da elaboração e implementação de plano saneamento básico adequadamente desenhado à realidade do município;
  - VI. Criar e implementar um sistema de monitoramento e controle da qualidade ambiental municipal, com utilização de indicadores;
  - VII. Controlar o uso de mananciais subterrâneos e superficiais, garantindo o controle hidroambiental contando com a participação social;
  - VIII. Avaliar e implementar ações eficazes para redução progressiva dos passivos ambientais existentes no território, com gestão e controle coibindo as atividades geradoras;
  - IX. Aplicar instrumentos e ações eficazes para recuperação das matas ciliares, conservação e preservação de remanescentes de vegetação, com enriquecimento por meio de plantio de espécies nativas;
  - X. Conservar áreas de relevância ambiental por meio da criação e manutenção de parques municipais;
  - XI. Promover modelo de gestão ambiental para exploração racional dos recursos minerais, com regulamentação e condicionamento por meio de Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);
  - XII. Regularizar o estado de conservação das vias vicinais rurais e distritais, garantindo direito à mobilidade e transporte de carga e passageiros, com segurança, qualidade e sustentabilidade;
  - XIII. Promover a sensibilização, conscientização e capacitação da população local, técnicos e agentes sociais, sobre a necessidade de preservação/conservação dos recursos ambientais;
  - XIV. Garantir o controle e a participação social da população no processo de planejamento e gestão do território urbano e rural do município;
  - XV. Promover políticas públicas de incentivo a projetos e ações de interesse socioambiental, que incrementem geração de renda, desenvolvimento social e sustentabilidade;

## 8.2.2. Diretrizes Específicas

Apresentam-se nas fichas a seguir as diretrizes específicas associadas à conservação e qualificação ambiental. São propostas diretrizes específicas com relação aos seguintes temas:

- Estratégias e diretrizes associadas aos RECURSOS HÍDRICOS - Quadro 9;
- Estratégias e diretrizes associadas aos REMANESCENTES DE VEGETAÇÃO NATIVA - Quadro 10;
- Estratégias e diretrizes associadas aos CONFLITOS DE USO, PRESSÕES E PASSIVOS AMBIENTAIS - Quadro 11;
- Estratégias e diretrizes associadas ao SISTEMA VIÁRIO DISTRITAL - Quadro 12.

**Quadro 9 - Estratégias e diretrizes associadas aos Recursos Hídricos**

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Recursos Hídricos</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>As incertezas críticas associadas aos recursos hídricos estão relacionadas, no município, especialmente à degradação ambiental em áreas de manancial hídrico, ao comprometimento de nascentes e rios por erosão e consequente assoreamento e ao controle e fiscalização ineficiente e ineficaz das ocupações irregulares. É preciso compreender que de acordo com as normas legais, as ações do município associadas aos recursos hídricos são indiretas, principalmente por meio do controle do uso do solo. As bacias hidrográficas existentes pertencem a duas Regiões de Planejamento e Gestão das Águas (RPGA) diferentes, sendo que o Plano de Bacia e Proposta de Enquadramento do Rio de Contas estão em fase final de elaboração e não há previsão de elaboração destes instrumentos de gestão dos recursos hídricos para a bacia do rio Pardo.</p> <p>As políticas de segurança hídrica devem dispor de instrumentos de gestão para proteção dos recursos hídricos, considerando que os impactos sobre a quantidade e qualidade dos mesmos estão relacionadas especialmente à degradação ambiental em áreas de APP de mananciais, pela supressão generalizada de cobertura vegetal com o comprometimento de nascentes, vazões e volumes de riachos, lagoas e situações de uso e ocupação conflitantes, como a ocupação urbana desordenada sobre áreas de APP, contaminação por despejo de efluentes e resíduos, supressão de vegetação ciliar, ocorrência de erosão e assoreamento de corpos hídricos, entre outros. Estas situações de degradação hidroambiental são intensificadas pela falta de controle e fiscalização efetiva, a serem implementadas por política de gestão ambiental.</p> <p>Destaca-se que, pela sua situação climática, o município encontra-se em uma situação desfavorável quanto à disponibilidade de água para os diversos usos,</p>	

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Recursos Hídricos</b>
<p>sendo imperativo que este passe a possuir um papel mais ativo na gestão local dos recursos hídricos.</p> <p><u>A estratégia proposta para avançar no sentido de garantir segurança hidroambiental para aumentar a qualidade e a disponibilidade dos recursos hídricos, passa por ações de políticas públicas do município associadas especialmente ao controle do uso do solo, aos esforços para preservação e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) de corpos hídricos e suas matas ciliares, com ações de monitoramento, fiscalização, e aplicação dos instrumentos de controle previsto na legislação correspondente.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Mapear, revitalizar e valorizar os corpos hídricos das áreas rural e urbanas/urbanizadas, protegendo-os e garantindo qualidade e quantidade e possibilitando os usos múltiplos de acordo com o que os princípios estabelecidos nas Políticas de Recursos Hídricos;</li> <li>✓ Controlar de forma efetiva as dinâmicas de ocupação e usos do solo, coibindo a implementação de atividades de uso conflitante que possam causar ou intensificar impactos que afetarão a quantidade e qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos;</li> <li>✓ Garantir de um papel mais ativo por parte do município na implementação de instrumentos de gestão e conservação dos recursos hídricos no território municipal;</li> <li>✓ Desenhar e implementar plano de saneamento básico com metas de curto e médio prazos para universalização do saneamento no município.</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Propor ações estratégicas a serem executadas pelo Poder Público Municipal que visem recuperar qualidade hidroambiental e garantir a preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no território municipal.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criar rotina de fiscalização, monitoramento e gestão da situação de uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, mitigando ações degradativas que afetam a qualidade e disponibilidade dos recursos hídricos;</li> <li>✓ Gerir a ocupação e uso do solo nos espaços urbano e rural de forma a controlar pressões ambientais, especialmente a ocupação de áreas de APP, o lançamento irregular de esgotos sanitários e resíduos sólidos, e ações de aterramento de corpos hídricos em áreas urbanas;</li> <li>✓ Utilizar os recursos das tecnologias de informação e de educação para realizar ações de comunicação e educação ambiental que sensibilizem e orientem as populações rural e urbana sobre a importância da preservação dos recursos hídricos;</li> <li>✓ Implementar sistema de gestão e controle sobre poços de captação subterrânea, nascentes e minadouros, com</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Recursos Hídricos</b>
	<p>cadastro hidroambiental oriundo de um inventário georreferenciado dos mesmos.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Intensificar articulação e estabelecer diálogo com o Órgão Ambiental estadual (Inema) para possibilitar ações de fiscalização, de recuperação e plantio de nascentes e APP;</li> <li>✓ Estimular e intensificar a participação do município, dos usuários e sociedade civil na gestão participativa das águas por meio dos Comitês de Bacia;</li> <li>✓ Regularizar as Unidades de Conservação (UC) do município, revisando suas poligonais, categorias, elaborando Plano de Manejo e zoneamento e criando Conselhos Gestores, especialmente aquelas UC associadas à Serra do Periperi, rio Verruga e lagoa das Bateias;</li> <li>✓ Participar, no que couber, na implementação na política nacional e estadual de recursos hídricos.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (Estatuto da Cidade/Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Lei de Uso do Solo (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Zoneamento Ambiental Municipal (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Gestão Orçamentária Participativa (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Plano de Recursos Hídricos (Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> <li>✓ Enquadramento dos Recursos Hídricos Superficiais (Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> <li>✓ Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA) (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade / Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> <li>✓ Educação Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Avaliação dos Impactos Ambientais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Zoneamento das Unidades de Conservação Municipais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Licenciamento Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Fiscalização Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade / Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de Estruturação do Sistema Viário Distrital</li> <li>✓ Plano de Gestão e Ordenamento Territorial</li> <li>✓ Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)</li> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário</li> <li>✓ Plano Municipal de Mineração</li> <li>✓ Plano Municipal de Saneamento Básico</li> </ul>	

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Recursos Hídricos</b>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa de Valorização socioambiental das Áreas de Conservação</li> <li>✓ Programa de Ação Ambiental</li> <li>✓ Programa de Conservação e Manejo das Águas</li> <li>✓ Implementar Princípios do Programa Produtor de Água (ANA)</li> <li>✓ Programa de Requalificação das Estradas Vicinais</li> <li>✓ Programa de Saneamento Ambiental no Meio Rural</li> <li>✓ Programa de Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto para implementação de Sistema de Integrado Informações Geográficas</li> <li>✓ Projeto de revitalização de mananciais hídricos</li> <li>✓ Projeto requalificação e preservação ambiental de matas ciliares e outras áreas protegidas.</li> <li>✓ Projeto de monitoramento e controle de fauna local</li> <li>✓ Projeto de saneamento ecológico na zona rural e urbana</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)



**Quadro 10 - Estratégias e diretrizes para os Remanescentes de Vegetação Nativa**

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Remanescentes de Vegetação Nativa</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>As incertezas críticas relativas à conservação e à preservação dos remanescentes de vegetação nativa existentes no município de Vitória da Conquista estão associadas aos processos de degradação ambiental da cobertura vegetal formada pelas diferentes fitosiotomias encontrados no seu território, algumas de grande relevância ambiental, como as Matas de Cipó. Esses fragmentos encontram-se dispersos em áreas de topo de morros, matas ciliares, reservas legais, áreas de preservação e outras áreas protegidas, as quais vem sendo gradativamente comprometidas em decorrência de ações de desmatamento, queimadas, práticas deletérias de manejo do solo e adoção de práticas agrícolas irregulares, intensificados pela insuficiência de ações de regulamentação e fiscalização efetiva dos processos de uso e ocupação do solo, da expansão urbana e das atividades agrosilvopastoris.</p> <p>Estes processos contribuem diretamente com a perda de qualidade ambiental da paisagem, com ocorrência de processo de fragmentação da cobertura vegetal, com formação de mosaicos com áreas de remanescentes florestais e áreas conformadas pelos múltiplos usos realizados na zona rural e urbana, como pastagens para animais, cultivos de eucalipto, áreas de monoculturas, etc.</p> <p>Nesse contexto é de grande relevância a proposição de medidas para mitigação das situações de uso conflitivo existentes, visando a proteção e a preservação dos recursos naturais ainda existentes no município. <u>A estratégia proposta para promover a qualificação e a disponibilidade dos recursos ambientais, associa-se especialmente ao efetivo controle do uso do solo, com ações voltadas à preservação e à recuperação de áreas de APP, matas ciliares, reservas legais e remanescentes florestais, com auxílio de tecnologias disponíveis para o monitoramento integral do território, com fiscalização e gestão das áreas de interesse ambiental.</u></p> <p><u>É também oportuna a proposição de estudos e projetos para identificação e delimitação de áreas estratégicas do ponto de vista da segurança geo-hidro-ambiental, baseado na análise das características físicoambientais do território e diretrizes e análises de informações do ZEE e bases de cobertura do solo atuais do Inema. Proposição de corredores ecológico e áreas de conservação por meio do Zoneamento Ambiental proposto por este PDDU, com a implementação de zonas estratégicas para conservação dos recursos naturais.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<p>✓ Recuperar e valorizar os fragmentos florestais existentes em áreas rurais e urbanas/urbanizadas, cumprindo as normas e diretrizes do Código Florestal Brasileiro e o que estabelece a Política de Nacional de Meio Ambiente;</p>	

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Remanescentes de Vegetação Nativa</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Controlar o uso do solo, coibindo a implementação de atividades conflitivas com o código florestal e zoneamento econômico ecológico que possam causar ou intensificar pressões e impactos sobre os remanescentes de vegetação nativa;</li> <li>✓ Incrementar as ações da Secretaria de Meio Ambiente e Agricultura com uma atuação mais ativa e efetiva por parte do município na gestão dos recursos florestais;</li> <li>✓ Mitigar efeitos da fragmentação provovendo a criação de corredores ecológicos e áreas de conservação e preservação;</li> <li>✓ Fomenar o desenvolvimento de atividades compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico, com a manutenção do equilíbrio ambiental e harmonização de interesses por parte da sociedade civil.</li> </ul>
<b>Objetivo geral:</b>	Identificar e propor ações a serem executadas pelo Poder Público Municipal visando a recuperação de a preservação dos fragmentos de vegetação nativa remanescentes em seu território
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criar rotina de monitoramento com usos dos recursos das geotecnologias, imageamento e vistorias de campo das áreas de cobertura vegetal, para fiscalizar e coibir ações de impactos degradativos como, queimadas, supressão generalizada de vegetação etc.</li> <li>✓ Estabelecer diálogo com o Órgão Ambiental estadual (Inema) para possibilitar ações de fiscalização e recuperação de áreas de remanescentes florestais e de APP;</li> <li>✓ Utilizar os recursos das tecnologias da informação para realizar ações de comunicação e educação ambiental que orientem a população rural e urbana sobre a necessidade da preservação dos fragmentos florestais;</li> <li>✓ Intensificar a participação do município e estimular as instituições e da sociedade civil na gestão dos recursos naturais;</li> <li>✓ Promover a preservação de remanescentes florestais através da manutenção e gestão das áreas de interesse ambiental, como APP e áreas de reserva legal;</li> <li>✓ Propor a criação de corredores ecologicicos e áreas de conservação do patrimônio natural, baseado nas áreas prioritárias definidas pelo Zoneamento Ambiental;</li> <li>✓ Promover o plantio de árvores e mudas para a manutenção recuperação das áreas verdes;</li> <li>✓ Promover a difusão de informações e tecnologias para o manejo sustentável da vegetação e do solo no ambiente rural, para modelos de atividades agrosilvopastoris equilibrados com a manutenção do meio ambiente</li> </ul> <p>Avaliar oportunidade de implementação de políticas de serviços ambientais dos ecossistemas</p>
<b>Instrumentos</b>	

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Remanescentes de Vegetação Nativa</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (Estatuto da Cidade/Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Lei de Uso do Solo (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Zoneamento Ambiental Municipal (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Cadastro Ambiental Rural CAR/CEFIR</li> <li>✓ Educação Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Avaliação dos Impactos Ambientais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Zoneamento das Unidades de Conservação Municipais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Licenciamento Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Código Florestal Brasileiro</li> <li>✓ Fiscalização Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> </ul>
<b>Planos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de Manejo das Áreas de Conservação</li> <li>✓ Plano de Estruturação do Sistema Viário Distrital</li> <li>✓ Plano de Gestão e Ordenamento Territorial</li> <li>✓ Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)</li> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário</li> <li>✓ Plano Municipal de Mineração</li> <li>✓ Plano Municipal de Saneamento Básico</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa de Valorização sócio-ambiental das Áreas de Conservação</li> <li>✓ Programa de Arborização e Valorização de Áreas Verdes Urbanas</li> <li>✓ Programa de Ação Ambiental</li> <li>✓ Programa de Conservação e Manejo das Águas</li> <li>✓ Implementar Princípios do Programa Produtor de Água (ANA)</li> <li>✓ Programa de Requalificação das Estradas Vicinais</li> <li>✓ Programa de Saneamento Ambiental no Meio Rural</li> <li>✓ Programa de Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial</li> </ul>
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto para implementação de Sistema Integrado de Informações Geográficas</li> <li>✓ Projeto de recuperação e preservação de remanescentes florestais, com a criação de corredores ecológicos e áreas de conservação a partir do zoneamento ambiental proposto.</li> <li>✓ Projeto para preservação e monitoramento dos recursos ambientais e fauna local</li> <li>✓ Projeto para apoio e incentivo ao desenvolvimento de projetos e modelos de atividades produtivas socialmente e ambiental sustentáveis.</li> <li>✓ Projeto para o desenvolvimento do turismo ecológico rural</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 11 - Estratégias e diretrizes associadas ao Conflitos de Uso, Pressões e Passivos Ambientais**

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Conflitos de Uso, Pressões e Passivos Ambientais</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>Ações de degradação ambiental em áreas do entorno de recursos hídricos; supressão de vegetação; comprometimento de nascentes e rios por assoreamento e erosão; degradação ambiental por atividades agrossilvopastoris e monoculturas, com efeitos intensificados pela falta de regulamentação e fiscalização eficiente principalmente na Serra do Periperi e zona rural, são responsáveis pelo comprometimento da qualidade ambiental no município e pelo risco quanto à garantia dos recursos naturais para as gerações vindouras.</p> <p>Nesse contexto, <u>a estratégia proposta para enfrentar as incertezas críticas relacionadas às pressões ambientais estão associadas especialmente ao controle do uso e ocupação do solo, por meio de esforços para recuperação ambiental das áreas de passivos e mitigação da suas fontes causadoras, buscando efetivar uma governança política efetivam através da gestão, regulamentação, monitoramento e fiscalização das atividades, aplicando os instrumentos cabíveis previstos na legislação.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Recuperar e valorizar os fragmentos florestais existentes em áreas rurais e urbanas/urbanizadas, cumprindo a normas e diretrizes do Código Florestal Brasileiro e o que estabelece a Política de Nacional de Meio Ambiente;</li> <li>✓ Controlar efetivamente o uso e ocupação do solo, regulamentando os usos e atividades que possam causar ou intensificar processos degradativos sobre o meio ambiente;</li> <li>✓ Garantir uma atuação mais ativa por parte do município na gestão dos recursos ambientais do seu território;</li> <li>✓ Mitigar efeitos da fragmentação e formação de mosaicos da cobertura vegetal, provovendo a criação de corredores ecológicos e áreas de conservação e preservação</li> <li>✓ Fomentar o desenvolvimento de atividades compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico, compatibilizando as relações entre o desenvolvimento econômico e urbanístico com a manutenção do equilíbrio ambiental e o uso racional de recursos naturais.</li> <li>✓ Implementar ações de contenção para coibir expansão dos focos de pressão ambiental, mitigando impactos;</li> <li>✓ Promover o aproveitamento racional por usos conservativo sustentável dos recursos naturais;</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Propor ações a serem executadas pelo Poder Público Municipal para mitigar e controlar as pressões e impactos ambientais no território, bem como atuar nas suas fontes causadoras.

<p><b>Objetivos específicos:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criar rotina de monitoramento dos focos de pressões ambientais, a partir de técnicas e tecnologias disponíveis para identificar, mapear e propor ações mitigadoras sobre processos degradativos e passivos ambientais;</li> <li>✓ Realizar ações de educação ambiental e assistência técnica que orientem e capacitem a população rural e urbana para a sustentabilidade e preservação dos recursos ambientais</li> <li>✓ Estabelecer diálogo com o Órgão Ambiental estadual (Inema) para possibilitar ações de fiscalização e ações de recuperação e plantio de nascentes e APP;</li> <li>✓ Regular e fiscalizar as atividades com maior fator de impacto ambiental, como o extrativismo mineral e vegetal, atividades agrosilvopastoris, indústria, entre outras, com o condicionamento dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD);</li> <li>✓ Promover o plantio de árvores e mudas para a manutenção recuperação das áreas verdes;</li> <li>✓ Promover a difusão de informações e tecnologias para o manejo sustentável da vegetação e do solo no ambiente rural, para modelos de atividades agrosilvopastoris equilibrados com a manutenção do meio ambiente.</li> <li>✓ Utilizar os recursos das tecnologias da informação para realizar ações de comunicação e educação ambiental que orientem a população rural e urbana sobre a necessidade da preservação dos recursos naturais,</li> <li>✓ Estimular a participação da população município, das instituições e da sociedade civil;</li> <li>✓ Avaliar oportunidade de implementação de políticas de serviços ambientais dos ecossistemas</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (Estatuto da Cidade/Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Lei de Uso do Solo (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Zoneamento Ambiental Municipal (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Educação Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Avaliação dos Impactos Ambientais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Zoneamento das Unidades de Conservação Municipais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Licenciamento Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Código Florestal Brasileiro</li> <li>✓ Fiscalização Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de Manejo das Áreas de Conservação</li> <li>✓ Plano de Estruturação do Sistema Viário Distrital</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de Gestão e Ordenamento Territorial</li> <li>✓ Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)</li> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário</li> <li>✓ Plano Municipal de Mineração</li> <li>✓ Plano Municipal de Saneamento Básico</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa de Valorização socioambiental das Áreas de Conservação</li> <li>Programa de Arborização e Valorização de Áreas Verdes Urbanas</li> <li>✓ Programa de Ação Ambiental</li> <li>Programa de Conservação e Manejo das Águas Implementar Principios do Programa Produtor de Água (ANA)</li> <li>Programa de Requalificação das Estradas Vicinais</li> <li>✓ Programa de Saneamento Ambiental no Meio Rural</li> <li>✓ Programa de Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial</li> </ul>
<b>Projetos a serem elaborados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto para implementação de Sistema Integrado de Informações Geográficas</li> <li>✓ Projeto de recuperação e preservação de remanescentes florestais</li> <li>✓ Projeto de monitoramento e controle de fauna local</li> <li>✓ Projeto para apoio e incentivo ao desenvolvimento de projetos e modelos de atividades produtivas socialmente e ambiental justas.</li> <li>✓ Projeto para o desenvolvimento do turismo ecológico rural</li> <li>✓ Projeto de Estruturação das vias vicinais baseado em princípios do Programa Produtor de Água, da ANA</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)



**Quadro 12 - Estratégias e diretrizes associadas ao sistema viário distrital**

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Sistema Viário Distrital</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>As incertezas críticas relacionadas ao sistema viário vicinal da área rural e distrital de Vitória da Conquista estão relacionadas principalmente à carência manutenção e qualificação das infraestruturas viárias através de obras e serviços de manutenção, pavimentação, drenagem e melhorias gerais em termos de qualidade. Com ocorrência generalizada de problemas relativos ao estado de conservação das vias, em condições de mobilidade precárias, com risco de acidentes e impossibilidade de deslocamento em períodos mais críticos de chuva, dificultando a dinâmica de transporte entre meio rural e urbano.</p> <p>Presença de situações de vulnerabilidade ambiental nas áreas influência das vias, decorrentes de pressões e impactos sobre solo, recursos hídricos e vegetação, com elevados custos para a gestão pública reparar e manter a rede viária, com danos imensuráveis e mesmo irreversíveis ao estado de conservação ambiental. Corroborados pela falta de atuação efetiva dos órgãos públicos, instituições e sociedade civil, na gestão e controle do objeto, agravando os problemas existentes.</p> <p>Dessa forma, a <u>estratégia proposta para avançar no sentido de melhorar as condições de mobilidade na área urbana e rural do município e enfrentar as incertezas críticas, é direcionada para implementação de uma política de gestão e manejo eficiente das vias e sua área de influência, através do planejamento de ações, projetos e aplicação de recursos, para promoção da mobilidade urbana e transporte rural com qualidade e segurança, com uma estrutura viária que atenda às atuais demandas, com modais de transportes coletivos e alternativos, buscando também mitigar impactos e passivos ambientais associados ao sistema viário, buscando o desenvolvimento resiliente e eficiente das vias, com a redução de gastos de recursos públicos para manutenção das vias vicinais.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Revitalizar e valorizar as áreas verdes, mananciais hídricos, fragmento florestais e outras áreas de relevância ambiental, dentro da zona de influência das vias vicinais;</li> <li>✓ Requalificar e reestruturar a malha vicinal, buscando aumentar a sua durabilidade e resiliência aos fenômenos deletérios, aumentando a vida útil e reduzindo os gastos com manutenção;</li> <li>✓ Garantir uma atuação mais ativa por parte do município na gestão do sistema viário vicinal;</li> <li>✓ Promover melhorias e estruturação da malha de vias vicinais do município, garantindo a mobilidade com segurança, qualidade e sustentabilidade nas suas zonas de influência</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Propor ações a serem executadas pelo Poder Público Municipal e órgão associados, para efetivar a gestão a regularização do sistema viário rural de maneira eficiente

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Sistema Viário Distrital</b>
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estabelecer diálogo com os órgãos gestão do transporte e de estradas, para possibilitar captação de recursos, ações e projetos para melhorias no sistema viário;</li> <li>✓ Promover esforços para a preservação da vegetação e corpos hídricos presentes nas faixas de serviço e zonas de influência das vias,</li> <li>✓ Regulamentar e mitigar os impactos ambientais em vias vicinais</li> <li>✓ Implementar e cumprir o zoneamento territorial proposto pelo PDDU</li> <li>✓ Controlar e fiscalizar ações de ocupação e uso indevido de áreas de vias e faixas de servidão</li> <li>✓ Melhorar a qualidades das vias vicinais e da mobilidade rural;</li> <li>✓ Promover o uso sustentável das vias, com captação e reaproveitamento de efluentes de drenagem para recarga de aquíferos e corpos hídricos;</li> <li>✓ Realizar projetos e obras para pavimentação, drenagem e recuperação de vias;</li> <li>✓ Promover a pavimentação de estradas que dão acesso as vilas, povoados e bairros;</li> <li>✓ Estruturar novas vias de circulação dentro das comunidades, assim como ciclovias, calçadas, paisagismo, respeitando as normas de acessibilidade.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (Estatuto da Cidade/Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Lei de Uso do Solo (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Zoneamento Ambiental Municipal (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Avaliação dos Impactos Ambientais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Licenciamento e Fiscalização ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Política Nacional de Mobilidade Urbana</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de Manejo das Áreas de Conservação</li> <li>✓ Plano de Estruturação do Sistema Viário Distrital</li> <li>✓ Plano de Gestão e Ordenamento Territorial</li> <li>✓ Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)</li> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário</li> <li>✓ Plano Municipal de Mineração</li> <li>✓ Plano Municipal de Saneamento Básico</li> </ul>	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa de Ação Ambiental</li> <li>✓ Programa de Conservação e Manejo das Águas</li> <li>✓ Programa de Requalificação das Estradas Vicinais</li> </ul>	



<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Sistema Viário Distrital</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa de Valorização sócio-ambiental das Áreas de Conservação</li> <li>✓ Programa de Saneamento Ambiental no Meio Rural</li> <li>✓ Programa de Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial</li> <li>✓ Implementar Princípios do Programa Produtor de Água (ANA)</li> </ul>
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto de Educação Ambiental para capacitação de agricultores e agentes</li> <li>✓ Projeto de Estruturação das vias vicinais</li> <li>✓ Projeto de implementação de Sistema Integrado de Informações Geográficas</li> <li>✓ Projeto de pavimentação de rodovias e estradas vicinais</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

### 8.2.3. Programas e Projetos

Com base nas diretrizes associadas à conservação e à qualificação ambiental do município de Vitória da Conquista, foram propostos programas relacionados ao tema:

- Programa de Conservação e Manejo das Águas - Quadro 13;
- Programa de Ação Ambiental - Quadro 14;
- Programa de Valorização Sócio-Ambiental das Áreas de Conservação - Quadro 15;
- Programa de Requalificação das Estradas Vicinais - Quadro 16.

**Quadro 13 - Programa Conservação e Manejo das Águas**

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa de Conservação e Manejo das Águas</i></b>
<b>Descrição de Programa</b>	
Consiste no conjunto de ações e políticas para a gestão integrada dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, por meio de ações para recuperação e preservação de mananciais nas bacias e sub-bacias que abrangem o território de Vitória da Conquista. Este programa compreende ações voltadas à mitigação das pressões ambientais sobre corpos hídricos fluviais, lagoas, açudes e aquíferos.	
<b>Justificativa</b>	
O crescente aumento do comprometimento de mananciais hídricos e de suas áreas de entorno por impactos oriundos de ações antrópicas, incluindo a expansão das áreas de ocupação e uso desordenado solo, compromete qualitativamente e quantitativamente a preservação dos recursos hídricos locais. Ressalta-se que o município situa-se em uma região com escassez de disponibilidade de água enfrentando problemas associados aos diversos usos.	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implementar programa de conscientização da população quanto ao uso e preservação de seus recursos naturais, patrimoniais e culturais, para melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida de seus habitantes.</li> <li>✓ Promover projetos de ações integradas, por parte de entidades governamentais, civis e empresariais, destinadas à mudança do cenário atual, para garantir preservação da qualidade ambiental dos recursos hídricos;</li> <li>✓ Capacitar entidades e agentes municipais e da sociedade civil, para atuar na proteção do meio ambiente e na gestão da cidade.</li> <li>✓ Recuperar e valorizar os corpos hídricos das áreas rural e urbanas/urbanizadas, possibilitando os usos múltiplos de acordo com o que estabelece a Política de Recursos Hídricos;</li> <li>✓ Controlar o uso do solo, coibindo a implementação de atividades que possam causar ou intensificar efeitos deletérios sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos;</li> <li>✓ Implementar as diretrizes gerais e específicas propostas no zoneamento ambiental, relativas à conservação dos recursos hídricos.</li> </ul>	
<b>Programas e Projetos Associados</b>	
✓ Programa Produtor de Água (ANA)	

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa de Conservação e Manejo das Águas</i></b>
<p>É um programa voluntário, da Agência Nacional de Águas (ANA), no qual são beneficiados produtores rurais que por meio de práticas de manejo e conservação do solo, contribuam para melhorias na qualidade da cobertura vegetal, dos recursos hídricos, mitigando problemas de erosão hídrica e sedimentação do solo, e aumento o aproveitamento e infiltração das águas no meio rural</p> <p>O Programa Produtor de Água, ainda que possa gerar algum benefício individual, tem como principal objetivo a execução de ações que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão das bacias hidrográficas, e segundo a Agência Nacional de Águas, tem os seguintes objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Difundir e discutir o conceito de serviços ambientais, explicitando os possíveis produtos ecossistêmicos passíveis de serem gerados pelo produtor rural para as bacias hidrográficas;</li> <li>○ Aumentar a oferta de água nas bacias hidrográficas, por meio da adequada alimentação do lençol freático, a ser obtida com o uso de práticas mecânicas e vegetativas que aumentem a infiltração de água no solo;</li> <li>○ Reduzir os níveis de poluição difusa rural em bacias hidrográficas, principalmente aqueles decorrentes dos processos de erosão, sedimentação e eutrofização;</li> <li>○ Difundir o conceito de manejo integrado do solo e da água através da conscientização e do incentivo à implantação de práticas e manejos conservacionistas e da preservação e recuperação de florestas nativas;</li> <li>○ Garantir a sustentabilidade sócio-econômica e ambiental dos manejos e práticas implantadas, por meio de incentivos financeiros aos agentes selecionados;</li> <li>○ Recuperação (construção de cercas e enriquecimento) das áreas de preservação permanente das propriedades rurais participantes;</li> <li>○ Recomposição (identificação, construção de cercas e enriquecimento) das áreas de reserva legal das propriedades rurais participantes;</li> <li>○ Treinamento de potenciais agentes executores do Programa (Estados, comitês de bacias, cooperativas etc.) em relação aos seus critérios e procedimentos. (ANA, 2008)</li> </ul> <p>✓ <b>Programa de Valorização Socioambiental das Áreas de Conservação (Unidades de Conservação)</b></p> <p>Prevê a melhoria da qualidade ambiental dos mananciais hídricos a partir da revitalização, manutenção e preservação das áreas ambientalmente protegidas no município, como o Poço Escuro, Lagoas das Bateia, Lagoa do Jurema, Rio Verruga, e APP de rios e corpos hídricos, por meio de ações como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Projeto de revitalização das lagoas, nascentes e rios urbanos</li> <li>○ Cumprir o Zoneamento Ambiental proposto para a sede municipal;</li> </ul>	

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa de Conservação e Manejo das Águas</i></b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>○ Enquadrar e regulamentar as UC existentes, cumprindo exigências e diretrizes do SNUC;</li> <li>○ Elaborar os Planos de Manejo das Unidades de Conservação existentes;</li> <li>○ Realizar ações de proteção da UC existentes por meio de cercamento;</li> <li>○ Propor a criação e novas áreas de conservação, integradas aos corredores ecológicos previstos pelo ZEE e propostos neste PDDU;</li> <li>○ Monitorar a qualidade ambiental dos ecossistemas protegidos;</li> <li>○ Promover ações de fiscalização e controle de uso das áreas de conservação;</li> </ul> <p>✓ <b>Programa de Saneamento Ambiental no Meio Rural</b></p> <p>Tem com diretriz a melhoria da qualidade ambiental do recursos hídricos através do desenvolvimento do sistema de saneamento básico rural, direcionado para ações e projetos de âmbito sustentável e socialmente justo, com proposição de soluções de baixo impacto, com alta abrangência e eficiência para enfrentar as incertezas críticas relacionadas aos problemas de esgotamento sanitário, resíduos sólidos e a drenagem de águas pluviais, que comprometem a qualidade e disponibilidade hídrica. Está baseado em ações como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Aumento da abrangência de soluções de esgotamento sanitários, através da construção de Estações de Tratamento Esgoto compactas com sistema de reuso nas sedes dos distritos.</li> <li>○ Projeto de instalação de soluções individuais de ecossaneamento para as localidades rurais, identificando a melhor alternativa para cada realidade e priorizando a separação de águas imundas e águas cinzas.</li> <li>○ Adequação e construção de sistemas de drenagem pluvial para direcionamento dos efluentes para recarga de aquíferos;</li> <li>○ Realização de coleta e manejo dos resíduos sólidos, prevenindo a disposição inadequada com risco de contaminação de corpos hídricos.</li> </ul> <p>✓ <b>Programa de Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial</b></p> <p>Projeto de implementação de Sistema de Integrado Informações Geográficas, com aplicação de geotecnologias para o controle e monitoramento dos corpos hídricos e respectivas áreas de proteção, servindo de subsídio para a administração pública como instrumento de gestão, fiscalização e planejamento do objeto de interesse.</p>
<b>Ações diretas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Capacitar e treinar agentes envolvidos na gestão dos recursos ambientais, bem como dos usuários e atores envolvidos mais diretamente na utilização e exploração dos recursos</li> <li>✓ Implementar política de compensação por serviços ambientais, através de pagamentos aos beneficiários prestadores serviços de conservação do meio ambiente e dos recursos naturais</li> <li>✓ Formular e aprovar base legal para regulamentação do programa</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa de Conservação e Manejo das Águas</i></b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Construir e realizar a manutenção de açudes e pequenas barragens na zona rural, para garantia de segurança hídrica nos locais de maior escassez.</li> <li>✓ Realizar saneamento dos rios, nascentes e corpos hídricos que formam as bacias do rio Verruga e rio Pardo, no âmbito do Município e proibir os despejos de efluentes, além de controlar usos e ocupações inadequados;</li> <li>✓ Controlar erosão nas margens de rios e lagoas por meio de execução de práticas conservacionistas;</li> <li>✓ Monitorar e regulamentar a qualidade das águas superficiais e subterrâneas do Município;</li> <li>✓ Recompôr as matas ciliares e controlar o uso do solo nas margens dos cursos d'água, assim como nas demais Áreas de Preservação Permanente.</li> </ul>
<b>Ações indiretas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Educação Ambiental visando a preservação das águas superficiais, subterrâneas, despoluição dos canais de drenagem, e a conscientização dos proprietários quanto ao uso de agrotóxicos e desmatamento das margens dos rios;</li> <li>✓ Ampliação da rede de esgotamento sanitário doméstica e industrial</li> <li>✓ Coleta e destinação adequada de resíduos sólidos</li> <li>✓ Aumento das redes de drenagem urbana de águas pluviais, com ações de manutenção e limpeza de canais de drenagem</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	
✓ Médio e longo prazo	
<b>Agentes envolvidos</b>	
✓ PMVC, INEMA, Embasa, SIHS, Ibama, ANA	
<b>Estatégias e indicadores de monitoramento</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Monitoramento da qualidade das águas de corpos hídricos, através da coleta e análise de indicadores em pontos de controle</li> <li>✓ Monitoramento remoto da situação ambiental através do suporte de geotecnologias</li> </ul>	
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fundos estaduais de Recursos Hídricos e Meio Ambiente</li> <li>✓ Recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;</li> <li>✓ Empresas de saneamento, geração de energia elétrica e usuários;</li> <li>✓ Fundo Nacional de Meio Ambiente;</li> <li>✓ Orçamento Geral da União;</li> <li>✓ Orçamento de Estado, Município e Comitês de Bacias;</li> <li>✓ Compensação financeira por parte de usuários beneficiados;</li> <li>✓ Mecanismo de Desenvolvimento Limpo / Protocolo de Kyoto;</li> <li>✓ Organismos Internacionais (ONG, GEF, BIRD, etc.);</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa de Conservação e Manejo das Águas</i></b>
	✓ Financiamento de bancos de investimento oficiais (Banco do Brasil e BNDES).
<b>Custos</b>	Para estimativa dos custos serão necessários estudos específicos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

#### Quadro 14 - Programas e Projetos: Programa de Ação Ambiental

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa de Ação Ambiental</b>
<b>Descrição de Programa</b>	
<p>Consiste na proposta de implementação de um programa composto por diferentes frentes de ação/sub-programas, que atuam de maneira conjunta para a melhoria das condições ambientais na zona urbana e rural de Vitória da Conquista, através de diretrizes e ações para dotar o município de estratégias para mobilizar e viabilizar a atuação conjunta entre órgão municipais, estaduais e federais, sociedade civil, ONG e instituições relacionadas, para garantir uma política de gestão ambiental, democrática, sustentável e socialmente justa.</p>	
<b>Justificativa</b>	
<p>A perda da qualidade ambiental pela crescente depreciação das áreas verdes e áreas protegidas existentes em zona urbana e periurbana, com aumento de intervenções para supressão e remoção de árvores, depreciação de praças, lagoas e outras áreas de vulnerabilidade ambiental, ações de ocupação irregular, associadas a problemas de saneamento.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implementar programa de conscientização da população quanto ao uso e preservação de seus recursos naturais, patrimoniais e culturais, para melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida de seus habitantes.</li> <li>✓ Promover projetos de ações integradas, por parte de entidades governamentais, civis e empresariais, destinadas à mudança do cenário atual, para atingir a qualidade ambiental e de vida dos habitantes.</li> <li>✓ Promover o desenvolvimento em bases socialmente justas e ecologicamente sustentáveis, através do reforço e aperfeiçoamento da educação, infra-estrutura socioeconômica e do sistema produtivo, num processo envolvendo parcerias das mais diversas.</li> <li>✓ Capacitar entidades e agentes municipais e também da sociedade civil, para atuar na proteção do meio ambiente e na gestão da cidade.</li> </ul>	
<b>Projetos e Programas Associados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Programa de Educação Ambiental</b> Consiste ações voltadas para a realização de atividades educacionais, para todos os níveis de ensino, buscando conscientizar e capacitar pessoas sobre assuntos relativos ao tema meio ambiental, como a preservação e conservação de recursos, desenvolvimento sustentável, agroecologia, manejo da terra, alimentação, saúde,</li> </ul>	

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa de Ação Ambiental</b>
<p>entre outros, realizando atividades práticas e teóricas sobre temas como: produção de alimentos orgânicos, plantio e produção de mudas, compostagem, arborização e manutenção de áreas verdes urbanas, iniciativas de reciclagem, turismo ecológico, etc.</p>	
<p>✓ <b>Programa de Ações Ambientais</b></p> <p>Consiste em proposta de ações para mobilizar a população, a prefeitura e os demais agentes sociais, para realização de ações de cunho diverso para promoção de melhorias socioambientais no município, abrangendo as áreas urbanas e rurais. Para isso deve ser implementado um conjunto de esforços e recursos financeiros, para de maneira estratégica e planejada, promover melhorias no saneamento básico, sustentabilidade de atividades agrosilvopastoris, preservação do meio ambiente e redução das pressões, inclusão social, revitalização de áreas urbanas e áreas verdes, etc, através de atividades como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Promover projetos de ações integradas, por parte de entidades governamentais, civis e empresariais, para garantir a qualidade ambiental e urbana, com níveis compatíveis com o que é estabelecido pela legislação;</li> <li>- Produção e plantio de mudas</li> <li>- Arborização urbana com espécies frutíferas ou nativas</li> <li>- Coleta seletiva e iniciativas de reciclagem</li> <li>-Planejamento de ações e projetos para melhoriaa do saneamento, pavimentação de ruas, preservação de fragmentos florestais, construção de infraestruturas e áreas de lazer</li> <li>- Organização de feiras livres</li> <li>- Formação de grupos e comitês para mobilização social</li> <li>- Valorização do turismo ecológico</li> </ul>	
<p>✓ <b>Projeto dos Núcleo Ambientais Comunitários</b></p> <p>Projetos de construção e ativação de núcleos ambientais comunitários, para realização de cursos, capacitação, eventos, reuniões, bem como atividades de hortas comunitárias, compostagem, agroecologia, produção, venda e troca de mudas, sementes, alimentos orgânicos, produtos de agricultura familiar, entre outras ações de cunho socioambiental. Buscando também contribuir para um movimento de adoção das áreas públicas dos bairros, envolvendo a população no processo de criação de áreas verdes, através de jardins, canteiros coletivos, hortas etc.</p> <p>Promoção de cursos de capacitação em apicultura, meliponicultura, agroecologia, compostagem, alimentação natural e agricultura orgânica com criação de hortas e núcleos comunitários. Construção de viveiros para produção de mudas características da região, privilegiando aquelas em risco de extinção, a fim de possibilitar o fornecimento das mesmas para arborização da cidade e incentivar a preservação das espécies;</p>	
<p>✓ <b>Programa de Arborização e Valorização de Áreas Verdes</b></p>	



<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa de Ação Ambiental</b>
<p>Programa de valorização e manutenção de áreas verdes e espaços públicos nas zonas urbanas/urbanizadas na sede de Vitória da Conquista e nas povoações distritais, com objetivo de criar e requalificar os espaços existentes, suprindo a carência de praças, parques, jardins e áreas públicas arborizadas, que contribuem diretamente para qualidade ambiental ao meio urbano e para a qualidade de vida aos seus habitantes, com aumento do conforto térmico, incremento de locais sombreados, áreas de esporte e lazer, atuando também como áreas de amortiguação e de infiltração de água pluviais, aumentando o índice de permeabilidade do solo urbano e mitigando problemas de drenagem e enxurradas. Alcançando a mudanças propostas através de ações como:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>○ Promover ações para recuperação das áreas verdes urbanas</li> <li>○ Elaboração de projetos para construção e revitalização de espaços para atividades de lazer, como praças e parques ecológicos, garantindo a função social das áreas e espaços verdes do município;</li> <li>○ Capacitar entidades e agentes municipais e também da sociedade civil, para atuar na proteção do meio ambiente e na gestão da cidade;</li> <li>○ Ação de produção e plantio de mudas frutíferas, ornamentais e nativas, nas áreas urbanas da sede e dos distritos</li> <li>○ Contribuir com ações de adoção de áreas verdes, praças e canteiros urbanos, por moradores dos bairros e comunidades.</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Identificação e caracterização através do Plano Diretor Urbano, os pressupostos para ações de qualificação e recuperação ambiental do território distrital, com definição de estratégia para aplicação dos recursos e para planejamento das ações;</li> <li>✓ Capacitar e treinar agentes envolvidos na gestão dos recursos ambientais, bem como dos usuários e atores envolvidos diretamente na utilização e exploração dos recursos</li> <li>✓ Elaboração e detalhamento de projetos específicos para implementação do Programa</li> <li>✓ Elaboração de projetos para construção de espaços para atividades de lazer, como praças e parques ecológicos;</li> <li>✓ Capacitar entidades e agentes municipais e também da sociedade civil, para atuar na proteção do meio ambiente e na gestão da cidade;</li> <li>✓ Ação de produção e plantio de mudas frutíferas, ornamentais e nativas, nas áreas urbanas da sede e dos distritos;</li> <li>✓ Auxiliar a criar e implantar os núcleos comunitários socioambientais, espaço para ações de capacitação, educação ambiental e para comercialização e troca de produtos locais;</li> <li>✓ Contribuir com ações de adoção de áreas verdes, praças e canteiros urbanos, por moradores dos bairros e comunidades.</li> </ul>



<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa de Ação Ambiental</b>
<b>Ações indiretas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Disciplinamento da ocupação rural e urbana, com fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção o do equilíbrio ecológico e o crescimento econômico.</li> <li>✓ Fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção o do equilíbrio ecológico</li> <li>✓ Disciplinamento da ocupação rural e urbana, com fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção o do equilíbrio ecológico e o crescimento econômico.</li> <li>✓ Fomento de atividades públicas e privadas compatíveis com a manutenção o do equilíbrio ecológico</li> <li>✓ Elaboração e implementação de programa de educação ambiental</li> <li>✓ Garantir a função social das áreas e espaços verdes do município;</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	
Programa de médio prazo de implementação gradual continuada	
<b>Agentes envolvidos</b>	
✓ PMVC, Inema, Embasa, SIHS, Conder, CAR/SEPLAN, Ibama, Sebrae	
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fundos estaduais de Recursos Hídricos e Meio Ambiente</li> <li>✓ Recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;</li> <li>✓ Empresas de saneamento, geração de energia elétrica e usuários;</li> <li>✓ Fundo Nacional de Meio Ambiente;</li> <li>✓ Orçamento Geral da União;</li> <li>✓ Orçamento de Estado, Município e Comitês de Bacias;</li> <li>✓ Mecanismo de Desenvolvimento Limpo / Protocolo de Kyoto;</li> <li>✓ Organismos Internacionais (ONG, GEF, BIRD etc.);</li> <li>✓ Financiamento de bancos de investimento oficiais (Banco do Brasil e BNDES).</li> </ul>
<b>Custos</b>	Para estimativa dos custos serão necessários estudos específicos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 15 - Programas de Valorização Socioambiental de Áreas Conservação**

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa de Valorização Socioambiental das Áreas de Conservação</i></b>
<b>Descrição</b>	
<p>Consiste em ações e esforços direcionados para o desenvolvimento de um sistema de parque urbanos e unidades de conservação, abrangendo áreas de relevante valor ecológico existentes no município, consideradas prioritárias e com potencial de aproveitamento como áreas para atividades de lazer e para turismo ecológico. As áreas incluídas no Programa são: Lagoa das Bateias, Lagoa do Jurema, Poço Escuro, Serra do Periperi, Rio Verruga, Parque <i>Melocactus Conoideus</i>, entre outras.</p>	
<b>Justificativa</b>	
<p>A degradação e falta de regulamentação e controle dos espaços protegidos compromete qualidade ambiental das áreas verdes, com impactos sobre recursos hídricos e solo, sobre fragmentos de vegetação, e sobre a própria poluição urbana, que é prejudicada pela vulnerabilidade a problemas sociais, pela criminalidade, saúde pública, conflitos de ocupação e uso do solo, expansão urbana desordenada, entre outros fatores críticos que comprometem a qualidade socioambiental em áreas protegidas.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Regularizar as Unidades de Conservação existentes nos municípios, como Serra do Periperi, revisando sua poligonal, definindo sua zona de amortecimento, plano de manejo, zoneamento e o conselho gestor responsável.</li> <li>✓ Garantir a função social dos ecossistemas e áreas verdes, criando e recuperando espaços de entretenimento e lazer para a população de Vitória da Conquista e seus visitantes, garantindo a sustentabilidade e manutenção desses espaços;</li> <li>✓ Regularizar os cenários de uso e ocupação desordenada do solo;</li> <li>✓ Implementar programa de conscientização da população quanto ao uso e preservação de seus recursos naturais, patrimoniais e culturais, para melhoria da qualidade ambiental e qualidade de vida de seus habitantes;</li> <li>✓ Promover a participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando o desenvolvimento social, especialmente para as populações rurais distritais e no entorno de áreas protegidas;</li> <li>✓ Implementação da zona estratégica para conservação do patrimônio natural, a partir a criação, regulamentação e recuperação de áreas de interesse ambiental do município, a partir da criação de corredores ecológicos e áreas de conservação.</li> </ul>	
<b>Projetos e Programas Associados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Planos de Manejo de Unidades de Conservação</li> <li>✓ Projeto do Parque Ecológico Urbano do Rio Verruga</li> <li>✓ Projeto do Parque Urbano da Lagoa das Bateias</li> <li>✓ Projeto do Parque Urbano Lagoa do Jurema</li> <li>✓ Projeto do Parque Urbano da Serra do Periperi e Poço Escuro</li> </ul>	

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa de Valorização Socioambiental das Áreas de Conservação</i></b>
<p>✓ Projeto de Implantação da Zona de Conservação do Patrimônio Natural, como ação estratégica para segurança geo-hidro-ambiental.</p>	
<b>Ações diretas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Qualificar agentes e atores sociais envolvidos no processo de tomada de decisão e gestão dos recursos ambientais e áreas protegidas, bem como dos usuários e atores envolvidos diretamente na utilização e exploração dos recursos;</li> <li>✓ Cumprir o Zoneamento Ambiental proposto para a sede municipal;</li> <li>✓ Ações de proteção da UC existentes através de cercamento;</li> <li>✓ Propor a criação e novas áreas de conservação, integradas aos corredores ecológicos previstos pelo ZEE;</li> <li>✓ Monitorar a qualidade ambiental dos ecossistemas protegidos;</li> <li>✓ Promover ações de fiscalização e controle de uso das áreas de conservação;</li> <li>✓ Regulamentar e fiscalizar atividades de extração de recursos, bem como de uso e ocupação do solo, como ações de mineração, remoção de terra e cascalho, remoção de madeira, exploração de águas superficiais e subterrâneas etc.</li> <li>✓ Criar e estabelecer área perimetral de proteção e amortecimento de áreas de preservação;</li> <li>✓ Regulamentação e enquadramento no SNUC – Sistema Nacional de Unidades de conservação, com implementação de instrumentos de gestão</li> <li>✓ Controlar os impactos da expansão urbana desordenada na área de proteção e amortecimento</li> <li>✓ Implementar Plano de Manejo para manutenção e recuperação das áreas dos Parques e das infraestruturas pertencentes ao mesmo;</li> <li>✓ Desenvolvimento de projeto integrado de cunho ecológico, abrangendo o desenvolvimento do turismo, educação, pesquisa e outras atividades ligadas ao meio ambiente, valorizando as áreas de interesse ambiental do município</li> </ul>
<b>Ações indiretas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover o apoio e a cooperação entre instituições pública, privadas, organizações não-governamentais, e a sociedade civil, para o desenvolvimento de projetos, pesquisas científicas e ações integradas para a gestão ambiental das áreas de valor ambiental;</li> <li>✓ Identificação e caracterização através do Plano Diretor Urbano, os pressupostos para ações de qualificação e recuperação ambiental do território municipal, com definição de estratégia para aplicação dos recursos e para planejamento das ações;</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa de Valorização Socioambiental das Áreas de Conservação</i></b>
	✓ Fortalecimento dos instrumentos existentes de participação e controle social, bem como os de monitoramento e controle por parte do estado
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	
	✓ Curto e médio prazo
<b>Agentes envolvidos</b>	
	✓ PMVC, INEMA, EMBASA, SIHS, CONDER, CAR/SEPLAN, IBAMA, SEBRAE
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fundos estaduais de Recursos Hídricos e Meio Ambiente</li> <li>✓ Recursos da cobrança pelo uso dos recursos hídricos;</li> <li>✓ Empresas de saneamento, geração de energia elétrica e usuários;</li> <li>✓ Fundo Nacional de Meio Ambiente;</li> <li>✓ Orçamento Geral da União;</li> <li>✓ Orçamento de Estado, Município e Comitês de Bacias;</li> <li>✓ Organismos Internacionais (ONG's, GEF, BIRD etc.); e</li> <li>✓ Financiamento de bancos de investimento oficiais (Banco do Brasil e BNDES).</li> </ul>
<b>Custos</b>	Para estimativa dos custos serão necessários estudos específicos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 16 - Programas e Projetos: Programa de Requalificação das Estradas vicinais**

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa de Requalificação das Estradas Vicinais</i></b>
<b>Descrição</b>	
<p>Programa de planejamento e ações para aprimoramento da qualidade das infraestruturas viárias em zonas rurais e distritais, baseado em um conjunto práticas de estruturação e manejo de vias para que sejam mais resilientes aos processos de deterioração dos leitos de rolamentos por erosões hídricas, formação de sulcos, ravinas e voçorocas, bem como aos problemas de transporte e acúmulo de sedimentos, que comprometem a qualidade ambiental de corpos hídricos próximos à malha vicinal.</p> <p>Busca garantir melhores condições de mobilidade, segurança e sustentabilidade ao sistema de vias vicinais, aumentando a eficiência e a durabilidade frente aos fenômenos hídricos, fazendo o aproveitamento dos efluentes pluviais para infiltração e recarga de aquíferos e nascentes.</p>	
<b>Justificativa</b>	
<p>Ocorrência generalizada de problemas relativos à degradação do estado de conservação das estradas vicinais, com condições de mobilidade precárias, com risco de acidentes e impossibilidade de deslocamento em períodos mais críticos de chuva, dificultando a dinâmica de transporte entre meio rural e sítio urbano. Presença de situações de vulnerabilidade ambiental nas áreas sob influência das vias, decorrentes de pressões e impactos sobre solo, recursos hídricos e vegetação, com elevados custos para a gestão pública em reparar e manter a rede viária, e danos imensuráveis e mesmo irreversíveis ao estado de conservação ambiental.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conter e mitigar processos de degradação do solo por erosões hídricas;</li> <li>✓ Garantir a mobilidade, com segurança e sustentabilidade da rede vicinal, através da requalificação manutenção do estado de conservação da infraestrutura viária;</li> <li>✓ Converter os efluentes das enxurradas nos períodos de chuva, em estruturas capazes de suportar e ainda auxiliar na captação e infiltração da água, para recarga de mananciais hídricos;</li> <li>✓ Garantir da infraestrutura viária para atendimento do sistema de mobilidade capaz de atender às novas demandas de acesso e transporte de carga e passageiros no município e no distrito aeroportuário.</li> </ul>	
<b>Projetos e Programas Associados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>Programa Produtor de Água (ANA)</b> O Programa Produtor de Água, ainda que possa gerar algum benefício individual, tem como principal objetivo a execução de ações que alterem, de modo considerado benéfico à coletividade, a qualidade, a quantidade e o regime de vazão das bacias hidrográficas, por meio de práticas de manejo e conservação do solo, que contribuam para melhorias na qualidade da cobertura vegetal, dos recursos hídricos, mitigando problemas de erosão hídrica e sedimentação do solo, e aumento do aproveitamento e infiltração das águas no meio rural, com diretrizes e proposições específicas para o manejo da vias vicinais.</li> <li>✓ <b>Programa de Saneamento Ambiental no Meio Rural</b> Programa voltado para o desenvolvimento do sistema de saneamento básico no meio rural, direcionado para ações e projetos de âmbito sustentável e socialmente</li> </ul>	

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa de Requalificação das Estradas Vicinais</i></b>
<p>justo, com proposição de soluções de baixo impacto, com alta abrangência e eficiência para enfrentar as incertezas críticas relacionadas ao esgotamento sanitário, ao manejo dos resíduos, e principalmente à drenagem de águas pluviais no sistema viário rural e em sua zona de influência.</p> <p>✓ <b>Programa de Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial</b> Projeto de implementação de Sistema de Integrado Informações Geográficas, com aplicação de geotecnologias para o controle e monitoramento do sistema viário municipal, assim como das atividades e ações de uso e ocupação da sua área de influência. Servindo de subsídio para a administração pública como instrumento de gestão, fiscalização e planejamento do objeto de interesse.</p>	
<b>Ações diretas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Manutenção e recuperação da infraestrutura de vias vicinais, pela da realização de obras de pavimentação, construção de mecanismos de drenagem pluvial, ajuste no projeto e traçado do leito de rolamento e para maior resiliência e eficiência ambiental;</li> <li>✓ Mitigação de pressões e impactos ambientais em áreas de influência de vias, contendo processos de degradação do solo por erosão hídrica;</li> <li>✓ Identificação e caracterização através do Plano Diretor Urbano, os pressupostos para ações de qualificação e recuperação ambiental do território municipal, definindo estratégias para aplicação dos recursos e para planejamento das ações</li> <li>✓ Capacitar e treinar agentes envolvidos na gestão do sistema viário, de funcionários, operadores de máquinas, e também os usuários, sobre a utilização, manutenção e manejo de vias;</li> <li>✓ Elaboração e detalhamento de projetos específicos para implementação do Programa</li> <li>✓ Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos</li> <li>✓ Controlar e fiscalizar ações de ocupação e uso indevido de áreas de vias e faixas de servidão;</li> <li>✓ Promover o uso sustentável das vias, com captação e reaproveitamento de efluentes de drenagem para recarga de aquíferos e corpos hídricos;</li> <li>✓ Desenvolver e melhorar sistema de transporte que conecta a cidade aos distritos e às suas vilas e povoados;</li> <li>✓ Estruturar novas vias de circulação dentro das comunidades, criando ciclovias, calçadas e paisagismo dentro das comunidades, respeitando as normas de acessibilidade.</li> </ul>
<b>Ações indiretas</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incremento do saneamento básico</li> <li>✓ Melhora do sistema de mobilidade terrestre</li> <li>✓ Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa de Requalificação das Estradas Vicinais</i></b>
	assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga. ✓ Estabelecer diálogo com os órgãos gestão do transporte e de estradas, para possibilitar captação de recursos, ações e projetos para melhorias no sistema viário;
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	
✓ Programa de médio a longo prazo	
<b>Agentes envolvidos</b>	
✓ PMVC, INEMA, EMBASA, SIHS, ANA, DNIT	
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	✓ Fundos estaduais de Recursos Hídricos e Meio Ambiente ✓ Orçamento Geral da União; ✓ Orçamento de Estado e Município ✓ Organismos Internacionais (ONG, GEF, BIRD etc.); ✓ Financiamento de bancos de investimento oficiais (Banco do Brasil e BNDES);
<b>Custos</b>	Para estimativa dos custos serão necessários estudos específicos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

### 8.3. ZONEAMENTO AMBIENTAL

O Zoneamento Ambiental do território do município de Vitória da Conquista foi elaborado com base no mapeamento da cobertura vegetal estadual realizada pelo Inema, publicada em 2019, com caracterização atualizada da cobertura do solo no estado da Bahia. Neste mapeamento são identificadas as áreas nas quais ocorrem os principais fragmentos de cobertura vegetal no município, ecossistemas de Caatinga, Cerrado, Floresta Estacional e Ombrófila, além de corpos d'água, áreas urbanizadas, rodovias e áreas antropizadas associadas principalmente às atividades agrosilvopastoris.

Na Figura 2 é exposto o mapa de cobertura do solo do município. O Quadro 17 exhibe informações sobre os quantitativos das áreas para cada Zona. A Figura 3 mostra o percentual de cada classe identificada para o território do município.

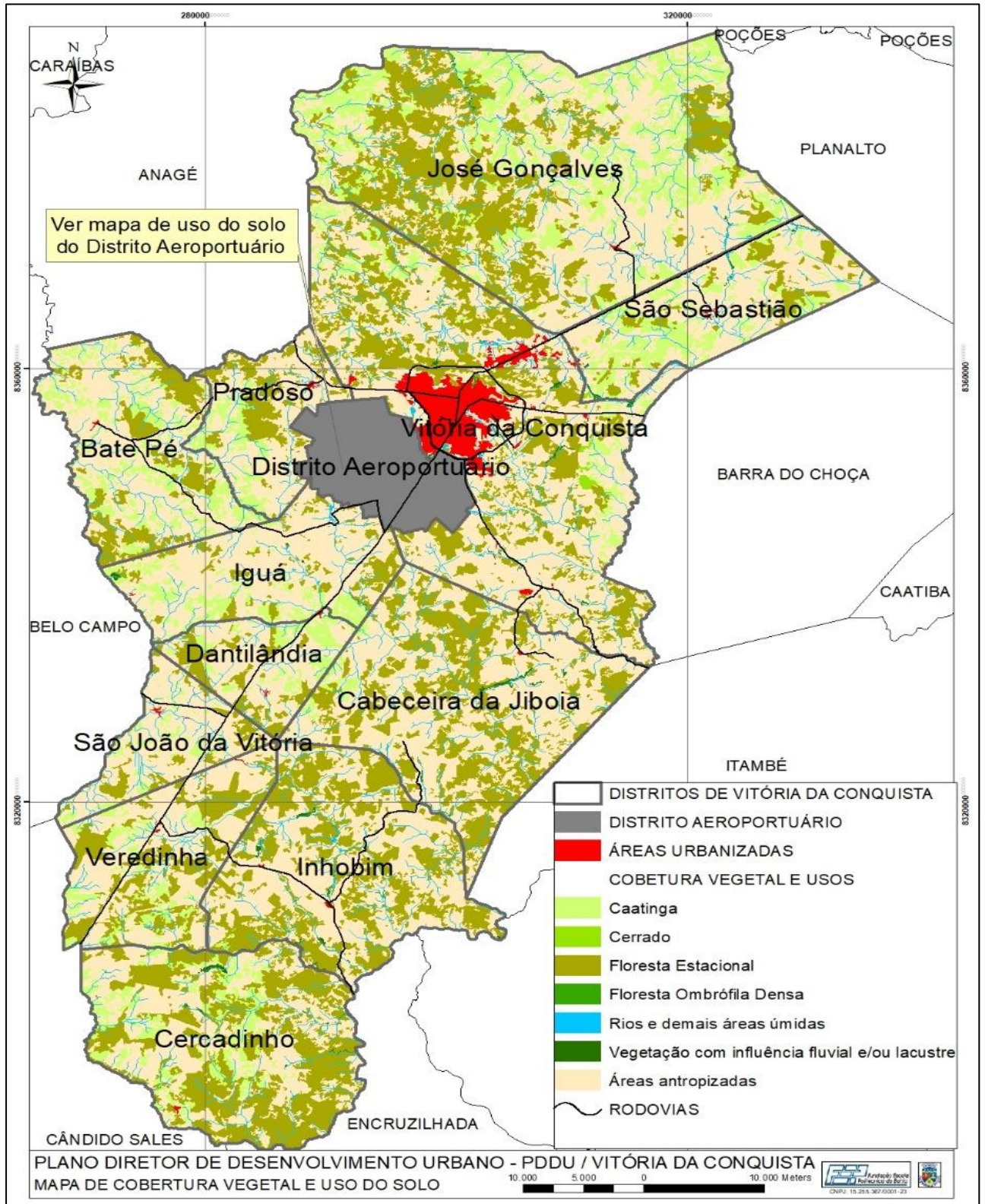
**Quadro 17 - Quadro quantitativo por áreas de cobertura do solo**

USOS E COBERTURA DO SOLO		
USOS DO SOLO	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
CERRADO	251,7	0,05
FLORESTA ESTACIONAL	114.902,9	21,88
CAATINGA	48.739,7	9,29
VEGETAÇÃO INFLUENCIA FLUVIAL OU LACUSTRE	1.619,7	0,31
ÁREAS ANTROPIZADAS	358.612,5	68,34
CORPOS D'ÁGUA	609,3	0,12
FLORESTA OMBRÓFILA DENSA	33,3	0,01
TOTAL	426.329,0	100

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

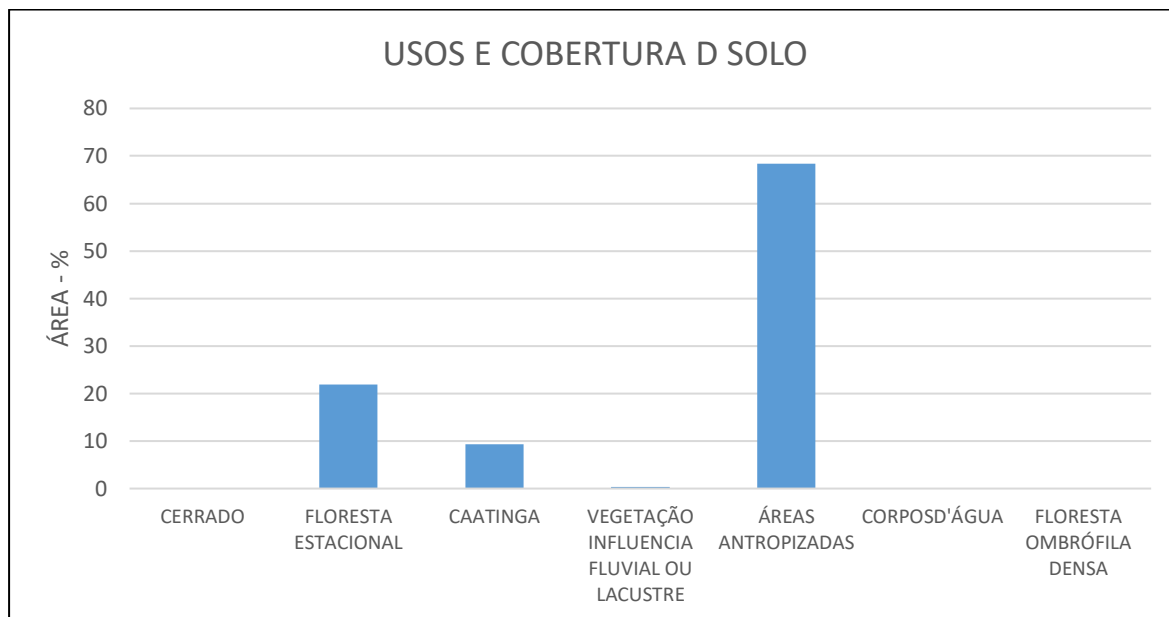


Figura 2 - Mapa de Cobertura Vegetal e Usos do Solo



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Figura 3 - Gráfico de percentuais por áreas de cobertura do do solo**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

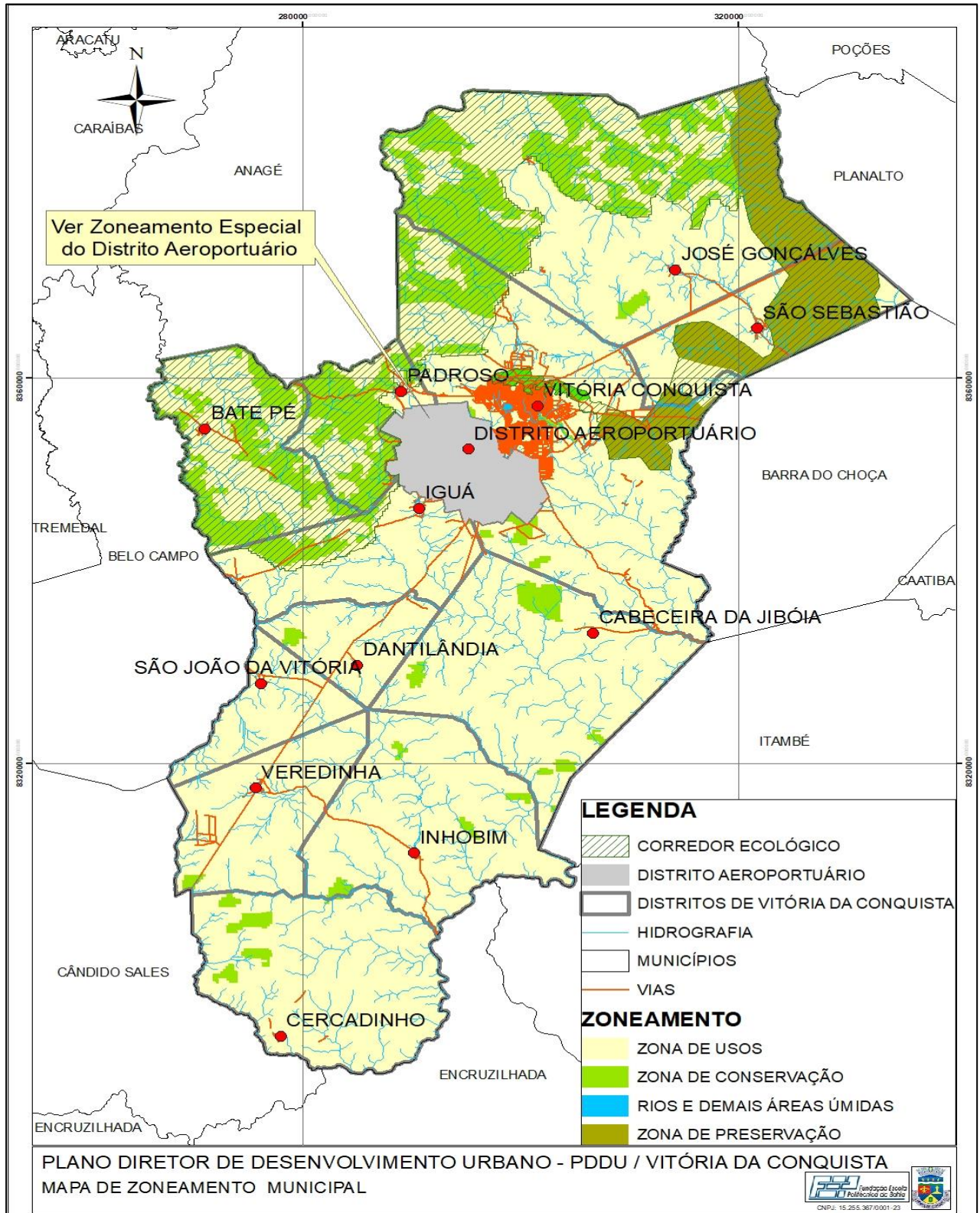
### 8.3.1. Zoneamento do Território Municipal

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01) define como um dos seus instrumentos o Zoneamento Ambiental como uma forma de se realizar o planejamento municipal, devendo definir diretrizes para a proteção ambiental. Este item apresenta a proposta de Zoneamento para o município de Vitória da Conquista, considerando zonas voltadas para a preservação, a conservação e o uso.

O Zoneamento Ambiental para o território municipal de Vitória da Conquista está exibido na Figura 4. O zoneamento proposto tem como base o mapeamento da cobertura vegetal estadual realizada pelo Inema, publicada em 2019 e o Zoneamento Ecológico Econômico do Estado. Neste mapeamento são identificadas as áreas nas quais ocorrem os principais fragmentos de cobertura vegetal no município e áreas de interesse ambiental, também considerando os corpos d'água e as áreas de uso, relativas às atividades econômicas, especialmente agrosilvopastoris.



**Figura 4 - Mapa de Zoneamento Ambiental do Território Municipal**



---

Para a elaboração do Zoneamento Ambiental cada elemento de importância foi considerado, a partir do entendimento que:

- O território municipal encontra-se em elevado grau de antropização, em função dos usos históricos, com a cobertura vegetal nativa, originalmente de grande diversidade, altamente fragmentada;
- Os recursos hídricos superficiais do município, em sua maior parte, de caráter intermitente, encontram-se muito alterados, com presença de processos de erosão das margens, assoreamento dos leitos, eutrofização de suas águas e baixa cobertura de matas ciliares;
- As Unidades de Conservação atualmente existentes, todas municipais, não estão devidamente implementadas, carecendo de Plano de Manejo, Zoneamento, Conselho Gestor, Zona de Amortecimento e, para alguns casos, demandando de enquadramento na categoria do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).
- As vias e estradas vicinais do município encontram-se em estado de vulnerabilidade, por falta de qualidade de infraestrutura viárias e de meios de transporte coletivo que atendam a atual demanda existente no distrito, acarretando impactos sócio-ambientais e econômicos, no que tange o sistema de transporte de carga e passageiros.
- A necessidade de implementação de ações e políticas estratégicas para a qualificação sócio-ambiental do município e para a preservação de recursos geo-hidro-ambientais

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) mostra-se assim, como uma oportunidade para a regularização de algumas situações deletérias verificadas, com o estabelecimento de diretrizes e consequente implementação de ações e programas que venham aumentar a qualidade ambiental dos diversos compartimentos de interesse, elevando os ativos do município e gerando melhor qualidade de vida, de forma sustentável. Longe de ser uma proposição associada à preservação do território, este zoneamento busca proporcionar um maior equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social e a conservação ambiental, indicando as áreas mais significativas para a proteção do meio ambiente e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável.

O Zoneamento Ambiental do município de Vitória da Conquista, adota três Zonas, descritas no Quadro 18:

- ✓ Zona de Preservação;
- ✓ Zona de Conservação;
- ✓ Zona de Uso.

**Quadro 18 - Descrição das Zonas propostas para o Zoneamento Ambiental do município**

ZONA	DESCRIÇÃO
<p><b>Zona de Preservação</b></p>	<p>A Zona de Preservação corresponde àquela que será alvo de diretrizes associadas à preservação dos elementos físico-ambientais: recursos hídricos, cobertura vegetal, fauna. É constituída dos seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Área definida como prioritária pelo Zoneamento Ecológico Econômico do estado da Bahia para a criação de corredor ecológico</li> <li>• Área definida como prioritária pelo Zoneamento Ecológico Econômico do estado da Bahia para a criação Unidade de Conservação de Uso Sustentável</li> <li>• Poligonal do Parque Municipal da Serra do Periperi.</li> <li>• Poligonal do Parque Municipal do Rio Verruga;</li> <li>• Parque Urbano da Lagoa das Bateias.</li> </ul> <p>Se constituem ainda em Zona de Preservação as Áreas de Preservação Permanente (APP) dos corpos d'água superficiais, e áreas de reserva legal conforme definido pelos termos da Lei Federal nº. 12.651/12 e decretos que a regulamentam.</p>
<p><b>Zona de Conservação</b></p>	<p>A Zona de Conservação corresponde àquela que será alvo de diretrizes associadas à conservação dos elementos físico-ambientais: recursos hídricos, cobertura vegetal, fauna, sendo, porém, permitidos usos sustentáveis, dentro das normas da legislação ambiental e de recursos hídricos. O objetivo da delimitação desta zona é a conservação da elevada biodiversidade</p>

ZONA	DESCRIÇÃO
	<p>do território municipal e dos recursos hídricos superficiais. É constituída dos seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragmentos do ecossistema caatinga</li> <li>• Fragmentos do ecossistema cerrado</li> <li>• Fragmentos do ecossistema floresta estacional</li> <li>• Fragmentos do ecossistema floresta ombrófila densa</li> <li>• Vegetação com influência fluvial e/ou lacustre</li> <li>• Zona de Amortecimento preliminarmente proposta para o Parque Municipal da Serra do Periperi.</li> <li>• Zona de Amortecimento preliminarmente proposta para o do Parque Municipal do Rio Verruga.</li> </ul>
<b>Zona de Uso</b>	<p>A Zona de Uso envolve aquelas áreas que se encontram com usos alternativos do solo, como áreas de produção agropecuária, de silvicultura, áreas de solo exposto, ou seja, todas aquelas áreas que apresentam qualidade ambiental alterada por ação antrópica.</p>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

Além destas três zonas, são ainda destacados dois elementos adicionais: as estradas e os recursos hídricos superficiais, para os quais este zoneamento também propõe diretrizes específicas.

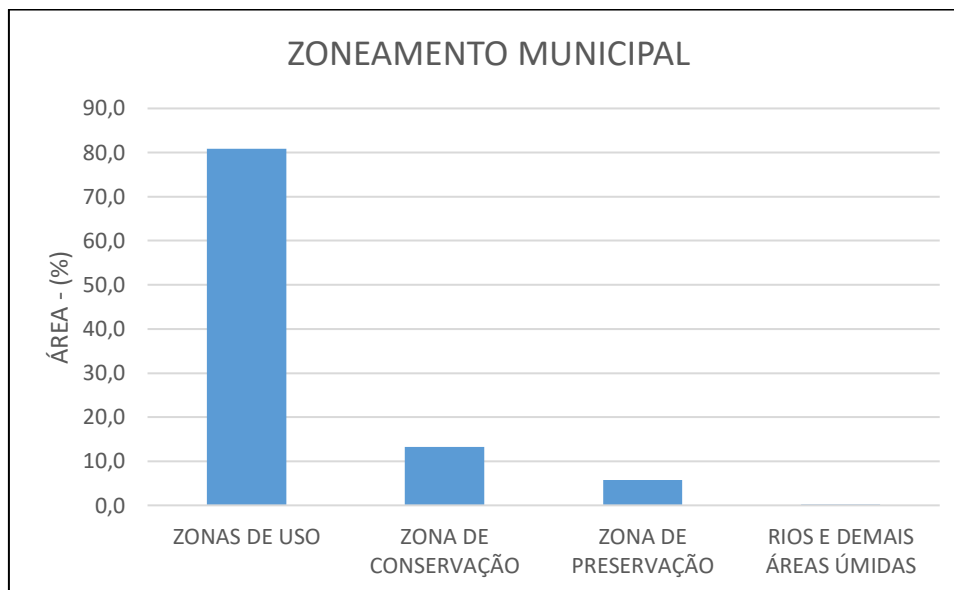
O Quadro 19 exibe informações sobre os quantitativos das áreas para cada Zona. A Figura 5 mostra gráfico com o percentual das áreas para cada Zona.

**Quadro 19 - Quadro quantitativo por áreas do Zoneamento Ambiental**

ZONEAMENTO MUNICIPAL		
ZONEAMENTO AMBIENTAL MUNICIPAL	ÁREA (ha)	ÁREA (%)
ZONAS DE USO	344.623,2	80,8
ZONA DE CONSERVAÇÃO	56.716,1	13,3
ZONA DE PRESERVAÇÃO	24.380,4	5,7
RIOS E DEMAIS ÁREAS ÚMIDAS	609,3	0,1
TOTAL	426.329,0	100

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

**Figura 5 - Gráfico de percentuais por áreas do Zoneamento Ambiental**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

O Quadro 20 **Erro! Fonte de referência não encontrada.** apresenta as diretrizes definidas para cada Zona estabelecida, bem como para as estradas e para os recursos hídricos.

**Quadro 20 - Diretrizes para o Zoneamento Ambiental do Município de Vitória da Conquista**

ZONA	DIRETRIZES
ZONA DE PRESERVAÇÃO	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Preservar os fragmentos florestais existentes, bem como a biodiversidade associada</li> <li>✓ Recuperar as áreas degradadas</li> <li>✓ Recompôr a cobertura vegetal nativa por meio de ações de plantio</li> <li>✓ Realizar estudos para criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável (APA) e corredor ecológico com conexão ao Parque Municipal Urbano do Rio Verruga, contíguo à sede municipal, cuja categoria deverá ser definida;</li> <li>✓ Realizar estudos para enquadramento do Parque Municipal da Serra do Periperi, avaliação/redefinição de sua poligonal e estabelecimento de sua Zona de Amortecimento;</li> </ul>

ZONA	DIRETRIZES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Preservar os parques urbanos da Lagoa das Bateias, Lagoa do Jurema, Rio Verruga e Serra do Periperi;</li> <li>✓ Realizar ações de fiscalização coibindo o desmatamento das matas ciliares e ocupação irregular de APP dos corpos hídricos superficiais;</li> <li>✓ Controlar conflitos de uso relativos a expansão da ocupação urbana, da agropecuária, etc.</li> <li>✓ Incentivar o desenvolvimento do ecoturismo local e de projetos de sustentabilidade e cunho socioambiental</li> <li>✓ Regularizar UC, implementando os instrumentos de gestão e controle</li> <li>✓ Fomentar o desenvolvimento de atividades compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico, compatibilizando as relações entre o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ambiental</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>ZONA DE CONSERVAÇÃO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conservar os remanescentes de ecossistemas nativos;</li> <li>✓ Estimular a conexão entre fragmentos, criando corredores para a fauna nativa e unidades de conservação;</li> <li>✓ Recuperar áreas degradadas;</li> <li>✓ Coibir atividades que comprometam a estabilidade dos solos</li> <li>✓ Controlar e regulamentar a expansão urbana e a ocupação do solo</li> <li>✓ Requalificação da infraestrutura de áreas de conservação para propiciar atividades de esporte e lazer</li> </ul>
<p style="text-align: center;"><b>ZONA DE USO</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estimular licenciamento ambiental de atividades sujeitas a este instrumento</li> <li>✓ Coibir e fiscalizar o uso irregular de agroquímicos</li> <li>✓ Preservar parques urbanos e áreas verdes da sede municipal</li> <li>✓ Regularizar o saneamento ambiental, coibindo o lançamento de esgotos domésticos nos corpos d'água e a disposição irregular de resíduos sólidos</li> </ul>



ZONA	DIRETRIZES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fiscalizar a ação das indústrias e o atendimento aos condicionantes do licenciamento ambiental municipal</li> <li>✓ Incentivar a implementação de sistemas produtivos sustentáveis</li> <li>✓ Controlar a expansão urbana desordenada através de instrumento e tecnologias de gestão territorial</li> </ul>
ESTRADAS/VIAS	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Conter e mitigar processos de degradação do solo por erosão hídrica</li> <li>✓ Garantir a mobilidade, com segurança e sustentabilidade da rede vicinal, através da requalificação manutenção do estado de conservação da infraestrutura viária</li> <li>✓ Manutenção e recuperação da infraestrutura de vias vicinais, com incremento da qualidade dos leitos de rolamento e mecanismos de drenagem de águas pluviais.</li> <li>✓ Mitigação de pressões e impactos ambientais em áreas de influência de vias;</li> <li>✓ Estabelecer diálogo com os órgãos gestão do transporte e de estradas, para possibilitar captação de recursos, ações e projetos para melhorias no sistema viário;</li> <li>✓ Promover esforços para a preservação da vegetação e corpos hídricos presentes nas faixas de serviço e zonas de influência das vias,</li> <li>✓ Implementar e cumprir o zoneamento territorial proposto pelo PDDU</li> <li>✓ Controlar e fiscalizar ações de ocupação e uso indevido de áreas de vias e faixas de servidão</li> <li>✓ Melhorar a qualidades das vias vicinais e da mobilidade rural;</li> <li>✓ Promover o uso sustentável das vias, com captação e reaproveitamento de efluentes de drenagem para recarga de aquíferos e corpos hídricos;</li> <li>✓ Realizar projetos e obras para pavimentação, drenagem e recuperação de vias</li> </ul>

ZONA	DIRETRIZES
<p><b>RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Adequar a gestão conforme Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos</li> <li>✓ Observar definições dos Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento das Águas Superficiais;</li> <li>✓ Estabelecer parceria com Comitês de Bacia e Inema para a recuperação da disponibilidade das águas superficiais em termos de qualidade e quantidade;</li> <li>✓ Recuperar matas ciliares</li> <li>✓ Controle efetivo do uso do solo, coibindo atividades com efeito deletério sobre os recursos hídricos;</li> <li>✓ Garantir postura mais ativa por parte do setor público, instituições e sociedade civil, na atuação para gestão dos recursos hídricos no município.</li> <li>✓ Criar rotina de fiscalização, monitoramento e gestão da situação de uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, coibindo a ocupação de APP</li> <li>✓ Realizar ações de comunicação e educação ambiental que orientem as populações rural e urbana sobre a importância da preservação dos recursos hídricos;</li> <li>✓ Regularizar sistema de gestão e controle sobre poços de captação subterrânea, nascentes e minadouros, implementando de um inventário georreferenciado do mesmo</li> <li>✓ Estimular a participação do município, usuários e sociedade civil na gestão das águas por meio dos Comitês de Bacia;</li> <li>✓ Regularizar as Unidades de Conservação (UC) do município, revisando suas poligonais, categorias, elaborando Plano de Manejo e criando Conselhos Gestores</li> </ul>

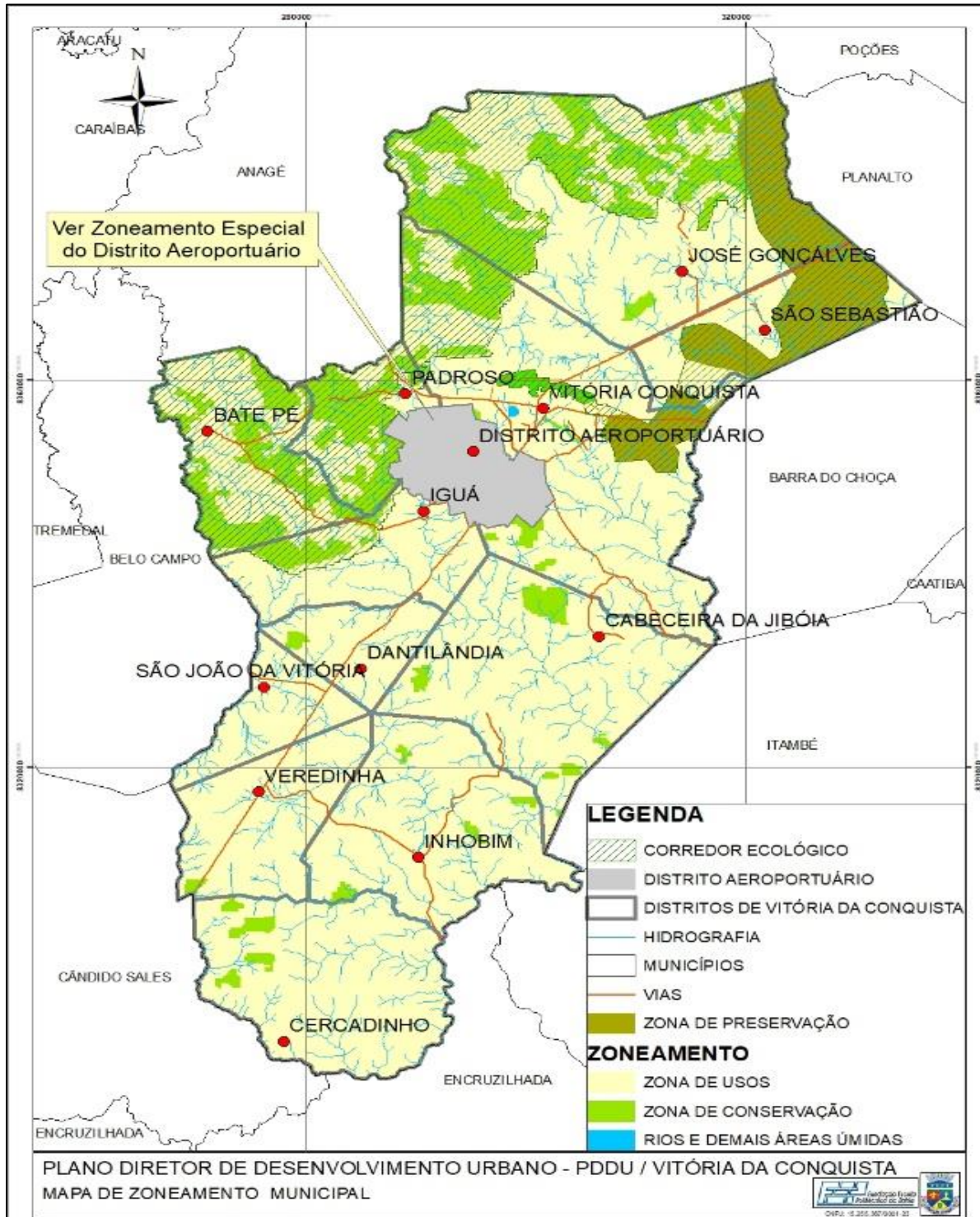
Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

Este PDDU propõe ainda a criação do corredor ecológico (Figura 6), abrangendo área com ocorrência de maior índice de zonas de preservação, conforme previsto pelo Zoneamento Econômico Ecológico do estado da Bahia e por bases cartográficas atuais do Inema, com

identificação de cobertura do solo, baseado nas diretrizes. A criação de uma área para implantação do corredor ecológico é de grande relevância como ação estratégica para provisão de segurança geo-hidro-ambiental ao município de Vitória da Conquista, com uma área de *115859,7 hectares*, abrangendo parte dos territórios dos distritos de Bate-Pé, Pradoso, José Gonçalves, São Sebastião e distrito sede, envolvendo inclusive a Serra do Periperi.

A escolha da área proposta, foi feita com base na elaboração de estudo de diagnóstico e prognóstico, baseado em indicadores e características físico-ambientais do território, baseado pelo Zoneamento Econômico Ecológico do estado da Bahia, e por análise de cobertura do solo por bases cartográficas atuais do Inema.

Figura 6 – Proposta de Corredor Ecológico do Planalto da Conquista



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

### **1.2.1 Zoneamento Especial da Sede Municipal**

As Áreas Especiais compreendem partes do território que exigem tratamento urbanístico especial diante de particularidades ambientais, culturais, de uso e ocupação, sobrepondo-se ao zoneamento. Na Figura 7 são expostas as áreas de Zoneamento Especial da Sede Municipal de Vitória da Conquista.

Em seguida são apresentados itens contendo o detalhamento sobre as Unidades de Conservação que estão parcial ou totalmente englobadas pela sede, abordando sua descrição, proposições e normas associadas:

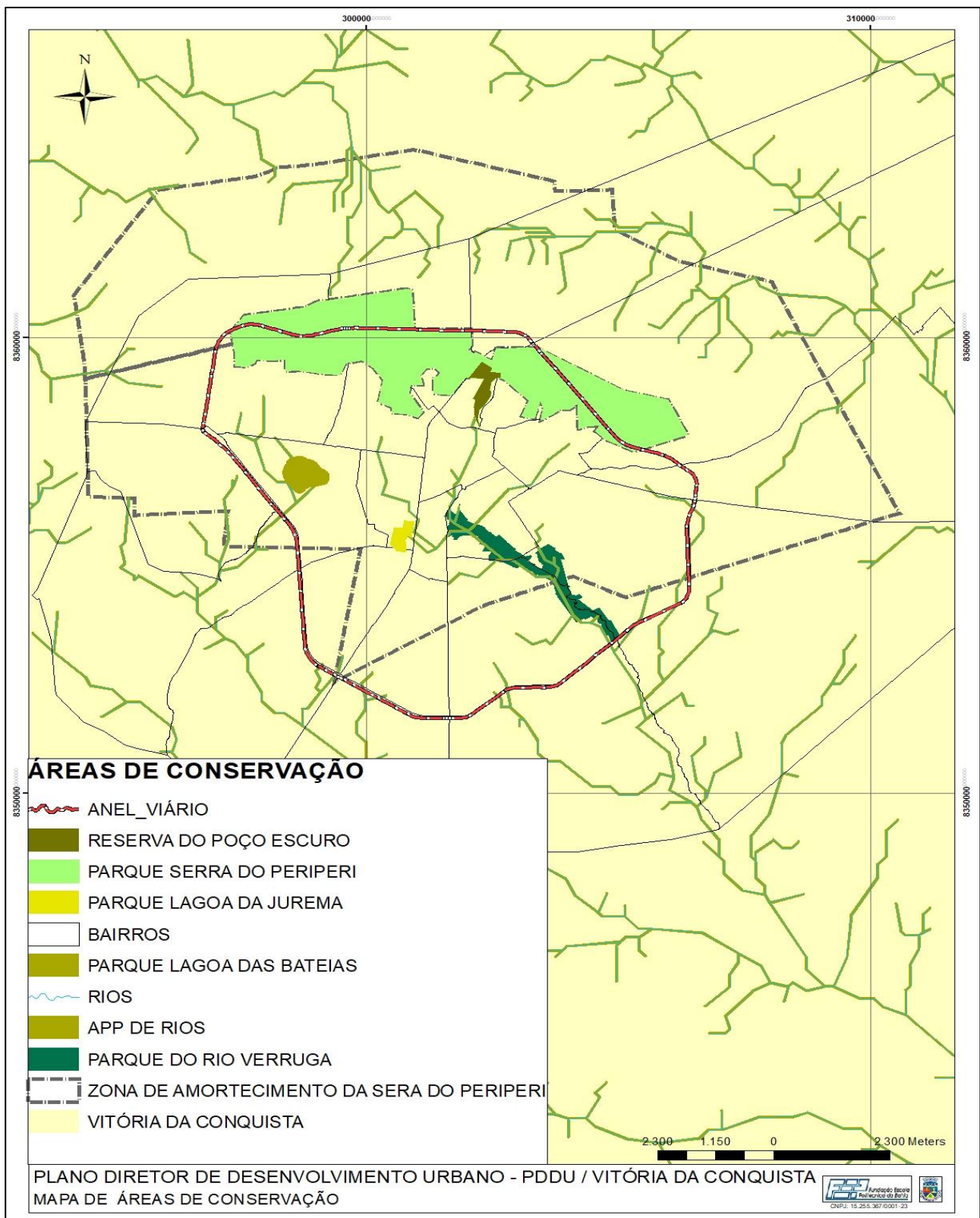
- ✓ Parque Municipal Urbano da Lagoa da Bateias;
- ✓ Parque Municipal da Serra do Periperi;
- ✓ Parque Municipal Urbano da Lagoa da Jurema;
- ✓ Parque Municipal Urbano do Rio Verruga.

Importante destacar que as Unidades de Conservação, para serem consideradas como tal, devem estar enquadradas em categoria estabelecida pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação, o SNUC, o qual inclusive não prevê a categoria Parque Municipal Urbano, e sim Parque Municipal. Além disso, as UC devem ser cadastradas nos sistemas nacional e estadual de UC, ter implementados instrumentos como zoneamento e plano de manejo, e, ainda, possuir conselho gestor. As UC de Proteção Integral precisam ter zona de amortecimento delimitadas.

Com a avaliação realizada na fase de diagnóstico se verificou que as UC do município precisam ser urgentemente implementadas, enquadradas e valorizadas.



**Figura 7 - Zoneamento Ambiental Especial da Sede Municipal**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

### **1.2.1.1 Diretrizes associadas ao Parque Municipal Urbano da Lagoa das Bateias**

As Unidades de Proteção Integral visam a manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais, com uso e integração ao espaço urbano restringido somente para atividades de lazer.

A lagoa das Bateias foi criada pelo barramento de um conjunto de áreas úmidas que constituíam a nascente do riacho Santa Rita, sub-bacia do rio Santa Rita, bacia do rio Verruga. Está localizada em região noroeste da sede do município, no bairro Bateias, com acessos através da Av. Alagoas e pela Av. Brumado, que por sua vez dá acesso à Av. Lagoa das Bateias, que circunscreve a lagoa.

Apesar de ter passado por processo de revitalização e melhorias, a nível de infraestrutura urbana e também ambiental, o Parque das Bateias ainda permanece em situação ambientalmente indesejada, por motivos como o descarte irregular de resíduos sólidos, a disposição de efluentes contaminados, degradação ambiental, falta de manutenção da infraestrutura existente, falta de segurança pública, entre outros problemas associados principalmente ao processo de expansão urbana desordenada.

A Figura 8 mostra a poligonal da UC, destacando o tecido urbano consolidado em seu entorno.

Sua criação se deu por meio do Código Municipal do Meio Ambiente - Lei nº1.410/2007 – Artigo 23.

São propostas para a UC as seguintes diretrizes:

- ✓ Regular e enquadrar a UC no SNUC, com implementação de instrumentos de gestão e realização de ações efetivas para conservação do Parque;
- ✓ Estabelecer área perimetral de proteção para a poligonal do Parque;
- ✓ Conter a expansão por ocupação urbana desordenada e os problemas associados, relativos ao saneamento básico, vulnerabilidade social e deterioração da qualidade ambiental;

- ✓ Recuperar o leito da lagoa, por contenção dos processos de erosão, sedimentação e contaminação por efluentes e resíduos sólidos;
- ✓ Qualificar a área de Parque para atuação como espaço estruturado e seguro para realização de atividades de esporte e lazer pela população;
- ✓ Realizar ações de Educação Ambiental envolvendo a comunidade, especialmente a população que vive em seu entorno.

**Figura 8 - Poligonal do Parque Municipal da Lagoas das Bateias sobre tecido urbano**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

### **1.2.1.2 Diretrizes associadas ao Parque Municipal da Serra do Periperi**

A Unidade de Conservação abrange a serra que circunda a área norte da cidade de Vitória da Conquista, em extensão de aproximadamente 15 km, com altimetria atingido até pouco mais de 1.000 m. Encontra-se em área divisora de água entre as bacias do rio de Contas ao norte e a do rio Pardo a leste e a sul, envolvendo diversas nascentes como os minadouros do Panorama, de Nossa Senhora Aparecida e do Bebedouro da Onça, além do próprio Poço Escuro, que envolve a nascente do rio Verruga.



A expansão urbana desordenada e a ocupação irregular nas encostas da Serra, associados a ações de desmatamento, a construção de casas, a exploração de recursos ambientais, a disposição inadequada de resíduos e esgoto e a expansão das atividades agrosilvopastoris, configuram os principais conflitos atualmente existentes, os quais modificam a paisagem do local e contribuem para a intensificação dos processos de degradação ambiental.

O Poço Escuro, que está localizado na vertente sul da Serra do Periperi, é o principal testemunho florestal e manancial hídrico preservado em zona urbana da sede do município, constituindo-se em uma área de 17 ha de remanescentes de Mata de Cipó, além de grande diversidade de espécies de Caatinga Savânica e da Mata Atlântica.

Atualmente, o local é utilizado como parque urbano, principalmente para atividades de visitação para lazer, turismo ecológico e para pesquisas científicas, encontrando-se também sob forte pressão da ocupação urbana do seu entorno, entre dois grandes bairros, Guarani e Petrópolis, motivo pelo qual problemas urbanos, como a criminalidade, insegurança e degradação ambiental são os principais fatores críticos aos quais o parque encontra-se vulnerável, demandando estratégias para gestão e preservação,

Na Serra do Periperi também está localizado o Parque *Melocactus conoideus*, instiuido como área de conservação devido à necessidade de proteger o ambiente de ocorrência de espécie de cacto endêmica da região, também conhecido como cabeça-de-frade, o qual dá nome ao parque. A área atualmente encontra-se cercada, reduzindo a ocorrência de impactos ambientais que antes comprometiam a qualidade ambiental local, pela presença de focos de deposição irregular de escombros e resíduos, pontos de retirada de solo para empréstimo, ações de desmatamento e ocupação irregulares.

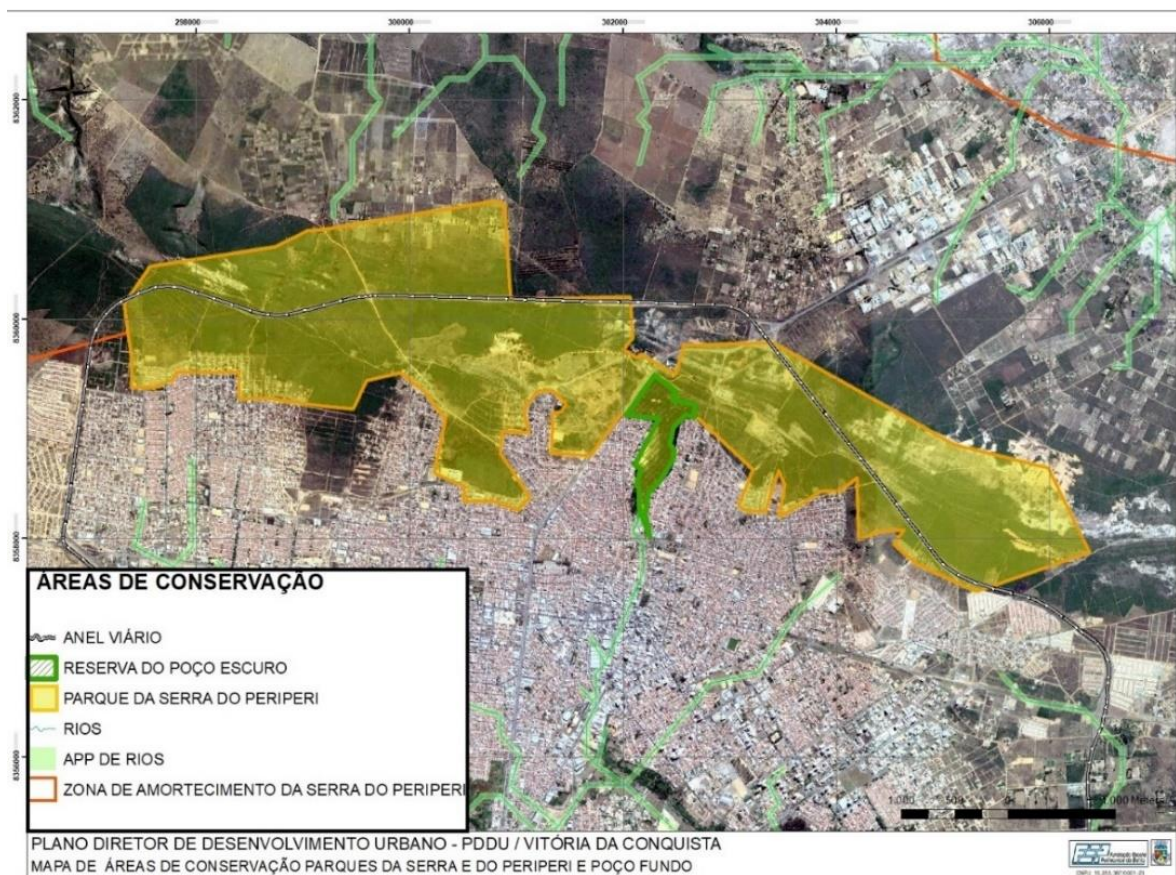
As normas legais associadas a estas três unidades de conservação são:

- ✓ Decreto Municipal nº 8695/96, que declara preservada uma área de 500 hectares, instituindo a área de proteção Serra do Periperi;
- ✓ Decreto nº 9328/98, o qual amplia a área protegida para 1.000 hectares;
- ✓ Decreto Municipal nº 9480/99, o qual instituiu o Parque Municipal da Serra do Periperi e a Reserva Florestal do Poço Escuro em categoria que já não existe no Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC);

- ✓ Decreto nº 10.999/2002, o qual instituiu a área de preservação do *Melocactus conoideus*.

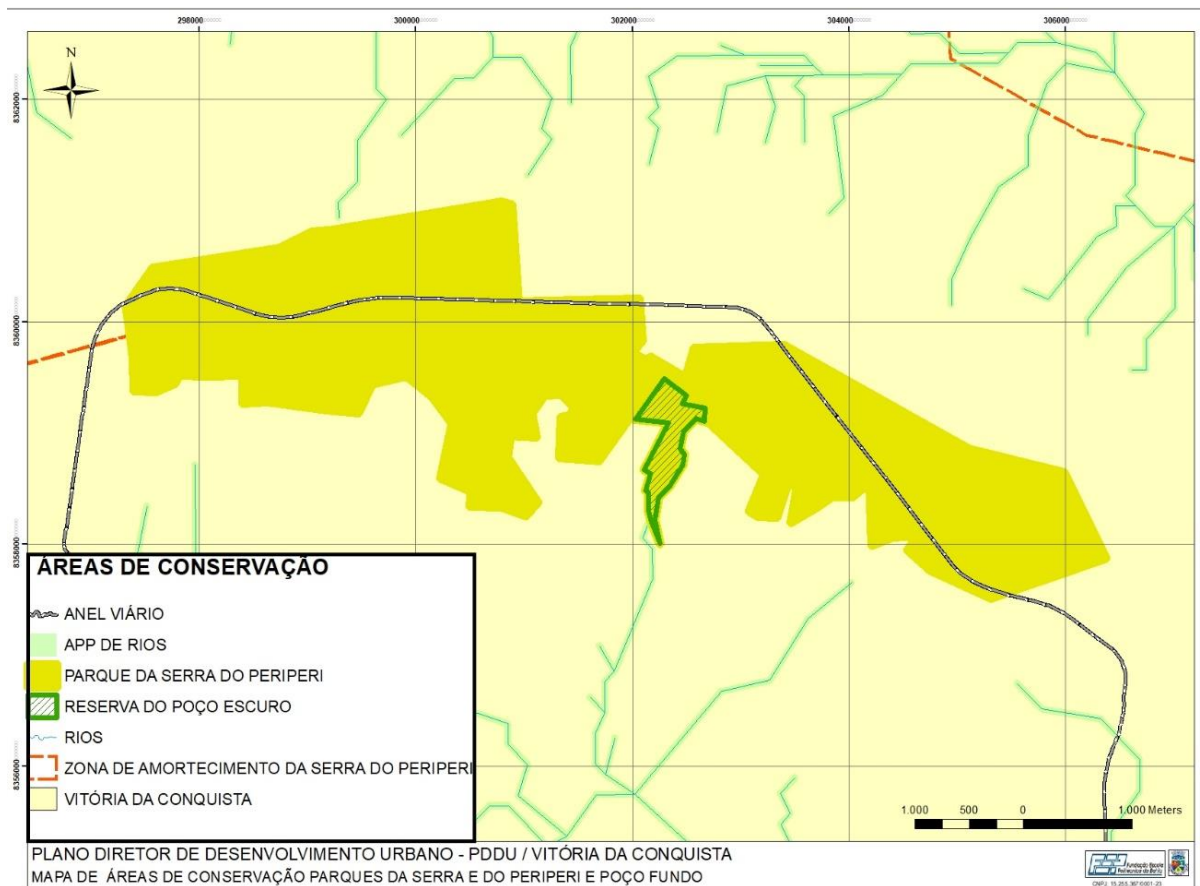
As Figura 9 e Figura 10 mostram a poligonal do Parque da Serra do Periperi e da Reserva Florestal do poço Escuro.

**Figura 9 - Poligonal do Parque da Serra do Periperi sobre tecido urbano**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia FEP (2019)

**Figura 10 – Detalhe da Poligonal do Parque da Serra do Periperi**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

São propostas as seguintes diretrizes para estas UC:

- ✓ Regularizar e fiscalizar atividades de extração de recursos, bem como de uso e ocupação do solo, como ações de mineração, remoção de terra e cascalho, remoção de madeira, exploração de águas superficiais e subterrâneas etc.;
- ✓ Criar e estabelecer área perimetral de proteção e zona de amortecimento à poligonal do Parque;
- ✓ Regularizar e enquadrar as UC no SNUC, com implementação de instrumentos de gestão;
- ✓ Buscar identificar e proteger outras áreas com fragmentos e remanescentes florestais de maior expressão, para que possam contribuir para formação corredores ecológicos. Impor esforços para recuperar e incentivar proprietários de terra do entorno a delimitar e proteger reservas legais;

- ✓ Controlar os impactos da expansão urbana desordenada na área de proteção e zona de amortecimento;
- ✓ Implementar programas e projetos para reduzir os impactos ambientais e urbanos relacionados a enxurradas, alagamentos e transporte de sedimentos nos eventos de chuvas, buscando formas de captar e aproveitar a água pluvial;
- ✓ Implementar Plano de Manejo para manutenção e recuperação da área do Parque e das infraestruturas pertencentes ao mesmo;
- ✓ Desenvolvimento de projeto integrado de cunho ecológico, abrangendo o desenvolvimento do turismo, educação, pesquisa e outras atividades ligadas ao meio ambiente, valorizando as áreas de interesse ambiental do município;
- ✓ Instituir o mosaico de Unidades de Conservação da Serra do Periperi;
- ✓ Criar Corredor Ecológico do Planalto da Conquista (ver item específico).

### **1.2.1.3 Diretrizes associadas ao Parque Municipal Urbano da Lagoa da Jurema**

O Parque Urbano da Lagoa do Jurema situa-se no bairro Jurema, margeando a avenida Integração, parte urbana da rodovia BR-116 (Rio-Bahia), que atravessa a sede municipal, vindo a ser instituído como Unidade de Conservação (UC) Municipal, com uso e integração ao espaço urbano restringido, permitido apenas para atividades de lazer, visando à manutenção de ecossistemas com o mínimo de impactos por alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais. A sua área de preservação corresponde a 30 m da sua linha de borda e de até 50 m em direção às nascentes. Nesse local se situam diversas nascentes do rio Verruga.

Atualmente as principais pressões sobre a UC são o lançamento de efluentes de esgotos domésticos, a maior parte proveniente de ligações clandestinas na rede de drenagem municipal, resultando em mau cheiro e poluição na área e no seu entorno. Presença também muitos pontos de deposição irregular de resíduos sólidos. Foi identificada ainda a presença de ocupações precárias e ações de ocupação irregular da área do Parque, além de problemas de vulnerabilidade social, associados à criminalização da área e proliferação de animais vetores de doenças.



É necessária a aplicação de medidas para recuperação e conservação do solo, da água e da vegetação da mata ciliar da Lagoa do Jurema, bem como mitigação dos problemas socioambientais existentes, de forma a minimizar os impactos negativos que vêm sendo causados à qualidade ambiental e urbanística do Parque e seu entorno.

A UC foi elevada à categoria de Unidade de Conservação em 2007, por força da Lei nº 1.410, que instituiu o Código Ambiental do Município de Vitória da Conquista, passando, desde então, a ter sua área denominada Parque Municipal Urbano da Lagoa do Jurema (PMULJ).

A Figura 11 mostra a poligonal da UC sobre o tecido urbano da sede municipal.

**Figura 11 – Poligonal da UC da Lagoa do Jurema**



As diretrizes que o PDDU apresenta para a UC são:

- ✓ Regular e enquadrar a UC no SNUC, com implementação de instrumentos de gestão e realização de ações efetivas para conservação do Parque;

- ✓ Regularizar e fiscalizar atividades de uso e ocupação do solo local e do seu entorno;
- ✓ Conter a expansão por ocupação urbana desordenada e os problemas associados, relativos ao saneamento básico, vulnerabilidade social e deterioração da qualidade ambiental;
- ✓ Qualificar a área de Parque para atuar como espaço estruturado e seguro para realização de atividades de esporte e lazer pela população;
- ✓ Realizar ações de Educação Ambiental envolvendo a comunidade, especialmente a população que vive em seu entorno e/ou que usufrui dos recursos ambientais e/ou eco serviços prestados pelo manancial.

#### **1.2.1.4 Diretrizes associadas ao Parque Municipal Urbano do Rio Verruga**

O rio Verruga, pertencente à bacia do rio Pardo, tem sua principal nascente no alto da Serra do Periperi, no Poço Escuro, em altitude de cerca de 1.000 m acima do nível do mar, com contribuição de outras nascentes, como a lagoa do Jurema. Seu leito, que apresenta trechos naturais e retelinizados, com canalizações e galerias subterrâneas e superficiais, corta a sede de Vitória da Conquista em direção sul, desaguando no rio Pardo. A sua bacia hidrográfica drena uma área de 918 Km<sup>2</sup>, com padrão de drenagem de seus afluentes e subafluentes majoritariamente perenes.

Seguindo o mesmo padrão de outros rios do município, o Verruga, juntamente com seus afluentes e nascentes, passa por sérios problemas ambientais, decorrentes principalmente do processo descontrolado de urbanização e ocupação do solo, com a redução contínua dos ambientes de entorno e a substituição da vegetação natural das matas ciliares por pastagens, agricultura e o solo exposto. Isso origina problemas e passivos ambientais de ordem diversas, devido ao aumento do escoamento superficial e à redução da infiltração da água no solo, com aumento da vulnerabilidade a processos de degradação por erosão, sedimentação e assoreamento; interferindo no ciclo hidrológico e com sérios prejuízos para o equilíbrio da dinâmica da bacia.

Outras situações de problemas e conflitos socioambientais na microbacia do rio Verruga, estão relacionados à compactação dos solos nas áreas de pecuária, contaminação por efluentes residuários domésticos e industriais, e pelo uso de agrotóxicos, e agroquímicos,

degradação ambiental por atividades mineradoras, e descontrole sobre a deposição irregular de resíduos sólidos, principalmente escombros de demolição e construção civil.

Suas nascentes, inclusive o Poço Escuro, que se encontra em área protegida, é comprometida pela poluição e risco de contaminação devido à sua localização próxima a bairros e áreas de adensamento urbano, com problemas de saneamento básico, e situações de intervenção e aterramento por ações clandestinas.

Atualmente o local foi contemplado com a institucionalização do Parque Ambiental do Rio Verruga, Unidade de Conservação de Proteção Integral, visando à manutenção de ecossistemas com o mínimo de impactos por alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais.

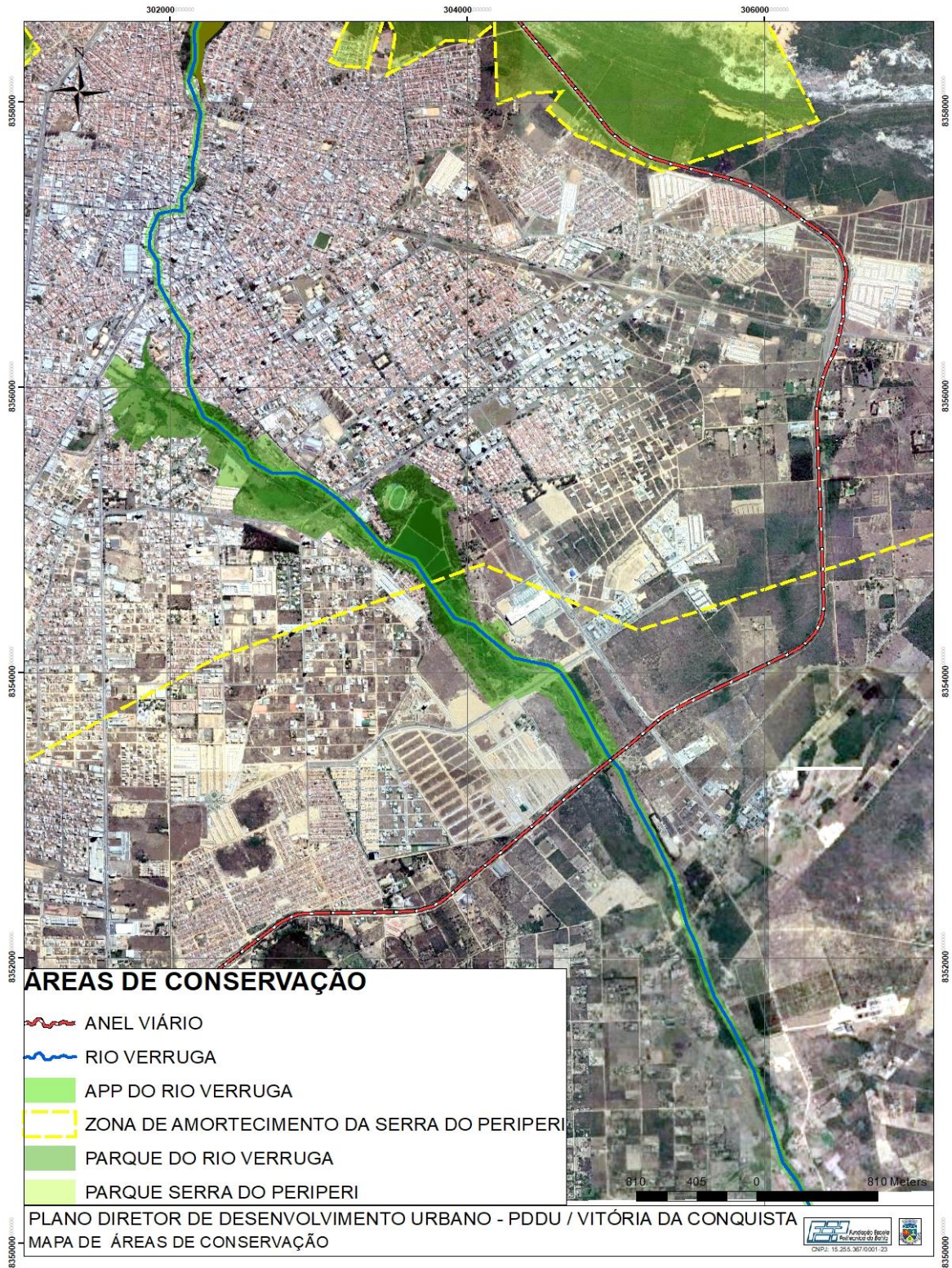
A UC foi instituída pelos Decretos nº 18.720/2018 e 19.394/2019. As Figura 12 e Figura 13 mostram a sua poligonal e localização no tecido urbano da sede municipal.

As diretrizes propostas para a UC são:

- ✓ Regulamentar e enquadrar a UC ao SNUC, com implementação de instrumentos de gestão;
- ✓ Regulamentar e fiscalizar atividades de uso e ocupação do solo, por expansão da área urbana, ocupações irregulares, ações extrativistas para remoção de cascalho, terra, areia, madeira; exploração das águas superficiais e subterrâneas etc.
- ✓ Criar e estabelecer área perimetral de proteção e zona de amortecimento à poligonal do Parque;
- ✓ Conter a expansão por ocupação urbana desordenada e os problemas associados, relativos ao saneamento básico, vulnerabilidade social e deterioração da qualidade ambiental;
- ✓ Recuperar o leito do rio, por meio de contenção dos processos de erosão e assoreamento, contaminação por efluentes e resíduos sólidos, eutrofização etc.;
- ✓ Requalificar a área de borda do rio, para servir como espaço estruturado e seguro para a utilização para esporte e lazer;
- ✓ Realização de estudo e planejamento estratégico para implementação do Parque;
- ✓ Garantir o controle e participação social no processo de implementação do Parque.



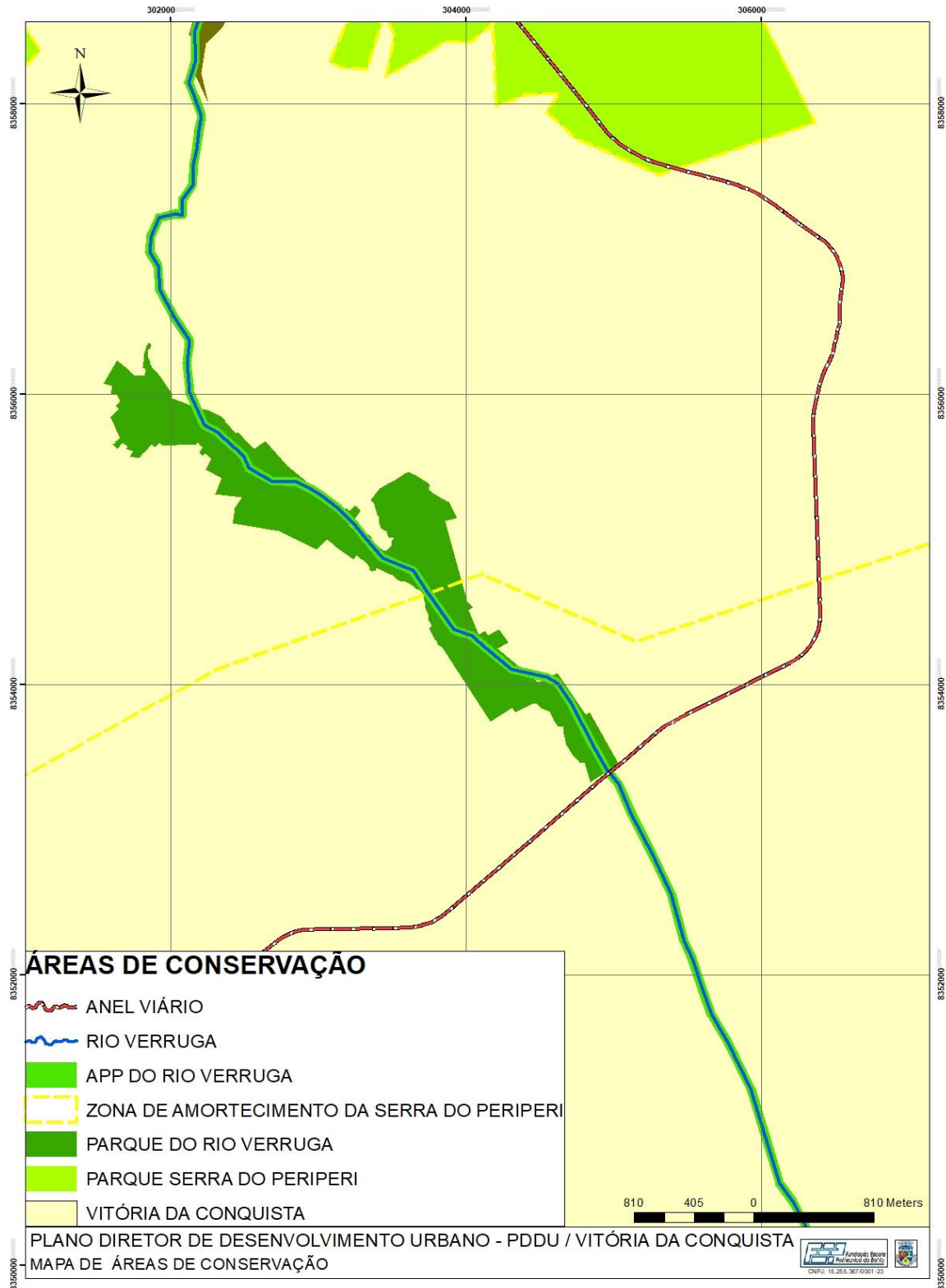
Figura 12 - UC do Parque do Rio Verruga sobre tecido urbano



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)



Figura 13 - UC Parque do Rio Verruga - Detalhe



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

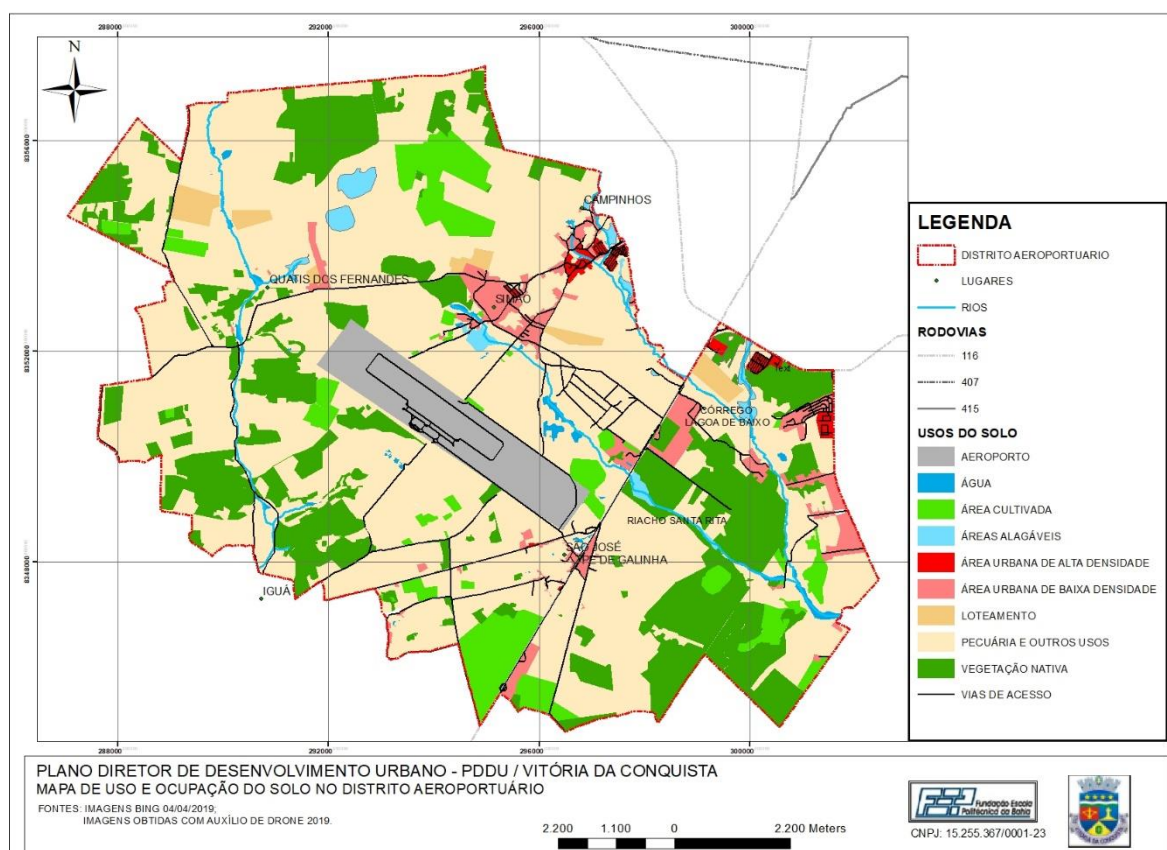
## 1.2.2 Zoneamento Especial do Distrito Aeroportuário

O Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/01), define como um dos seus instrumentos o Zoneamento Ambiental como uma forma de se realizar o planejamento municipal, devendo definir diretrizes para a proteção ambiental. Este item apresenta a proposta de Zoneamento para o distrito do Aeroporto Glauber Rocha no município de Vitória da Conquista, considerando zonas voltadas para a preservação, a conservação e de uso do solo.

O Zoneamento Ambiental toma como base o mapa de cobertura e usos do solo, exibido na **Figura 14**, elaborado com base em imagem gerada por aeromapeamento com drone.

O Quadro 21 exhibe os dados quantitativos das áreas relativas a cada classe de uso, que são expostos em formato de gráfico na Figura 15.

**Figura 14 - Mapa de uso e ocupação do solo no distrito aeroportuário**



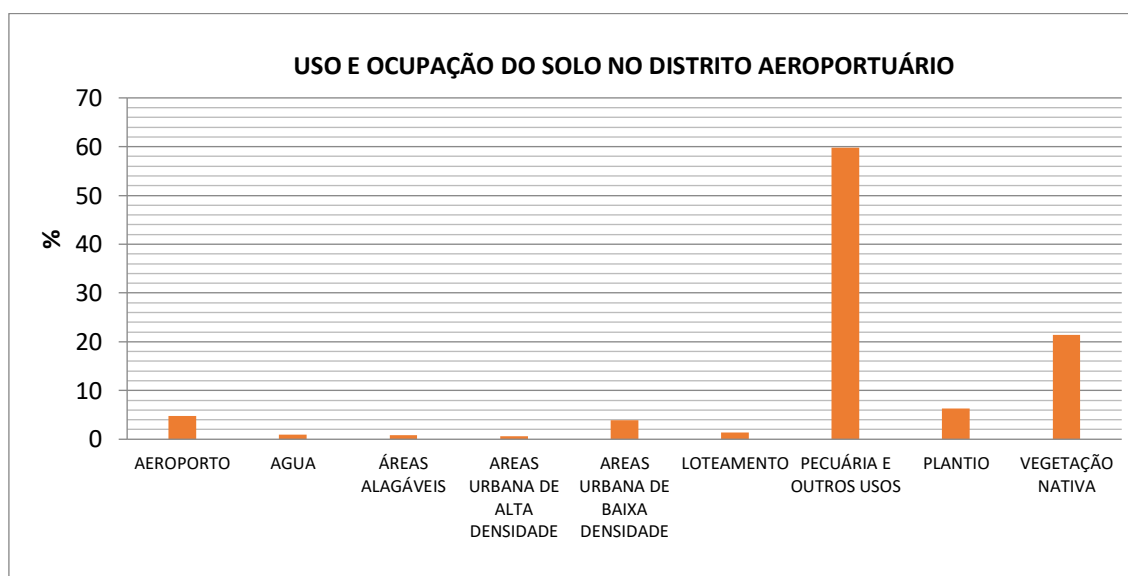
Fonte: Fundação Escola Politécnica – FEP (2018)

**Quadro 21 - Quadro síntese de quantitativos de áreas por ocupação do solo – Distrito Aeroportuário**

USOS DO SOLO	ÁREA (m <sup>2</sup> )	ÁREA (ha)	PORCENTAGEM (%)
AEROPORTO	5.624.261,72	562,43	4,74
ÁGUA	1.140.530,50	114,05	0,96
ÁREAS ALAGÁVEIS	951.322,50	95,13	0,80
AREAS URBANA DE ALTA DENSIDADE	774.798,15	77,48	0,65
AREAS URBANA DE BAIXA DENSIDADE	4.672.584,50	467,26	3,94
LOTEAMENTO	1.631.617,40	163,16	1,37
PECUÁRIA E OUTROS USOS	71.040.618,80	7.104,06	59,84
PLANTIOS	7.426.956,30	742,70	6,26
VEGETAÇÃO NATIVA	25.445.416,20	2.544,54	21,44
<b>TOTAL</b>	<b>118708106,10</b>	<b>11870,81</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Fundação Escola Politécnica – FEP (2018)

**Figura 15 - Gráfico da porcentagem de ocupação do solo por classe - distrito aeroportuário**



Fonte: Fundação Escola Politécnica – FEP (2019)

A partir do mapa de uso de solo foi elaborado um mapa de zoneamento proposto. Neste mapeamento são identificadas as áreas onde ocorrem os fragmentos de cobertura vegetal no município, áreas urbanas/urbanizadas, além de corpos d'água e áreas de uso associadas às atividades econômicas, especialmente agropecuária e silvicultura.

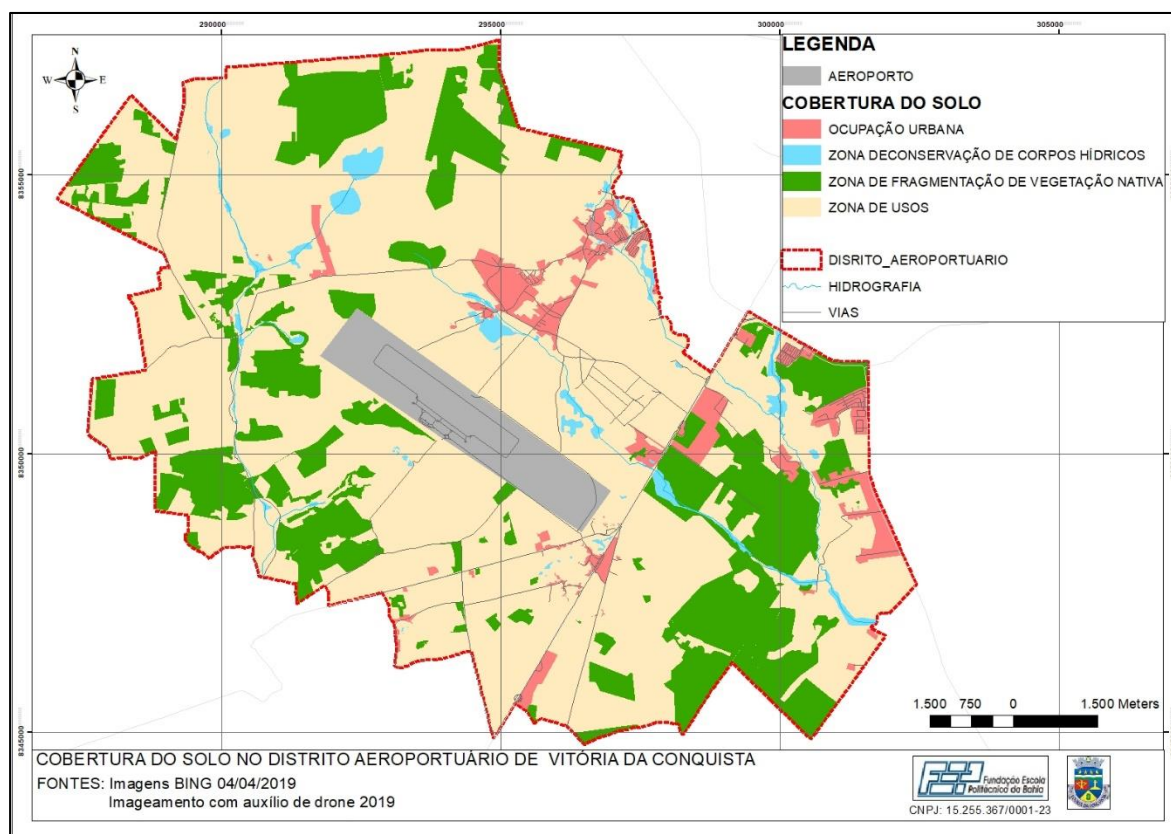
Para a elaboração do Zoneamento Ambiental cada elemento de importância foi considerado, a partir do entendimento que:

- O território municipal encontra-se em elevado grau de antropização, em função dos usos históricos, com a cobertura vegetal nativa, originalmente de grande diversidade, altamente fragmentada;
- Observou-se a presença de corpos hídricos, lagoas, açudes, nascentes, córregos, também, áreas inundáveis, áreas de fragmento de vegetação nativa associadas a charco, núcleo de acumulação de água e drenagem lenta em períodos chuvosos. Apresentando sinais de degradação ambiental e requerendo projetos para a recuperação das áreas de interesse.
- Os recursos hídricos superficiais do município, em sua maior parte, de caráter intermitente, encontram-se muito alterados, com presença de processos de erosão das margens, assoreamento dos leitos, eutrofização de suas águas e baixa cobertura de matas ciliares;
- As vias e estradas vicinais do distrito aeroportuário e do restante do município encontram-se em estado de vulnerabilidade, por falta de qualidade de infraestrutura viárias e de meios de transporte coletivo que atendam a atual demanda existente no distrito, acarretando impactos sócio-ambientais e econômicos, no que tange o sistema de transporte de carga e passageiros.
- No cenário atual, foi constatado um expressivo avanço de loteamentos, tendência a ser considerada e disciplinada nas políticas de ordenamento territorial do distrito aeroportuário e no espaço periurbano do distrito sede.

O Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) e o Plano Diretor Aeroportuário (PDAP) mostram-se como uma oportunidade para a regularização de algumas situações deletérias verificadas, com o estabelecimento de diretrizes e consequente implementação de ações e programas que venham aumentar a qualidade ambiental dos diversos compartimentos de interesse, elevando os ativos do município e gerando melhor qualidade de vida, de forma sustentável. Longe de ser uma proposição associada à preservação do território, este zoneamento busca proporcionar um maior equilíbrio entre o desenvolvimento econômico e social e a conservação ambiental, indicando as áreas mais significativas para a proteção do meio ambiente e aquelas que podem ser utilizadas de forma sustentável.

Na Figura 16 exibe-se o mapa de Zoneamento Ambiental proposto para o distrito aeroportuário. No Quadro 22 estão exibidos os dados quantitativos das áreas relativas a cada Zona, que são expostos em formato de gráfico na Figura 17.

**Figura 16 - Mapa do Zoneamento Ambiental do distrito aeroportuário**



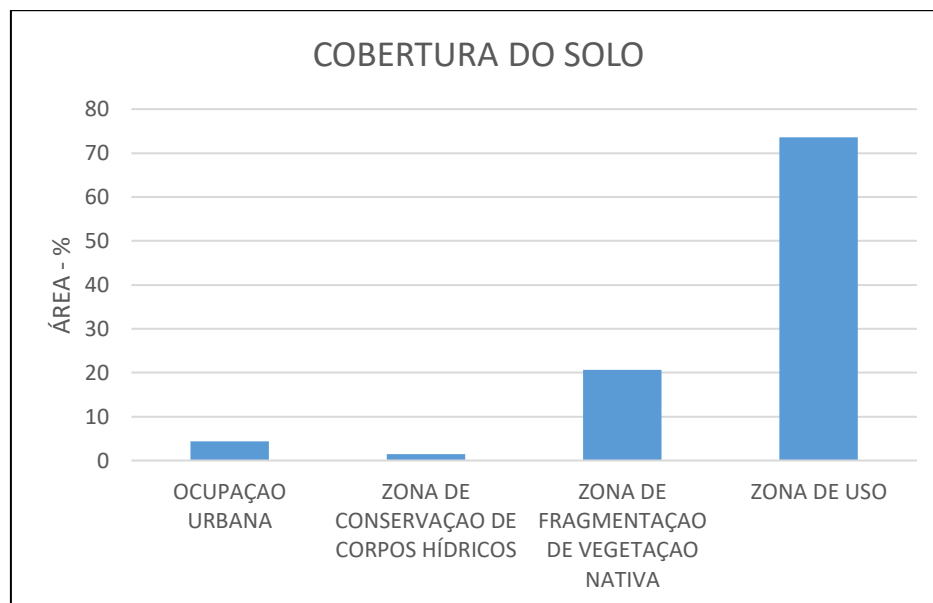
Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 22 - Quantificação das áreas e porcentagens de cobertura do solo por Zonas – Distrito Aeroportuário**

COBERTURA DO SOLO	ÁREA (m <sup>2</sup> )	ÁREA (ha)	(%)
Zona de Ocupação Urbana	5186438,65	518,64387	4,36907
Zona de Conversação de Corpos Hídricos	1715174,38	171,51744	1,44487
Zona de Fragmentação de Vegetação Nativa	24508414,4	2450,8414	20,6459
Zona de Uso	87298078,2	8729,8078	73,5401
<b>Total</b>	<b>118708106</b>	<b>11870,811</b>	<b>100</b>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Figura 17 - Gráfico percentual de áreas de cobertura do solo por Zonas – Distrito Aeroportuário**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

O Zoneamento Ambiental proposto para o distrito do Aeroporto Glauber Rocha no município de Vitória da Conquista, apresentado na Figura 16, adota quatro Zonas:

- Zona de Conservação dos Recursos Hídricos;
- Zona de Fragmentos de Vegetação Nativa;
- Zona de Uso;
- Ocupação Urbana.

O Quadro 23 descreve os atributos de cada zona definida para o Distrito Aeroportuário.

**Quadro 23 - Descrição das Zonas propostas para o Zoneamento Ambiental do Distrito Aeroportuário**

ZONA	DESCRIÇÃO
<b>Zona de Conservação dos Corpos Hídricos</b>	É composta pelos ambientes ocupados por mananciais hídricos superficiais e subterrâneos – rios, lagoas, açudes, nascentes, aquíferos, entre outros - e pelas respectivas áreas de influência e de preservação que compõe o suporte à manutenção desses



ZONA	DESCRIÇÃO
	<p>ecossistemas, motivo de relevância para a preservação de matas ciliares.</p> <p>Se constituem ainda em Zona de Conservação as Áreas de Preservação Permanente (APP) dos corpos d'água superficiais, conforme definido pelos termos da Lei Federal nº. 12.651/12 e decretos que a regulamentam. Estes elementos não são visíveis na escala trabalhada no mapa apresentado na Figura 16.</p> <p>A Zona de Conservação corresponde àquela que será alvo de diretrizes associadas à conservação dos elementos físico-ambientais: recursos hídricos, cobertura vegetal, fauna, sendo, porém, permitidos usos sustentáveis, dentro das normas da legislação ambiental e de recursos hídricos. O objetivo da delimitação desta zona é a conservação da elevada biodiversidade do território do distrito e dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos.</p>
<p><b>Zona de Fragmentos de Vegetação Nativa</b></p>	<p>Esta Zona corresponde àquela que será alvo de diretrizes associadas à preservação dos elementos físico-ambientais relativos à cobertura vegetação nativa e dos ecossistemas e biodiversidade associado aos mesmos.</p> <p>A Zona de Fragmentos de Vegetação Nativa corresponde àquela que será alvo de diretrizes associadas à conservação dos elementos físico-ambientais de cobertura vegetal e fauna, sendo, porém, permitidos usos sustentáveis, dentro das normas da legislação ambiental. O objetivo da delimitação desta zona é a conservação da biodiversidade do território do distrito aeroportuário. É constituída dos seguintes elementos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fragmentos do ecossistema caatinga</li> <li>• Fragmentos do ecossistema cerrado</li> <li>• Fragmentos do ecossistema floresta estacional</li> <li>• Fragmentos do ecossistema floresta ombrófila densa</li> </ul>



ZONA	DESCRIÇÃO
	<ul style="list-style-type: none"> <li>Vegetação com influência fluvial e/ou lacustre, em zonas de amortecimento e de APP.</li> </ul>
<b>Zona de Uso</b>	A Zona de Uso envolve aquelas áreas que se encontram com usos alternativos do solo, como áreas de produção agropecuária, de silvicultura, áreas de solo exposto, ou seja, todas aquelas áreas que apresentam qualidade ambiental alterada por ação antrópica.
<b>Ocupação Urbana</b>	Abrange as áreas de ocupação urbana e a sua infraestrutura, como construções residências e comerciais, vias e estradas, praças, loteamentos, condomínios etc.

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Além destas quatro zonas, são ainda destacados dois elementos adicionais: as estradas e os recursos hídricos superficiais, para os quais este zoneamento também propõe diretrizes específicas.

O Quadro 24 expõe as diretrizes específicas propostas para cada Zona.

**Quadro 24 - Diretrizes propostas para o Zoneamento Ambiental do Distrito Aeroportuário**

ZONA	DIRETRIZES
<b>Zona de Conservação dos Corpos Hídricos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realizar estudos para criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável (APA) e Áreas de Proteção Permanente (APP), associadas a corredores ecológicos;</li> <li>✓ Realizar ações de fiscalização, monitoramento e gestão da situação de uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, coibindo ações degradativas como o desmatamento das matas ciliares e ocupação irregular de APP dos corpos hídricos superficiais;</li> <li>✓ Incentivar o desenvolvimento do ecoturismo local e de projetos de sustentabilidade e cunho socioambiental;</li> <li>✓ Fomentar o desenvolvimento de atividades compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico, compatibilizando as relações entre o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ambiental;</li> </ul>

ZONA	DIRETRIZES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Controle da qualidade da água de mananciais hídricos através de pontos de monitoramento;</li> <li>✓ Gerir a ocupação dos espaços urbanos de forma a evitar pressões ambientais, especialmente a ocupação de áreas de APP, o lançamento irregular de esgotos sanitários e resíduos, e ações de aterramento de corpos hídricos em áreas urbanas;</li> <li>✓ Realizar ações de comunicação e educação ambiental que orientem as populações rural e urbana sobre a importância da preservação dos recursos hídricos;</li> <li>✓ Regulamentar sistema de gestão e controle sobre poços de captação subterrânea, nascentes e minadouros, implementando de um inventário georreferenciado do mesmo;</li> <li>✓ Estabelecer diálogo com o Órgão Ambiental estadual (Inema) para possibilitar ações de fiscalização e ações de recuperação de nascentes e APP;</li> <li>✓ Estimular a participação do município, usuários e sociedade civil na gestão das águas por meio dos Comitês de Bacia;</li> <li>✓ Participar, no que couber, na implementação na política nacional e estadual de recursos hídricos;</li> <li>✓ Propor ações a serem executadas pelo Poder Público Municipal que visem recuperar e garantir a preservação dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos no território do distrito aeroportuário;</li> <li>✓ Recuperação e valorização dos corpos hídricos das áreas rural e urbanas/urbanizadas, possibilitando os usos múltiplos de acordo com o que estabelece a Política de Recursos Hídricos;</li> <li>✓ Controle efetivo do uso do solo, coibindo a implementação de atividades que possam causar ou intensificar efeitos deletérios sobre os recursos hídricos superficiais e subterrâneos;</li> <li>✓ Garantia de um papel mais ativo por parte do município na gestão e regulamentação dos recursos hídricos dentro do distrito aeroportuário.</li> </ul>

ZONA	DIRETRIZES
<p><b>Zona de Fragmentos de Vegetação Nativa</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realizar estudos para criação de Unidade de Conservação de Uso Sustentável (APA), Áreas de Proteção Permanente (APP) e Reservas Legais associadas aos corredores ecológicos propostos;</li> <li>✓ Controlar e regulamentar a expansão urbana e a ocupação por atividades que comprometam a qualidade dos solos</li> <li>✓ Preservar os fragmentos florestais existentes, bem como a biodiversidade associada</li> <li>✓ Recuperar as áreas degradadas e com passivos ambientais</li> <li>✓ Recompôr a cobertura vegetal nativa por meio de ações de plantio</li> <li>✓ Realizar ações de fiscalização coibindo o desmatamento das matas ciliares e ocupação irregular de APP dos corpos hídricos superficiais;</li> <li>✓ Incentivar o desenvolvimento do ecoturismo local e de projetos de sustentabilidade e cunho socioambiental</li> <li>✓ Fomentar o desenvolvimento de atividades compatíveis com a manutenção do equilíbrio ecológico, compatibilizando as relações entre o crescimento econômico com a manutenção do equilíbrio ambiental</li> <li>✓ Criar rotina de monitoramento das áreas de cobertura vegetal, para fiscalizar e controlar ações de impactos degradativos como, queimadas, desmatamento etc.</li> <li>✓ Estabelecer diálogo com o Órgão Ambiental estadual (Inema) para possibilitar ações de fiscalização e recuperação de áreas de remanescentes florestais e de APP;</li> <li>✓ Realizar ações de comunicação e educação ambiental que orientem a população rural e urbana sobre a necessidade da preservação dos fragmentos florestais;</li> <li>✓ Estimular a participação do município, das instituições e da sociedade civil na gestão dos recursos naturais;</li> <li>✓ Promover o plantio de árvores e mudas para a manutenção recuperação das áreas verdes;</li> </ul>

ZONA	DIRETRIZES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover a difusão de informações e tecnologias para o manejo sustentável da vegetação e do solo no ambiente rural, para modelos de atividades agrosilvopastoris equilibrados com a manutenção do meio ambiente.</li> </ul>
<b>Zona de Uso</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Coibir e fiscalizar o uso irregular de agroquímicos;</li> <li>✓ Regularizar o saneamento ambiental, coibindo o lançamento de esgotos domésticos nos corpos d'água e a disposição irregular de resíduos sólidos;</li> <li>✓ Incentivar a implementação de sistemas produtivos sustentáveis</li> <li>✓ Controlar a expansão urbana desordenada através de instrumento e tecnologias de gestão territorial;</li> <li>✓ Estruturação e manutenção das vias locais de acesso;</li> <li>✓ Contenção e mitigação de impactos de contaminação do solo e água, de fenômenos erosivos, processos de degradação e desertificação do solo;</li> <li>✓ Criar rotina de monitoramento dos focos de pressões ambientais, a partir de técnicas e tecnologias disponíveis para identificar, mapear e propor ações mitigadoras sobre processos degradativos e passivos ambientais;</li> <li>✓ Realizar ações de educação ambiental que orientem e capacitem a população rural e urbana para a sustentabilidade e preservação dos recursos ambientais;</li> <li>✓ Regulamentar e fiscalizar as atividades com maior fator de impacto ambiental, como o extrativismo mineral e vegetal, atividades agrosilvopastoris, indústria, entre outras, com o condicionamento dos Planos de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD).</li> </ul>
<b>Ocupação Urbana</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Regulamentação sobre implantação de loteamentos</li> <li>✓ Regulamentar e fiscalizar atividades e impactos por uso e ocupação do território</li> <li>✓ Promover universalização do saneamento básico em áreas urbanas/urbanizadas e rurais;</li> </ul>

ZONA	DIRETRIZES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Revitalização e criação de áreas verdes, praças, espaços comunitários e de lazer;</li> <li>✓ Regular e controlar o processo de expansão urbana no território distrital, cumprindo com restrições e condicionantes relativos à legislação aeroportuária;</li> </ul>
<b>Estras e vias distritais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Garantir a mobilidade, com segurança e sustentabilidade da rede vicinal, através da requalificação e manutenção do estado de conservação da infraestrutura viária</li> <li>✓ Manutenção e recuperação da infraestrutura de vias vicinais, pela realização de obras de pavimentação, construção de mecanismos de drenagem pluvial, ajuste no projeto e traçado do leito de rolamento e para maior resiliência e eficiência ambiental;</li> <li>✓ Mitigação de pressões e impactos ambientais em áreas de influência de vias, contendo processos de degradação do solo por erosão hídrica;</li> <li>✓ Estabelecer diálogo com os órgãos gestores do transporte e de estradas, para possibilitar a captação de recursos, ações e projetos para melhorias no sistema viário;</li> <li>✓ Promover esforços para a preservação da vegetação, solo e corpos hídricos presentes nas faixas de serviço e zonas de influência das vias;</li> <li>✓ Controlar e fiscalizar ações de ocupação e uso indevido de áreas de vias e faixas de servidão;</li> <li>✓ Promover o uso sustentável das vias, com captação e reaproveitamento de efluentes de drenagem para recarga de aquíferos e corpos hídricos;</li> <li>✓ Realizar projetos e obras para pavimentação, drenagem e recuperação de vias, priorizando as vias que dão acesso a vilas, povoados e à área patrimonial aeroportuária.</li> <li>✓ Implantar sistema de transporte que conecte a cidade ao aeroporto e as comunidades em seu entorno;</li> </ul>

ZONA	DIRETRIZES
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criar ciclovias, calçadas e paisagismo de acesso ao aeroporto e dentro das comunidades, respeitando as normas de acessibilidade;</li> <li>✓ Estruturar novas vias de circulação dentro das comunidades, estimulando também uma ocupação mais regrada do espaço.</li> </ul>
<b>Recursos Hídricos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Adequar a gestão conforme Políticas Nacional e Estadual de Recursos Hídricos</li> <li>✓ Observar definições dos Planos de Recursos Hídricos e Enquadramento das Águas Superficiais;</li> <li>✓ Estabelecer parceria com Comitês de Bacia e Inema para a recuperação da disponibilidade das águas superficiais em termos de qualidade e quantidade;</li> <li>✓ Recuperar matas ciliares;</li> <li>✓ Controle efetivo do uso do solo, coibindo atividades com efeito deletério sobre os recursos hídricos;</li> <li>✓ Garantir postura mais ativa por parte do setor público, instituições e sociedade civil, na atuação para gestão dos recursos hídricos no município.</li> <li>✓ Criar rotina de fiscalização, monitoramento e gestão da situação de uso dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos, coibindo a ocupação de APP</li> <li>✓ Realizar ações de comunicação e educação ambiental que orientem as populações rural e urbana sobre a importância da preservação dos recursos hídricos;</li> <li>✓ Regularizar sistema de gestão e controle sobre poços de captação subterrânea, nascentes e minadouros, implementando de um inventário georreferenciado do mesmo</li> <li>✓ Estimular a participação do município, usuários e sociedade civil na gestão das águas por meio dos Comitês de Bacia;</li> <li>✓ Regularizar as Unidades de Conservação (UC) do município, revisando suas poligonais, categorias, elaborando Plano de Manejo e criando Conselhos Gestores.</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

## **8.4. ESTRUTURAÇÃO URBANA**

### **8.4.1. Diretrizes Gerais**

As diretrizes para a estruturação urbana apontam caminhos para que a população em geral possa usufruir do direito a cidade de maneira ampla, mitigando as consequências de um crescimento urbano acelerado nos últimos anos, em que se consolidou a segregação e a fragmentação sócioespacial, assim como a degradação ambiental. Voltam-se também para as necessidades de provisão da infraestrutura no sentido do atendimento do passivo ainda existente e das demandas futuras.

- I. Consolidação do suporte urbano de Vitória da Conquista para o atendimento da sua condição de polo regional;
- II. Implementação de reestruturação viária buscando integrar os vários setores da cidade, retirando os fluxos de passagem (desnecessários) do centro da cidade;
- III. Reestruturação do Centro Tradicional, fortalecendo as atividades centrais, e promovendo mobilidade e acessibilidade de qualidade e preservando e recuperando o patrimônio cultural;
- IV. Implementação de medidas de controle do uso e ocupação do solo buscando a reestruturação e integração da malha urbana com a ocupação dos vazios urbanos dotados de infraestrutura;
- V. Implementação dos instrumentos de política urbana que assegurem a função social da propriedade e da cidade, o acesso à cidadania plena e a gestão democrática da cidade;
- VI. Promoção da mobilidade sustentável;
- VII. Estruturação da área do distrito aeroportuário, preparando-a para os impactos do novo aeródromo e integrando à cidade já consolidada;
- VIII. Qualificação dos espaços públicos priorizando o acesso a todos os cidadãos de maneira igualitária;



- IX. Qualificação, regularização e produção de novas unidades habitacionais voltadas para a população de baixa renda;
- X. Implementação de medidas de desenvolvimento sócioespacial das vilas (sede dos distritos) e povoados.

## **8.4.2. Alternativas de Estruturação Urbana**

### **8.4.2.1. Considerações Iniciais**

As alternativas espaciais para organização físico-territorial, dizem respeito à sede do Município de Vitória da Conquista. Visam, por um lado, responder às demandas projetadas de crescimento da Cidade e do Município (até 2040), e por outro lado vislumbrar as possibilidades de expansão futura gerando desenhos prospectivos, de modo a estimular cenários futuros, em concepções espaciais sobre o crescimento da cidade. As alternativas consideradas foram avaliadas pelo Grupo de Trabalho e Acompanhamento (GTA) do Plano Diretor considerando os objetivos e conceitos previamente fixados.

A geração de alternativas faz parte de uma das etapas no processo de construção do novo PDDU, prospectando uma visão de síntese da Estrutura Urbana no horizonte de 2040. Portanto configuram de cenários prospectivos de uma “totalidade urbana” percebida/concebida, derivados dos estudos e diagnósticos setoriais feitos pela FEP e discutidos no GTA, inerentes ao processo participativo, bem como pelo cotejamento e agregação de elementos essenciais para uma estrutura urbana planejada, concebida esquematicamente para o novo PDDU, considerando:

- Macroáreas a serem protegidas (no meio ambiente físico);
- Estrutura Viária Básica (articuladora da estrutura urbana);
- Centralidades: Centro, subcentros e corredores de atividades (atuais e futuros);
- Áreas prioritárias de expansão (tendências e vetores principais);
- Novas condicionantes (oriundas da reflexão/ intuição/prospecção).

Qualquer alternativa é apenas uma hipótese levantada, não é uma proposta fechada em si mesma. Logo, uma versão final de Modelo Físico-Territorial para a cidade pode também resultar da combinação dos elementos das duas alternativas consideradas, não necessariamente excludentes, que pode e deve ser enriquecida no processo participativo agregando as percepções, valores e “desejo de futuro” inerente aos agentes envolvidos na construção do PDDU 2040.

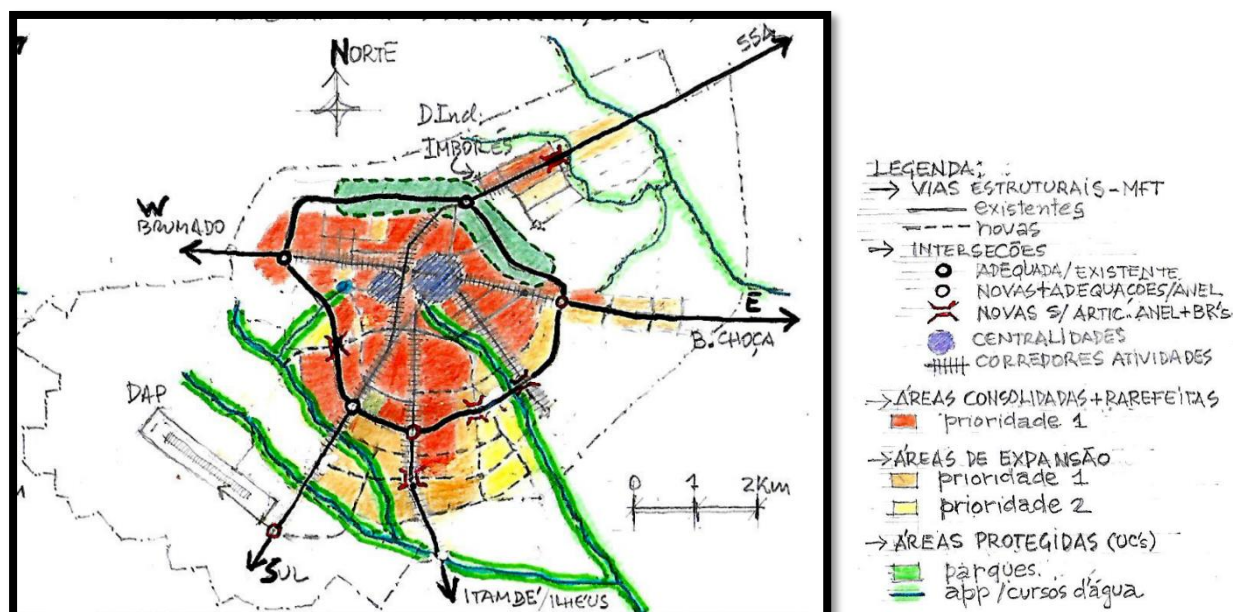
#### 8.4.2.2. Alternativas Consideradas

##### ❖ Alternativa A (concepção mais conservadora)

##### Conceito e objetivo geral:

O MFT-2040 projeta uma cidade numa configuração **radial e setorial**, priorizando os vetores existentes e as tendências em curso, bem como maximizando o potencial de superfície (solo) disponível, levantados no diagnóstico, nas radiais ao Sul e Sudeste (até o limite do Parque do Rio Verruga).

Figura 18 - Croqui de Estudo da Alternativa A



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

---

### Objetivos específicos:

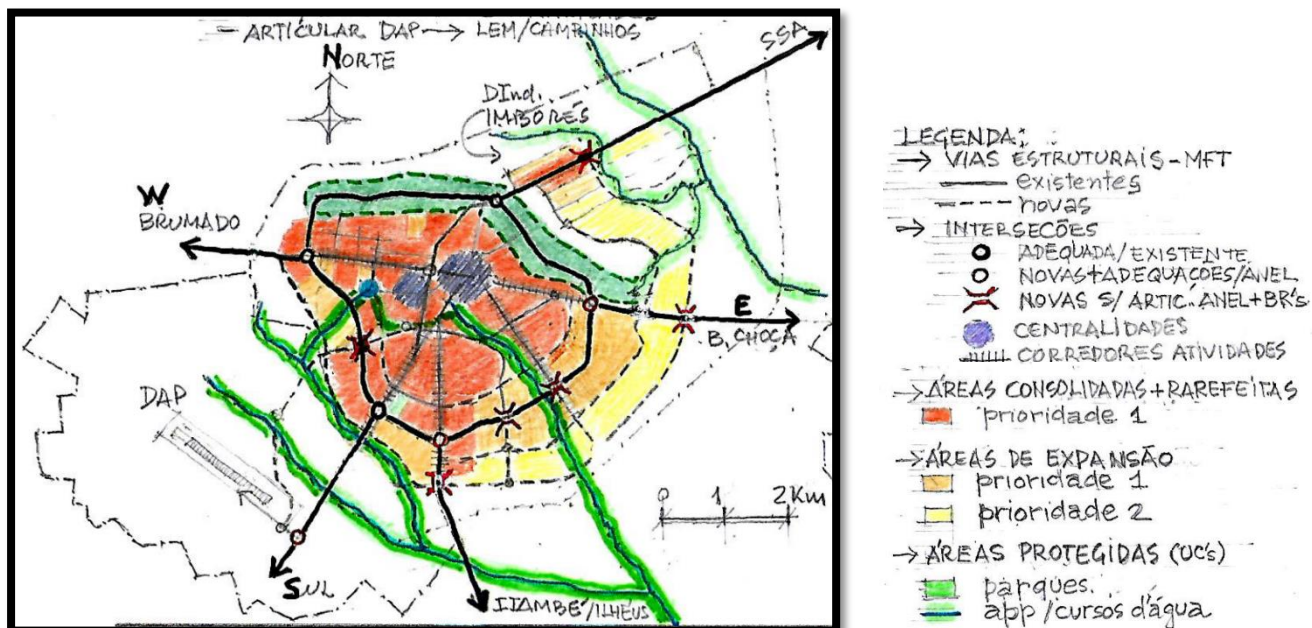
- Proteger as APPs das bacias hidrográficas, bem como Parques existentes, enfatizando uma maior articulação entre as áreas verdes e os assentamentos urbanos;
- Desestimular expansões urbanas fora do Anel Rodoviário, em especial nos vetores das radiais consideradas rodovias intermunicipais e regionais (sem áreas prioritárias);
- Coibir novos assentamentos e centralidades fora das Áreas Prioritárias de Expansão, em especial aquelas de baixa densidade de ocupação ou geradoras de polos geradores de tráfego;
- Articular o Distrito Aeroportuário à infraestrutura viária básica intraurbana evitando o crescimento urbano a partir de Campinhos;
  - Incentivar o reloteamento nas Áreas Prioritárias de Expansão, e os programas habitacionais (cf. Plano Local de Habitação de Vitória da Conquista) visando a adensar as Áreas de Ocupação Rerefeita, já existentes.
- Condicionar a ocupação das áreas indicadas como prioridade 2 à implantação de plano específico de estruturação urbanística que estabeleça as vias estruturantes principais e secundárias, as áreas de valor ambiental a serem protegidas, considerando a viabilidade de transporte coletivo e da infraestrutura básica.

#### ❖ **Alternativa B** (concepção menos conservadora)

### Conceito e objetivo geral:

O MFT-2040 projeta uma cidade numa configuração **radial e semiconcêntrica**, priorizando adensamentos dentro do Anel Rodoviário, com uma expansão nos semianéis propostos dentro e fora do mesmo, aproveitando o potencial de superfície disponível.

Figura 19 - Croqui de Estudo da Alternativa B



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

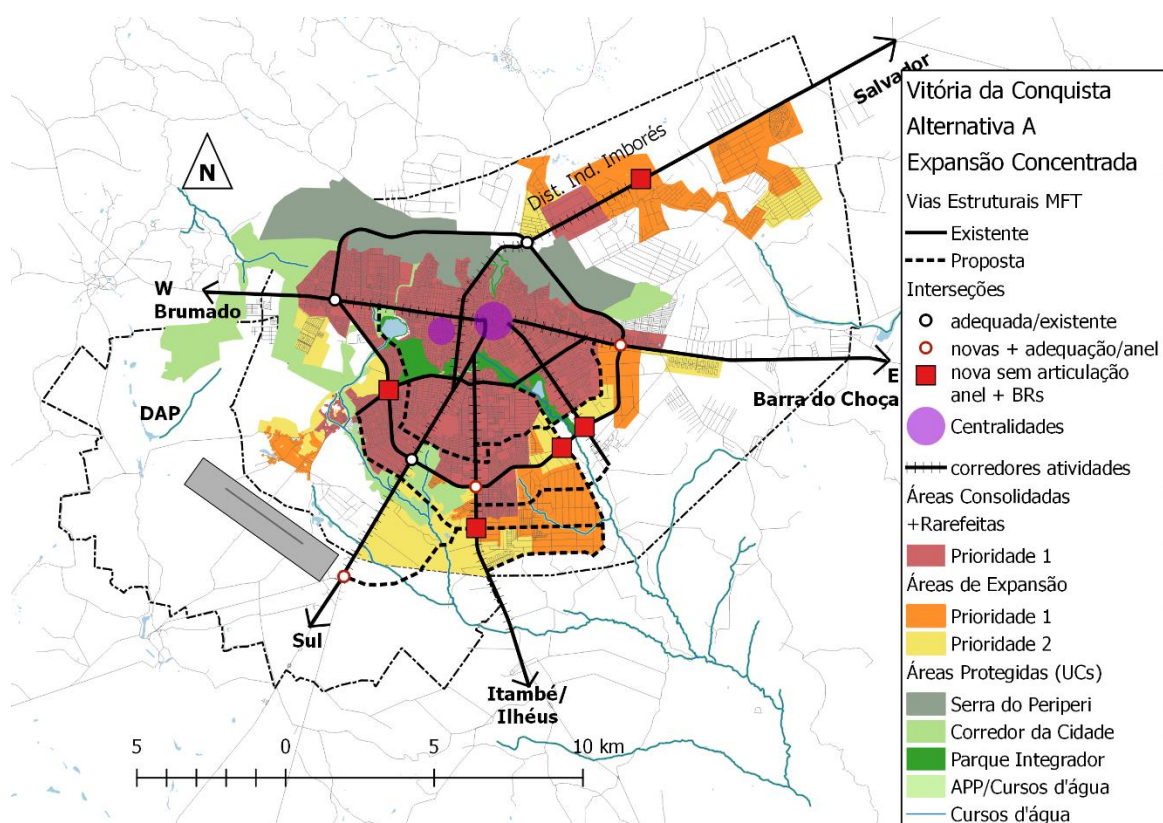
### Objetivos específicos:

- Proteger as APPs de bacias hidrográficas, bem como ampliar os Parques existentes, buscando maior articulação entre as áreas verdes e os assentamentos urbanos;
- Estimular expansões urbanas fora do Anel Rodoviário, em especial nos semianéis propostos articulando as vias radiais consideradas estruturais, a partir das rodovias intermunicipais e regionais;
- Estimular novos assentamento e centralidades nas áreas prioritárias de expansão, em especial aquelas de média densidade de ocupação, fora do Anel Rodoviário;
- Articular o Distrito Aeroportuário e o Distrito Industrial Imborés à nova infraestrutura viária básica intraurbana projetada;
- Favorecer a expansão sudoeste a partir de Campinhos;
- Incentivar o reloteamento nas Áreas Prioritárias de Expansão, e os programas habitacionais (cf. Plano Local de Habitação de Vitória da Conquista) visando a adensar as Áreas de Ocupação Rerefeta, já existentes.

- Condicionar a ocupação das áreas indicadas como prioridade 2 à implantação de plano específico de estruturação urbanística que estabeleça as vias estruturantes principais e secundárias, as áreas de valor ambiental a serem protegidas, viabilidade de transporte coletivo e da infraestrutura.

A seguir é apresentada a Figura 20 com a Alternativa A, considerada, após a sua discussão e validação pelo Grupo de Trabalho e Acompanhamento.

**Figura 20 – Alternativa Considerada**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

### 8.4.3. Diretrizes Específicas de Estruturação Urbana

O Quadro 25, o Quadro 26, o Quadro 27, o Quadro 28, o Quadro 29, o Quadro 30, Quadro 31, o Quadro 32, o Quadro 33, o Quadro 34 e o Quadro 35 apresentam as estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para a estruturação urbana do Município.



**Quadro 25 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Uso e Ocupação do Solo**

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Uso e Ocupação do Solo</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>O processo histórico de ocupação do solo da cidade de Vitória da Conquista resultou em um tecido urbano pouco adensado, com vários trechos repletos de vazios. Este processo está em andamento, e continuam surgindo novas ocupações, principalmente condomínios de casas unifamiliares murados, em áreas cada vez mais distantes do centro, onde a infraestrutura já implantada está sendo subutilizada. <u>Assim, a estratégia é buscar estimular a ocupação destes terrenos vazios no território urbano, principalmente nas terras dentro do anel viário, aproveitando a infraestrutura existente, preservando as áreas verdes e recuperando os espaços públicos.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Incentivar a ocupação das áreas vazias, dentro do anel rodoviário, consideradas prioritárias para adensamento;</li> <li>✓ Efetivação da função social da propriedade com a aplicação de instrumentos de política urbana que induzam o aproveitamento adequado dos vazios existentes em logradouros dotados de infraestrutura básica;</li> <li>✓ Adoção do coeficiente básico 1,0 para toda a zona urbana da cidade de Vitória da Conquista com previsão de utilização de coeficientes máximos<sup>1</sup> mediante aplicação da outorga onerosa do direito de construir ou da transferência do direito de construir nas zonas indicadas em poligonais, fixando as áreas doadoras e as receptoras em planta georeferenciada. <b>Está sendo avaliada a possibilidade de coeficientes básicos variáveis pela equipe técnica da Prefeitura, o que deverá ser discutido em reunião técnica específica e posteriormente no GTA.</b></li> <li>✓ Coibir e fiscalizar os parcelamentos irregulares para fins urbanos em zonas rurais;</li> <li>✓ Realização de campanha de esclarecimento e conscientização de proprietários de terras rurais, sobre a ilegalidade de parcelamentos para fins urbanos em áreas rurais, em rádio e televisão, expondo as consequências e os prejuízos advindos da prática de tal irregularidade;</li> <li>✓ Previsão de Estudo de Impacto de Vizinhança para empreendimentos públicos ou privados com potencial de impacto negativo sobre o espaço urbano, inclusive condomínios horizontais de grande porte, considerados aqueles com área de terrenos acima de 10.000,00m<sup>2</sup>. Os tipos de empreendimentos sujeitos a Estudo de Impacto de Vizinhança deverão ser definidos mediante lei específica, assim como os procedimentos de elaboração, atendidas as diretrizes fixadas no PDDU;</li> <li>✓ Previsão de Estudo de Impacto de Retirada de Uso para situações de fechamento de empreendimentos ou equipamento público que potencialmente produzam impactos paisagísticos, urbanísticos, ambientais ou socioeconômicos, prevendo-se estudos de perdas sociais e econômicas, de alterações na paisagem, ociosidade da infraestrutura e outros indicados em regulamentação específica, e a definição de medidas mitigadoras e compensatórias cabíveis;</li> </ul>	

<sup>1</sup> Os coeficientes mínimos e máximos serão definidos após a conclusão de estudo complementar detalhado de densidades que se encontra em andamento.

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Uso e Ocupação do Solo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Delimitação da extensão de face de quadra em condomínios horizontais com muros a no máximo 150m prevendo-se guarita intercaladas a fachadas ativas com lotes comerciais e de serviços voltados para logradouro público;</li> <li>✓ Ampliar a democratização do acesso ao solo urbano, incentivando empreendimentos de diferentes tipologias e padrões econômicos;</li> <li>✓ Exigência, para todos os empreendimentos residenciais e não residenciais (comércio, serviços, indústrias, institucionais etc.) das seguintes disposições: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Inclusão de ciclovias nos acessos e vias principais internas;</li> <li>• Implantação de calçada acessível contendo faixa de serviço de no mínimo 0,75m, faixa livre com largura mínima de 1, 20 e faixa de acesso de no mínimo 0,60m. Para as vias arteriais a faixa livre mínima deverá ser de 2,40m.</li> <li>• Obrigatoriedade, nos casos de loteamento de glebas, da implantação de faixas para vias estruturais previstas no PDDU, com execução de pavimentação asfáltica e definição da sua ampliação futura, com largura para tráfego calculado para 20 anos, mediante projeto básico a ser apresentado e aprovado pela Prefeitura no ato do licenciamento;</li> <li>• Implantação de projeto de paisagismo com arborização das vias e espaços livres, públicos e privados nos novos empreendimentos;</li> </ul> </li> <li>✓ Exigência, para grandes empreendimentos, aqui considerados aqueles acima de 10.000,00m<sup>2</sup>, no caso de empreendimentos residenciais, e acima de 3.000,00m<sup>2</sup>, para outros tipos de empreendimento, das seguintes medidas complementares: <ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração de estudo de tráfego, principalmente para os acessos, a fim de melhorar a mobilidade e evitar impactos na circulação viária e de pedestre;</li> <li>• Elaboração de Estudo de Impacto de Vizinhança;</li> <li>• Implantação da cota de solidariedade de 10% da área para habitação de interesse social para empreendimentos residenciais acima de 10.000,00m<sup>2</sup> localizados nas zonas inseridas no anel rodoviário, prevendo-se a contrapartida na mesma zona onde se encontra o empreendimento.</li> <li>• Obrigatoriedade de destinação de área para utilização pública coletiva, com entrega de equipamentos/infraestrutura (ex. praças, ciclovias etc.);</li> <li>• Obrigatoriedade de urbanização dos acessos ao empreendimento (vias com pavimentação, requalificação com implantação de paisagismo e ciclovias);</li> <li>• Obrigatoriedade de implantação de sistema de drenagem, além da área particular, para ligação à rede existente ou à área de destinação final.</li> </ul> </li> <li>✓ Previsão de áreas nas margens da BA-262 que liga Vitória da Conquista a Anagé e da BA-263 que liga Conquista-Itambé, de empreendimentos industriais de pequeno porte, assim considerados aqueles com no máximo 500,00m<sup>2</sup> de área construída, prevendo-se a elaboração prévia de estudo de impacto de vizinhança e estudos ambientais, e exigência, independente de outras medidas apontadas no EIV, do fornecimento de transporte dos funcionários pelo empreendedor e de interceção e acesso por via marginal, mediante projeto aprovado pelos órgãos competentes.</li> <li>✓ Realização de gestões junto ao governo do estado para a definição de área para pequenas indústrias no Distrito Industrial dos Imborés e assunção da gestão pela Prefeitura Municipal.</li> <li>✓ Criação de Comissão Multidisciplinar permanente para a análise de projetos de grande porte, geradores de tráfego ou de impacto de vizinhança para acompanhamento conjunto a análise da liberação do Alvará de Construção,</li> </ul>	



<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Uso e Ocupação do Solo</b>
	<p>possibilitando uma análise ampliada dos impactos gerados aos diversos tipos de serviços públicos municipais.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criação de núcleo de fiscalização especial para coibir ocupações irregulares na Zona Rural;</li> <li>✓ Criação de um núcleo especial de fiscalização do uso e ocupação do solo para a área do Distrito Aeroportuário;</li> <li>✓ Realização de campanha de esclarecimento e conscientização de proprietários de terras no DAP, em rádio e televisão, expondo os riscos das ocupações irregulares na área;</li> <li>✓ Realização de campanha</li> <li>✓ Aumento da oferta de equipamentos urbanos e comunitários, particularmente aqueles destinados à cultura, educação e saúde nos bairros prioritários para adensamento;</li> <li>✓ Aumento do investimento em espaços públicos nas áreas prioritárias para adensamento até 2040;</li> <li>✓ Proteção das áreas verdes remanescentes no território urbanizado e de expansão.</li> </ul>
<b>Objetivo geral:</b>	Promover o aproveitamento adequado do solo urbano, principalmente dentro do anel rodoviário, eliminando os vazios urbanos, de maneira progressiva, promovendo espaços públicos de qualidade e preservando as áreas verdes; garantindo a oferta adequada de equipamentos e evitando impactos indesejados.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Delimitar as áreas prioritárias para ocupação e adensamento;</li> <li>✓ Definir zoneamento e parâmetros urbanísticos que atraiam a ocupação para as áreas pouco adensadas e com infraestrutura ociosa;</li> <li>✓ Estimular o investimento privado nas áreas pouco adensadas;</li> <li>✓ Delimitar e reservar as áreas destinadas a espaços públicos e equipamentos urbanos;</li> <li>✓ Destinar áreas para habitação de interesse social em espaços urbanos dotados de infraestrutura;</li> <li>✓ Eliminar ou mitigar impactos sociais, econômicos, urbanísticos, paisagísticos e ambientais de empreendimentos públicos e privados na cidade.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Lei de Uso e Ocupação do Solo (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ IPTU progressivo (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Cota de solidariedade;</li> <li>✓ Consórcio imobiliário;</li> <li>✓ Direito de preempção;</li> <li>✓ Zoneamento urbano;</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Uso e Ocupação do Solo</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estudo de Impacto de Vizinhança;</li> <li>✓ Estudo de Impacto de Retirada de Uso;</li> <li>✓ Zoneamento das Unidades de Conservação Municipais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Zonas especiais de Interesse Social (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Gestão Orçamentária Participativa (Estatuto da Cidade).</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Urbanístico das áreas de expansão e de adensamento prioritário.</li> </ul>	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
-	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto Urbanístico de espaços públicos.</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 26 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Centro Tradicional**

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Centro Tradicional, subcentros e corredores de comércio e serviços</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>O centro tradicional apresenta no momento um conjunto significativo de conflitos, ao mesmo tempo em que se encontra saturado no aspecto viário, apresentando congestionamento, escassez de estacionamento, conflito entre carros e ônibus e penalização do pedestre. Enfrenta também o risco de seu esvaziamento a médio e longo prazo com a migração de atividades e a consolidação dos subcentros em outros bairros e novas localidades ao longo dos corredores de uso diversificado.</p> <p>Além destes conflitos, existe a questão da perda gradativa do patrimônio material de valor histórico e cultural devido a ações da esfera pública e privada em readequações descuidadas dos imóveis para fins diversos.</p> <p>Nas principais avenidas da cidade (Avenida Brumado, Avenida Juracy Magalhães, Avenida Olívia Flores e em todo trecho urbano da BR-116), acontece o crescimento rápido e desordenado dos corredores de serviço, com comércio e serviços variados.</p> <p><u>A estratégia proposta para este tema específico visa estabelecer medidas de proteção ao Centro Tradicional garantindo a manutenção do seu dinamismo, considerando a capacidade viária e valorizando o patrimônio de valor histórico-cultural, diante da necessidade de reestruturação, ao mesmo tempo em que disciplina o uso dos corredores de comércio e serviços e dos subcentros, minimizando os conflitos existentes.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Elaboração de Plano Urbanístico para o Centro Tradicional e para o Centro Expandido;</li> <li>✓ Controle e ordenamento da circulação de veículos e de pedestres no Centro Tradicional e no Centro Expandido;</li> <li>✓ Reestruturação do terminal de ônibus Lauro de Freitas, dotando-o das condições de segurança e conforto aos usuários;</li> </ul>	

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Centro Tradicional, subcentros e corredores de comércio e serviços</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Avaliar a possibilidade de destinação da área do antigo Clube Social ou outra localizada no Centro, para implantação de secretarias municipais que utilizam imóveis alugados;</li> <li>✓ Implementação de medidas, incluindo a realização de pequenos eventos em espaços públicos, como feiras, apresentações musicais etc. para manter a vitalidade do Centro Tradicional e do Centro Expandido;</li> <li>✓ Promoção de melhorias paisagísticas no Centro Tradicional e no Centro Expandido mediante criação de pequenos espaços de descanso arborizado e mobiliário urbano adequado, arborização, sinalização e substituição progressiva de rede elétrica aérea por rede subterrânea.</li> <li>✓ Reestruturação e melhorias paisagísticas dos corredores de serviço e dos subcentros, com implantação de mobiliário urbano, sinalização, melhoria das calçadas, arborização, implantação de ciclovias, quando possível.</li> <li>✓ Proteção dos valores arquitetônicos, urbanísticos e paisagísticos das edificações e espaços representativos da memória local, sobretudo no Centro Tradicional e no Centro Expandido;</li> <li>✓ Considerar um raio de 200 metros no entorno dos imóveis, praças e largos, catalogados como patrimônio material da cidade, como <i>espaço protegido</i>, de modo que as intervenções preservem e valorizem as características ambientais das pré-existências em termos de volumetria, cores e texturas;</li> <li>✓ Realização de um amplo programa de qualificação dos espaços públicos nas áreas centrais e corredores, incluindo a melhoria das calçadas com adequação à NBR 9050/ 2015, promoção da arborização pública, sinalização, implantação de mobiliário e de arte urbana compatíveis com as características e escala das áreas centrais.</li> </ul>
<b>Objetivo geral:</b>	Adequar os usos de comércio e serviço no território da cidade, visando ao seu crescimento de maneira a não impactar negativamente o espaço urbano, considerando as dimensões socioeconômica, ambiental e cultural.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Reestruturar e promover melhorias urbanísticas e paisagísticas nos corredores de serviços;</li> <li>✓ Definir parâmetros de uso e ocupação do solo considerando a infraestrutura básica;</li> <li>✓ Organizar o trânsito, adequando-o à capacidade viária;</li> <li>✓ Reestruturar o terminal de ônibus Lauro de Freitas;</li> <li>✓ Reduzir o volume de ônibus circulando nas ruas do centro;</li> <li>✓ Adequar as calçadas, implantando progressivamente a acessibilidade universal;</li> <li>✓ Garantir arborização pública;</li> <li>✓ Identificar, catalogar e criar normas visando proteger os edifícios e sítios de valor histórico e cultural;</li> <li>✓ Garantir as condições urbanísticas para o fortalecimento do comércio e serviços locais;</li> <li>✓ Melhorar as condições urbanísticas para o comércio de rua;</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Centro Tradicional, subcentros e corredores de comércio e serviços</b>
	✓ Melhorar a mobilidade para as áreas centrais, tanto de transporte público, quanto particular e circulação de pedestres.
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Lei de Uso e Ocupação do Solo (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Zoneamento urbano;</li> <li>✓ Tombamento de imóveis ou de mobiliário urbano (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Transferência do Direito de Construir (Estatuto da Cidade) aplicado a imóveis de interesse cultural;</li> <li>✓ Gestão Orçamentária Participativa (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Direito de Preempção (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Estudo de Impacto de Vizinhança (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Lei de Uso do Solo (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Plano Municipal de Mobilidade Urbana (Política Nacional de Mobilidade Urbana)</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
✓ Plano Urbanístico do Centro Tradicional e Centro expandido	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
✓ Programa Centro Vivo	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa de intervenção urbanística para espaços públicos;</li> <li>✓ Projeto de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas;</li> <li>✓ Projeto de Infraestrutura Viária;</li> <li>✓ Programa e Projeto arquitetônico para conservação e restauro dos edifícios de valor histórico cultural;</li> <li>✓ Projeto Paisagístico para os espaços abertos de uso público;</li> <li>✓ Projeto de Iluminação para o Centro Tradicional;</li> <li>✓ Projeto arquitetônico e urbanístico para a reestruturação do terminal de ônibus.</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 27 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Uso e ocupação do solo na área do Distrito Aeroportuário**

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Uso e Ocupação do Solo - DAP</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>A região do distrito aeroportuário é marcada por uma ocupação típica de povoados rurais, com predominância de uso residencial e presença de sítios e fazendas e alguns pequenos comércios. A implantação do aeroporto traz consigo grandes impactos na conformação do espaço de seu entorno e uma valorização do território.</p> <p>Dessa forma, faz-se necessário planejar a forma de ocupação e uso do solo e para isso, <u>a estratégia proposta visa a estabelecer diretrizes e parâmetros que dialoguem com o desenvolvimento organizado da região e que atendam às necessidades do empreendimento do aeroporto e das comunidades ali estabelecidas, permitindo a preservação de áreas ambientais e do estilo de vida das comunidades locais, prevendo-se a expansão dos povoados sem grandes alterações de suas características.</u></p>	

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Uso e Ocupação do Solo - DAP</b>
<b>Diretrizes</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Zoneamento do uso e ocupação do solo, assim como das áreas de expansão de seu entorno;</li> <li>✓ Oferta de equipamentos urbanos e comunitários, particularmente aqueles destinados ao lazer, ao esporte e à cultura;</li> <li>✓ Preservação da configuração espacial e dos modos de vida específicos das comunidades no entorno do aeroporto, garantindo que valores culturais associados à configuração dos territórios sejam preservados;</li> <li>✓ Implementação de áreas verdes, como parques, para preservação de espécies nativas e recomposição vegetal, assim como para lazer dos moradores e visitantes;</li> <li>✓ Estabelecimento de zonas logísticas para usos compatíveis com o equipamento aeroportuário;</li> <li>✓ Manutenção de uma ampla zona Rural-urbana a fim de assegurar a manutenção das atividades agropecuárias existentes;</li> <li>✓ Incentivo a usos compatíveis com o equipamento aeroportuário como pequenos estabelecimentos comerciais, de serviços que deem melhor suporte urbano aos povoados e gerem oportunidades de trabalho;</li> <li>✓ Estruturação de um comitê de gestão territorial da área do Distrito Aeroportuário com a participação do poder público municipal, do COMAR, do Ministério Público e da sociedade civil com representação paritária entre os membros da sociedade civil e do estado, com a finalidade de acompanhar a implementação do Plano Urbanístico do PDAP.</li> </ul>
<b>Objetivo geral:</b>	Desenvolver um Plano Urbanístico para o Distrito Aeroportuário que atenda às demandas do equipamento que se insere no local e ao mesmo tempo preserve as atividades e modos de vida da população que ali se encontra estabelecida, protegendo também áreas de valor ambiental.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Delimitar áreas consolidadas dos aglomerados urbanos;</li> <li>✓ Definir a espacialização dos usos permitidos no entorno do aeroporto e nas áreas das vilas;</li> <li>✓ Demarcar eixos de expansão urbana para evitar a ocupação inadequada do espaço;</li> <li>✓ Requalificar e construir espaços de lazer e esporte nas áreas urbanizadas;</li> <li>✓ Criar parques que sejam atrativos para a população onde sejam implementados projetos de recuperação ambiental;</li> <li>✓ Implantar áreas de apoio logístico e serviços que combinem seus usos com as funções e demandas do aeroporto;</li> <li>✓ Delimitar áreas para a instalação de estabelecimentos hoteleiros e comerciais;</li> <li>✓ Criação de parâmetros e configuração espacial para preservação das comunidades do entorno.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário</li> <li>✓ Transferência do Direito de Construir (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Uso e Ocupação do Solo - DAP</b>
<b>Planos a serem elaborados</b>	
✓	Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário
<b>Programas a serem elaborados</b>	
✓	Programa de capacitação da equipe técnica municipal para a gestão do território do Distrito Aeroportuário.
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
✓	Projeto para os parques a serem implementados

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)



**Quadro 28 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para a acessibilidade às vilas, povoados e áreas rurais**

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Acessibilidade às vilas, povoados e áreas rurais</b>
<b>Estratégia</b>	
A estratégia em questão busca melhorar a qualidade dos acessos às sedes dos distritos rurais com o objetivo de melhorar a mobilidade da população local, aumentando as oportunidades de trabalho, o acesso a serviços e estudo e o transporte de mercadorias.	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aprimoramento da infraestrutura viária para atendimento das novas demandas de acesso e circulação de pessoas e cargas;</li> <li>✓ Garantia da mobilidade e da acessibilidade em todas as vilas e povoados;</li> <li>✓ Garantia de transporte regular adequado à cada situação de modo a acabar com o isolamento de algumas comunidades do Município;</li> <li>✓ Elaboração de Plano de contenção para aplicação nas margens das vias em Zona Rural voltado ao tratamento e recuperação de encostas com o intuito de proteção das estradas e vias vicinais a fim de garantir segurança e evitar o retrabalho quanto a manutenção;</li> <li>✓ Promoção da segurança no trânsito de forma a garantir a vida e a saúde das pessoas.</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Melhorar as condições de acesso aos distritos rurais
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implantar pavimentação ou melhoria da pavimentação nas estradas que dão acesso as vilas e povoados rurais;</li> <li>✓ Oferecer boas condições de mobilidade para a população rural a partir da qualidade do sistema viário e da oferta de transporte;</li> <li>✓ Promover a acessibilidade universal.</li> <li>✓ Melhorar o transporte de pequenas cargas fortalecendo a economia das vilas rurais.</li> <li>✓ Promover oportunidade de estudo e trabalho para a população.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Política Nacional de Mobilidade Urbana;</li> <li>✓ Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (Estatuto da Cidade/Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ ABNT NBR 9050;</li> <li>✓ Gestão Orçamentária Participativa (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Avaliação dos Impactos Ambientais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade);</li> <li>✓ Licenciamento Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade).</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
Plano de contenção de encostas e estabilização de taludes das estradas vicinais	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
-	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Acessibilidade às vilas, povoados e áreas rurais</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto de pavimentação de rodovias e estradas vicinais;</li> <li>✓ Projeto de adequação das calçadas existentes às normas de acessibilidade.</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 29 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para Mobilidade Urbana**

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Mobilidade Urbana</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>Para tratar da problemática da Mobilidade Urbana em Vitória da Conquista é necessário verificar as diversas dimensões que a compõe. Em relação ao sistema viário, observa-se a falta de infraestrutura em alguns bairros, principalmente nos periféricos, mas também em alguns loteamentos ainda pouco densos em região mais central. Além disso, o traçado das vias na macroescala não contribui para fluidez do trânsito, já que as principais vias, implantadas de forma radial no tecido urbano, convergem todas para o centro, sobrecarregando a área.</p> <p>Com a implantação de um equipamento de grande porte como o aeroporto, surge um novo fluxo de veículos para o vetor sudoeste, onde está localizado este equipamento, acarretando transformações na mobilidade e na circulação de pessoas, requerendo uma intervenção na infraestrutura que atenda as novas demandas.</p> <p>O anel rodoviário Jádriel Matos Leite, por sua vez, encontra-se com diversas interseções viárias irregulares em seu percurso, causando situações de grande insegurança para o tráfego nestes pontos. A maioria destas intersecções são acessos improvisados para vias locais, além de outras intersecções implantadas em nível que causam insegurança para os veículos e pessoas que ali circulam.</p> <p>Além destas intersecções problemáticas, a rodovia sofre pressão das ocupações irregulares nas suas faixas laterais de segurança, caracterizando outra situação crítica.</p> <p>Outra questão referente ao sistema viário é a qualidade das estradas vicinais que dão acesso às vilas (sede dos distritos) e povoados. A falta de pavimentação adequada traz problemas que causam o isolamento dos moradores e dificulta o transporte de mercadorias.</p> <p>A acessibilidade intraurbana é outra dimensão que necessita atenção, tanto na cidade quanto nas vilas e povoados dos demais distritos. As características dos passeios e calçadas, quando existentes, inviabilizam a circulação de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, além de não contemplarem sinalização horizontal e vertical adequadas.</p> <p>Tratando do sistema de transporte, é importante destacar o terminal Lauro de Freitas, com sua capacidade totalmente saturada, necessitando de adequação do seu uso, sem que sejam reduzidas as linhas de acesso ao local. Estas linhas, na verdade, se apresentam de maneira deficiente em alguns bairros, prejudicando a mobilidade desta parcela da população. Uma possível relocação do terminal pode causar grandes impactos no Centro, daí a importância de garantir a sua reestruturação, mantendo ao</p>	

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Mobilidade Urbana</b>
<p>menos as linhas principais e realizando estudos específicos quando da elaboração do Plano Municipal de Mobilidade.</p> <p><u>Nesse sentido, a estratégia proposta para intervenção na mobilidade urbana busca proporcionar a capacidade do morador de se locomover de maneira eficiente e segura pelo território municipal, contribuindo para a redução da exclusão socioespacial. Na área do distrito aeroportuário procura fornecer as condições para uma mobilidade adequada para o bom funcionamento do aeródromo, mitigando os impactos socioambientais.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realização de ações imediatas para a melhoria da circulação viária e do trânsito, especialmente na área central;</li> <li>✓ Melhoria da segurança do tráfego no anel rodoviário Jadiel Matos Leite;</li> <li>✓ Otimização da função do anel rodoviário;</li> <li>✓ Aprimoramento da infraestrutura viária para atendimento das novas demandas de acesso e circulação de pessoas e cargas em relação ao novo aeródromo;</li> <li>✓ Garantia da mobilidade e da acessibilidade urbanas como instrumentos de inclusão social e de desenvolvimento da economia local;</li> <li>✓ Garantia, a todas as pessoas, do livre acesso, com segurança e autonomia, aos espaços públicos urbanos, aos serviços essenciais (transporte, saúde, educação etc.), ao lazer, às oportunidades de trabalho e renda e à aquisição e comercialização de bens;</li> <li>✓ Promoção da segurança no trânsito de forma a garantir a vida e a saúde das pessoas;</li> <li>✓ Priorização a circulação de pedestres e de outros modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual;</li> <li>✓ Introdução progressiva de tecnologias que reduzam a utilização de combustíveis fósseis e que facilitem a mobilidade das pessoas;</li> <li>✓ Implementação gradativa dos princípios da caminhabilidade;</li> <li>✓ Concepção das intervenções relativas à mobilidade em integração com a qualificação dos espaços públicos como praças e parques a fim de criar um circuito que promova a qualidade urbanística e paisagística da cidade;</li> <li>✓ Definição da hierarquia das vias da sede municipal considerando o estudo de articulação viária em elaboração pela empresa Via 11 e a alternativa de estruturação proposta;</li> <li>✓ Exigência de implantação de ciclovias em todos os novos empreendimentos que impliquem em abertura de vias;</li> <li>✓ Criação de um “Manual de Recapeamento de Asfalto” considerando os problemas existentes com a concessionária de água e esgoto e solicitar de forma extensiva a cobrança da mesma para que sejam recuperadas as vias em sua totalidade e não só em pequenos trechos cortados considerando a continuidade e a qualidade do asfalto nas vias (asfalto remendado).</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Permitir o deslocamento de pessoas e cargas de forma sustentável.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Eliminar as intersecções irregulares com as vias estruturais com as vias locais;</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Mobilidade Urbana</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Readequar as intersecções regulares, principalmente com as vias: Av. Presidente Vargas, Rod. Santos Dumont, Av. Brumado, Av. Paraná, rod. BR-116, Av. Juracy Magalhães e Av. Olívia Flores;</li> <li>✓ Fiscalizar e coibir as ocupações irregulares na faixa de segurança das vias estruturais.</li> <li>✓ Implantar e ou promover a melhoria da pavimentação nas estradas vicinais que dão acesso às vilas e povoados da área rural;</li> <li>✓ Promover a acessibilidade universal no espaço intraurbano;</li> <li>✓ Melhorar o transporte de pequenas cargas fortalecendo a economia das vilas e povoados rurais;</li> <li>✓ Promoção e ampliação das oportunidades de estudo e trabalho para a população através da mobilidade eficiente;</li> <li>✓ Implantar sistema de transporte coletivo que conecte a cidade ao aeroporto e as comunidades em seu entorno;</li> <li>✓ Implantar com base em projetos integrados as ciclovias, calçadas e paisagismo de acesso ao aeroporto e dentro dos assentamentos locais, adequados às normas de acessibilidade;</li> <li>✓ Aprimorar a infraestrutura viária e a drenagem, a manutenção e recuperação de vias e na remediação de áreas degradadas;</li> <li>✓ Estruturar novas vias de circulação, nos assentamentos populares, estimulando uma ocupação mais regrada do espaço.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Código de Trânsito Brasileiro;</li> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário;</li> <li>✓ Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Política Nacional de Mobilidade Urbana;</li> <li>✓ Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (Estatuto da Cidade/Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ ABNT NBR 9050;</li> <li>✓ Gestão Orçamentária Participativa (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Avaliação dos Impactos Ambientais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade);</li> <li>✓ Licenciamento Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade).</li> </ul>
<b>Planos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Municipal de Mobilidade;</li> <li>✓ Plano de reestruturação das vias radiais;</li> <li>✓ Plano para ampliação e regularização do tráfego do Anel Rodoviário;</li> <li>✓ Plano de relocação das ocupações irregulares na faixa de segurança do Anel Rodoviário;</li> <li>✓ Plano de Transporte Urbano Integrado;</li> <li>✓ Plano municipal cicloviário.</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Mobilidade Urbana</b>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa municipal para educação do trânsito</li> <li>✓ Programa de melhoria da Caminhabilidade</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto de requalificação das estradas vicinais</li> <li>✓ Projeto de sinalização de trânsito</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 30 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para adequação das interseções com o Anel Rodoviário Jadiel Matos Leite**

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Anel rodoviário Jadiel Matos Leite</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>O anel rodoviário encontra-se com diversas interseções viárias irregulares, causando situações de grande insegurança para o tráfego nestes pontos. A maioria destas interseções são acessos improvisados para vias locais, porém existem outras interseções em nível construídas regularmente, que ainda assim causam insegurança para os veículos que ali circulam.</p> <p>Além destas interseções a rodovia sofre pressão das ocupações irregulares nas suas faixas laterais de segurança, formalizando outra situação crítica.</p> <p><u>Nesse sentido, a estratégia proposta busca eliminar os pontos de insegurança das interseções irregulares, assim como conter as ocupações irregulares na faixa de segurança desta via.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Melhoria da segurança do tráfego no anel rodoviário Jadiel Matos Leite;</li> <li>✓ Otimização da função do anel rodoviário.</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Garantir que o anel rodoviário Jadiel Matos Leite cumpra a sua função de maneira otimizada e segura.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Eliminar as interseções irregulares com as vias locais;</li> <li>✓ Readequar as interseções regulares, principalmente com as vias: Av. Presidente Vargas, Rod. Santos Dumont, Av. Brumado, Av. Paraná, rod. BR-116, Av. Juracy Magalhães e Av. Olívia Flores;</li> <li>✓ Fiscalizar as ocupações irregulares na faixa de segurança da rodovia.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Código de Trânsito Brasileiro;</li> <li>✓ Lei do Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário;</li> <li>✓ Lei de Uso do Solo (Estatuto da Cidade)</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de relocação das ocupações irregulares na faixa de segurança do anel rodoviário.</li> </ul>	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa municipal para educação do trânsito e circulação de cargas</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	

- 
- 
- |  |
|--|
| <ul style="list-style-type: none"><li>✓ Projeto para implantação de dispositivos de segurança e sinalização nas rodovias;</li><li>✓ Projeto para adequação das intersecções em nível;</li><li>✓ Projeto para construção de intersecções em desnível.</li></ul> |
|--|

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)



**Quadro 31 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para a mobilidade na área do Distrito Aeroportuário**

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Mobilidade - DAP</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>A implantação de um equipamento de grande porte como o aeroporto irá acarretar em grandes transformações na mobilidade e na circulação de pessoas na área, requerendo uma maior infraestrutura que atenda suas demandas. Onde hoje se estabelecem localidades com um fluxo de pessoas deficitário devido à ausência de transportes e vias de qualidade, passará a circular uma quantidade maior de cargas e pessoas fazendo-se necessário um planejamento e implementação de alternativas que suportem essas mudanças.</p> <p>Nesse sentido, <u>a estratégia proposta para atender as condições de uma boa mobilidade na área do distrito aeroportuário se voltam para uma estrutura viária que atenda às demandas do Aeroporto e de seu entorno, com modais de transportes coletivos e alternativos, sempre respeitando à acessibilidade universal e o pedestre como principal usuário.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Aprimoramento da infraestrutura viária para atendimento das novas demandas de acesso e circulação de pessoas e cargas</li> <li>✓ Garantia da mobilidade e da acessibilidade urbanas como instrumentos de inclusão social e de desenvolvimento da economia local.</li> <li>✓ Garantia a todas as pessoas o livre acesso, com segurança e autonomia, aos espaços públicos urbanos, aos serviços essenciais (transporte, saúde, educação etc.), ao lazer, às oportunidades de trabalho e renda e à aquisição e comercialização de bens;</li> <li>✓ Promoção da segurança no trânsito de forma a garantir a vida e a saúde das pessoas.</li> <li>✓ Priorização a circulação de pedestres e de outros modos de transportes não motorizados sobre os motorizados e do transporte coletivo sobre o individual;</li> <li>✓ Implantação de via alternativa de acesso ao aeroporto pela margem esquerda da BR-116 (sentido Norte-Sul) com transposição em desnível em articulação com o Governo do estado e considerando o quanto acordado com a concessionária Via Bahia.</li> <li>✓ Execução, no longo prazo, de via transversal entre a BR-415 e a via alternativa de acesso ao aeroporto mediante operação urbana consorciada;</li> <li>✓ Execução, no longo prazo, de estrutura viária entre a BR-415 e a via alternativa de acesso ao aeroporto mediante operação urbana consorciada;</li> <li>✓ Melhoria do acesso à Simão por Campinhos envolvendo a recuperação do pavimento, melhoria da drenagem e paisagismo.</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Garantir mobilidade e acessibilidade para a população que dialogue com as necessidades do aeroporto, permitindo o livre acesso com segurança e autonomia.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Implantar em desnível pela BR-116 e reestruturar acesso alternativo pela estrada de Campinhos</li> <li>✓ Implantar sistema de transporte que conecte a cidade ao aeroporto e as comunidades em seu entorno</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Mobilidade - DAP</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criar ciclovias, calçadas e paisagismo de acesso ao aeroporto e dentro das comunidades, respeitando as normas de acessibilidade</li> <li>✓ Aprimorar a infraestrutura viária por ações de drenagem, manutenção e recuperação de vias e remediação de áreas degradadas</li> <li>✓ Estruturar novas vias de circulação dentro das comunidades, estimulando também uma ocupação mais regrada do espaço.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário</li> <li>✓ Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência</li> </ul>
<b>Planos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário</li> <li>✓ Plano Municipal de Mobilidade</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
-	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto de melhoria das estradas vicinais</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 32 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para as áreas verdes e espaços públicos**

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Áreas Verdes e Espaços Públicos</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>Considerando inicialmente a cidade de Vitória da Conquista, registra-se a existência de dezenas de espaços que foram designados para o uso público, principalmente dentro dos loteamentos abertos a partir da década de 1980. Porém, poucos destes espaços receberam intervenção que os qualificasse para o uso, com equipamentos, mobiliários e arborização, por exemplo. As praças mais bem estruturadas se concentram no bairro Centro e na porção sudeste da cidade, sendo a pior situação de oferta de espaço público e áreas verdes de qualidade encontrada nos vetores ao norte e oeste.</p> <p>As intervenções nestes espaços acontecem de forma pontual e desconectada, percebendo-se que não há um aproveitamento das potencialidades, inclusive paisagísticas, integradas ao sistema de drenagem e de proteção dos corpos hídricos. Em relação às vilas dos distritos, observa-se a necessidade de criação e manutenção de espaços públicos e verdes estruturantes, que contribuam na organização destes pequenos aglomerados urbanos, incorporando áreas úmidas e pequenas lagoas em alguns deles.</p> <p><u>Dessa forma, a estratégia proposta implica em uma melhor gestão e fiscalização dos espaços públicos da cidade como praças e campos de futebol, assim como conservação, requalificação e construção dos parques em áreas de preservação ambiental, buscando assim a articulação das áreas verdes e espaços públicos abertos como componente da infraestrutura urbana para uso público. Importante que essa estratégia seja combinada com a promoção de eventos em espaços públicos para incentivar o uso diversificado e favorecer a convivência coletiva nessas áreas.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Integração da gestão das áreas verdes e espaços públicos à gestão da infraestrutura urbana;</li> <li>✓ Implementação de política pública de construção e recuperação de praças, quadras e campos de futebol nos bairros;</li> <li>✓ Requalificação dos parques existentes e implantação de novos parques possibilitando a preservação das áreas verdes para um maior aproveitamento de seus recursos pela população;</li> <li>✓ Execução de programa de recuperação progressiva de espaços públicos ocupados irregularmente, incluindo avanços de edificações sobre as calçadas, rampas de acesso a veículos e outras situações, com vistas à melhoria da segurança e conforto na mobilidade urbana, priorizando os corredores de grande fluxo de tráfego de veículos e pessoas;</li> <li>✓ Valorização e apropriação de ocupações espontâneas de áreas públicas, incentivando seu uso e apropriação dos espaços;</li> <li>✓ Criação de um circuito integrado de parques através do aproveitamento da área do antigo aeroporto e sua conexão com áreas verdes existentes;</li> <li>✓ Priorização dos vetores ao Oeste e Norte da cidade na implementação de projetos de requalificação de praças e outros espaços livres;</li> <li>✓ Incentivar o aproveitamento do potencial paisagístico aliado às práticas culturais das comunidades nos projetos para praças e espaços livres da cidade;</li> </ul>	

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Áreas Verdes e Espaços Públicos</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realização de consulta pública prévia à população para a autorização da colocação de objetos de arte em espaços públicos como corredores viários, praças e parques;</li> <li>✓ Elaborar uma programação anual com calendário prévio de eventos em espaços públicos como shows, feiras de economia popular e solidária, oficinas para públicos de diversas idades, agendas de batizados, casamentos, aniversários etc.</li> <li>✓ Criação de eventos regulares no mirante da Serra do Periperi com ampla divulgação na cidade, de porte compatível com as características do local.</li> <li>✓ Incorporação do espaço do mirante da Serra do Periperi na programação do Festival de Inverno como um dos “palcos” para apresentações musicais.</li> </ul>
<b>Objetivo geral:</b>	Propor ações a serem executadas pelo Poder Público Municipal que visem a requalificar e estruturar as áreas verdes do Município, no intuito de promover sociabilidades, melhoria paisagística e proteção e visibilização dos corpos hídricos nos seus trechos urbanos.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atrelar a construção e requalificação dos parques com a preservação das áreas de valor ambiental;</li> <li>✓ Fiscalizar as áreas verdes como praças, parques e campos de futebol de forma a preservar sua infraestrutura e evitar a ocupação desses espaços com outros usos;</li> <li>✓ Incentivar a população para a utilização e preservação das áreas verdes;</li> <li>✓ Construir e requalificar praças e áreas de lazer nos bairros mais afastados do Centro;</li> <li>✓ Requalificar/implementar áreas públicas de lazer na sede e demais distritos do município;</li> <li>✓ Integrar as soluções paisagísticas às soluções de drenagem urbana e vice-versa.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Gestão Orçamentária Participativa (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Transferência do Direito de Construir (Transcon);</li> <li>✓ IPTU Verde.</li> </ul>
<b>Planos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de Manejo do Parque Municipal do Rio Verruga;</li> <li>✓ Plano de Manejo do Parque Urbano da Lagoa das Bateias;</li> <li>✓ Plano de Manejo de Áreas Verdes;</li> <li>✓ Plano de Integração e Gestão das Áreas Verdes;</li> <li>✓ Plano de Arborização Urbana;</li> <li>✓ Plano Paisagístico Urbano.</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa de Hortas Urbanas;</li> <li>✓ Programa Plante Árvore e Repasse de Muda;</li> <li>✓ Programa Canteiro Verde;</li> <li>✓ Programa de Incentivo ao Uso dos Espaços Públicos.</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Áreas Verdes e Espaços Públicos</b>
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"><li>✓ Cadastramento dos Espaços Públicos Municipais;</li><li>✓ Projeto do Parque do Verruga;</li><li>✓ Projeto Urbanístico dos Parques Urbanos;</li><li>✓ Projeto Urbanístico dos Espaços Públicos;</li><li>✓ Projeto do Circuito de Parques Urbanos;</li><li>✓ Requalificação do Horto Municipal.</li></ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 33 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para a Habitação**

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Habitação</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>A partir do Censo de 2010, foi estimado no Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS) o déficit habitacional de Vitória da Conquista que apresenta uma carência de 13.281 novas unidades habitacionais, sendo 12.205 urbanos (15,66% do total dos domicílios urbanos) e 1.076 rurais (12,06% dos rurais).</p> <p>Em relação aos novos domicílios urbanos, estes se reportam a famílias residentes em assentamentos precários, periféricos e pulverizados pela cidade, e na maioria (66,43% do déficit total) reportam-se a situação de coabitação. Em relação as habitações rurais, é relevante o déficit nas comunidades tradicionais.</p> <p><u>Assim, a estratégia busca agregar ações para atendimento das demandas habitacionais, inclusive a futura, através de agentes públicos, privados e do âmbito da sociedade. Também orienta a regularização urbanística e fundiária de Zeis promovendo a urbanização e regularização fundiária desses assentamentos. Inclui também, como medida estratégica, a atualização do Plano Local de Habitação com horizonte para 2030 e 2040, após a divulgação dos resultados do próximo Censo (2020).</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Redução das desigualdades socioespaciais mediante provisão de habitação de interesse social em áreas dotadas de infraestrutura, serviços e equipamentos públicos e urbanização dos territórios populares com regularização urbanística e fundiária;</li> <li>✓ Estabelecimento de metas progressivas para a universalização do acesso à moradia digna em 10 (dez) anos, com utilização de instrumentos de política urbana como o consórcio imobiliário, cota de solidariedade e outros que favoreçam o acesso ao solo urbano e mediante utilização de modalidades diversificadas de atendimento;</li> <li>✓ Efetivação da função social da propriedade mediante a aplicação de instrumentos que promovam as condições de aproveitamento de área não utilizadas ou subutilizadas, providas de infraestrutura, inclusive para habitação de interesse social;</li> <li>✓ Regularização fundiária dos territórios populares sempre associada a projetos de urbanização;</li> <li>✓ Fortalecimento da política habitacional no âmbito municipal;</li> <li>✓ Estruturação de núcleo de assistência técnica gratuita envolvendo a Prefeitura, Conselho de Arquitetura e Urbanismo, CREA, universidades e outras entidades que manifestem interesse em se integrar nas ações gerais ou em ações específicas;</li> <li>✓ Inserção das habitações de interesse social ao tecido urbano consolidado.</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Promover o acesso à moradia digna, bem localizada e que ofereça conforto e segurança para a população de Vitória da Conquista adequada às demandas.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Priorizar o aumento da oferta de habitação de interesse social;</li> <li>✓ Fortalecer e qualificar o Conselho Municipal de Habitação;</li> <li>✓ Fortalecer o papel do poder público na produção de moradia digna;</li> </ul>



<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Habitação</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Atender o déficit habitacional de forma progressiva com vistas à universalização do atendimento;</li> <li>✓ Promover a urbanização e regularização fundiária dos territórios populares.</li> <li>✓ Promover a regularização fundiária rural</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Local de Habitação de Interesse Social</li> <li>✓ Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Lei Federal nº 13.465/17;</li> <li>✓ Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios/ IPTU progressivo (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Zoneamento urbano;</li> <li>✓ Zoneamento das Unidades de Conservação Municipais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade);</li> <li>✓ Zonas especiais de Interesse Social (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Cota de solidariedade;</li> <li>✓ Transferência do Direito de Construir (Transcon);</li> <li>✓ Reurb-S;</li> <li>✓ Reurb-E</li> <li>✓ Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Gestão Orçamentária Participativa (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário;</li> <li>✓ Conselho da Cidade;</li> <li>✓ Transferência do Direito de Construir (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Consórcio Imobiliário;</li> <li>✓ Operação Urbana Consorciada;</li> <li>✓ Código de Edificação e Obras Municipal.</li> </ul>
<b>Planos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Revisão e Atualização do Plano Local de Habitação de Interesse Social</li> <li>✓ Levantamento do déficit habitacional quantitativo e qualitativo do município.</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliação e Atualização do Programa Morar Legal;</li> <li>✓ Programa de Melhoria Habitacional;</li> <li>✓ Programa de Assistência Técnica Municipal;</li> <li>✓ Programa “Censo Municipal Habitacional”;</li> <li>✓ Programa “Casa Legal” (construção de unidades habitacionais).</li> </ul>
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Elaboração de cadastro da situação da Habitação Rural e Urbana;</li> <li>✓ Delimitação e regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS);</li> <li>✓ Projetos de Regularização Urbanística e Fundiária nas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).</li> </ul>

**Quadro 34 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para as Projetos Estruturantes**

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Projetos Estruturantes</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>A maneira como ocorreu o crescimento urbano de Vitória da Conquista não permitiu que áreas importantes fossem reservadas com o objetivo de estruturar regiões específicas. Assim observa-se, por exemplo, que os corpos hídricos foram ignorados e se tornaram invisíveis para quem circula pela cidade. Existem poucos espaços públicos adequados para os encontros da comunidade, e, além disso, também poucos equipamentos que estimulem atividades econômicas e o turismo.</p> <p><u>Assim, a estratégia orienta a recuperação e reestruturação de espaços que possam cumprir este papel estruturante da região do seu entorno ou até mesmo de todo o território urbano da sede.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Redução das desigualdades socioespaciais por meio da estruturação de espaços carentes de infraestrutura;</li> <li>✓ Desenvolvimento de projetos estruturantes que cumpram funções de integração dos subespaços da cidade;</li> <li>✓ Proteção das áreas de valor ambiental;</li> <li>✓ Fortalecimento e recuperação da paisagem urbana;</li> <li>✓ Promoção do desenvolvimento econômico.</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Estimular o desenvolvimento socioeconômico-ambiental-urbano de áreas em processo de deterioração no tecido urbano ou fragmentadas.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fortalecer o sentido de comunidade através de espaços públicos adequados para práticas sociais;</li> <li>✓ Recuperar várzeas e matas ciliares;</li> <li>✓ Proteger corpos hídricos;</li> <li>✓ Contribuir para a melhoria da segurança pública;</li> <li>✓ Melhorar a oferta de equipamentos urbanos, áreas verdes e espaço públicos de uso coletivo;</li> <li>✓ Ofertar espaços para atividades econômicas de diversos tipos e portes;</li> <li>✓ Incentivar o turismo de negócios e ecológico;</li> <li>✓ Integrar as diversas regiões da cidade.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de Manejo do Rio Verruga</li> <li>✓ Plano de Manejo da Parque da Lagoa das Bateias</li> <li>✓ Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Parcelamento, Edificação ou Utilização Compulsórios/ IPTU progressivo (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Zoneamento urbano;</li> </ul>	

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Projetos Estruturantes</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Zoneamento das Unidades de Conservação Municipais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade);</li> <li>✓ Zonas Especiais de Interesse Social (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ IPTU Verde;</li> <li>✓ Gestão Orçamentária Participativa (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário;</li> <li>✓ Conselho da Cidade;</li> <li>✓ Operação Urbana Consorciada (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Código de Edificações e Obras Municipal.</li> </ul>
	<b>Planos a serem elaborados</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário</li> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Industrial</li> <li>✓ Plano de Reestruturação do Centro Tradicional e do Centro Expandido</li> </ul>
	<b>Programas a serem elaborados</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa de Incentivo ao Uso do Espaço Público</li> </ul>
	<b>Projetos a serem elaborados</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto do Parque do Rio Verruga</li> <li>✓ Projeto do Circuito de Parques Urbanos;</li> <li>✓ Projeto do Corredor Verde Noroeste-Sudeste</li> <li>✓ Projeto de Reestruturação do Centro de Abastecimento</li> <li>✓ Projeto de Reestruturação do Terminal Lauro de Freitas</li> <li>✓ Projeto do Centro Administrativo</li> <li>✓ Projeto de Reestruturação do Mirante do Cristo de Mário Cravo</li> </ul>

**Quadro 35 - Estratégia, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para as Áreas Estruturantes para as Vilas e Povoados**

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Vilas e Povoados</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>Os investimentos públicos e privados em infraestrutura, habitação e meio ambiente costumam chegar tardiamente nas vilas e povoados rurais. Desta maneira, esses núcleos encontram-se com diversos problemas urbanísticos, sociais e ambientais. Somado a isto, por razões socioeconômicas vem acontecendo um deslocamento da população, que se muda para cidade a procura de estudo e ou oportunidades de trabalho. Esse êxodo é também estimulado pela mobilidade deficiente que não permite que as pessoas consigam ir à cidade e retornar a sua vila ou povoado com tranquilidade no mesmo dia.</p> <p><u>Assim, estratégia para as vilas e povoados rurais busca estruturar estas localidades de maneira a possibilitar o seu desenvolvimento físico, ambiental e socioeconômico, ao mesmo tempo em que protege as suas características e tradições culturais.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Garantia de condições de permanência das pessoas na vilas e povoados mediante provisão das condições adequadas de infraestrutura, oferta de serviços e melhoria da mobilidade;</li> <li>✓ Fortalecimento das tradições culturais das comunidades rurais;</li> <li>✓ Promoção de melhorias nas condições de moradia.</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Promover o desenvolvimento das vilas e povoados rurais, garantindo melhorias urbanísticas, sociais, econômicas e ambientais.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Melhorar a oferta de áreas verdes e espaços públicos;</li> <li>✓ Contribuir para a melhoria da mobilidade e acessibilidade;</li> <li>✓ Melhorar a condições de moradia;</li> <li>✓ Contribuir para o desenvolvimento socioeconômico;</li> <li>✓ Evitar o êxodo dos jovens em busca de estudo e trabalho;</li> <li>✓ Proteger a tradições culturais;</li> <li>✓ Proteger as áreas de valor ambiental do entorno.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Zoneamento urbano;</li> <li>✓ Zoneamento das Unidades de Conservação Municipais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Assistência técnica e jurídica gratuita para as comunidades e grupos sociais menos favorecidos (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Gestão Orçamentária Participativa (Estatuto da Cidade);</li> <li>✓ Conselho da Cidade;</li> <li>✓ Zonas Especiais de Interesse Social;</li> <li>✓ Zonas Especiais de Interesse Cultural;</li> <li>✓ Código de Edificações Obras Municipal</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	

<b>Tema geral:</b>	Urbanismo
<b>Tema específico</b>	<b>Vilas e Povoados</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de Desenvolvimento das Vilas e Povoados Rurais;</li> <li>✓ Plano de Arborização.</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa Calçada Verde;</li> <li>✓ Programa de Assistência Técnica.</li> </ul>
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Levantamento das condições de moradia das vilas e povoados;</li> <li>✓ Projeto de Acessibilidade das vias e espaços públicos;</li> <li>✓ Projeto Urbanístico e Paisagístico dos Espaços Públicos.</li> </ul>

#### **8.4.4. Projetos Estruturantes**

##### **CIRCUITO INTEGRADO DE PARQUES URBANOS**

###### **Projeto do Parque Integrador**

Com a inauguração do novo aeroporto Glauber Rocha acontece o esvaziamento do terreno onde o antigo equipamento operou por um período de 50 anos. O terreno, de grande dimensão, aproximadamente 130 hectares, está situado em uma porção da cidade com população em situação de vulnerabilidade socioeconômica e com deficiência em infraestrutura urbana e equipamentos públicos. Esta situação foi sinalizada inclusive no PDDU vigente, ano 2006, que delimitou estas ocupações vulneráveis com Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Além das questões apontadas, margeiam o terreno duas áreas de importante valor ambiental, o Parque Municipal Lagoa das Bateias, a noroeste, e a Lagoa da Jurema, a sudeste, que neste PDDU está sendo proposta a instituição de um parque ambiental. Ambos espaços necessitam de melhor gestão com intuito garantir manutenção adequada para que se tornem espaços realmente de preservação ambiental e que a população tenha acesso mais frequente e realizem atividades compatíveis com as características físicas e bióticas desses espaços, além de contribuir para a paisagem urbana e possibilidades de turismo.

Em relação aos fluxos e movimentos, o terreno é margeado por importantes vias coletoras, a Avenida Frei Benjamin e a Avenida Paraná. Esta última o conecta ao Anel Rodoviário e à rodovia BR-116, que em seu trecho urbano exerce função estrutural para a cidade. Nos outros limites a área é margeada por vias locais ou fundos de lotes, o que lhe dá uma característica de desconexão com o tecido urbano.

A proposta de intervenção para a área do antigo aeroporto integra um conjunto de outros espaços que juntos podem formar um grande corredor verde que cruza a cidade. A integração destes espaços possui o importante objetivo de criar uma reserva verde no miolo deste centro urbano e contribui também para a melhoria da qualidade urbanística e ambiental de toda a cidade, a partir do momento em que serviria de base para a implantação de equipamentos públicos, equipamentos de lazer e cultura, abertura de novas vias e possibilidades de novos fluxos, melhoria na paisagem urbana e implantação de equipamentos que possam fomentar a economia local.

Os espaços integrados que compõem o Circuito Integrado de Parques são:

1. Parque Municipal da Lagoa das Bateias;
2. Terreno do antigo aeroporto;
3. Vazio na rodovia BR-116;
4. Praça na Avenida Gestor Guimarães;
5. Vazio na Avenida Bartolomeu de Gusmão;
6. Vazio na Avenida Juracy Magalhães;
7. Vias locais de integração
8. Parque no Rio Verruga.

Nesta proposta, estes espaços são integrados através de elementos como vias compartilhadas entre pedestres e veículos com organização do trânsito e tratamento



paisagístico e travessias em desnível sobre vias arteriais estruturantes para pedestres e ciclistas. Desta maneira, cria-se uma continuidade, conectando no eixo leste-oeste todo o território urbano, como mostra a Figura 21 a seguir.

**Figura 21 – Proposta do Circuito Integrado de Parques Urbanos**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

**Figura 22 – Modelo de via compartilhada**

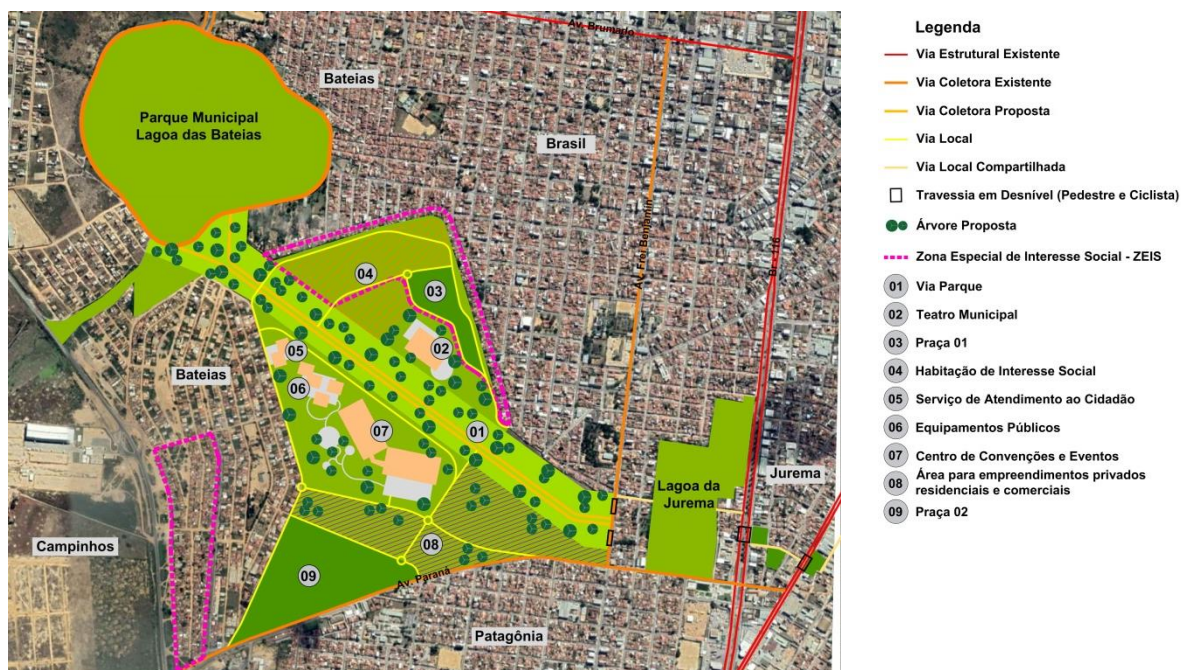


Fonte: <http://www.engenhariacompartilhada.com.br>

Tratando-se em específico da proposta do Parque Integrador, na área do antigo aeroporto, a estratégia é ofertar espaços que estruturem a região, mas que também deem base para o desenvolvimento socioeconômico-ambiental do Município. Acredita-se que com a mistura de usos e o equilíbrio entre cheios (áreas ocupadas) e vazios (áreas livres) é possível construir um projeto baseado nos princípios de sustentabilidade e garantia do direito à cidade que orientam as propostas do PDDU. Para assegurar a sustentabilidade do projeto do Parque Integrador foram reservadas áreas para Zeis e para empreendimentos residenciais e comerciais de padrões variados, além de equipamentos importantes como o Centro de Convenções e Eventos.

A Figura 23 a seguir ilustra de maneira mais detalhada a proposta para a região:

Figura 23 – Proposta para a área do antigo aeroporto



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

Intervenções para a área:

- ✓ Aproveitamento da pista de pouso para implantação de via parque com função coletora, contribuindo para o deslocamento oeste-sul e oeste-leste sem precisar se deslocar até o centro;
- ✓ Implantação de duas grandes praças, com o objetivo de contribuir com a requalificação das ZEIS que margeiam a área;
- ✓ Implantação do Centro de Convenções e Eventos, como um importante equipamento para fomento da cultura e economia, prevendo-se espaços fechados e abertos que atendam a tipos variados de eventos;
- ✓ Implantação de equipamentos públicos, principalmente de saúde e assistência social, suprimindo demanda do setor oeste e noroeste da cidade, como por exemplo o Serviço de atendimento ao Cidadão;

- ✓ Implantação de órgãos da administração municipal que realizem serviços internos, garantindo a permanência daqueles órgãos que realizam serviços de atendimento público no Centro da cidade;
- ✓ Implantação do Teatro Municipal, transferindo o equipamento para esta área de melhor acesso e possibilitando a construção de uma edificação de melhor qualidade para abrigar este uso. O equipamento deve estimular a produção cultural local além de viabilizar eventos importantes que agregam economicamente;
- ✓ Área reservada para implantação de Habitação de Interesse Social, margeando a ZEIS e integrando a população de baixa renda ao tecido urbano;
- ✓ Reserva de área verde livre para plantio de árvores nativas e implantação de caminhos e ciclovias com a função de contribuir com a mobilidade urbana e com atividades de lazer;
- ✓ Reserva de área para implantação de empreendimentos privados comerciais e de habitação sendo viabilizados através de Operação Urbana Consorciada baseada em parâmetros justos e realizada de forma democrática e participativa.

### **Proposta para o Parque do Rio Verruga**

No outro extremo desse grande corredor verde se encontra o trecho não tamponado ou canalizado do Rio Verruga. O Verruga constitui referência histórica representativa da cidade, possuindo valor afetivo para a população. Dentro da cidade, possui um potencial de uso e conformação paisagística estruturante dos bairros, todavia, carece de uma interação entre rio e seu entorno, pois as ocupações lindeiras estão “de costas” para o rio. O processo de ocupação da cidade ensejou a redução das matas ciliares e a diminuição do fluxo de água natural da bacia, o que reforça a necessidade de se preservar essa área. É a partir dessa realidade que se faz a proposição de um parque para o local, tendo como principais características a predominância de áreas verdes entremeadas por áreas pavimentadas que permitam a circulação da população, promovendo dessa forma a interação com o rio e preservação do mesmo. A intervenção seria feita em 3 etapas, como mostrado na Figura 24 a seguir, onde os trechos do rio seriam divididos em áreas para lazer e cultura, esporte e parque de bairros (trechos A, B e C respectivamente).



**Figura 24 – Trechos do Parque do Rio Verruga**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

A proposta para o 1º trecho do parque do Rio Verruga se configura com a definição de alguns corredores de atividade envolvendo cultura, lazer, esporte e cuidados com o meio ambiente. A Figura 25 mostra a espacialização das áreas propostas:

**Figura 25 - Proposta para o 1º Trecho do rio Verruga**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

---

Intervenções para a área:

- ✓ Criação de caminhos de pedestres e ciclovias que interliguem todo o trecho e proporcionem a utilização do espaço pelas pessoas;
- ✓ Incorporação da Biblioteca Municipal José de Sá Nunes e do Horto Florestal Vilma Dias no projeto, integrando o uso desses espaços com as atividades realizadas no parque;
- ✓ Recuperação da qualidade das águas do rio Verruga e da mata ciliar e da manutenção das suas características naturais;
- ✓ Na entrada do Parque pela Av. Bartolomeu de Gusmão propõe-se um portal com um totem de sinalização e o receptivo, além de um conjunto de boxes comerciais. Assim como uma passarela/mirante que permita a visualização do rio;
- ✓ Previsão de equipamentos de ginástica, parque infantil, um espaço para usos diversos (brincar, descansar etc.) com aproveitamento do desnível e jardins arborizados com vegetação da flora local;
- ✓ Integração com o núcleo do Horto que se conforma como um espaço de contato e conhecimento da vegetação da região. Trata-se de uma grande área arborizada entremeada com espaços de estar com mobiliário leve e integrado à vegetação, onde é previsto um jardim de macrófitas em uma lagoa que aproveita os tanques existentes.
- ✓ Proposição de área com equipamentos de suporte a atividades culturais sendo previsto um espaço multifuncional para realização de eventos, exibição de filmes e exposição de obras de arte, um anfiteatro e uma trilha de artes, onde é prevista uma exposição permanente de esculturas de artistas da região.

### **Projeto do Corredor-Verde da Cidade**

Trata-se de um projeto para a sede de Vitória da Conquista voltado à recuperação de nascentes, lagoas e rios urbanos mediante estratégia de viabilização de conexões. Inclui medidas de preservação, conservação e valorização dos atributos paisagísticos de modo a romper com a conduta histórica de invisibilização dos recursos hídricos no processo de ocupação da cidade.



### **Projeto de Reestruturação do Centro de Abastecimento**

A reestruturação proposta parte do princípio da manutenção das características do equipamento enquanto uma grande feira e mercado popular tradicional da cidade preservando os valores sociais e culturais, dotando o seu espaço interno e o seu entorno de melhores condições de conforto e infraestrutura. Quanto ao entorno, é importante levar em conta a melhora das condições de circulação, priorizando o pedestre e o seu conforto com a melhoria das calçadas, acessibilidade, mobiliário urbano etc.

### **Projeto de Reestruturação do Terminal Lauro de Freitas**

Trata-se de uma proposta em elaboração pela Prefeitura que deverá ser incorporada ao Plano Diretor que inclui disciplinamento do trânsito, definição dos pontos de parada do transporte coletivo, melhoria na circulação do pedestre, acessibilidade, melhorias paisagísticas, dentre outras.

### **Projeto do Centro Administrativo**

Essa proposta resulta da demanda de provisão de espaço para abrigar os órgãos municipais que atualmente não dispõem de sede própria, onerando a administração municipal com pagamento de aluguéis. Deve ser elaborado um projeto que considere as demandas específicas de cada órgão público e as demandas comuns de espaço da administração municipal como salas de reuniões de diferentes tamanhos ou adaptáveis, auditório, refeitório, sala de convivência e descanso dos servidores etc. e esteja integrado pelo conceito de um Centro de Cidadania, com espaço público aberto confortável que possibilite a permanência e sociabilidade entre as pessoas, a realização de eventos comemorativos e de manifestações políticas.

É fundamental que essas secretarias permaneçam no Centro, a fim de evitar impactos às atividades de comércio e serviços existentes. O Plano Diretor deverá fixar prazo para a realização de estudo específico para identificação de imóveis na área central que possam abrigar essas secretarias, já que a área do antigo Clube Social, conforme informado pela

Prefeitura, está indisponível para este fim. Considerando que a proposta de utilização do antigo Clube Social para abrigar o centro administrativo foi discutida e aprovada no GTA, caberá à Prefeitura a prestação dos esclarecimentos quanto à impossibilidade de manter o quanto pactuado em reunião.

### **Projeto de Reestruturação do Mirante do Cristo de Mário Cravo**

Considerando ser essa área um marco da cidade de Vitória da Conquista é importante que qualquer projeto a ser feito leve em conta a dimensão cultural do local. A proposta deve incluir a reestruturação física do local de modo que seja possível criar condições que possibilitem e estimulem a visita e a permanência no local com conforto e segurança.

Associada a intervenções urbanísticas e paisagísticas é importante construir um programa que inclua uma agenda regular de eventos culturais de música, teatro, dança, culinária e outros, além de feiras de artesanato, plantas, antiguidades etc., atividades de educação ambiental ao ar livre e em em espaço a ser projetado, que inclusive pode sediar outros cursos e atender às comunidades vizinhas. O importante é manter a regularidade da programação para consolidar a frequência e o uso do lugar.

A seguir é apresentado o mapa na Figura 26 com a indicação dos Projetos Estruturantes propostos.

**Figura 26 – Projetos Estruturantes**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

### 8.4.5. Zoneamento Urbano da Sede

#### Macroáreas

Vitória da Conquista é uma cidade que revela estágios distintos de estruturação urbana com respeito à presença de infraestrutura e sobretudo, densidade de ocupação. Diante disso, para efeito de planejamento, são definidas duas macroáreas distintas que correspondem a esses diferentes níveis de estruturação e demandam diretrizes diferenciadas. Essas áreas estão delimitadas no Mapa XX. O limite da Macroárea 1 coincide com o anel rodoviário e o limite da Macroárea 2 é um ajuste a partir dos limites externos dos bairros. Estas macroáreas apresentam as seguintes diretrizes gerais e de caráter estruturante:

#### Macroárea 1

- I. Priorização da ocupação e do adensamento;
- II. Integração dos setores leste e oeste da cidade;
- III. Investimento público para a regularização urbanística e fundiária de territórios populares precarizados;
- IV. Incentivo à implantação e modernização das infraestruturas urbanas;
- V. Fortalecimento do centro tradicional;
- VI. Proteção e recuperação das áreas de valor ambiental e histórico-cultural.

### Macroárea 2

- I. Proteção e recuperação das áreas de valor ambiental e histórico-cultural.
- II. Incentivo às atividades de perfil agrícola desenvolvidas em bases agrocológicas;
- III. Investimentos públicos para recuperação da infraestrutura do Distrito Industrial;
- IV. Controle da ocupação de maneira a não prejudicar as operações do aeroporto Glauber Rocha;
- V. Definição de área no Distrito Industrial voltada exclusivamente ao uso de indústrias de pequeno porte que atualmente não conseguem se estabelecer em razão do custo elevado do solo.

### **Zoneamento Geral**

#### Zona de Ocupação Consolidada (ZCs)

A Zona de Ocupação Consolidada se configura como o território de manifestações materiais e imateriais da história e cultura de Vitória da Conquista. Área majoritariamente ocupada, apresentando poucos terrenos vazios e poucas edificações abandonadas. Necessita de ampliação e melhoria na infraestrutura, principalmente viária e de drenagem, organização do trânsito e melhoria do sistema de transporte, principalmente no centro tradicional. Investimento em espaços públicos de qualidade e arborização. Recuperação e conservação dos sítios de valor histórico-cultural.

- I. Fortalecimento do Centro Tradicional, mantendo o dinamismo da região, diversificando os usos e definindo ações de recuperação e conservação dos sítios e edificações de valor histórico cultural;
- II. Estímulo à ocupação dos vazios urbanos, sendo estes terrenos ou edificações, a fim de cumprir a função social da propriedade e criar novas oportunidades de fomento à economia do município;
- III. Diversificação dos usos, mantendo o dinamismo da zona de maneira compatível com o fluxo de veículos suportável pelo sistema viário local e sem impactar negativamente o patrimônio ambiental e cultural;
- IV. Investimento na ampliação e modernização da infraestrutura de saneamento básico, telecomunicação e energia elétrica;
- V. Atração de empreendimentos para área, principalmente ligados à cultura e turismo;
- VI. Integração dos assentamentos precários existentes nos bairros desta zona à cidade, principalmente em relação à mobilidade, relação com o espaço público e acesso a serviços e comércio;
- VII. Melhoria da mobilidade, adequando o sistema viário, implantando sistema de transporte de média capacidade, ampliando o número de linhas e qualidade dos veículos;
- VIII. Incentivo à manutenção e recuperação das áreas verdes, contribuindo para a qualidade ambiental e paisagística, além de auxiliar na redução térmica.

#### Zona de Ocupação Prioritária (ZPr)

A Zona de Ocupação Prioritária se configura como um território com muitos terrenos vazios, em processo de consolidação e verticalização, porém apresenta boas condições de infraestrutura. A ocupação existente apresenta médio e alto padrão, sendo inclusive território alvo da especulação imobiliária e de atuação do mercado imobiliário. As características ambientais como topografia e hidrografia favorecem a ocupação, tendo em seu território um importante trecho do rio Verruga.

- I. Estímulo à ocupação e adensamento, sendo objeto de investimentos públicos e aplicação de instrumentos legais visando à ocupação dos lotes e glebas vazias;
- II. Investimento em infraestrutura viária considerando ampliação da demanda;
- III. Investimento em espaços públicos e áreas verdes, requalificando e implantando novos espaços;
- IV. Definição de instrumentos legais que atraiam empreendimentos e investimentos privados promovendo a ocupação e adensamento de forma organizada e cumprindo o interesse da coletividade;
- V. Proteção e preservação das áreas de valor ambiental;
- VI. Estímulo à diversificação dos usos;
- VII. Investimento nas áreas de assentamentos precarizados e previsão de instrumentos de política urbana que impeçam processos de gentrificação.

#### Zona de Ocupação Condicionada (ZCd)

A Zona de Ocupação Condicionada se configura por conter a porção da cidade que apresenta o maior número de assentamentos precarizados, ocupação irregular e por abrigar a população mais pobre da cidade. Nesta zona também estão situadas importantes Unidades de Conservação como a Serra do Periperi, Poço Escuro, Lagoa das Bateias e Lagoa da Jurema. Possui condição topográfica mais complexa, com trechos de grande declividade.

- I. Direcionamento prioritário do investimento público para esta área, com vistas à estruturação da região;
- II. Proteção e recuperação dos assentamentos precarizados;
- III. Investimento em espaço público e área verde contribuindo inclusive para a qualificação da paisagem urbana mediante incorporação da infraestrutura verde na relação cotidiana dos moradores com a cidade;



- 
- IV. Ampliação da mobilidade urbana, implantando um sistema de transporte que acesse os bairros em cotas mais elevadas e com ampliação do número de linhas;
  - V. Proteção e preservação das áreas de valor ambiental, principalmente através do controle da ocupação em direção à Serra do Periperi e ao Poço Escuro;
  - VI. Incentivo a empreendimentos e realização de eventos de cultura e lazer, incentivando o uso dos espaços públicos pela população com a recuperação e ativação de usos e apropriações diversificadas desses espaços, a exemplo do entorno do Cristo de Mário Cravo;
  - VII. Investimento na ampliação e modernização da infraestrutura de saneamento básico, telecomunicação e energia elétrica;
  - VIII. Implantação do Parque Integrador como equipamento estruturante para dar maior dinamismo à área e também com o objetivo de recuperar e articular as Unidades de Conservação existentes, estabelecendo maior conexão com o restante da cidade.

#### Zona de Ocupação Contida (ZCt)

A Zona de Ocupação Contida se configura pela ocupação fora do anel rodoviário e pela sua proximidade do distrito aeroportuário. É uma região pouco adensada e com muita área ainda sem parcelamento urbano. A sua porção oeste está bem valorizada no mercado imobiliário devido ao novo aeroporto Glauber Rocha.

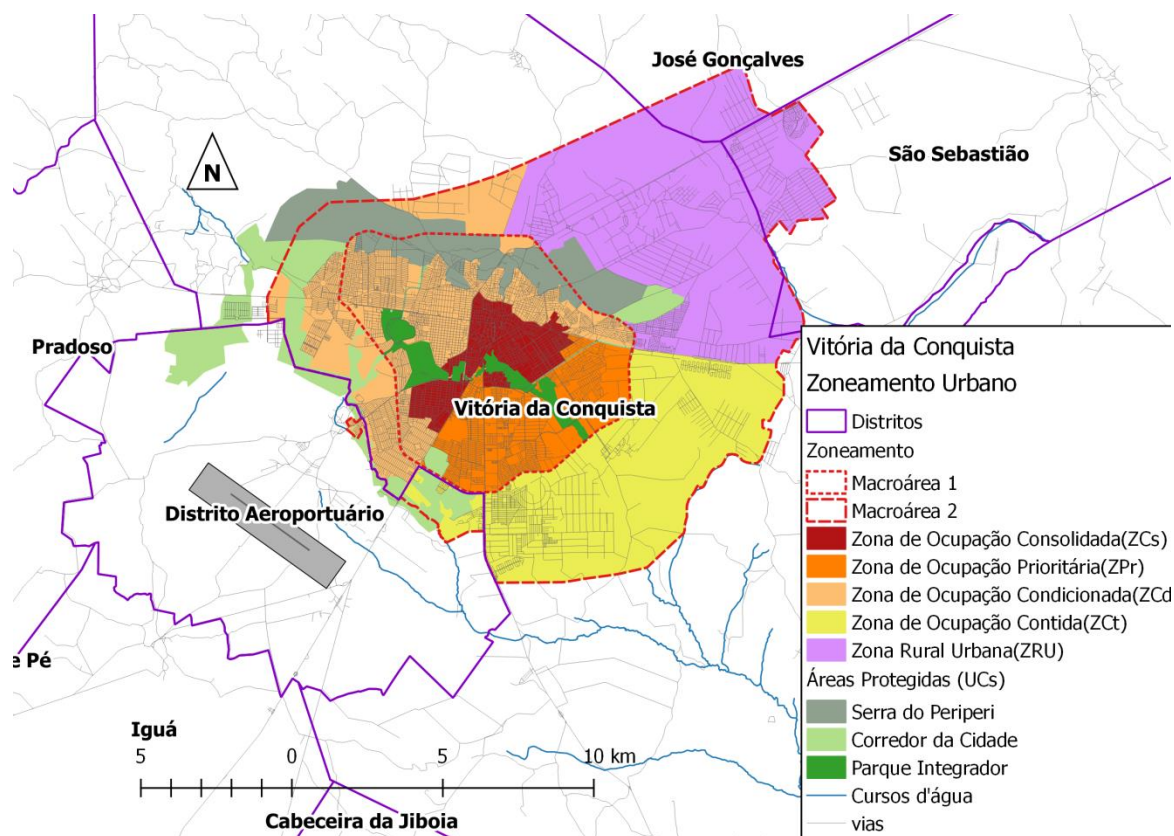
- I. Controle da ocupação com o objetivo de preservar o equipamento do novo aeroporto sem que este perca progressivamente a sua funcionalidade;
- II. Proteção e recuperação dos territórios populares e das comunidades de perfil rural;
- III. Investimento na ampliação e modernização da infraestrutura de saneamento básico, telecomunicação e energia elétrica;
- IV. Ampliação da mobilidade urbana, com o aumento do número e frequência de linhas devido à distância da região para o centro da cidade.

### Zona de Transição Rural Urbana (ZTRU)

A Zona de Transição Rural Urbana se configura pelo misto dos usos de características rurais e urbanas, assim como o padrão da ocupação apresenta características das duas situações. Nesta zona está situado o Distrito Industrial Imborés.

- I. Controle da ocupação objetivando a preservação dos recursos naturais e a proteção das funções do Distrito Industrial;
- II. Elaboração do Plano Urbanístico do Distrito Industrial e seu entorno;
- III. Investimento em infraestrutura de saneamento adequada para região de características com atividades rurais;
- IV. Preservação das características culturais dos assentamentos rurais ainda existentes;
- V. Incentivo as atividades agrícolas de base agroecológica;
- VI. Definição de parâmetros urbanísticos que incentivem uma ocupação de baixa densidade com baixo impacto no meio ambiente.

**Figura 27 – Zoneamento Urbano**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

#### 8.4.6. Zoneamento Especial

O zoneamento especial tem o objetivo de apresentar diretrizes, normas e parâmetros específicos para porções do território urbano que possuem características específicas e que, portanto, necessitam de orientações especiais.

São propostas as seguintes Zonas Especiais no município:

- I. Zona Especial de Interesse Social (ZEIS);
- II. Zona Especial de Interesse Histórico Cultural (ZEIHC).

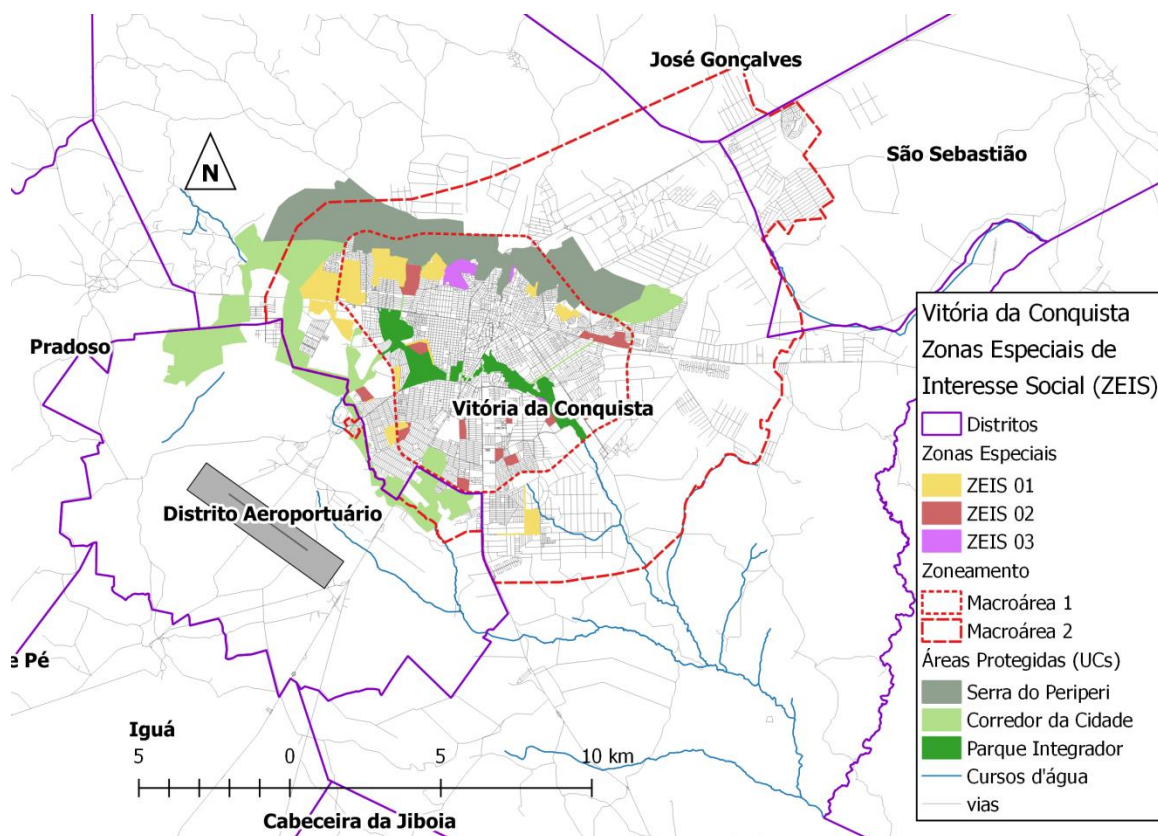
## **Zona Especial de Interesse Social (ZEIS)**

As Zonas Especiais de Interesse Social estão localizadas majoritariamente na Macroárea 01 e na Zona de Ocupação Condicionada (ZCd), sendo assim objeto prioritário de investimentos públicos promovendo assim melhoria na qualidade de vida da população de baixa renda. Compreendem três categorias:

- I. ZEIS 01 – Áreas Urbanas caracterizadas por assentamentos precários sendo loteamentos formais, informais ou favelas, em terrenos particulares ou públicos passíveis ou não de regularização fundiária. Ocupação predominantemente composta pela população de baixa renda;
- II. ZEIS 02 – Áreas Urbanas caracterizadas por terrenos não edificadas ou subutilizados;
- III. ZEIS 03 – Áreas Urbanas caracterizadas por assentamentos precários ou terreno não edificado inseridos em Unidades de Conservação, áreas de valor ambiental ou em área limítrofe.

A seguir é apresentado na Figura 28 o mapa das Zonas Especiais de Interesse Social.

**Figura 28 – Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS)**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

### Zona Especial de Interesse Histórico Cultural (ZEIHC)

As Zonas Especiais de Interesse Histórico Cultural têm por finalidade a preservação e valorização dos bens de valor histórico, arquitetônico e cultural, podendo ser elemento construído, edificações ou sítios urbanos e espaços públicos e estruturas que dão suporte ao patrimônio imaterial.

Compoem a ZEIHC elementos tombados por legislação municipal, estadual ou federal, ou ainda passíveis de tombamento.

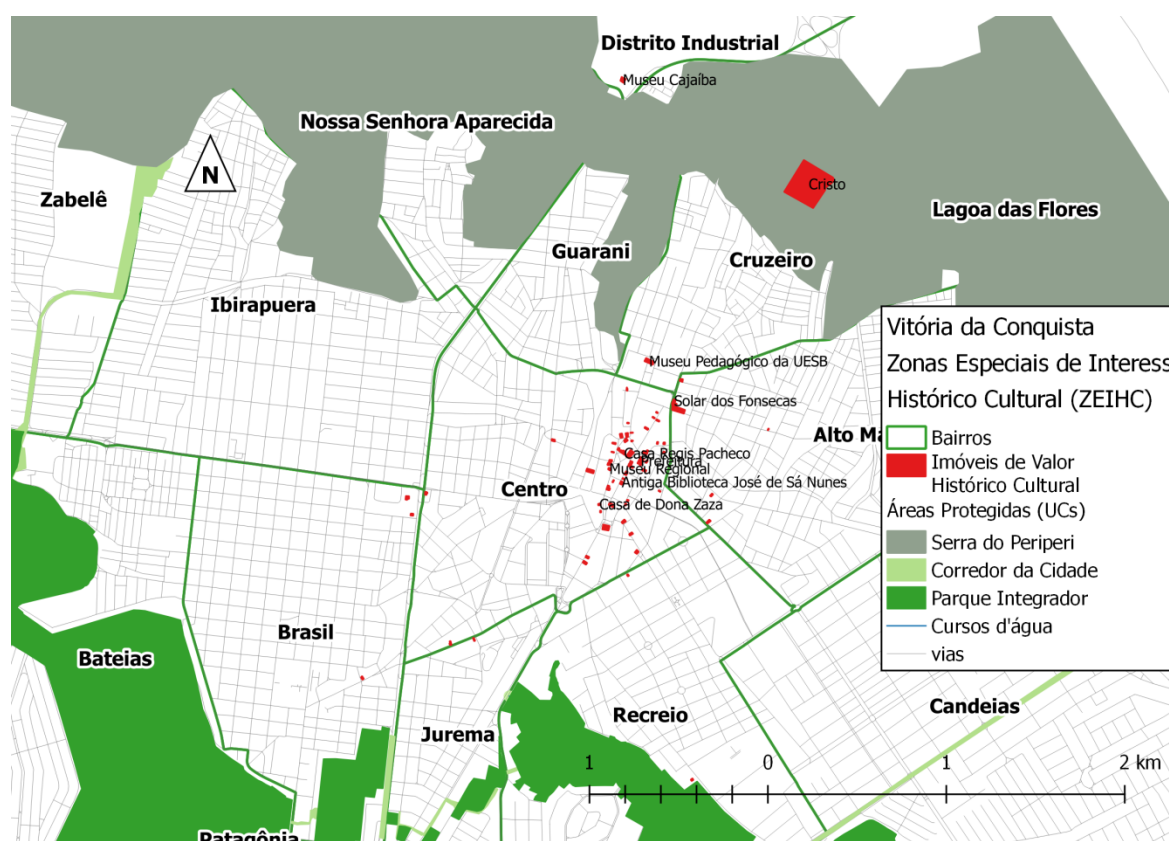
São diretrizes da Zona Especial de Interesse Histórico Cultural:

- I. Promoção da preservação, conservação, restauro e valorização do patrimônio cultural do Município;

- II. Preservação da identidade cultural dos bairros e áreas de interesse histórico e cultural;
- III. Incentivo construção de cadastro e reconhecimento dos imóveis e sítios urbanos de valor histórico cultural;
- IV. Incentivo ao desenvolvimento de infraestrutura de turismo nas áreas de interesse histórico e cultural;
- V. Fomento ao setor da economia voltado ao turismo e cultura.

A seguir é apresentado na Figura 29 o mapa das Zonas Especiais de Interesse Cultural.

**Figura 29 – Zonas Especiais de Interesse Histórico Cultural (ZEIHC)**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

#### 8.4.7. Áreas Verdes e Espaços Públicos

As áreas verdes e espaços públicos se configuram como espaços abertos e de uso coletivo que além de cumprir a função de abrigar atividades da sociedade também auxiliam no conforto ambiental urbano, contribuem na paisagem urbana e no bom funcionamento das



soluções implantadas para drenagem pluvial urbana e demais componentes do saneamento básico.

As propostas para as áreas verdes e espaços públicos foram classificadas da seguinte maneira:

## **Praças**

### **I. Novos Espaços**

Elaboração de projeto urbanístico – Este tipo é caracterizado pelos espaços que foram delimitados para o uso de praça no momento do parcelamento, porém nunca receberam qualquer tipo de intervenção;

### **II. Reestruturação ou recuperação do espaço**

Tipo caracterizado pelos espaços que se configuram como praças, são utilizados como tal pela população, porém necessita de reestruturação ou recuperação;

### **III. Estruturação do entorno de campos de futebol com uso consolidado**

Tipo caracterizado pela presença de campos de futebol de terra improvisados pela população. Não possuem nenhum tipo de infraestrutura, sendo indicado, portanto projeto urbanístico e paisagístico.

## **Ruas, Avenidas e Rodovias**

### **I. Vias com Canteiros Estreitos**

Recuperação de canteiro, com adequação de calçadas, implantação de ciclovia e de paisagismo. Podem ser implantados mobiliários urbanos mais simples como banco, pergolado, iluminação pública e lixeira. Implantação de elementos de travessia para pedestres com segurança;

### **II. Vias com Canteiros Largos**

Recuperação do canteiro, com adequação de calçadas, implantação de ciclovia e de paisagismo. Permite a implantação de mobiliário urbano de maior porte e equipamentos como aparelhos de ginástica além de outros menores como banco e pergolado. Implantação de pisos para a travessia de pedestres com segurança;

### III. Rodovias com Canteiros em Trechos Urbanos

Intervenção apenas de paisagismo e ciclovia, não devendo estimular o uso permanente de pessoas. Trechos importantes para a paisagem urbana podendo ser utilizados como uma demarcação visual dos principais acessos;

### IV. Vias com Canteiro Central com Canal de Drenagem

Intervenção apenas de paisagismo e ciclovia, não devendo estimular o uso permanente de pessoas. Estas áreas verdes devem ser pensadas junto com as soluções de drenagem.

## **Projetos Estruturantes**

### I. Parque Integrador

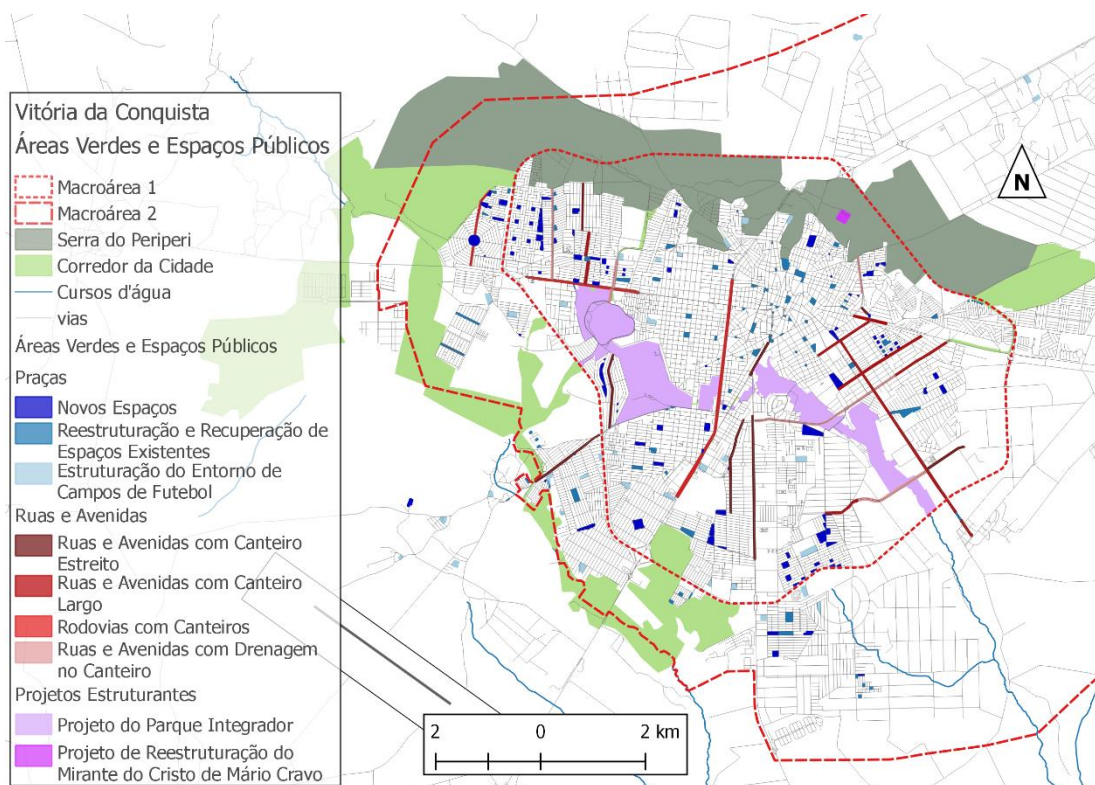
Caracteriza-se pela integração de um conjunto de outros espaços que juntos formam uma grande área de reserva verde, continua, voltada para a melhoria da mobilidade urbana e para o fomento da cultura e economia urbana;

### II. Projeto Mirante do Cristo

Reestruturação do espaço público que abriga as esculturas do Cristo de Mário Cravo, com uma ampla reformulação urbanística e ambiental.

A seguir é apresentada a Figura 30 com o mapa das áreas verdes e espaços públicos.

**Figura 30 – Áreas Verdes e Espaços Públicos**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia– FEP (2019)

#### 8.4.8. Diretrizes para o Saneamento Básico

No Quadro 36, Quadro 37, Quadro 38 e Quadro 39, podem ser observadas as estratégias, diretrizes, objetivos programas, projetos e ações para as o saneamento básico. O Quadro 40 e Quadro 41 trazem essas mesmas informações para energia elétrica e telecomunicações.

**Quadro 36 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Saneamento Básico – Abastecimento de Água**

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Abastecimento de Água</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>A incerteza crítica associada ao abastecimento de água está relacionada, no município, especialmente à oferta hídrica. Os fatores que influenciam essa incerteza estão diretamente ligados ao meio ambiente tais como degradação ambiental em áreas de manancial hídrico, ao comprometimento de nascentes e rios por erosão e consequente assoreamento e ao controle e fiscalização ineficiente e ineficaz das ocupações irregulares.</p> <p>Sendo assim, a <u>estratégia proposta para avançar no sentido de aumentar a qualidade e a disponibilidade das águas superficiais no município, assim como foi citado no tema meio ambiente, associa-se especialmente ao controle do uso do solo, aos esforços para preservação e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e suas matas ciliares e ao monitoramento e à fiscalização.</u> Contudo, além disso são necessárias ações estruturais e ainda outras estruturantes para que a qualidade do serviço prestado seja melhorada.</p> <p>Dessa forma, adicionalmente à estratégia já citada, <u>é extremamente importante que sejam realizadas ações para implantação de estruturas que garantam a segurança hídrica da região, tais como barragens, associadas ao reaproveitamento de águas pluviais armazenadas em bacias de retenção, além da disseminação de projetos piloto que façam reuso de efluente tratado em iniciativas industriais e agrícolas. Ainda tendo a oferta hídrica como foco, dever-se-á desenvolver ações de identificação e monitoramento dos poços tubulares existentes no município, uma vez que essa é uma das principais fontes de abastecimento de água identificadas. Sugere-se ainda que investimentos sejam realizados para promover a construção de cisternas, principalmente na zona rural.</u></p> <p>Destaca-se que, que o município se encontra em uma situação desfavorável quanto à disponibilidade de água para os diversos usos, sendo esse tema seja tratado de forma concreta e efetiva na gestão urbana.</p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Universalização do Serviço de Abastecimento de Água</li> <li>✓ Prestação de serviço com qualidade adequada;</li> <li>✓ Regularidade na prestação dos serviços</li> </ul>	

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Abastecimento de Água</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Controle efetivo do uso do solo, coibindo a implementação de atividades que possam causar ou intensificar efeitos deletérios sobre os recursos hídricos superficiais;</li> <li>✓ Recuperação e valorização dos corpos hídricos das áreas rural e urbanas/urbanizadas, possibilitando os usos múltiplos de acordo com o que estabelece a Política de Recursos Hídricos;</li> <li>✓ Garantia de um papel mais ativo por parte do município na gestão dos recursos hídricos superficiais do seu território;</li> <li>✓ Integração e articulação de cada eixo do saneamento básico com os demais serviços públicos</li> </ul>
<b>Objetivo geral:</b>	Promover a universalização do serviço de abastecimento de água com qualidade, equidade de modo a garantir a segurança hídrica do território
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar o atendimento por rede de abastecimento de água na zona rural;</li> <li>✓ Ampliar a disponibilidade de água;</li> <li>✓ Garantir à população residente, em áreas onde as soluções individuais se mostrarem mais apropriadas, o acesso a sistemas individuais adequados de abastecimento de água e permitir a sua implantação</li> <li>✓ Fiscalizar efetivamente a prestação do serviço;</li> <li>✓ Fiscalizar efetivamente o uso e ocupação do solo no município;</li> <li>✓ Promover a conservação dos recursos hídricos, por meio da redução das perdas e reuso de água</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (Estatuto da Cidade/Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Lei de Uso do Solo (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Zoneamento Ambiental Municipal (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Gestão Orçamentária Participativa (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Plano de Recursos Hídricos (Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> <li>✓ Enquadramento dos Recursos Hídricos Superficiais (Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> <li>✓ Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA) (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade / Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> <li>✓ Educação Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Avaliação dos Impactos Ambientais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Zoneamento das Unidades de Conservação Municipais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Licenciamento Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Abastecimento de Água</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fiscalização Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade / Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> <li>✓ Plano Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal do Saneamento Básico, nº 11.445/2007)</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de Segurança Hídrica</li> <li>✓ Plano Municipal de Saneamento Básico</li> <li>✓ Plano de controle de perdas</li> <li>✓ Plano de monitoramento e otimização de bombas, macro e micromedidores;</li> <li>✓ Plano de controles gerenciais e de processos</li> <li>✓ Plano de ação de emergência e contingência</li> <li>✓ Plano de recuperação de áreas de proteção ambiental degradadas</li> </ul>	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa de Saneamento Rural;</li> <li>✓ Programa de cadastramento e monitoramento de poços tubulares</li> <li>✓ Programa qualificação dos serviços de abastecimento</li> <li>✓ Programa de educação ambiental</li> <li>✓</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto de ampliação da rede de abastecimento de água</li> <li>✓ Projeto monitoramento da qualidade de água fornecida à população.</li> <li>✓ Projeto otimização dos serviços de manutenção principalmente relacionadas a vazamentos</li> <li>✓ Projeto de ampliação do controle de qualidade da água no município</li> <li>✓ Projeto cadastramento técnico do sistema de abastecimento</li> <li>✓ Projeto de revitalização e proteção de rios e nascentes locais</li> <li>✓ Projeto de cadastramento de cisternas, poços e domicílios atendidos por carro-pipa</li> <li>✓ Projeto de aprimoramento dos serviços de atendimento ao público</li> <li>✓ Projeto de Integração dos setores abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem e manejo de águas pluviais visando aumentar a disponibilidade hídrica através do aproveitamento de água da chuva, bem como o reuso de efluente tratado para fins menos nobres;</li> <li>✓ Projeto de Educação Ambiental (Sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos hídricos);</li> <li>✓</li> </ul>	
<b>Ações</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estudo de viabilidade de captação e barramento no rio Pardo</li> <li>✓ Estudo de viabilidade de produção de água no planalto da conquista</li> <li>✓ Solicitar o acesso ao Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico (Simisab) através do Ministério das Cidades;</li> <li>✓ Alimentar o banco de dados do SIMISAB para posterior, complemento do Sistema Nacional e Informações sobre Saneamento (SNIS);</li> <li>✓ Monitorar e avaliar indicadores que estejam relacionados com as metas propostas para o plano;</li> </ul>	



<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Abastecimento de Água</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar a capacidade de produção baseado em estudos do potencial hidrológico do platô de Vitória da conquista;</li> <li>✓ Para os distritos e localidades rurais, utilizar mais sistemas simplificados de tratamento, precedidos de estudos de viabilidade de implantação, manutenção e limpeza de cisternas e reservatórios de águas pluviais;</li> <li>✓ Perfurar novos poços que atendam às demandas hídricas da população, sendo indispensáveis as instalações de dessalinizadores;</li> <li>✓ Ampliar e melhorar as redes de distribuição de água que alcançam algumas localidades rurais;</li> </ul> <p>Implantar sistemas de reservação de água, de carros pipa, em pontos estratégicos da zona rural e ampliar o número de cisternas, cadastradas, que são abastecidas por carro-pipa.</p>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 37 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Saneamento Básico – Esgotamento Sanitário**

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Esgotamento Sanitário</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>A Universalização dos serviços de saneamento básico, meta a ser alcançada por todos os municípios brasileiros segundo a Lei 11.445/2007, carece de ações voltadas principalmente ao esgotamento sanitário em Vitória da Conquista. A prestação desse serviço é concedida à Empresa Bahia de Saneamento (Embasa), que atende a grande parte da sede municipal e a uma parte do distrito de José Gonçalves, sendo ausente nos outros 10 distritos e nas áreas periféricas da sede. Nesse sentido, as propostas visam o atendimento da zona rural com soluções de ecossaneamento e a ampliação do atendimento na sede municipal.</p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliação da adesão à rede coletora de esgoto existente na sede municipal.</li> <li>✓ Universalização dos serviços de esgotamento sanitário</li> <li>✓ Implantação de rede coletora e Estações de Tratamento Esgoto compactas com sistema de reuso nas sedes dos distritos.</li> <li>✓ Instalação de soluções individuais de ecossaneamento nas localidades rurais.</li> <li>✓ Controle e fiscalização de ligações de esgoto irregulares nas redes de drenagem.</li> <li>✓ Controle e fiscalização de lançamentos irregulares de esgoto bruto em corpos hídricos</li> <li>✓ Incentivo à recuperação da mata ciliar e à eliminação de lançamento de esgoto bruto na bacia do rio Verruga.</li> <li>✓ Desenvolvimento de iniciativas que fortaleçam, incentivem e efetivem o reuso de esgoto tratado, na agricultura e industrial</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	<p>Criar mecanismos de atuação do Município quanto ao esgotamento sanitário nos distritos e localidades rurais, bem como engajá-lo para solicitar e fiscalizar as ações que devem ser realizadas pela prestadora de serviço na sede municipal.</p>
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar atuação do programa Caça Esgoto, identificando e remediando ligações clandestinas de esgoto à rede de drenagem e ligações irregulares de drenagem na rede de esgoto.</li> <li>✓ Ampliar rede coletora para toda sede municipal garantido ligação dos domicílios.</li> <li>✓ Implantar rede coletora e Estações de Tratamento de Esgoto compactas com sistema de reuso nas sedes de todos os distritos, incluindo José Gonçalves, que terá seu atual sistema reestruturado.</li> <li>✓ Implantar soluções individuais de ecossaneamento nos distritos e localidades rurais.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal do Saneamento Básico, nº 11.445/2007)</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Municipal de Saneamento Básico</li> </ul>	

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Esgotamento Sanitário</b>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
✓ Programa de Saneamento Rural	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto para ampliação da rede coletora de esgoto na sede municipal, a ser elaborado pela Embasa e validado pelo Município.</li> <li>✓ Projeto para instalação de rede coletora ligada à Estação de Tratamento de Esgoto Compacta com sistema de reuso nas sedes de todos os distritos.</li> <li>✓ Projeto de Reuso do Efluente das Estações de Tratamento para Irrigação</li> <li>✓ Projeto de instalação de soluções individuais de ecossaneamento para as localidades rurais, identificando a melhor alternativa para cada realidade e priorizando a separação de águas imundas e águas cinzas. Dentre as alternativas, destacam-se: <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sistema Fossa-Filtro;</li> <li>- Bacia de Evapotranspiração;</li> <li>- Fossas Biodigestoras;</li> <li>- Fossas Sépticas Econômicas, e</li> <li>- Círculo de Bananeiras</li> </ul> </li> </ul>	
<b>Ações</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Acompanhar o cumprimento das metas estabelecidas no contrato de programa através de comitê, incluindo as questões de ampliação da rede coletora, que deve ser projetada e implantada pela concessionária.</li> <li>✓ Estudo de viabilidade de implantação de ETE compacta com sistema de reuso na sede dos distritos, incluindo estudo de tarifa, custo de implantação, manutenção e operação e atribuindo responsável pela operação do serviço.</li> <li>✓ Fortalecimento das associações comunitárias buscando apoio para implantação das soluções de ecossaneamento individuais nas localidades dispersas. A Prefeitura fornece profissionais técnicos para auxiliar na escolha do sistema a ser adotado e capacitar os moradores, enquanto as associações fazem a mobilização e organizam logística de trabalho.</li> <li>✓ Manter associações mobilizadas no âmbito do saneamento visando implantar o Modelo de Centrais de Abastecimento de água e esgotamento sanitário.</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 38 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Saneamento Básico – Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos**

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>Os fatores relacionados às incertezas críticas referentes ao serviço de limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, no âmbito do PDDU, tratam do volume de resíduo destinado ao aterro sanitário e da cobertura do serviço de varrição e capinagem. Considerando que esse serviço é administrado e prestado pelo município, a estratégia proposta para diminuir o volume de resíduos destinado ao aterro e aumentar a cobertura de varrição e capinagem volta-se diretamente à gestão municipal e melhoria da prestação desse serviço.</p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliação dos programas de reciclagem existentes no município</li> <li>✓ Fortalecimento das cooperativas e associações de catadores existentes</li> <li>✓ Desenvolvimento de ações para empoderamento e organização de catadores individuais;</li> <li>✓ Implementação de Programa Municipal de Compostagem, com instalação de galpão de compostagem e estabelecimento de canais de aproveitamento do composto produzido</li> <li>✓ Monitorar os serviços de capinagem e varrição e expandir o serviço para as áreas não atendidas.</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	<p>Propor ações à Secretaria Municipal de Serviços Públicos que visem a redução do volume destinado ao aterro sanitário através do aumento da reciclagem e compostagem, e reestruturas os serviços de varrição e capinagem, melhorando sua gestão e ampliando a atuação para áreas não atendidas.</p>
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criar programas de apoio, fortalecimento e implantação de cooperativas e iniciativas de reciclagem.</li> <li>✓ Incentivar a criação de novas cooperativas de reciclagem e novos galpões de triagem.</li> <li>✓ Disseminar informação sobre a coleta seletiva nas escolas municipais e unidades básicas de saúde.</li> <li>✓ Acompanhar e incentivar ao Programa Mãos que Reciclam, da Procuradoria Municipal, visando cadastradas e auxiliar catadores individuais.</li> <li>✓ Elaborar estudos para criação do Programa Municipal de Compostagem.</li> <li>✓ Monitorar a variação e capinagem das ruas, mapeando os locais atendidos e registrando a frequência do serviço.</li> <li>✓ Identificar locais com necessidade de varrição e capinagem, ou melhoria desse serviço, e amplia-lo gradativamente visando sanar as necessidades.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Municipal de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei nº 12.305/2010)</li> <li>✓ Plano Municipal de Saneamento Básico (Lei Federal do Saneamento Básico, nº 11.445/2007)</li> </ul>	

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos</b>
<b>Planos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Municipal de Saneamento Básico e/ou Plano de Gerenciamento de Resíduos sólidos</li> <li>✓ Plano Municipal de Mineração</li> <li>✓ Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD) das áreas de extração mineral</li> </ul>	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa de Compostagem Municipal</li> <li>✓ Programa de apoio, fortalecimento e implantação de cooperativas e iniciativas de reciclagem</li> <li>✓ Programa de acompanhamento e monitoramento de varrição e capinagem</li> </ul>	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto para implantação de novos galpões de triagem</li> <li>✓ Projetos de Galpão de compostagem</li> <li>✓ Projeto para captação de Recursos para implantação, ampliação e operacionalização de cooperativas</li> </ul>	
<b>Ações</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estudo sobre sistema de coleta seletiva e reciclagem atual, atualizando dados de volume de resíduos encaminhados para reciclagem, capacidade de operação dos galpões, número de catadores cooperativados e individuais, pontos de apoio da cooperativa e pontos de coleta (ecopontos).</li> <li>✓ Analisar viabilidade de implantação de novas cooperativas e/ou expansão da existente, e de novos galpões de triagem, conforme proposto neste plano.</li> <li>✓ Em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Saúde, realizar programas de divulgação e orientações sobre a coleta seletiva, informando como fazer a separação e disposição do material.</li> <li>✓ Espalhar pontos de coleta de recicláveis (ecopontos) por toda a cidade e incluir no sistema de coleta equipamento coletor específico para os ecopontos, encaminhando o material aos centros de triagem.</li> <li>✓ Ampliar parcerias com indústrias de reciclagem ....</li> <li>✓ Estudo de viabilidade de implantação de galpões de compostagem e capacitação de pessoal para acompanhamento do processo e manutenção do espaço.</li> <li>✓ Ações informativas sobre o início do programa de compostagem. A primeira etapa será focada nas feiras, supermercados e restaurantes, grandes produtores de resíduos orgânicos, com disponibilização de recipiente e coleta feita separadamente, encaminhando o material aos galpões de compostagem</li> <li>✓ Cadastramento de agricultores familiares para receber o composto gerado a preços baixos e ter cursos de capacitação de compostagem caseira.</li> <li>✓ Ampliar o sistema de compostagem para residências e demais atividades comerciais, utilizando o excedente do composto produzido em espaços públicos e residências com área verde que contribuam com o programa.</li> <li>✓ Criação de sistema e banco de dados para acompanhamento e monitoramento do serviço de varrição e capinagem, possibilitando acompanhar os locais atendidos e ampliar o serviço para locais não atendidos.</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 39 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para o Saneamento Básico – Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas**

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>A Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas foi associada à incerteza crítica universalização do saneamento básico e possui como fator crítico representativo a extensão da rede de drenagem.</p> <p>É importante destacar que podem influenciar ainda a incerteza referida a cobertura do serviço de drenagem de águas pluviais; existência de soluções para reaproveitamento, retenção e detenção do escoamento superficial; as condições físicas dos equipamentos de drenagem; a existência de áreas verdes na região analisada; cumprimento das metas e diretrizes estruturais previstas no PDDU; ocorrência de alagamentos.</p> <p>O município é afetado significativamente por alagamentos nos períodos chuvosos, contudo, nenhuma ação de longo prazo por parte da administração pública foi identificada visando a mitigação dos impactos desses alagamentos.</p> <p>A rede drenagem apenas tem avançado em área de implantação de novos condomínios, sendo que esse avanço tem tido pouca ou nenhuma expressão nos locais onde a situação é mais crítica.</p> <p>A lógica atual adotada também não é capaz de solucionar as enchentes, uma vez que uma grande defasagem entre a forma como a ocupação urbana e a impermeabilização do solo se deu e o sistema de drenagem e manejo de águas existente.</p> <p><u>Sendo assim, a estratégia proposta para avançar no sentido de alcançar a universalização do saneamento básico no município associa-se especialmente a requalificação do sistema de manejo e drenagem de águas pluviais, no aporte de equipamentos para limpeza e manutenção das redes e dispositivos de drenagem urbana, garantindo a eficiência e a durabilidade dos componentes do sistema, a implantação de dispositivos de retenção e detenção do escoamento superficial, ao controle do uso do solo a partir da identificação e fiscalização das áreas mais sensíveis e de maior risco, aos esforços para preservação e recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e suas matas ciliares e à reestruturação do setor ligado à secretaria municipal de mobilidade urbana que é responsável pela operação, manutenção e fiscalização dos serviços aqui tratados.</u></p> <p>Devido à ocupação ter ocorrido sem considerar os leitos de inundação de importantes cursos d'água presentes no município, e devido à intensificação do escoamento resultantes da ocupação da Serra do PeriPeri, esse componente deve ser tratado com relativa relevância na gestão urbana.</p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Requalificação do sistema de drenagem urbana da sede municipal;</li> <li>✓ Modernização da gestão do serviço de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas</li> <li>✓ Controle efetivo do uso do solo, coibindo a implementação de atividades que possam causar ou intensificar efeitos deletérios sobre os recursos hídricos superficiais;</li> <li>✓ Fiscalização e manutenção das matas ciliares e áreas de proteção ambiental;</li> </ul>	



<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Controle de inundações e áreas de risco;</li> <li>✓ Planejamento da bacia hidrográfica como um todo para controle do volume</li> <li>✓ Novos desenvolvimentos não podem aumentar a vazão de pico das condições naturais</li> <li>✓ Minimização de ações de controle e prevenção que foquem na transferência dos impactos para jusante</li> <li>✓ Priorização da melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados</li> <li>✓ Priorização da melhoria contínua em relação à infraestrutura urbana do município, incluídos os sistemas de drenagem urbana e manejo de águas pluviais;</li> <li>✓ Fiscalização e análise de eficiência dos serviços de limpeza urbana, garantindo assim a não obstrução dos componentes da microdrenagem;</li> <li>✓ Integração e articulação de cada eixo do saneamento básico com os demais serviços públicos</li> </ul>
<b>Objetivo geral:</b>	Fortalecer a gestão integrada do sistema de drenagem urbana, visando o desenvolvimento do município
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar o sistema de macro e microdrenagem do município, proporcionando a redução/eliminação dos pontos críticos existentes de inundação e alagamento e a formação de novos pontos;</li> <li>✓ Otimizar a operação do sistema de drenagem, visando uma maior eficiência do mesmo;</li> <li>✓ Implementar ferramentas de gestão, objetivando suprir a carência de instrumentos técnicos adequados ao manejo de águas pluviais.</li> <li>✓ Mapear, digitalizar, e georreferenciar todo sistema de drenagem no município;</li> <li>✓ Estudar e implementar medidas para eliminar e reduzir áreas críticas de inundação e alagamento existentes, assim como evitar o aparecimento de novas áreas;</li> <li>✓ Estabelecer medidas de controle dos principais pontos críticos (inundações e alagamentos) localizados no município;</li> <li>✓ Controlar as águas pluviais na fonte;</li> <li>✓ Melhor e atualizar os dados para elaboração de projetos de macro e micro drenagem;</li> <li>✓ Recuperar e revitalizar de áreas verdes.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (Estatuto da Cidade/Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Lei de Uso do Solo (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Zoneamento Ambiental Municipal (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Gestão Orçamentária Participativa (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Plano de Recursos Hídricos (Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas</b>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Enquadramento dos Recursos Hídricos Superficiais (Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> <li>✓ Sistema Estadual de Informações Ambientais e de Recursos Hídricos (SEIA) (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade / Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> <li>✓ Educação Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Avaliação dos Impactos Ambientais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Zoneamento das Unidades de Conservação Municipais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Licenciamento Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Fiscalização Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade / Política Estadual de Recursos Hídricos)</li> <li>✓ Plano Nacional de Saneamento Básico (Lei Federal do Saneamento Básico, nº 11.445/2007)</li> </ul>
<b>Planos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Municipal de Saneamento Básico</li> <li>✓ Plano de manutenção da macro e microdrenagem</li> <li>✓ Plano de ação de emergência e contingência</li> <li>✓ Plano de recuperação de áreas de proteção ambiental degradadas</li> <li>✓ Zoneamento com delimitação clara de áreas sempre e naturalmente inundadas;</li> <li>✓ Planos de emergência a inundações como colocação de barreiras temporárias (diques de sacos de areia), plano de evacuação da população e determinação de abrigos temporários, entre outras;</li> <li>✓ Plano de assistência social aos atingidos por enchentes e inundações, com abrigos, cuidados médicos, alimentação oportunidades entre outras ações;</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa manejo adequado de águas pluviais</li> <li>✓ Programa universalização dos serviços de drenagem</li> <li>✓ Programa organizacional e gerencial para drenagem urbana e manejo de águas pluviais</li> <li>✓ Programa de monitoramento de eventos críticos</li> </ul>
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto implantação/adequação do sistema de drenagem superficial das zonas urbana e rural;</li> <li>✓ Projeto reestruturação da gestão da drenagem e manejo de águas pluviais urbanas (estudo do modelo de gestão para o sistema de drenagem; formulação de mecanismos e procedimentos para a avaliação sistema da eficiência, eficácia e efetividade das ações; formulação de modelos e estratégias e financiamento dos subsídios necessários para a universalização)</li> <li>✓ Cadastro técnico do sistema de drenagem de águas pluviais urbanas</li> <li>✓ Projeto de implantação de sistema de prevenção e alerta;</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Drenagem e Manejo de Águas Pluviais Urbanas</b>
<b>Ações</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Solicitar o acesso ao Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico (Simisab) através do Ministério das Cidades;</li> <li>✓ Alimentar o banco de dados do SIMISAB para, posterior, complemento do Sistema Nacional e Informações sobre Saneamento (SNIS);</li> <li>✓ Monitorar e avaliar indicadores que estejam relacionados com às metas propostas para o plano;</li> <li>✓ Ampliar a disseminação do conhecimento da população sobre manejo adequado de resíduos sólidos e sua relação com a drenagem urbana;</li> <li>✓ Sensibilizar sobre as consequências do aumento de área impermeabilizada;</li> <li>✓ Construir sistemas de biorretenção (jardins filtrantes) em calçadas e áreas próximas aos pontos de alagamentos;</li> <li>✓ Construir sistemas embutidos (canais ocultos) de coleta e encaminhamento de águas pluviais nas calçadas das vias, suavizando a demanda das sarjetas;</li> <li>✓ Implantar reservatórios de retenção e de retenção nas regiões próximas a serra do Periperi;</li> <li>✓ Estudar a eficiência do sistema existente, propondo ampliação da rede de drenagem urbana, de modo a acompanhar a expansão urbana;</li> <li>✓ Elaborar um plano de construção e recuperação de pavimentação e drenagem pluvial para as áreas urbanizadas dos distritos.</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 40 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para Telecomunicações**

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Telecomunicações</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>A estratégia sugerida para as Telecomunicações em Vitória da Conquista se relaciona ampliar as áreas de abrangência do sinal das operadoras, assim como o serviço de internet banda larga, principalmente para dos demais distritos já que o distrito sede possui atendimento satisfatório.</p> <p>Devido à recente implantação do Aeroporto Glauber Rocha é de extrema necessidade que sinal das operadoras não oscile frente à chegada da população flutuante esperada.</p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Prestação de serviço de qualidade e constante</li> <li>✓ Estabelecimento de bons canais de comunicação com os consumidores</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Promover o fortalecimento e a ampliação da abrangência dos sinais das operadoras de telecomunicações
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar atendimento nos distritos de Vitória da Conquista</li> <li>✓ Manter a robustez da rede para garantir a qualidade do serviço</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lei Federal nº 9.472</li> <li>✓ Lei Federal nº 13.116</li> <li>✓ Portaria Ministério das Comunicações no 55</li> <li>✓ Portaria nº 1.455</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
✓	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
✓	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto de ampliação da rede de telecomunicações</li> <li>✓</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 41 – Estratégias, diretrizes, objetivos, programas, projetos e ações para Energia Elétrica**

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Tema específico</b>	<b>Energia Elétrica</b>
<b>Estratégia</b>	
A estratégia sugerida para a rede de energia elétrica é a melhoria dos serviços de manutenção e estabelecimento de atendimento ágil às solicitações dos clientes	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Prestação de serviço de qualidade</li> <li>✓ Estabelecimento de bons canais de comunicação com os consumidores</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Promover o fortalecimento e a ampliação da abrangência da rede de energia elétrica
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar atendimento nos bairros e distritos de Vitória da Conquista</li> <li>✓ Manter a robustez da rede para garantir a qualidade do serviço</li> <li>✓ Estabelecer comunicação ativa e respostas ágeis aos clientes</li> <li>✓ Melhorar os serviços de manutenção da rede</li> <li>✓</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Lei Federal nº 9991</li> <li>✓ Lei Federal nº 13460 de 2017 - Regras gerais a respeito da "participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública</li> <li>✓ Resolução Normativa nº 414/2010 da Aneel</li> <li>✓ Resolução Normativa nº 470, de 13 de dezembro de 2011 da Aneel</li> <li>✓ Resolução Normativa nº 547/2013 da Aneel</li> <li>✓ Resolução Normativa nº 482/2012 da Aneel</li> <li>✓ Resolução Normativa nº 581/2013 da Aneel</li> </ul>	
<b>Planos a serem elaborados</b>	
✓	
<b>Programas a serem elaborados</b>	
✓	
<b>Projetos a serem elaborados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto de ampliação da rede de energia elétrica</li> <li>✓ Projeto de Iluminação Pública</li> <li>✓</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

O Quadro 42, Quadro 43, Quadro 44, Quadro 45, Quadro 46, Quadro 47, Quadro 48, Quadro 49, Quadro 50, Quadro 51, Quadro 52, Quadro 53, Quadro 54, Quadro 55, Quadro 56, Quadro 57, Quadro 58 e Quadro 59 trazem os programas e programas relacionados a Infraestrutura.

#### Quadro 42 - Programas Saneamento Rural – Abastecimento de Água

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa de Saneamento Rural – Abastecimento de Água</b>
<b>Descrição de Programa</b>	
Consiste no conjunto de ações e políticas para das condições de saneamento básico nos distritos e localidades rurais. As ações deverão integrar implantação de alternativas de ecosaneamento visando a melhoria da qualidade de vida, saúde pública, associando à construção das estruturas a educação ambiental e capacitação dos moradores para construção e manutenção dos sistemas.	
<b>Justificativa</b>	
No sentido de universalizar os serviços de abastecimento de água com qualidade e quantidade conforme as normas legais e regulamentadoras, faz-se necessário garantir o acesso à água potável para a população rural, de distritos e comunidades esparsas. A população da zona rural de Vitória da Conquista não dispõe de água em quantidade suficiente para atender às suas necessidades, parte por conta da característica climática da região, parte por falta de assistência do poder público municipal e da concessionária do serviço.	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Melhorar as condições sanitárias da população</li> <li>• Promover segurança hídrica</li> </ul>	
<b>Ações diretas:</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Manutenção de cisternas, poços e sistemas locais de abastecimento de água</li> <li>✓ Ampliar a capacidade de produção baseado em estudos do potencial hidrológico do platô de Vitória da conquista;</li> <li>✓ Para os distritos e localidades rurais, utilizar mais sistemas simplificados de tratamento, precedidos de estudos de viabilidade de implantação, manutenção e limpeza de cisternas e reservatórios de águas pluviais;</li> <li>✓ Perfurar novos poços que atendam às demandas hídricas da população, sendo indispensáveis as instalações de dessalinizadores;</li> <li>✓ Ampliar e melhorar as redes de distribuição de água que alcançam algumas localidades rurais</li> <li>✓ Implantar sistemas de reservação de água, de carros pipa, em pontos estratégicos da zona rural e ampliar o número de cisternas, cadastradas, que são abastecidas por carro-pipa.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Solicitar o acesso ao Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico (Simisab) através do Ministério das Cidades;</li> <li>✓ Alimentar o banco de dados do SIMISAB para posterior, complemento do Sistema Nacional e Informações sobre Saneamento (SNIS);</li> <li>✓ Monitorar e avaliar indicadores que estejam relacionados com as metas propostas para o plano;</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Emergencial, curto, médio e longo prazo</li> <li>❖ Manutenção de cisternas, poços e sistemas locais de abastecimento de água – <b>a partir do segundo semestre 2020</b></li> </ul>	<b>Agentes envolvidos</b>
	✓ PMVC, Embasa, SIHS, CERB, CAR, associações de moradores



<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa de Saneamento Rural – Abastecimento de Água</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Ampliar a capacidade de produção baseado em estudos do potencial hidrológico do platô de Vitória da conquista – <b>a partir de 2022, após finalização e avaliação das propostas do PMSB</b></li> <li>❖ Para os distritos e localidades rurais, utilizar mais sistemas simplificados de tratamento, precedidos de estudos de viabilidade de implantação, manutenção e limpeza de cisternas e reservatórios de águas pluviais - <b>a partir do segundo semestre 2020</b></li> <li>❖ Perfurar novos poços que atendam às demandas hídricas da população, sendo indispensáveis as instalações de dessalinizadores - <b>a partir do segundo semestre 2020</b></li> <li>❖ Ampliar e melhorar as redes de distribuição de água que alcançam algumas localidades rurais - <b>a partir de 2022, após finalização e avaliação das propostas do PMSB</b></li> <li>❖ Implantar sistemas de reservação de água, de carros pipa, em pontos estratégicos da zona rural e ampliar o número de cisternas, cadastradas, que são abastecidas por carro-pipa - <b>a partir de 2022, após finalização e avaliação das propostas do PMSB</b></li> </ul>	
<b>Estratégias e indicadores de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>
Monitoramento será realizado anualmente através de equipe a ser contratada utilizando como ferramenta o Simisab.	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Indicadores de atendimento</li> <li>❖ Frequência e quantidade de paralizações do sistemas simplificados e rede de distribuição dos distritos</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orçamento da união, estados e municípios</li> <li>✓ Fundos Municipal de Saneamento</li> <li>✓ Fundo Nacional de Meio Ambiente</li> <li>✓ Bancos, organismos internacionais</li> </ul>	<b>Custos</b>  Estimativa de custos – R\$ 34.725.553,19

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 43 - Programas Saneamento Rural – Abastecimento de Água – Cadastramento de Poços**

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa de cadastramento e monitoramento de poços tubulares</b>
<b>Descrição de Programa</b>	
<p>O programa consiste no cadastramento de poços tubulares existentes em todo o território do município, área urbana e rural. Associado ao cadastramento, o município em parceria com o governo do estado deverá desenvolver campanhas de monitoramento dessas estruturas. O cadastramento e a caracterização da qualidade da água são importantes para orientar o traçado de alternativas tecnológicas, que visem a potabilização da água distribuída, e ajudar a planejar quais ações devem ser tomadas para a modelagem e implantação de sistemas de proteção sanitária.</p> <p>A caracterização da qualidade da água deve ser realizada por meio de análises físico-químicas e microbiológicas, cujos parâmetros estão contemplados na Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério das Cidades no Anexo XX. Os pontos para coleta de amostras devem ser representativos do setor sede e das comunidades rurais.</p>	
<b>Justificativa</b>	
<p>Foi diagnosticado que no município muitos domicílios possuem poços tubulares, mesmo nas áreas atendidas pela rede de distribuição da concessionária. Dessa forma, o cadastramento e o monitoramento dessas estruturas é importante para o planejamento e gestão dos serviços de abastecimento de água no município, assim como auxilia na fiscalização do uso da água no território.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Fortalecer a gestão, monitoramento e fiscalização do uso da água no município</li> <li>• Ampliar a disponibilidade hídrica no município</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Desenvolvimento de campanha para cadastro compulsório dos poços</li> <li>✓ Cadastramento dos poços tubulares existentes</li> <li>✓ Elaboração de campanhas de monitoramento dos poços cadastrados</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Monitoramento anual dos poços cadastrados</li> <li>✓ Desenvolvimento de procedimento padrão para o cadastramento de novos poços</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	
<p>Curto e Médio</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Desenvolvimento de campanha para cadastro compulsório dos poços - <b>a partir do segundo semestre 2020</b></li> <li>❖ Cadastramento dos poços tubulares existentes <b>a partir do segundo semestre 2020</b></li> <li>❖ Elaboração de campanhas de monitoramento dos poços cadastrados - <b>a partir do segundo semestre 2020</b></li> </ul>	<p>PMVC, Embasa, SIHS, CERB, CAR</p>
<b>Estratégias de monitoramento</b>	
<p>Monitoramento será realizado anualmente através de equipe a ser contratada utilizando como ferramenta o Simisab</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Quantidades de domicílios atendidos por poços tubulares</li> </ul>
<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>	
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orçamento da união, estados e municípios</li> <li>✓ Fundos Municipal de Saneamento</li> <li>✓ Fundo Nacional de Meio Ambiente</li> <li>✓ Bancos, organismos internacionais</li> </ul>	<p><b>Custos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Estimativa de Custos – R\$ 3.927.830,29</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 44 - Programa qualificação dos serviços de abastecimento**

<b>Tema geral:</b>	Infraestrutura
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa qualificação dos serviços de abastecimento</b>
<b>Descrição de Programa</b>	
<p>Neste programa, os projetos propostos têm por objetivo a melhoria de ações operacionais, tendo em vista a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços e do sistema de abastecimento de água existentes, em especial a estruturação de um sistema de monitoramento da qualidade da água ofertada à população.</p>	
<b>Justificativa</b>	
<p>O sistema de abastecimento de água de Vitória da Conquista tem grande abrangência na sede municipal, entretanto as queixas da população relacionadas a intermitência são frequentes. Além da escassez provocadas por períodos de seca e da baixa disponibilidade de água característica da região, a topografia é mais um fator complicador à prestação adequada do serviço.</p> <p>Visando garantir o abastecimento de água muitos domicílios, em todo o território, optam por perfurar poços tubulares. A água desses poços, muitas vezes não recebe tratamento adequado para que possa torná-la potável, assim ações para prover a população de ferramentas para tratamento mínimo da água de consumo humano são necessárias.</p> <p>Adicionalmente, a rede de distribuição existente precisa ser ampliada progressivamente para acompanhar a expansão urbana, bem como melhorias e inovações são necessárias para garantir a redução dos vazamentos e perdas.</p> <p>Visando melhorar eficácia da prestação do serviço todo o sistema de abastecimento deve ser cadastrado, facilitando a manutenção, operação e planejamento das melhorias no referido sistema. No sentido de promover a segurança hídrica da região estudos são necessários para a avaliação de novas fontes de água.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover melhorias na prestação dos serviços de abastecimento de água</li> <li>• Garantir o consumo de água adequada para o abastecimento humano</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Distribuição gratuita de hipoclorito de sódio pela Secretaria de Saúde</li> <li>✓ Ampliação da rede de abastecimento de água</li> <li>✓ Monitoramento da qualidade de água fornecida à população, seguindo os parâmetros contemplados na Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério das Cidades no Anexo XX. Os pontos para coleta de amostras devem ser representativos do setor sede e das comunidades rurais.</li> <li>✓ Otimização dos serviços de manutenção principalmente relacionadas a vazamentos a partir da instalação de sistemas automatizados que indiquem locais de ocorrência de vazamento e quebraimento de bombas;</li> <li>✓ Cadastro técnico do sistema de abastecimento</li> <li>✓ Revitalização e proteção de rios e nascentes locais</li> <li>✓ Estudo de viabilidade de captação e barramento no rio Pardo</li> <li>✓ Estudo de viabilidade de produção de água no planalto da conquista</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Integração dos setores abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem e manejo de águas pluviais visando aumentar a disponibilidade hídrica através do aproveitamento de água da chuva, bem como o reuso de efluente tratado para fins menos nobres;</li> <li>✓ Projeto de Educação Ambiental com objetivo de sensibilizar a sociedade para a responsabilidade coletiva na preservação e na conservação dos recursos hídricos;</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>

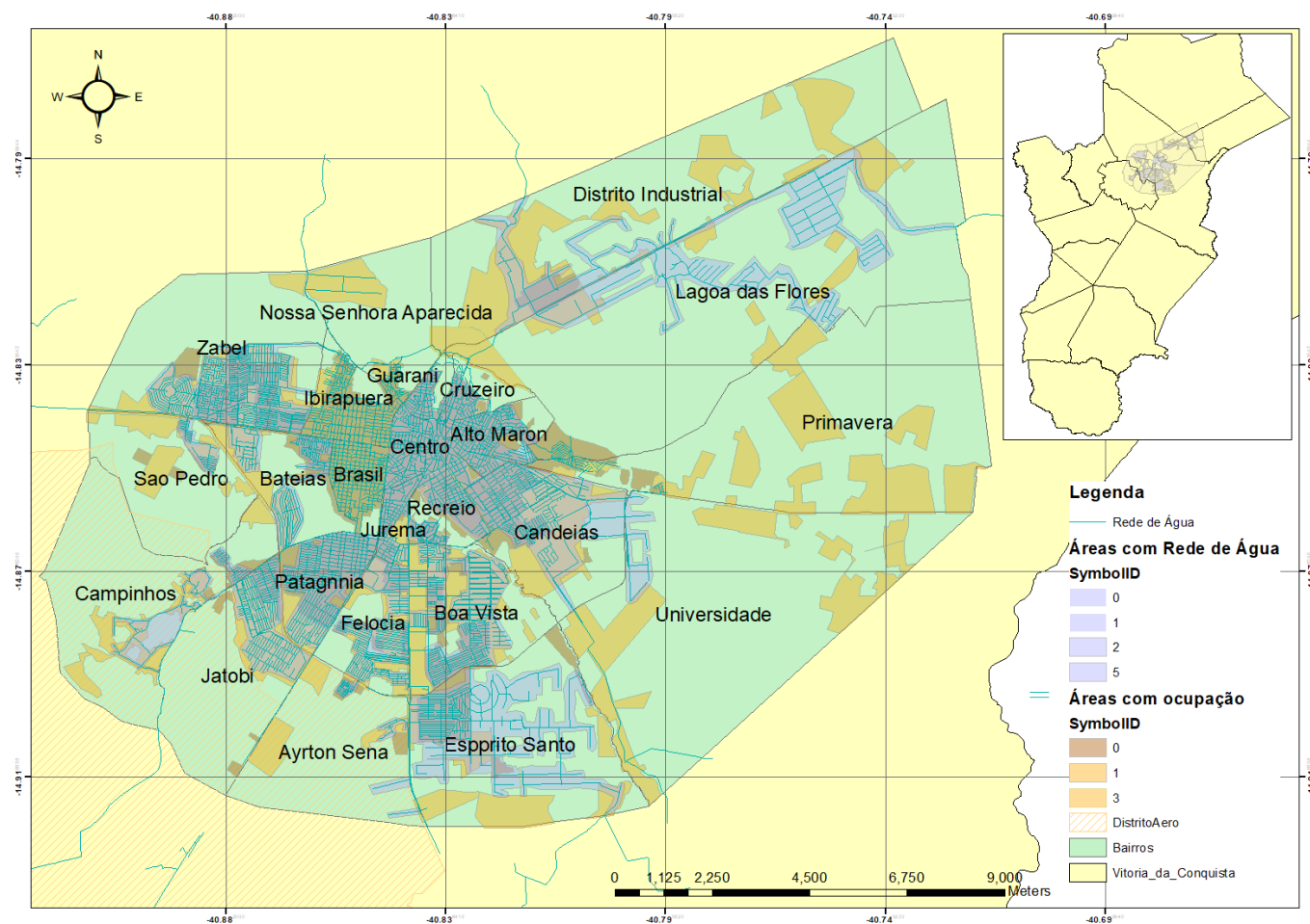
Tema geral:	Infraestrutura
Nome do Programa	Programa qualificação dos serviços de abastecimento
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Distribuição gratuita de hipoclorito de sódio pela Secretaria de Saúde – <b>a partir do segundo semestre de 2020</b></li> <li>✓ Ampliação da rede de abastecimento de água – <b>a partir de 2021</b></li> <li>✓ Monitoramento da qualidade de água fornecida à população, seguindo os parâmetros contemplados na Portaria de Consolidação nº 5 do Ministério das Cidades no Anexo XX. Os pontos para coleta de amostras devem ser representativos do setor sede e das comunidades rurais. – <b>a partir do segundo semestre de 2020</b></li> <li>✓ Otimização dos serviços de manutenção principalmente relacionadas a vazamentos a partir da instalação de sistemas automatizados que indiquem locais de ocorrência de vazamento e quebra de bombas - <b>a partir do segundo semestre de 2020</b></li> <li>✓ Cadastro técnico do sistema de abastecimento - <b>a partir do segundo semestre de 2021</b></li> <li>✓ Revitalização e proteção de rios e nascentes locais - <b>a partir do segundo semestre de 2021</b></li> <li>✓ Estudo de viabilidade de captação e barramento no rio Pardo <b>a partir do segundo semestre de 2021</b></li> <li>✓ Estudo de viabilidade de produção de água no planalto da conquista - <b>a partir de 2020</b></li> </ul>	<p>PMVC, Embasa, SIHS, CERB, CAR,</p>
Estratégias de monitoramento	Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Elaboração e divulgação de relatórios semestrais por parte da VISA e Concessionária</li> <li>• Manutenção do Simisab</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Frequência e duração de episódios de desabastecimento</li> <li>• Atendimento por abastecimento de água</li> <li>• Número de casos de doenças relacionadas ao saneamento básico</li> <li>• Macro e micromedição</li> <li>• Perdas</li> </ul>
Prováveis fontes de financiamento	Custos
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orçamento da união, estados e municípios</li> <li>✓ Fundos Municipal de Saneamento</li> <li>✓ Bancos, organismos internacionais</li> </ul>	<p>Estimativa de Custos –R\$ 40.663.925,28</p> <p>Não considera os custos de monitoramento e ampliação da rede de distribuição, que será incluído na próxima etapa.</p>
✓	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

No sentido de promover a melhoria do abastecimento de água no município de Vitória da Conquista, propõe-se, como citado no Quadro 44, a expansão da rede de distribuição de

água para as áreas ocupadas que ainda não dispões de atendimento da mesma, como pode ser observado na Figura 31.

Figura 31 - Proposta Expansão da Rede de distribuição de Água



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)



**Quadro 45 - Programa de Saneamento Rural – Esgotamento Sanitário**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa de Saneamento Rural – Esgotamento Sanitário</b>
<b>Justificativa</b>	
<p>A zona Rural de Vitória da Conquista carece de soluções adequadas de esgotamento sanitário, sendo a fossa absorvente a destinação final da grande maioria das residências em todos os distritos. Essa solução apresenta altos riscos de contaminação do solo e lençóis freáticos, pois consiste apenas num buraco sem revestimento para impermeabilização, onde são despejados os efluentes domésticos. Apesar de haver relatos de existência de fossas sépticas, não se sabe ao certo como se deu a construção delas. A sede do distrito de José Gonçalves, único local fora da sede municipal com rede coletora, apresenta sistema defasado e índice de cobertura de aproximadamente 80%.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implantar soluções adequadas de esgotamento sanitário na sede dos distritos e na zona rural dispersa;</li> <li>▪ Reduzir riscos de contaminação do lençol freático e do solo;</li> <li>▪ Reduzir incidência de doenças de veiculação hídrica;</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ampliação da participação da Prefeitura Municipal no saneamento da Zona Rural</li> <li>▪ Contratação de técnicos voltados à questão do saneamento na zona rural, os quais realizarão o trabalho e capacitarão equipe no município para dar continuidade.</li> <li>▪ Se aproximar das associações de moradores, parceiros na implantação dos sistemas.</li> <li>▪ Criação de Núcleo para acompanhamento da implementação do Plano Municipal de Saneamento Básico</li> <li>▪ Elaboração de projetos para captação de recursos.</li> <li>▪ Elaboração de projetos de execução das alternativas propostas.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecer as associações de moradores</li> <li>▪ Implementar o Modelo de Central de Associações Comunitária para Manutenção dos Sistemas de Saneamento em Vitória da Conquista.</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Esse programa deve ser contínuo, seguindo a programação estabelecida para cada projeto proposto e elaborando novos. Deve-se buscar atender à toda as demandas de esgotamento sanitário na zona rural e manter os sistemas em bom funcionamento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura municipal de Vitória da Conquista.</li> <li>▪ Associações de moradores da zona rural</li> </ul>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhar a quantidade de implantação de sistemas individuais e quantidade total de residências na zona rural dispersa (com interesse ou não no programa).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quantidade de sistema implantados/quantidade de sistemas previstos inicialmente</li> </ul>

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>	
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa de Saneamento Rural – Esgotamento Sanitário</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanha a frequência de doenças de veiculação hídrica nos postos e unidade de saúde.</li> <li>▪ Acompanhar a instalação do sistema coletivo na sede dos distritos, bem como sua manutenção e operação</li> </ul>		
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Bancos estrangeiros, a exemplo do KFW</li> <li>▪ Recursos Gerais da União</li> <li>▪ Empresa Baiana de Água e Saneamento (Embasa)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contratação de dois engenheiros com piso salarial (6 SM) durante 2 anos = R\$287.424,00 com base no valor de 2019.</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 46 - Programa de Saneamento Rural – Esgotamento Sanitário**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>	
<b>Nome do Programa</b>	<b>Projeto de Instalação de Soluções Individuais de Ecosaneamento para as Localidades Rurais</b>	
<b>Justificativa</b>		
<p>Todas as residências das localidades da zona Rural de Vitória da Conquista utilizam a fossa absorvente como forma de destinação final do esgoto doméstico. Essa solução apresenta altos riscos de contaminação do solo e lençóis freáticos, pois consiste apenas num buraco sem revestimento para impermeabilização, onde são despejados os efluentes domésticos. Devido à baixa densidade, o que torna inviável a implantação de sistemas coletivos, soluções individuais de ecosaneamento são recomendadas. Todas as alternativas apresentadas a seguir fazem o tratamento primário do esgoto, reduzindo de 60 a 80% a carga orgânica nele contida antes de dispor o efluente no solo ou corpos d'água.</p>		
<b>Objetivos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implantar soluções individuais e adequadas de esgotamento sanitário nas residências dispersas da zona rural;</li> <li>▪ Reduzir riscos de contaminação do lençol freático e do solo;</li> <li>▪ Reduzir incidência de doenças de veiculação hídrica.</li> </ul>		
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cadastro, com auxílio das associações de moradores e centros comunitários, das residências existentes e que desejem implantar o sistema.</li> <li>▪ Mobilização de engenheiro (a) sanitário da prefeitura, ou contratação deste profissional, para estudo das áreas e escolha do sistema mais adequado à cada realidade. As Soluções propostas são: Sistema Fossa-Filtro, Bacia de Evapotranspiração, Fossas Biodigestoras, Fossas Sépticas Econômicas, e Círculo de Bananeiras.</li> <li>▪ Mobilização de Pedreiros e ajudantes de obra da comunidade para auxiliar na implantação do sistema. A implantação será acompanhada pelo(a) engenheiro(a) responsável e o material deve ser fornecido pelos moradores. É possível que prefeitura possa subsidiar o material.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecimento das associações de moradores, que serão agentes no processo.</li> <li>▪ Realização de ações informativas sobre a importância de soluções adequadas de esgotamento sanitário e da existência do programa. As ações podem ser realizadas nas associações, postos de saúde, escolas e igrejas locais</li> </ul>	
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Campanhas, oficinas e ações informativas sobre a importância de soluções adequadas de esgotamento sanitário</li> <li>▪ Cadastramento e entrevista em campo dos moradores, levantando interesse ou não em participar do projeto.</li> <li>▪ Visita do (a) engenheiro (a) às localidades para análise de solo, clima e tipologia residencial e escolha da solução mais adequada para cada lugar.</li> <li>▪ Disponibilização da lista de materiais necessários para que os moradores providenciem. É possível que haja um apoio da prefeitura no sentido de fornecer materiais.</li> <li>▪ Início da implantação dos sistemas com auxílio de moradores locais e do(a) engenheiro(a) responsável.</li> </ul> <p>PRAZO: 2 anos</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista</li> <li>▪ Associações de moradores da zona rural</li> </ul> <p>Municípios</p>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A equipe liderada pelo(a) Engenheiro(a) responsável pelo projeto e implantação dos sistemas deve elaborar relatórios de atividades mensalmente.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quantidade de sistema implantados/quantidade de sistemas previstos inicialmente</li> <li>▪ Quantidade de residências interessadas/ Quantidade de residências total</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos</b>
<p>Não se aplica</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Para a prefeitura: Um engenheiro com piso salarial (6 SM) durante dois anos. R\$ 143.712,00 com base no valor de 2019.</li> <li>▪ Para os moradores: De \$400 a \$1000, a depender das dimensões e do tipo de sistema a ser implantado. Esse custo pode ser subsidiado pela prefeitura, ou financiado com algum parceiro.</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 47 - Projeto de Reuso do Efluente das Estações de Tratamento da Sede Municipal**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Programa</b>	<b>Projeto de Reuso do Efluente das Estações de Tratamento da Sede Municipal</b>
<p><b>Justificativa</b></p> <p>A escassez de água em Vitória da Conquista, tanto devido aos aspectos naturais quando à degradação dos mananciais, é um dos fatores que podem impedir o desenvolvimento da cidade, que já passou por longos períodos de racionamento. A Estação de tratamento de Esgoto (ETE) da sede Municipal, uma estação moderna com tratamento terciário e eficiência de 85 a 95% de remoção de matéria orgânica, possui vazão de saída de aproximada de 400 L/s, despejados no Rio Verruga. Essa vazão tem potencial para ser utilizada na irrigação, ao invés de água potável, devido ao baixo, ou nenhum, risco de contaminação, e devido à presença de nutriente como Nitrogênio e Potássio, necessários para o desenvolvimento vegetal.</p>	
<p><b>Objetivos</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aumentar a disponibilidade água potável reduzindo o seu consumo através do reuso;</li> <li>▪ Reaproveitar nutrientes do efluente doméstico nas culturas, reduzindo a necessidade de fertilizantes;</li> <li>▪ Implantar sistemas "cíclicos".</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Verificar legislações e normas de reuso do efluente das estações de tratamento.</li> <li>▪ Estudar formas de disponibilizar a água produzida na ETE da sede Municipal para demandas de irrigação (distribuição em carros pipas e disposição em reservatórios específicos, por exemplo)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Calcular demanda de água para irrigação de espaços públicos e do Estádio Lomanto Jr (possíveis consumidores do efluente da ETE na sede municipal)</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As atividades requeridas são basicamente as mesmas descritas nas "Ações diretas". Dentre os estudos e citados e o efetivo início da prática de reuso estima-se um prazo de <u>1 ano</u>.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista</li> </ul>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>
Acompanhar os indicadores	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Volume de água utilizado para irrigação antes do reuso/ volume de água utilizado para irrigação após reuso.</li> <li>▪ Volume de efluente destinado a reutilização/ volume de efluente despejado no Rio Verruga</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos</b>
Não se aplica	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Os estudos ficam a cargo da concessionária, que pode utilizar do corpo técnico existente ou contratar consultoria.</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 48 - Projeto para Instalação de Rede Coletora e Estação de Tratamento de Esgoto Compacta com Sistema de Reuso nas Sedes de Todos os Distritos**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Programa</b>	<b>Projeto para Instalação de Rede Coletora e Estação de Tratamento de Esgoto Compacta com Sistema de Reuso nas Sedes de Todos os Distritos</b>
<p><b>Justificativa</b></p> <p>Como as sedes dos distritos de Vitória da Conquista são aglomerações com características semelhantes à urbana, torna-se viável a implantação de soluções coletivas, como uma rede coletora que destina o efluente a uma estação de tratamento acoplada a um sistema de reuso. Essa alternativa garante o tratamento adequando do efluente doméstico gerado nesses locais, o que não ocorre atualmente com a solução utilizada, as fossas absorventes. Além disso, permite a utilização do efluente tratado para irrigação, sendo fonte de Nitrogênio e Potássio, o que reduz a necessidade de fertilização.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover o tratamento de esgoto adequado na sede dos distritos;</li> <li>▪ Permitir o reuso do efluente tratado, reduzindo a demanda de água potável e prevenindo a escassez;</li> <li>▪ Permitir o cultivo mais constante, sem interrupções devido à falta d'água.</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaboração do projeto de implantação da Rede e ETE compacta com sistema de Reuso.</li> <li>▪ Definição de ente (s) responsável (is) pela operação e manutenção dos sistemas. Recomenda-se a implementação do modelo Central de Associações, presente em Seabra, Juazeiro e no Estado do Ceará.</li> <li>▪ Implantação do sistema</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Fortalecimento das associações de moradores.</li> <li>▪ Criação da Central de Associações Comunitária para Manutenção dos Sistemas de Saneamento Vitória da Conquista</li> <li>▪ Discussão da tarifa com as associações</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Discussão e aprovação do projeto</li> <li>▪ Formalização do ente para manutenção e operação</li> <li>▪ Capacitação de operadores</li> <li>▪ Obras de Instalação</li> <li>▪ Operação</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura municipal de Vitória da Conquista</li> <li>▪ Associações de Moradores</li> </ul>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estabelecer reuniões mensais, ou bimensais, com representantes das associações, da futura Central e da Prefeitura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Indicadores operacionais do sistema de tratamento</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Bancos estrangeiros, a exemplo do KFW.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aquisição de 11 ETEs compactas com sistema de reuso</li> <li>▪ Implantação da rede em aproximadamente 3.900 ha (total) = R\$ 58 milhões.</li> </ul>

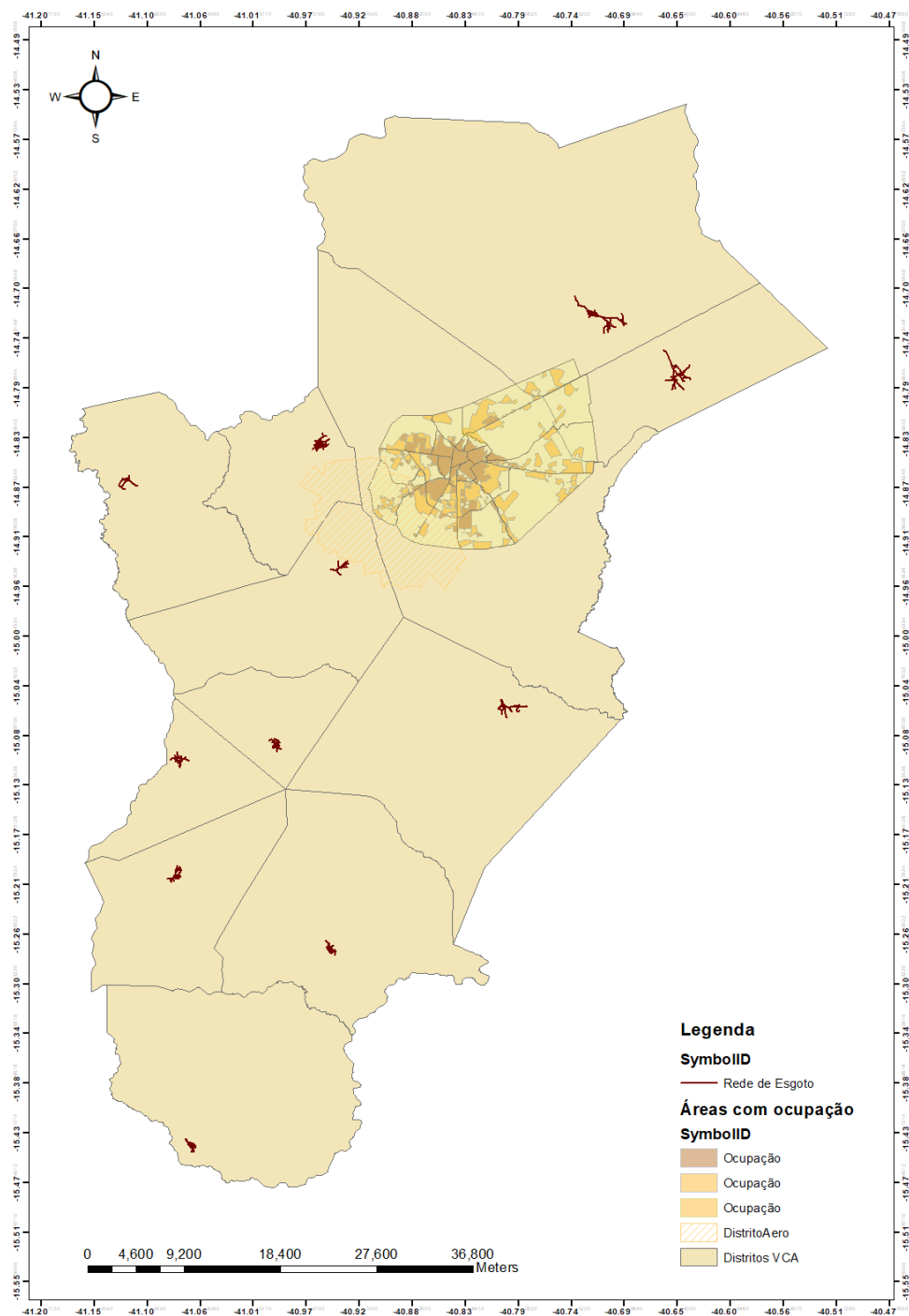


Tema geral:	Infraestrutura
Nome do Programa	<p><b>Projeto para Instalação de Rede Coletora e Estação de Tratamento de Esgoto Compacta com Sistema de Reuso nas Sedes de Todos os Distritos</b></p>
	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Operação: Os custos operacionais serão pagos com a tarifa cobrada aos usuários e variam de acordo da solução adota (aeróbia ou anaeróbia), da necessidade de estações elevatórias e da vazão afluente.</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Visando a melhoria das condições de esgotamento sanitário nos distritos do município de Vitória da Coquista, propõe-se, como citado no Quadro 48, a expansão da rede coletora de esgoto sanitário para as áreas ocupadas que ainda não dispões de atendimento da mesma, como pode ser observado na Figura 32.

**Figura 32 - Proposta de implantação de rede de esgoto nos Distritos de Vitória da Conquista**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 49 - Projeto para Ampliação da Rede Coletora de Esgoto na Sede Municipal**

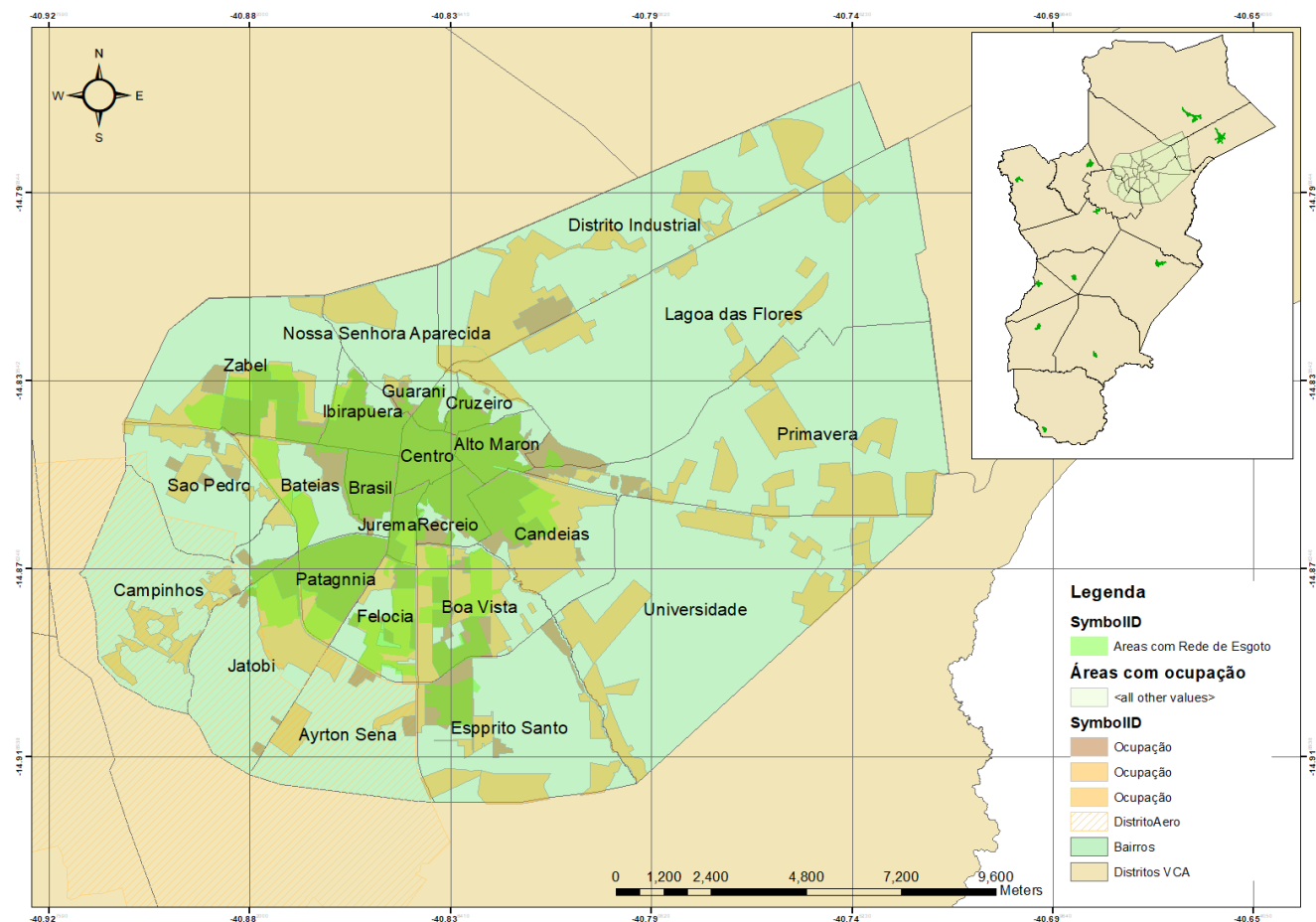
<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Programa</b>	<b>Projeto para Ampliação da Rede Coletora de Esgoto na Sede Municipal</b>
<p><b>Justificativa</b></p> <p>A Lei do Saneamento, Nº 11.445/2007, estabelece como meta para todos municípios Brasileiros a universalização dos serviços de saneamento. Apesar da alta cobertura na sede Vitória da Conquista, cerca de 20% desse território ainda não é atendido pelo serviço de esgotamento sanitário. Em aglomerações urbanas, a disposição inadequada de esgoto causa ainda mais problemas. No caso de Conquista, a contaminação de lagoas e do Rio Verruga são consequências principalmente da ausência de esgotamento sanitário.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Promover esgotamento adequado de maneira universal na sede municipal;</li> <li>▪ Reduzir a poluição dos corpos hídricos da região;</li> <li>▪ Promover saúde.</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Dimensionamento da rede necessária para atender a todo interior do anel viário e estabelecimento de metas. Esses itens devem ser descritos no Plano Municipal de Saneamento Básico, que quando finalizado e aprovado pela Câmara Municipal de Vereadores se torna Lei Municipal e fundamental instrumento de gestão dos serviços de Saneamento.</li> <li>▪ A elaboração do projeto executivo e das obras de implantação do sistema são de responsabilidade da concessionária, atualmente, a Embasa, mas devem ser cobradas e monitoradas pela Prefeitura municipal.</li> <li>▪ É importante obedecer às metas e prazos estabelecidos no PMSB para que a crescente população não deixe de ser atendida</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação de um Núcleo de Acompanhamento do Plano Municipal de Saneamento Básico dentro da Prefeitura.</li> <li>▪ Cumprir o prazo de revisão desde Plano, de 4 em 4 anos.</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação do Núcleo de Acompanhamento das ações propostas no Plano.</li> <li>▪ Estreitamento de relações com a concessionária.</li> </ul> <p>O plano tem previsão de conclusão no início de 2020, devendo o Núcleo proposto se efetivar no primeiro semestre de 2020. O prazo para universalização será previsto no PMSB.</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista.</li> <li>▪ Empresa Baiana de Água e Saneamento S.A (Embasa).</li> </ul>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Programa</b>	<b>Projeto para Ampliação da Rede Coletora de Esgoto na Sede Municipal</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Criação de um núcleo na prefeitura para acompanhamento e fiscalização do cumprimento das ações propostas no PMSB.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quilometragem de rede implantada no período/Quilometragem de rede prevista para o mesmo período</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A arrecadação de recursos é de responsabilidade da concessionária, que provavelmente solicite recursos da união.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A área não atendida pela rede atual é de aproximadamente 1.700 ha, considerando todo o interior do anel viário e as adjacências com urbanização consolidada. Portanto, o custo para ampliação da rede gira em torno de R\$ 25 milhões.</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

No sentido de promover a melhoria das condições dos serviços de esgotamento sanitário no município de Vitória da Coquista, propõe-se, como citado no Quadro 49, a expansão da rede coletora de esgoto sanitário para as áreas ocupadas que ainda não dispões de atendimento da mesma, como pode ser observado na Figura 33.

Figura 33 - Proposta expansão da rede coletora de esgoto na sede municipal



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 50 - Programa de Drenagem e manejo adequado das águas pluviais urbanas**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>	
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa de Drenagem e manejo adequado das águas pluviais urbanas</b>	
<b>Descrição de Programa</b>		
<p>Esse programa abrangerá todas as ações necessárias à universalização da drenagem e manejo adequado das águas pluviais urbanas.</p> <p>Neste programa são propostos projetos que visam ações operacionais, tendo em vista a necessidade de melhorar a qualidade dos serviços e do sistema de drenagem existentes, levantamento topográfico da zona urbana, estudo hidrológico, identificação de zonas críticas com problemas provocados por alagamentos ou devido ao escoamento superficial, contratação de profissional para elaboração de projeto de drenagem que possa combater os problemas da área em estudo e estudo de eficiência do sistema existente e ampliação da rede de drenagem urbana, seguindo projeto e perspectivas de crescimento da cidade.</p> <p>Além de ações estruturais, esse programa prevê ainda ações estruturantes relacionadas à melhoria organizacional e gerencial para drenagem urbana e manejo de águas pluviais, prevenindo ações estruturais e de monitoramento de eventos críticos.</p>		
<b>Justificativa</b>		
<p>As ações aqui propostas visam a redução, o retardamento e amortecimento do escoamento das águas pluviais urbanas além das medidas de natureza não estrutural, já que eventos de alagamento são frequentes no município e a rede de drenagem existente está obsoleta e não possui capacidade de amortecer tais eventos.</p> <p>Atualmente, a gestão do setor em questão é incipiente, de modo que se busca com o presente programa implementar para o setor de drenagem urbana e manejo de águas pluviais uma gestão eficiente o que concerne aos aspectos administrativos, operacional, financeiro, de planejamento estratégico e de sustentabilidade.</p>		
<b>Objetivos</b>		
<p>Minimizar a frequência de alagamentos, estagnações e outros problemas causados por insuficiências e deficiências nas galerias e obras de drenagem, bem como implementar ferramentas gerenciais específicas para dar suporte às ações elencadas em todos os programas referentes a drenagem urbana e manejo de águas pluviais.</p>		
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realizar levantamento topográfico da zona urbana;</li> <li>✓ Realizar estudo hidrológico;</li> <li>✓ Identificar zonas críticas com problemas provocados por alagamentos ou devido ao escoamento superficial;</li> <li>✓ Contratar profissionais habilitados para elaboração de projeto de drenagem e estudos pertinentes;</li> <li>✓ Estudar a eficiência do sistema existente e ampliação da rede de drenagem urbana, seguindo projeto e perspectivas de crescimento da cidade;</li> <li>✓ Combater ligações clandestinas de esgoto;</li> <li>✓ Capacitar gestores, técnicos e da população;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar a disseminação do conhecimento da população sobre manejo adequado de resíduos sólidos e sua relação com a drenagem urbana;</li> <li>✓ Sensibilizar sobre as consequências do aumento de área impermeabilizada;</li> <li>✓ Solicitar o acesso ao Sistema Municipal de Informações em Saneamento Básico (Simisab) através do Ministério das Cidades (SIMISAB) para, posterior, complemento do Sistema Nacional e Informações sobre Saneamento (SNIS);</li> </ul>	



<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Programa</b>	<b>Programa de Drenagem e manejo adequado das águas pluviais urbanas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Criar um plano de integração dos setores de água, esgoto, resíduos e drenagem para promover a drenagem urbana sustentável.</li> <li>✓ Monitorar e avaliar indicadores que estejam relacionados com às metas propostas para o plano;</li> <li>✓ Estudar a eficiência do sistema existente, propondo ampliação da rede de drenagem urbana, de modo a acompanhar a expansão urbana;</li> <li>✓ Condicionar a grandes empreendimentos comerciais, residenciais e industriais a implantação de reservatórios de lote, telhados verdes e jardins de chuva</li> </ul>	
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
✓ Médio e longo prazo	PMVC, Sedur, SIHS, CERB, CAR, MCidades
<b>Estratégias de monitoramento</b>	<b>Indicadores de monitoramento</b>
✓ Acompanhamento das ações através de relatórios mensais e através do Simisab	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Frequência e quantidade de alagamentos</li> <li>✓ Abrangência do sistema de drenagem urbana</li> <li>✓ Extensão da rede de drenagem</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Orçamento da união, estados e municípios</li> <li>✓ Fundos Municipal de Saneamento</li> <li>✓ Fundo Nacional de Meio Ambiente</li> <li>✓ Bancos, organismos internacionais</li> </ul>	Para estimativa dos custos serão necessários estudos específicos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 51 - Projeto de implantação de equipamentos de sistemas de drenagem urbana sustentável**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Projeto de implantação de equipamentos de sistemas de drenagem urbana sustentável</b>
<b>Descrição de Projeto</b>	
<p>Esse projeto abrange a construção de estruturas ao longo do sistema de drenagem existente, que deverá ser ampliado, que favoreçam o controle das enchentes na fonte agregando elementos que favoreçam o amortecimento das cheias e reduzam o volume de água escoada para as partes centrais e fundos de vale ocupados.</p>	
<b>Justificativa</b>	
<p>As medidas de drenagem e manejo de águas pluviais urbana vêm se transformando quanto à sua abrangência, foco e ao impacto ambiental que causam.</p> <p>A visão antiga considerada nos projetos de drenagem tradicionais tinha como consequência o deslocamento dos problemas gerados, de modo que cidades a jusante acabavam sendo mais prejudicadas em razão do maior pico de vazão causado pelas obras de canalização nas áreas montantes.</p> <p>O conceito de sistemas de drenagem sustentáveis (SiDS) busca a compreensão integrada entre social, ambiental, legal e econômico. Esses sistemas de drenagem fornecem alternativas para a canalização direta de águas superficiais, visando reduzir as inundações, melhorar a qualidade de água e aumentar a comodidade e a biodiversidade do meio ambiente. SiDS alcançam isso diminuindo a velocidade de escoamento da água, a capacidade de armazenamento e reduzindo o transporte de poluição ao meio aquático.</p>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Construção sistemas de biorretenção (jardins filtrantes) em calçadas e áreas próximas aos pontos de alagamentos;</li> <li>✓ Construir sistemas embutidos (canais ocultos) de coleta e encaminhamento de águas pluviais nas calçadas das vias, suavizando a demanda das sarjetas;</li> <li>✓ Implantar reservatórios de retenção e de retenção nas regiões próximas a serra do Periperi;</li> <li>✓ Estudar a eficiência do sistema existente, propondo ampliação da rede de drenagem urbana, de modo a acompanhar a expansão urbana;</li> <li>✓ Elaborar um plano de construção e recuperação de pavimentação e drenagem pluvial para as áreas urbanizadas dos distritos</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Ampliar a disseminação do conhecimento da população sobre manejo adequado de resíduos sólidos e sua relação com a drenagem urbana;</li> <li>✓ Sensibilizar sobre as consequências do aumento de área impermeabilizada;</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Construção sistemas de biorretenção (jardins filtrantes) em calçadas e áreas próximas aos pontos de alagamentos – <b>a partir de 2021</b></li> <li>✓ Construir sistemas embutidos (canais ocultos) de coleta e encaminhamento de águas pluviais nas calçadas das vias,</li> </ul>	<p>PMVC, Sedur, SIHS, CERB, CAR, MCidades</p>

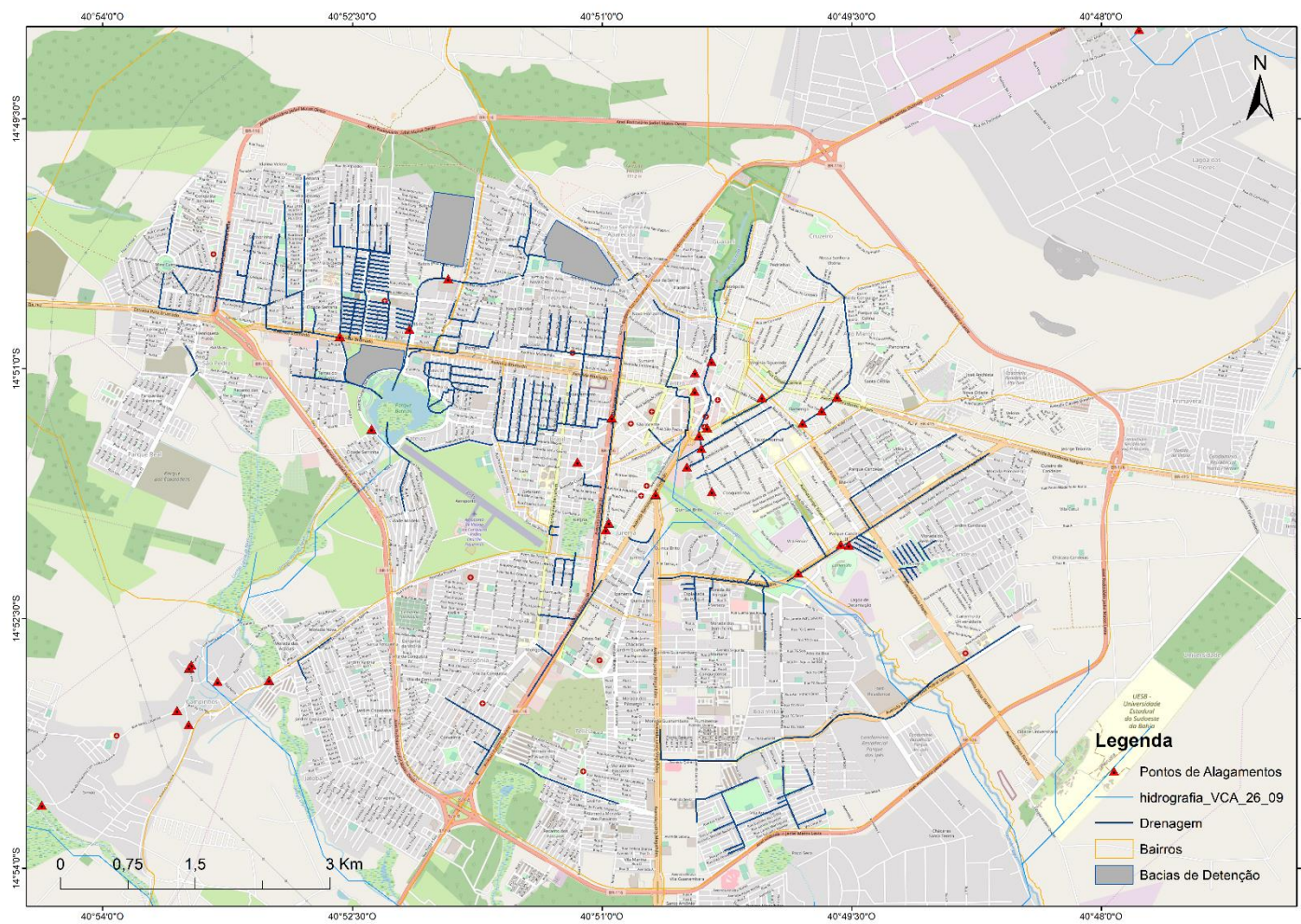
<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Projeto de implantação de equipamentos de sistemas de drenagem urbana sustentável</b>
suavizando a demanda das sarjetas - <b>a partir de 2021</b> ✓ Implantar reservatórios de detenção e de retenção nas regiões próximas a serra do Periperi - <b>a partir de 2021</b> ✓ Estudar a eficiência do sistema existente, propondo ampliação da rede de drenagem urbana, de modo a acompanhar a expansão urbana – <b>a partir do segundo semestre de 2020</b> ✓ Elaborar um plano de construção e recuperação de pavimentação e drenagem pluvial para as áreas urbanizadas dos distritos - <b>a partir do segundo semestre de 2020</b>	
<b>Estratégias de monitoramento</b>	<b>Indicadores de monitoramento</b>
✓ Acompanhamento das ações através de relatórios mensais e através do Simisab	✓ Frequência e quantidade de alagamentos ✓ Abrangência do sistema de drenagem urbana ✓ Extensão da rede de drenagem
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos</b>
✓ Orçamento da união, estados e municípios ✓ Fundos Municipal de Saneamento ✓ Fundo Nacional de Meio Ambiente ✓ Bancos, organismos internacionais	Para estimativa dos custos serão necessários estudos específicos

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Para promover a melhoria das condições dos serviços de drenagem e manejo de águas pluviais urbanas, no município de Vitória da Coquista, propõe-se, como citado no Quadro 51, a expansão da rede de drenagem e implantação de dispositivos que prezem pelo manejo sustentável das águas pluviais. A Figura 34 apresenta a ilustração dos locais com risco de inundação, que deverão ser o foco de expansão da rede e dos equipamentos de redução do escoamento.

A Figura 35 traz o detalhe as propostas de implantação de dispositivos de redução de escoamento e Figura 36 traz a proposta de implantação de bacias de detenção e ETA alternativa (que poderá tratar a água armazenada nas bacias de detenção para reforçar o abastecimento dos bairros mais próximos a esses dispositivos).

Figura 34 - Proposta de expansão da microdrenagem - Pontos de Alagamentos



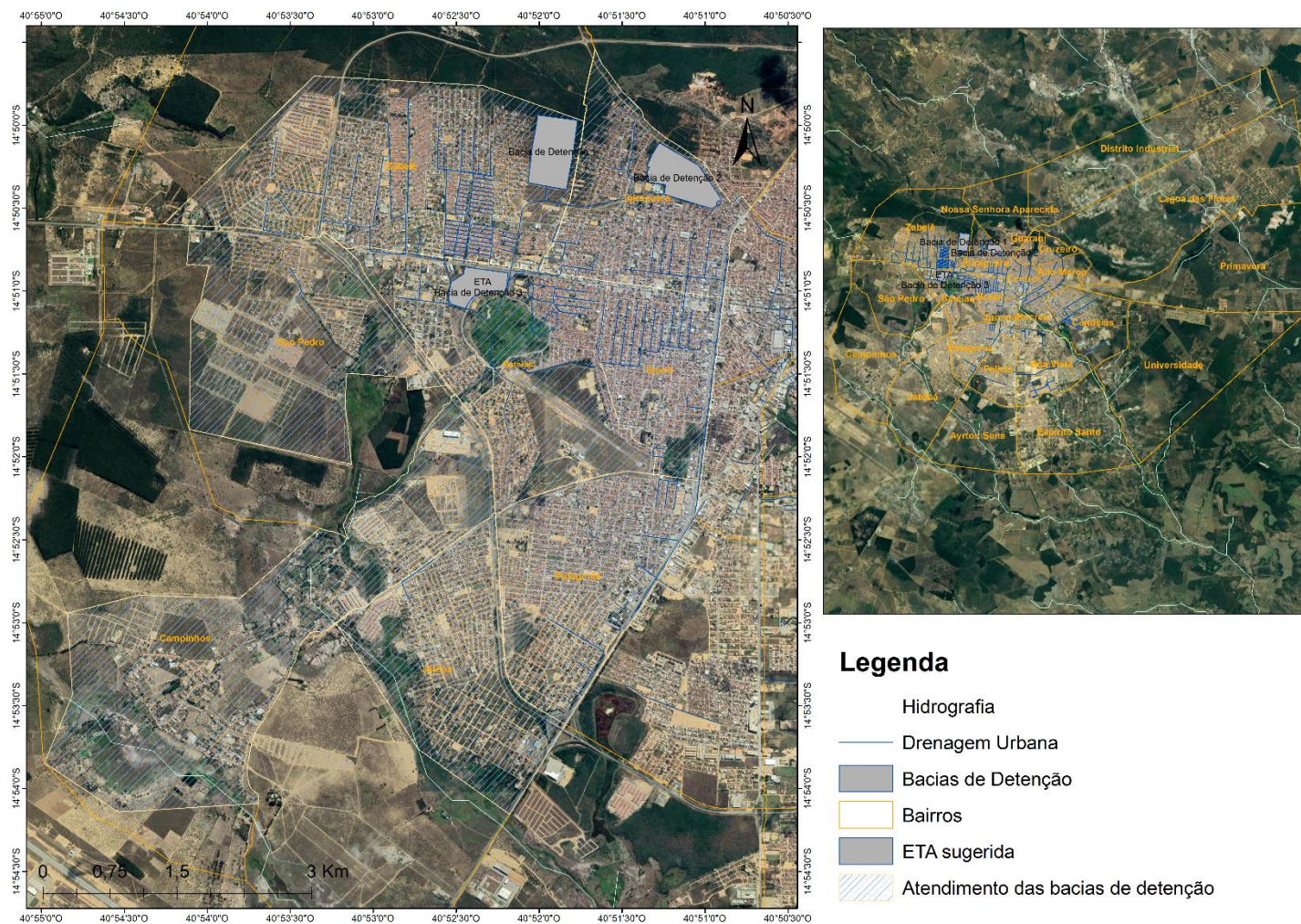
Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)







**Figura 36 - Proposta de implantação de bacias de detenção e ETA Alternativa**



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)



**Quadro 52 - Programa de Monitoramento em Terrenos Baldios**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Programa de Monitoramento em Terrenos Baldios</b>
<p><b>Justificativa</b></p> <p>A abundante presença de terrenos baldios, a baixa frequência e cobertura de coleta na área do distrito aeroportuário e o mal costume de dispor resíduos em terrenos vazios são as principais causas do grande número de terrenos onde se acumulam resíduos sólidos e entulho. O acúmulo desses materiais em locais inadequados causa mal cheiro, atrai animais peçonhentos, são ambientes propícios para a proliferação de vetores de doenças e, portanto, se configuram como um risco à saúde pública. Além disso, a decomposição da matéria orgânica ali disposta, sob chuva e calor, pode contaminar o solo e os lençóis freáticos, devido à produção de chorume durante o processo. É importante destacar também, a atração de aves ao redor de áreas com disposição inadequada de rejeitos, comprometendo a segurança das aeronaves.</p> <p>A eliminação de pontos de acúmulo irregular de resíduos sólidos e entulho é uma questão de promoção de saúde, melhoria da qualidade do ambiente e segurança.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ampliar a fiscalização nos terrenos baldios que se tornaram pontos de acúmulo de resíduos.</li> <li>▪ Eliminar pontos de acúmulo irregular de resíduos sólidos e entulho.</li> <li>▪ Promover saúde.</li> <li>▪ Diminuir riscos de contaminação do solo e lençóis freáticos.</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alocar equipe da Secretaria de Serviços públicos para elaborar e implantar o programa, considerando as ações que já são realizadas.</li> <li>▪ Mapear pontos de acúmulo irregular de resíduos sólidos e entulho;</li> <li>▪ Criar mecanismo de monitoramento e limpeza desses locais;</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhar registros de animais peçonhentos e mosquitos nos arredores das áreas de acúmulo em estudo, bem como a incidência de doenças transmitidas por mosquitos.</li> <li>▪ Acompanhar análises de qualidade do solo, caso sejam realizadas.</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Esse programa deve ser iniciado no primeiro semestre de 2020 e ser realizado de forma contínua.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura municipal de Vitória da Conquista</li> <li>▪ Torre Empreendimentos Rurais</li> </ul>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaboração de relatórios de inspeção de campo. As inspeções devem acontecer semanalmente, com revezamento de locais, e os relatórios elaborados a cada mês.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nº de locais de acúmulo de resíduos sólidos e entulho</li> <li>▪ Nº de locais com reincidência de acúmulo de resíduos sólidos e entulho</li> <li>▪ Nº de locais com extinção de acúmulo de resíduos sólidos e entulho</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos estimados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não se aplica</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 53 - Projeto de Limpeza e Monitoramento dos Terrenos Baldios.**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Projeto de Limpeza e Monitoramento dos Terrenos Baldios.</b>
<p><b>Justificativa</b></p> <p>Tendo em vista os fatos expostos, justificando a necessidade de implantação de um Programa de Monitoramento de Terrenos Baldios, a elaboração de um projeto nesse âmbito traz consigo toda os motivos já mencionados, adicionado à responsabilidade executiva das ações.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Desenvolver ações de limpeza de pontos de acúmulo de resíduos sólidos (públicos e particulares)</li> <li>▪ Criar rotina de fiscalização e monitoramento desses pontos, principalmente terrenos baldios, na área do distrito aeroportuário</li> <li>▪ Realizar limpezas constantes nas áreas públicas com acúmulo de resíduos e implantar pontos de coleta.</li> <li>▪ Autuar proprietários de terrenos baldios abandonados e pessoas que fazer a disposição inadequada nos mesmos.</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Visitar e mensurar os pontos de acúmulo já mapeados e incluir novos pontos que tenham se formado.</li> <li>▪ Organizar logística de limpeza e destinação final dos resíduos retirados dos terrenos, englobando logística e equipamento, pessoal e tempo necessários.</li> <li>▪ Realizações educativas com vista a evitar novas disposições inadequadas.</li> <li>▪ Elaborar instrumentos de autuação para disposição de resíduos sólidos e entulhos em pontos inadequados e para o abandono de terrenos baldios.</li> <li>▪ Vistorias e monitorar os terrenos baldios e pontos de acúmulo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Acompanhar registros de animais peçonhentos e mosquitos nos arredores das áreas de acúmulo em estudo, bem como a incidência de doenças transmitidas por mosquitos.</li> <li>▪ Acompanhar análises de qualidade do solo, caso sejam realizadas.</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O projeto deve iniciar no primeiro semestre 2020 e trabalhar de forma intensiva, deixando todos os terrenos identificados e limpos, dentro de 10 meses.</li> <li>▪ O Programa de monitoramento inicia-se junto à limpeza do primeiro terreno e deve durar sem prazo de término.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura municipal de Vitória da Conquista.</li> <li>▪ Torre Empreendimentos Rurais.</li> <li>▪ Emurc</li> </ul>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaboração de relatório mensal sobre as ações realizadas. Ao final do projeto, todos os relatórios devem ser compilados em um, ficando a disposição da gestão municipal.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nº de limpezas em locais de acúmulo de resíduos sólidos e entulho.</li> <li>▪ Nº de notificações emitidas.</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos estimados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não se aplica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Custo médio para limpeza de um terreno: R\$8.000,00</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 54 - Programa de Compostagem Municipal**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Programa de Compostagem Municipal</b>
<p><b>Justificativa</b></p> <p>Em Vitória da Conquista, 67,35% dos resíduos encaminhados ao aterro sanitário é matéria orgânica. Esse material, devido ao alto teor de humidade, contribui significativamente para a produção de lixiviado. Tal líquido oferece elevado risco de contaminação ao solo e lençóis freáticos quando não tratado adequadamente, como é o caso de Vitória da Conquista. Além disso, os nutrientes presentes nos resíduos orgânicos podem ser reaproveitados no ecossistema, sendo transformados em adubo através do processo de compostagem. O adubo gerado com a compostagem pode ser destinado a pequenos produtores rurais e a manutenções das áreas verdes públicas e hortas comunitárias, além das residências com jardins e quintais.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Reduzir o volume de resíduos sólidos destinado ao aterro sanitário;</li> <li>▪ Aumentar a vida útil do aterro;</li> <li>▪ Reduzir a produção de lixiviado;</li> <li>▪ Recircular os nutrientes no ecossistema;</li> <li>▪ Auxiliar produtores rurais;</li> <li>▪ Reduzir necessidade de fertilizantes químicos.</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<p>1. ESTÍMULO À COMPOSTAGEM CASEIRA (Individual):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Elaboração de cartilhas de compostagem caseira.</li> <li>▪ Realização de oficinas de compostagem caseira nos bairros, sede dos distritos e localidades rurais.</li> <li>▪ Criar meio de comunicação para sanar dúvidas, divulgar informações e conteúdos e compartilhar experiências.</li> </ul> <p>2. PROGRAMA MUNICIPAL DE COMPOSTAGEM (Coletiva):</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Concepção do programa municipal de compostagem.</li> <li>▪ Cadastrar residências interessadas.</li> <li>▪ Cadastrar feiras, mercados e restaurantes interessados (grandes produtores de resíduos orgânicos).</li> <li>▪ Dispor coletor específico para coleta de resíduos orgânicos nas feiras livres.</li> <li>▪ Distribuir baldes e bambonas para acondicionamento dos resíduos orgânicos.</li> <li>▪ Organizar sistema de coleta desse material, de forma a não se misturar com resíduo comum.</li> <li>▪ Encaminhar material para galpão de compostagem mais próximo</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar ações de informação e sensibilização sobre a compostagem. As ações devem ser contínuas e realizadas em escolas, associações, igrejas, postos de saúde, CRAS e ambientes públicos durante eventos ou dias movimentados.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estruturar distribuição e pontos de venda e doação do adubo produzido.</li> </ul>	
<p><b>Programação e horizonte de implementação</b></p>	<p><b>Agentes envolvidos</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contratação de consultoria ou acessória técnica para elaboração do Plano de Estímulo à Compostagem Caseira, programa Municipal de Compostagem e da cartilha de compostagem.</li> <li>▪ Elaboração do Plano de Estímulo à Compostagem Caseira (PECC), definindo datas, locais e metodologia para as oficinas de compostagem caseira. <u>Prazo:</u> 6 MESES</li> <li>▪ Elaboração da Cartilha de compostagem <u>Prazo:</u> 1 MÊS, iniciando-se junto ao item anterior.</li> <li>▪ Início da realização das ações previstas no Plano PECC. <u>Prazo:</u> 1 MÊS, após finalização do PECC.</li> <li>▪ Elaborar concepção do Programa Municipal de Compostagem (PMC), estabelecendo diretrizes, metas e prazos para realização dos projetos e ações. <u>Prazo:</u> 3 MESES</li> <li>▪ Iniciar implementação do programa conforme previsto. <u>Prazo:</u> 1 MÊS após finalização do PMC.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista</li> <li>▪ Produtores Rurais</li> <li>▪ Municípios</li> </ul>
<p><b>Estratégia de monitoramento</b></p>	<p><b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Alocar equipe fixa para acompanhamento dos PECC e PMC, que deve gerar relatórios mensais de acompanhamento de atividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Volume de Resíduo orgânico coletado</li> <li>▪ Volume de Adubo produzido</li> <li>▪ Volume de Adubo distribuído</li> <li>▪ Volume de Adubo vendido</li> <li>▪ Quantidade de residências e estabelecimentos aderentes ao programa.</li> </ul>
<p><b>Prováveis fontes de financiamento</b></p>	<p><b>Custos estimados</b></p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Recursos próprios da prefeitura e receita gerada com a venda do composto.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contratação de Consultoria ou assessoria técnica durante 6 meses: R\$ 130.000,00 para o período.</li> <li>▪ Realização de 100 oficinas: R\$ 30.000,00</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 55 - Programa de Apoio, Fortalecimento e Implantação De Cooperativas e Iniciativas de Reciclagem**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Programa de Apoio, Fortalecimento e Implantação De Cooperativas e Iniciativas de Reciclagem</b>
<p><b>Justificativa</b></p> <p>O estudo gravimétrico realizado no aterro sanitário de Vitória da Conquista, em 2017, apontou que 28,15% dos resíduos para lá encaminhados corresponde a material reciclável (plástico, papel, papelão, metal e vidro). Considerando que são coletados 215 t/dia, pode-se reciclar cerca de 60 t/dia, 22.090 t/ano. Atualmente, reciclam-se apenas 658,4 t/ano, o que representa 2,98% do potencial calculado.</p> <p>Vitória da conquista contabiliza hoje 1 cooperativa 3 associações, algo em torno de 400 catadores autônomos, 5 empresas intermediárias e 2 indústrias de transformação direta (plástico) sendo que 90% do material recolhido vai para fora do município. Dado o número de catadores autônomos e considerando o baixo preço oferecido pelos atravessadores aos autônomos, e o alto valor cobrado pelos atravessadores para as indústrias, recomenda-se o cooperativismo ou associação dos catadores autônomos, respeitando a Lei 12.305/10 e reduzindo tal forma de exploração.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Diminuir o volume de resíduo que vai para o aterro sanitário e destinações inadequadas;</li> <li>▪ Aumentar a vida útil do aterro sanitário;</li> <li>▪ Gerar renda para famílias em vulnerabilidade social;</li> <li>▪ Reduzir demanda de matéria prima para fabricação.</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Cadastrar os catadores autônomos.</li> <li>▪ Criar mecanismos de incentivo ao cooperativismo ou associação dos catadores, contando com o apoio do programa Mão que Reciclam, que já atua com a esses trabalhadores.</li> <li>▪ Construir galpões para as novas cooperativas, bem como estimular o aumento da capacidade dos galpões existentes.</li> <li>▪ Fiscalizar o cumprimento da Lei 12305/2010 quando a priorização da compra de materiais através de cooperativas.</li> <li>▪ Implantar ecopontos por toda a sede municipal, facilitando a disposição dos resíduos separados em casa.</li> <li>▪ Promover ações informativas sobre o novo programa de reciclagem municipal, orientando os moradores na separação e disposição do resíduo.</li> <li>▪ Estruturar forma de coleta diferenciada para não haver mistura de material reciclável com resíduo comum.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Realizar ações de informação, conscientização e sensibilização sobre a reciclagem. As ações devem ser contínuas e realizadas em escolas, associações, igrejas, postos de saúde, CRAS e ambientes públicos durante eventos ou dias movimentados.</li> <li>▪ Estabelecer parcerias com o programa “mãos que reciclam” da Defensoria Pública.</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>



<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Programa de Apoio, Fortalecimento e Implantação De Cooperativas e Iniciativas de Reciclagem</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>As ações descritas acima podem ser executadas na ordem em que são descritas, podendo a primeira ser iniciada no primeiro semestre de 2020. O programa tem caráter contínuo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista</li> <li>Torre Empreendimentos Rural e Construção, responsável pelo serviço de coleta e operação do aterro sanitário do município.</li> <li>Defensoria Pública, com o programa mãos que reciclam</li> <li>Cooperativas e associações de reciclagem</li> <li>Catadores individuais</li> </ul>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>Recomenda-se que uma equipe da secretaria de Serviços Públicos esteja acompanhando de perto a realização de tais ações, produzindo e publicando relatórios mensais de atividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Nº de catadores cooperativados ou associados.</li> <li>Volume de resíduos encaminhado à reciclagem.</li> <li>Arrecadação das cooperativas e associações.</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos estimados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>BNDES</li> <li>Banco do Brasil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>Implantação de 50 ecopontos de 1.000 litros e 100 de 270 litros pela cidade: R\$ 130.000,00</li> <li>Realização de 80 Ações informativas: R\$ 120.000,00</li> <li>Implantação de Galpões: O custo relacionado está descrito no quadro “Projeto para implantação de novos galpões de triagem”</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 56 - Programa de Acompanhamento e Monitoramento de Varrição e Capinagem**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Programa de Acompanhamento e Monitoramento de Varrição e Capinagem</b>
<p><b>Justificativa</b></p> <p>O Municipal de Vitória da Conquista atualmente não dispõe de mecanismos de controle ou gestão dos serviços de varrição e capinagem. Sendo esse um setor importante para o componente de limpeza pública e manejo de resíduos sólidos, e de grande demanda por parte da população nos eventos participativos, é fundamental que se estabeleçam mecanismos de monitoramento e gestão do serviço prestado, criando base para ampliação e melhoria na prestação do serviço.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Monitorar e gerenciar os serviços de varrição e coleta pública;</li> <li>▪ Criar banco de dados voltado para esse setor.</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Levantamento dos locais onde são realizados varrição e capinagem e a frequência, bem como o número de funcionários que trabalham diretamente com o serviço.</li> <li>▪ Elaborar mapa de cobertura do serviço.</li> <li>▪ Observar em campo demandas de varrição e capinagem.</li> <li>▪ Planejar ampliação da cobertura e aumento da frequência relacionada às observações em campo.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Aquisição de equipamentos e frota necessárias para expandir a prestação do serviço de varrição e capinagem e de coleta. Estima-se ser necessário o acréscimo de 405m<sup>3</sup> em caminhões compactadores e 200m<sup>3</sup> em caçambas de carroça ou de caminhões para que toda a população seja atendida adequadamente.</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ A estruturação do setor vai contar com os profissionais já atuantes na prefeitura e pode-se iniciar no primeiro semestre de 2020.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura municipal de Vitória da Conquista</li> </ul>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O programa em si já se configura como uma estratégia de monitoramento.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quilometragem de ruas atendidas (atualização mensal a título de comparação)</li> <li>▪ Volume de resíduo coletado com o serviço.</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos estimados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Não se aplica</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Sem custos relacionados às ações diretas.</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 57 - Projeto para Implantação de Novos Galpões de Triagem**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Projeto para Implantação de Novos Galpões de Triagem</b>
<b>Justificativa</b> O grande potencial de volume a ser reciclado apresentado em Vitória da Conquista, para ser explorado demanda a instalação de novas infraestruturas, como galpões de triagem. O “Programa de Apoio, Fortalecimento e Implantação de Cooperativas e Iniciativas de Reciclagem”, proposto nesse plano, prevê a criação de novas cooperativas e associações de reciclagem, e conseqüentemente de novos galpões de triagem, possibilitando o funcionamento dessas instituições.	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implantar novos galpões de triagem</li> <li>▪ Aumentar o volume destinado à reciclagem</li> <li>▪ Fortalecer as cooperativas e associações, existente e novas.</li> <li>▪ Gerar renda para famílias em vulnerabilidade social.</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contratação de Consultoria ou assessoria Técnica para elaboração de projeto para captação de recurso.</li> <li>▪ Elaborar projeto para captação de recursos para implantação, ampliação e operacionalização de cooperativas, incluindo a construção de galpões.</li> <li>▪ Pleitear financiamentos ou recursos a fundo perdido de Bancos e instituições Federais.</li> <li>▪ Analisar viabilidade da Prefeitura financiar a construção desses equipamentos.</li> <li>▪ Implantar a infraestrutura e alocar trabalhadores.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Pesquisar fontes de financiamento e editais abertos que possam subsidiar a implantação dos galpões.</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As ações descritas acima podem ser executadas na ordem em que aparecem, podendo a primeira ser iniciada no primeiro semestre de 2020. Espera-se a conclusão <u>em até 2 anos.</u></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura municipal de Vitória da Conquista.</li> <li>▪ Cooperativas e associações de reciclagem.</li> <li>▪ Catadores autônomos.</li> </ul>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ É importante que o projeto se acompanhado por uma comissão constituída por um profissional da prefeitura e um representante de cada cooperativa ou associação, existente ou em processo de criação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nº de Galpões existentes</li> <li>▪ Volume de Resíduos triados</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos estimados</b>

---

---

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Projeto para Implantação de Novos Galpões de Triagem</b>
<ul style="list-style-type: none"><li>▪ BNDES</li><li>▪ Banco do Brasil</li></ul>	<ul style="list-style-type: none"><li>▪ Contratação de consultoria: R\$ 20.000,00</li><li>▪ Implantação de dois galpões de triagem equipados: R\$ 1.000.000,00</li></ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 58 - Nome do Projeto Projetos de Galpão de Compostagem**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Projetos de Galpão de Compostagem</b>
<p><b>Justificativa</b></p> <p>O enorme potencial de produção de adubo através da compostagem de resíduos orgânicos apresentado em Vitória da Conquista, para ser explorado, demanda a instalação de novas estruturas, como galpões de compostagem. O “Programa de Compostagem Municipal” proposto nesse plano, prevê a instalação de galpões de compostagem para a implantação de um serviço coletivo de coleta, transformação e destinação final dos resíduos orgânicos, reciclando os nutrientes no ecossistema e evitando sua disposição no aterro sanitário.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implantação de galpões de compostagem</li> </ul>	
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contratação de Consultoria ou assessoria Técnica para elaboração de projeto e estudos.</li> <li>▪ Elaboração de projeto, contemplando estudo de alocação, equipamentos necessários e dimensionamento.</li> <li>▪ Capacitação de profissionais responsáveis pelo acompanhamento da compostagem</li> <li>▪ Buscar fontes de Financiamento.</li> <li>▪ Fazer análise econômica.</li> <li>▪ Implantar estrutura.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estudar terrenos da prefeitura em que possam ser implantados os galpões de compostagem.</li> </ul>
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ As ações descritas acima podem ser executadas na ordem em que aparecem, podendo a primeira ser iniciada no primeiro semestre de 2020. Espera-se a conclusão <u>em até 2 anos.</u></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista</li> </ul>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ É importante que o projeto seja acompanhado por uma equipe de no mínimo duas pessoas, que possam monitorar as atividades realizadas e as próximas etapas até a implantação do Galpão. Essa equipe deve elaborar e divulgar relatórios mensais de atividades.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Quantidade Galpões implantados.</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos estimados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ BNDES</li> <li>▪ Banco do Brasil</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Contratação de consultoria: R\$ 20.000,00</li> <li>▪ Capacitações dos profissionais: R\$ 60.000,00</li> <li>▪ Implantação de três galpões equipados: R\$ 600.000,00</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

**Quadro 59 - Projeto de Implantação de Usina de Triagem de Resíduos da Construção Civil**

<b>Tema geral:</b>	<b>Infraestrutura</b>	
<b>Nome do Projeto</b>	<b>Projeto de Implantação de Usina de Triagem de Resíduos da Construção Civil</b>	
<b>Justificativa</b>		
<p>A grande geração de resíduos da construção civil em Vitória da Conquista, que impacta diretamente na quantidade de áreas em que se identifica o descarte inadequado de entulho, poderá também ser explorado para geração de renda e matéria-prima reciclada, reduzindo o impacto da atividade na exploração dos recursos naturais. Esse cenário gera uma oportunidade para a implantação de uma Usina de Triagem e Reciclagem de Resíduos da Construção Civil, que poderá atender a toda a região influenciada diretamente pelo município.</p>		
<b>Objetivos</b>		
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Auxiliar na redução de utilização de recursos naturais.</li> <li>▪ Incentivar a geração de renda</li> <li>▪ Incentivar a utilização de matéria-prima reciclada</li> <li>▪ Reduzir área necessária para implantação de aterros</li> <li>▪ Reduzir o acúmulo de entulho em terrenos baldios, atrativo de vetores que podem ocasionar problemas de saúde pública, além de enchentes e assoreamento de rios em épocas de chuva</li> <li>▪ Promover, junto ao setor de construção civil, infraestrutura e obras públicas, a adoção de mecanismos de desempenho socioambiental em projetos e obras</li> </ul>		
<b>Ações diretas</b>	<b>Ações indiretas</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Implantar Galpão de Triagem e Reciclagem com capacidade 300t/dia – área prevista 10.000m<sup>2</sup></li> <li>▪ Adquisição de equipamentos (britador móvel, pá carregadeira, eletroímã, balança, sistema de asperção com água)</li> <li>▪ Definir “bacias de captação” para alocar pontos de recolhimento de entulho e serviço de coleta de entulho</li> <li>▪ Criar instrumentos econômicos e disponibilização de linhas de financiamento para o desenvolvimento de tecnologias voltados à redução da geração de rejeitos e RCC</li> <li>▪ Implantar centro de reciclagem de RCC</li> <li>▪ Realizar inventário da geração, destinação e disposição final de RCC no Município, alimentando banco de dados.</li> <li>▪ Realizar parceria com o setor da construção civil para viabilizar a utilização do agregado reciclado.</li> <li>▪ Estabelecimento de parcerias com os municípios Jequié, Itapetinga, Brumado e Poções para recolhimento de entulho e venda de agregado reciclado</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Estabelecer sistema de controle, fiscalização e monitoramento permanente, visando coibir o descarte irregular de RCC e o surgimento de novas áreas de descarte inadequado</li> <li>▪ Adotar práticas que melhorem o desempenho socioambiental, desde a fase de projeto até a conclusão da obra, passando pela seleção de materiais alternativos, menos impactantes ao ambiente e à saúde humana</li> <li>▪ Implementar iniciativas de construção civil sustentável na Administração Pública</li> <li>▪ Ações de informação ambiental envolvendo geradores e coletores de RCC e nos pontos multiplicadores de informação (posto de saúde, escolas, igrejas, entre outros); e divulgação de informação sobre a utilização de agregados reciclados na construção civil.</li> </ul>	
<b>Programação e horizonte de implementação</b>	<b>Agentes envolvidos</b>	

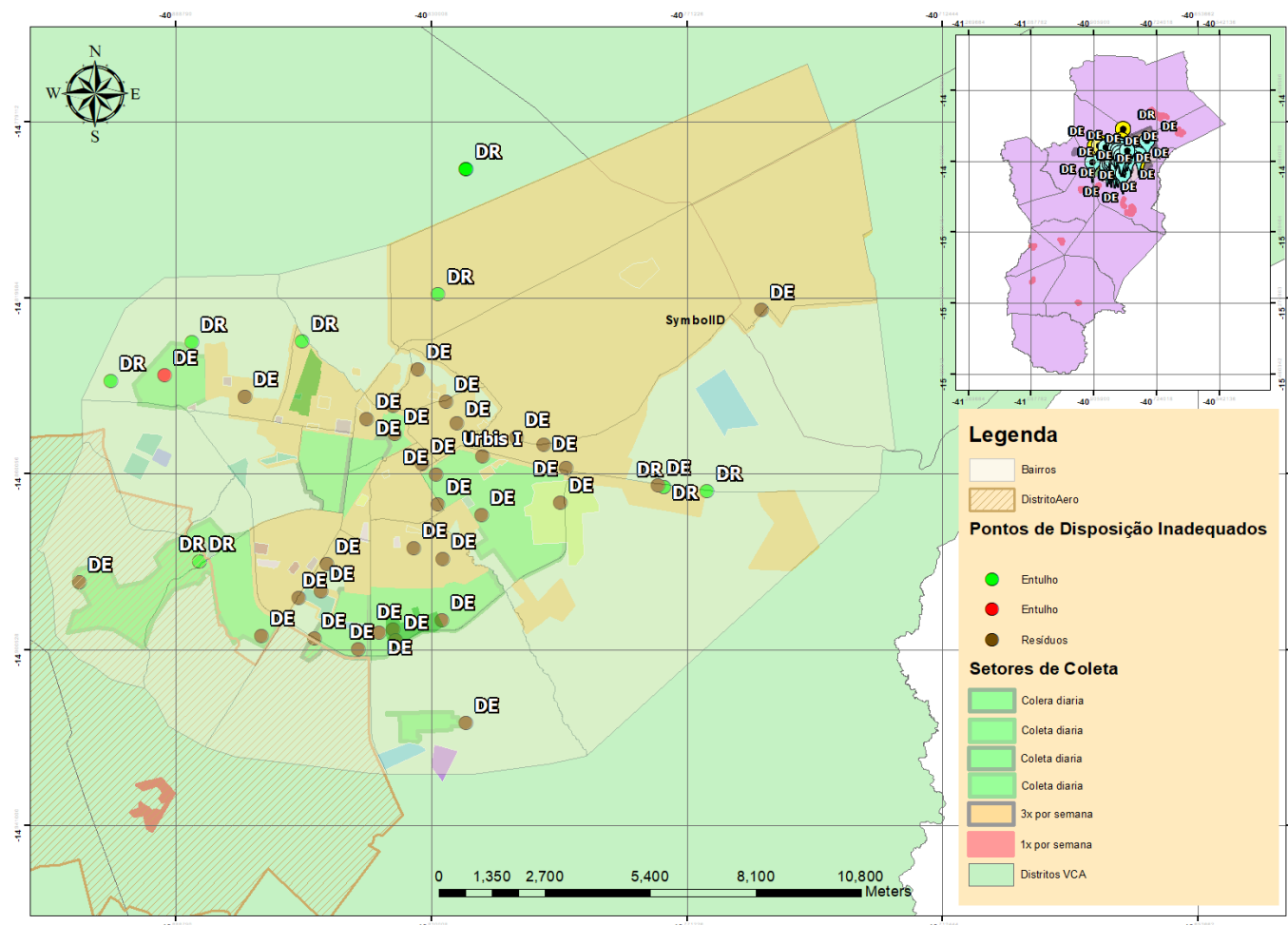


<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ O projeto deve iniciar no primeiro semestre 2020 e trabalhar de forma intensiva até finalizar implementação dos equipamentos em 2021.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Prefeitura municipal de Vitória da Conquista.</li> <li>▪ Torre Empreendimentos Rurais.</li> <li>▪ Emurc</li> <li>▪ Cooperativas</li> <li>▪ Construtas e empreiteiras</li> </ul>
<b>Estratégia de monitoramento</b>	<b>Indicadores para monitoramento e periodicidade de apuração</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ É importante que o projeto seja acompanhado por uma comissão constituída por um profissional da prefeitura e um representante de cada cooperativa ou associação, existente ou em processo de criação.</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Nº de Galpões existentes</li> <li>▪ Volume de Resíduos triados</li> <li>▪ Volume de agregado reciclado produzido</li> <li>▪ Volume de agregado reciclado comercializado</li> </ul>
<b>Prováveis fontes de financiamento</b>	<b>Custos estimados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Ministério do Meio Ambiente</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>▪ Custo médio inicial R\$ 1.387.062,00</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

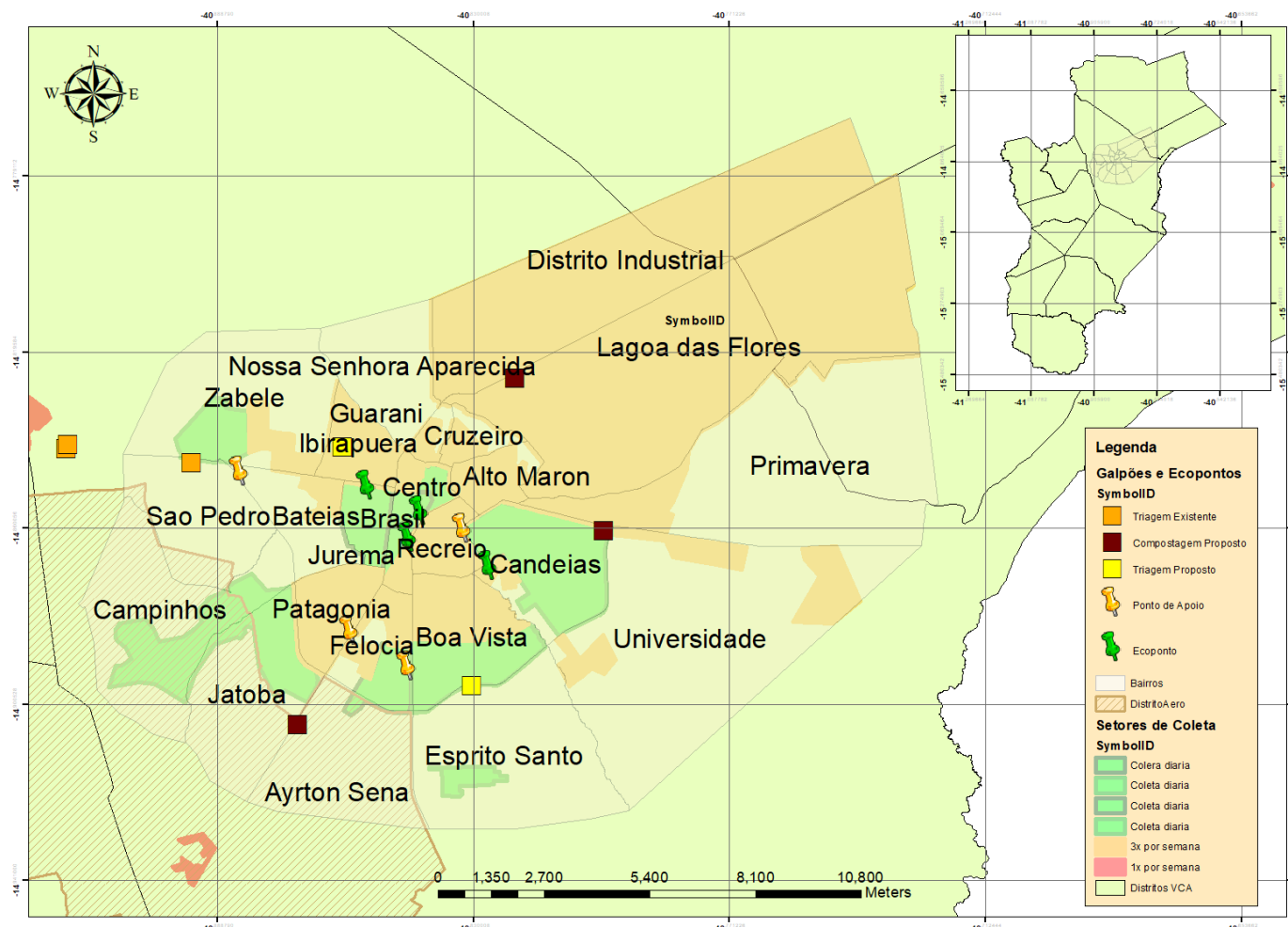
A proposta de ampliação da abrangência da coleta de resíduos sólidos é apresentada na Figura 37, a Figura 38 traz a proposta de implantação de novos galpões de triagem, galpão de compostagem e usina de RCC.

Figura 37 - Proposta de setores e frequência de coleta



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Figura 38 - Proposta de Galpões de triagem, compostagem



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

Os locais indicados para implantação de galpões de triagem de resíduo doméstico, compostagem e triagem de resíduos da construção civil se deu de acordo com os seguintes critérios e consideração:

- **Galpão de triagem de resíduos domésticos recicláveis:** Considerando a existência de dois galpões, indica-se a implantação de mais dois, atendendo ao volume de resíduos gerados em Vitória da Conquista. Os locais escolhidos são os bairros Vila América e Bruno Bacelar, onde há uma grande quantidade de catadores. Por esse motivo, o programa “Mãos que reciclam” da Defensoria Pública do Município, atua nesses bairros, e tal contato com os catadores torna mais acessível o trabalho criar cooperativas, que ocuparão os galpões.
- **Galpão/Centro de compostagem:** Foi feita uma divisão da cidade em três bacias de geração de resíduos orgânicos, alocando um galpão em cada uma, conforme Figura 39. As áreas indicadas são terrenos desocupados, situados às margens da cidade, e com acesso fácil pelas rodovias.
- **Galpão de triagem e Usina de Reciclagem de RCC:** É conveniente que o galpão de triagem desses resíduos esteja alocado próximo à área de aterro de RCC, e a usina de reciclagem próximo a ambos. Além disso, o local deve ter fácil acesso para veículos de grande porte, o que ocorre na área sugerida, que já recebe caminhões com entulhos, e ser próxima aos geradores, que no caso estão localizados na sede municipal, em maioria.

Vale ressaltar que a implantação desses galpões deve obedecer à regulamentação do uso do solo do município. Após conclusão do PDDU, LOUS e código de obras, é necessária a verificação de compatibilidade das áreas sugeridas com a legislação vigente. Além disso, é necessário o estudo de impacto de vizinhança antes da implantação de tais empreendimentos.

Figura 39 - Bacias de Geração de resíduos orgânicos



Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

O Quadro 60 apresenta a síntese de propostas relacionadas ao Saneamento Básico para os distritos de Vitória da Conquista.

**Quadro 60 - síntese de propostas relacionadas ao Saneamento Básico**

Distritos		Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Drenagem e Manejo de águas Pluviais Urbanas	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
Sede Municipal	Sede	Ampliação da rede de distribuição com possível reforço do abastecimento através da captação de água da chuva em reservatórios de detenção de lotes e do sistema de drenagem urbana	Proposta de rede apresentada no mapa correspondente	Ampliação da rede de drenagem nos bairros da região norte, leste e oeste, associada à requalificação dos canais e galerias. Implantação de passagem molhada em Lagoa das Flores e Campinhos. Implantação de jardins de chuva e canais ocultos nos pontos sujeitos a alagamentos frequentes. Utilizar pavimento drenante em loteamentos e ambientes públicos, bem como adoção do reservatório de detenção como condicionante para implantação de novos empreendimentos imobiliários.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
	Localidades rurais	Implantação de cisternas, poços tubulares e ampliação da rede de distribuição existente de acordo com as características da comunidade	Implantação de fossas sépticas e sumidouros, bacias de evapotranspiração (BET), círculo de bananeiras e banheiros secos de acordo com a viabilidade e características da comunidade	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
José Gonçalves	Sede	Ampliação da rede de distribuição existente.	Proposta de ETE compacta e rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária



Distritos		Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Drenagem e Manejo de águas Pluviais Urbanas	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
				e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	apresentada no mapa correspondente
	Localidades rurais	Implantação de cisternas, ampliação da rede de distribuição existente de acordo com as características da comunidade. Requalificação dos sistemas simplificados e manutenção.	Implantação de fossas sépticas e sumidouros, bacias de evapotranspiração (BET), círculo de bananeiras e banheiros secos de acordo com a viabilidade e características da comunidade	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
São Sebastião	Sede	Ampliação da rede de distribuição existente.	Proposta de ETE compacta e rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
	Localidades rurais	Acessoria para manutenção e operação dos sistemas simplificados e cisternas. Ampliação da rede de distribuição e implantação de cisternas de acordo com as	Implantação de fossas sépticas e sumidouros, bacias de evapotranspiração (BET), círculo de bananeiras e banheiros secos de acordo com a viabilidade e características da comunidade	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente

Distritos		Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Drenagem e Manejo de águas Pluviais Urbanas	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
		características de cada comunidade		nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	
Iguá	Sede	Ampliação da rede de distribuição existente.	Proposta de rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
	Localidades rurais	Acessoria para manutenção e operação dos sistemas simplificados e cisternas. Ampliação dos sistemas simplificados e implantação de cisternas de acordo com as características de cada comunidade	Proposta de rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
Pradoso	Sede	Ampliação da rede de distribuição existente.	Proposta de ETE compacta e rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento des	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente

Distritos		Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Drenagem e Manejo de águas Pluviais Urbanas	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
				nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	
	Localidades rurais	Acessoria para manutenção e operação dos sistemas simplificados, poços tubulares e cisternas. Ampliação da rede de distribuição e implantação de cisternas de acordo com as características de cada comunidade	Implantação de fossas sépticas e sumidouros, bacias de evapotranspiração (BET), círculo de bananeiras e banheiros secos de acordo com a viabilidade e características da comunidade	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
Cabeceiras da Jiboia	Sede	Acessoria para manutenção e operação dos sistemas simplificados, poços tubulares e cisternas. Ampliação da implantação de cisternas de acordo com as características de cada comunidade	Proposta de ETE compacta e rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
	Localidades rurais	Acessoria para manutenção e operação dos sistemas simplificados e cisternas. Ampliação da implantação de cisternas de acordo com as características de cada comunidade	Implantação de fossas sépticas e sumidouros, bacias de evapotranspiração (BET), círculo de bananeiras e banheiros secos de acordo com a viabilidade e características da comunidade	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento des	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente

Distritos		Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Drenagem e Manejo de águas Pluviais Urbanas	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
				nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	
Bate Pé	Sede	Ampliação da rede de distribuição existente e implantação de sistema simplificado local com captação em lagoa natural existente	Proposta de ETE compacta e rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
	Localidades rurais	Acessoria para manutenção e operação dos sistemas simplificados e cisternas. Ampliação da implantação de cisternas de acordo com as características de cada comunidade	Implantação de fossas sépticas e sumidouros, bacias de evapotranspiração (BET), círculo de bananeiras e banheiros secos de acordo com a viabilidade e características da comunidade	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
Dantilândia	Sede	Ampliação da rede de distribuição existente, manutenção de poços tubulares e cisternas.	Proposta de ETE compacta e rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento des	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente

Distritos		Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Drenagem e Manejo de águas Pluviais Urbanas	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
	Localidades rurais	Acessoria para manutenção e operação dos sistemas simplificados e cisternas. Implantação de novos sistemas Simplificados e cisternas de acordo com as características de cada comunidade	Implantação de fossas sépticas e sumidouros, bacias de evapotranspiração (BET), círculo de bananeiras e banheiros secos de acordo com a viabilidade e características da comunidade	nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.  Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento des nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
	Sede	Ampliação da rede de distribuição existente.	Proposta de ETE compacta e rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento des nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
São João da Vitória	Localidades rurais	Acessoria para manutenção e operação dos sistemas simplificados, poços tubulares e cisternas. Ampliação rede de distribuição, implantação de cisternas de acordo com as	Implantação de fossas sépticas e sumidouros, bacias de evapotranspiração (BET), círculo de bananeiras e banheiros secos de acordo com a viabilidade e características da comunidade	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento des	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente

Distritos		Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Drenagem e Manejo de águas Pluviais Urbanas	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
		características de cada comunidade		nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	
Veredinha	Sede	Ampliação da rede de distribuição existente.	Proposta de rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento des nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
	Localidades rurais	Acessoria para manutenção e operação dos sistemas simplificados, poços tubulares e cisternas. Ampliação rede de distribuição, implantação de cisternas de acordo com as características de cada comunidade	Implantação de fossas sépticas e sumidouros, bacias de evapotranspiração (BET), círculo de bananeiras e banheiros secos de acordo com a viabilidade e características da comunidade	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento des nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
Inhobim	Sede	Implantação/Ativação de sistema de abastecimento simplificado a partir de captação no rio Pardo identificada.	Proposta de ETE compacta e rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente



Distritos		Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Drenagem e Manejo de águas Pluviais Urbanas	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
				assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	
	Localidades rurais	Acessoria para manutenção e operação dos sistemas simplificados, poços tubulares e cisternas. Implantação de cisternas de acordo com as características de cada comunidade	Implantação de fossas sépticas e sumidouros, bacias de evapotranspiração (BET), círculo de bananeiras e banheiros secos de acordo com a viabilidade e características da comunidade	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
Cercadinho	Sede	Implantação de sistema simplificado com captação no rio Pardo. Melhorias na manutenção, operação e fiscalização do sistemas simplificados com captação subterrânea	Proposta de ETE compacta e rede apresentada no mapa correspondente	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento dos nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente
	Localidades rurais	Acessoria para manutenção e operação dos sistemas simplificados, poços tubulares e cisternas. Implantação de poços tubulares e cisternas de acordo com as características de cada comunidade	Implantação de fossas sépticas e sumidouros, bacias de evapotranspiração (BET), círculo de bananeiras e banheiros secos de acordo com a viabilidade e características da comunidade	Estruturação e manejo de vias vicinais. Recuperação de taludes e vertentes de morros comprometidos por processos degradativos. Manejo adequado das vias que possibilite converter escoamento pluvial que degrada a via e promove o assoreamento des	Proposta de ampliação dos setores de coleta, implantação de galpões de triagem, golpões de compostagem e pontos de coleta voluntária apresentada no mapa correspondente

Distritos		Abastecimento de Água	Esgotamento Sanitário	Drenagem e Manejo de águas Pluviais Urbanas	Limpeza Urbana e Manejo de Resíduos Sólidos
				nascentes e corpos hídricos, em volume de infiltração recarga.	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

## 8.5. PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA

### 8.5.1. Diretrizes Gerais

As diretrizes gerais de planejamento e gestão urbana dizem respeito ao:

- I - Cumprimento da função social da propriedade;
- II - Adensamento dos vazios urbanos;
- III - Proteção e qualificação das áreas de valor ambiental e cultural;
- IV – Efetivação do direito à cidade;
- V – Democratização dos espaços, equipamentos e serviços públicos.
- VI - Qualificação da produção de informações sobre a cidade e democratização do acesso às mesmas;
- VII - Promoção do monitoramento e avaliação das informações e dos instrumentos de gestão da cidade.

### 8.5.2. Diretrizes Específicas

O Quadro 61 traz as diretrizes específicas para a Gestão Ambiental em áreas Urbanas

**Quadro 61 - Diretrizes Específicas: Gestão Ambiental em Áreas Urbanas**

<b>Tema geral:</b>	Meio Ambiente
<b>Tema específico</b>	<b>Gestão Ambiental em Áreas Urbanas</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>As incertezas críticas relativas à gestão ambiental na área urbana de Vitória da Conquista, estão relacionadas ao crescimento urbano e a expansão desordenada, às carências de saneamento básico, descontrole e falta de regulamentação dos usos do solo, à falta de organização e atuação efetiva dos órgãos públicos, instituições e sociedade civil, na gestão e controle do meio ambiente, agravados pelos problemas de vulnerabilidade social existentes no município.</p> <p>Todos esses fatores interferem diretamente no comprometimento da qualidade ambiental das áreas urbanas, com impactos sobre recursos hídricos e solo, sobre áreas verdes e fragmentos de vegetação, e sobre a própria poluição urbana, que é prejudicada pela vulnerabilidade a problemas sociais, pela criminalidade e marginalização, comprometimento da saúde pública pela proliferação de animais vetores de doenças, conflitos de ocupação e usos que estimulam à expansão urbana desordenada em desconformidade com a legislação vigente.</p> <p>Dessa forma, a <u>estratégia proposta para avançar no sentido de melhorar a eficiência da gestão ambiental na área urbana, associa-se especialmente à capacidade gerencial do poder público sobre o processo de uso e ocupação do</u></p>	

<p><u>território, garantindo ampla mobilização e controle social nas etapas de planejamento e implantação de uma política voltada para a qualificação da gestão urbana e ambiental.</u></p>	
<p><b>Diretrizes</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Gestão territorial das atividades de uso e ocupação do solo</li> <li>✓ Revitalização e valorização das áreas verdes, mananciais hídricos, fragmento florestais e outras áreas de relevância ambiental, buscando regulamentar e atuar para o cumprimento da legislação;</li> <li>✓ Garantia de uma atuação mais ativa por parte do município na gestão dos recursos ambientais do seu território;</li> <li>✓ Promover o controle e a participação social por parte da população local, no processo de planejamento e gestão do território de Vitória da Conquista;</li> </ul>	
<p><b>Objetivo geral:</b></p>	<p>Propor ações a serem executadas pelo Poder Público Municipal para efetivar a gestão e o controle dos recursos ambientais no território municipal</p>
<p><b>Objetivos específicos:</b></p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Realizar ações de educação ambiental que orientem e capacitem a população para a sustentabilidade e preservação dos recursos ambientais</li> <li>✓ Realizar junto ao órgão de controle estadual ações de fiscalização e monitoramento sobre conflitos de uso do solo e recursos naturais no ambiente urbano;</li> <li>✓ Promover a revitalização e manutenção dos espaços verdes urbanos,</li> <li>✓ Garantir a participação social democrática no processo de gestão e planejamento ambiental;</li> <li>✓ Implementar e cumprir o zoneamento territorial proposto pelo PDDU</li> </ul>
<p><b>Instrumentos</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Zoneamento Ecológico Econômico do Estado (Estatuto da Cidade/Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Lei de Uso do Solo (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Zoneamento Ambiental Municipal (Estatuto da Cidade)</li> <li>✓ Educação Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Avaliação dos Impactos Ambientais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Zoneamento das Unidades de Conservação Municipais (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Licenciamento Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> <li>✓ Código Florestal Brasileiro</li> <li>✓ Fiscalização Ambiental (Política Estadual de Meio Ambiente e de Proteção à Biodiversidade)</li> </ul>	
<p><b>Planos a serem elaborados</b></p>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de Manejo das Áreas de Conservação</li> </ul>	

<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano de Estruturação do Sistema Viário Distrital</li> <li>✓ Plano de Gestão e Ordenamento Territorial</li> <li>✓ Plano de Recuperação de Áreas Degradadas (PRAD)</li> <li>✓ Plano Urbanístico do Distrito Aeroportuário</li> <li>✓ Plano Municipal de Mineração</li> <li>✓ Plano Municipal de Saneamento Básico</li> </ul>
<b>Programas a serem elaborados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Programa de Valorização sócio-ambiental das Áreas de Conservação</li> <li>✓ Programa de Arborização e Valorização de Áreas Verdes Urbanas</li> <li>✓ Programa de Ação Ambiental</li> <li>✓ Programa de Conservação e Manejo das Águas</li> <li>✓ Programa Produtor de Água (ANA)</li> <li>✓ Programa de Requalificação das Estradas Vicinais</li> <li>✓ Programa de Saneamento Ambiental no Meio Rural</li> <li>✓ Programa de Gestão Ambiental e Ordenamento Territorial</li> </ul>
<b>Projetos a serem elaborados</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Projeto de Educação Ambiental para capacitação de agricultores e agentes multiplicadores</li> <li>✓ Projeto de implementação de Sistema Integrado de Informações Geográficas</li> <li>✓ Criação e conservação de espaços públicos de lazer arborizados e com equipamentos como bancos, parque infantil, academia ao ar livre, entre outros para uso da população.</li> <li>✓ Elaboração do projeto parque do Rio Verruga: o projeto deverá contar com a delimitação da área de preservação do parque, assim como propor um projeto urbano/paisagístico para o local.</li> </ul>

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

O Quadro 62, Quadro 63, Quadro 64, Quadro 65, trazem as diretrizes específicas para a Gestão da Política Urbana.

**Quadro 62 - Diretrizes Específicas: Sistema Municipal de Planejamento Urbano Integrado**

<b>Tema geral:</b>	Gestão da Política Urbana
<b>Tema específico</b>	<b>Sistema Municipal de Planejamento Urbano Integrado</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>O Sistema Municipal de Planejamento Urbano Integrado não fora devidamente efetivado, o que interferiu diretamente na gestão da cidade, vez que o referido Sistema é responsável por definir, articular e orientar as ações estratégicas do governo, no tocante à problemática urbana, além de identificar as necessidades prioritárias de intervenção urbanística, fornecer os subsídios necessários para a definição de diretrizes gerais da política de desenvolvimento municipal, estabelecer os meios de operacionalização do Plano Diretor Urbano e de sua atualização, bem como dos demais planos setoriais, fornecer subsídios para a elaboração de programas e projetos executivos e propiciar a ampla participação da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais na elaboração de propostas de intervenção urbana.</p> <p>Dessa forma, a <u>estratégia proposta para avançar no sentido de melhorar a eficiência do planejamento e gestão urbana municipal, associa-se às adequações propostas na composição e atribuições do Sistema Municipal de Planejamento Urbano Integrado.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Abranger as atividades de Monitoramento e Avaliação no Sistema Municipal de Informações;</li> <li>✓ Alterar o órgão de apoio Núcleo de Acompanhamento e de Impulsão de Projetos Estratégicos, previsto no art. 7º por Câmara Técnica Urbanística permanente;</li> <li>✓ Vincular a Câmara Técnica ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;</li> <li>✓ Atualizar as secretarias que compõem a Coordenação de Gestão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e inclusão da Secretaria de Agricultura e Desenvolvimento Rural, a fim de aumentar a representatividade dos distritos e a importância estratégica da atividade agrícola.</li> <li>✓ Prever plataforma online e vincular o Sistema Municipal de Informações, Monitoramento e Avaliação à Secretaria de Infraestrutura Urbana;</li> <li>✓ Definir acervo do Sistema Municipal de Informações, Monitoramento e Avaliação.</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Propor alterações legais no sistema municipal de gestão da cidade a fim de efetivar sua atuação.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover, além de informações básicas para gestão da cidade, meios de monitoramento e avaliação do PDDU;</li> <li>✓ Promover apoio técnico permanente e qualificado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Definir atribuições específicas para os órgãos que compõem a Coordenação de Gestão do Plano Diretor;</li> <li>✓ Vinculação do Sistema Municipal de Informações, Monitoramento e Avaliação à secretaria de afinidade técnica;</li> <li>✓ Orientar o município quanto ao conteúdo essencial ao Sistema Municipal de Informações, Monitoramento e Avaliação.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
✓ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

#### Quadro 63 - Diretrizes Específicas: Instâncias de participação social

<b>Tema geral:</b>	Gestão da Política Urbana
<b>Tema específico</b>	<b>Instâncias de participação social</b>
<b>Estratégia</b>	
<p>As instâncias de participação social, previstas no PDDU (2006) e essenciais a concretização do direito à cidade, não foram efetivadas, especialmente o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, não tendo também ocorrido a Conferência da Cidade a cada 2 (dois) anos.</p> <p>Dessa forma, a <u>estratégia proposta para avançar no sentido de melhorar a eficiência das instâncias de participação social, associa-se às redefinições propostas para efetivação e melhor funcionamento do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Definir a composição do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;</li> <li>✓ Definir diretrizes para o funcionamento do Conselho, inclusive para a elaboração do Regimento Interno;</li> <li>✓ Definir as atribuições da Câmara Técnica Urbanística;</li> <li>✓ Definir diretrizes para a Conferência da Cidade.</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Efetivar a participação social na gestão da cidade.
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Promover efetividade ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano;</li> <li>✓ Garantir a realização da Conferência Municipal da Cidade a cada 2 anos;</li> <li>✓ Promover apoio técnico permanente e qualificado ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
✓ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

#### Quadro 64 - Aplicação dos instrumentos de gestão da cidade

<b>Tema geral:</b>	Gestão da Política Urbana
--------------------	---------------------------

Tema específico	Aplicação dos instrumentos de gestão da cidade
<b>Estratégia</b>	
<p>A ausência de aplicação de instrumentos de gestão da cidade, em especial os da política urbana, contribuiu para a falta de controle no crescimento da cidade, que ocorreu preponderantemente de forma espontânea, resultando em diversos vazios urbanos e espaços sem cumprimento da função social da propriedade.</p> <p>Dessa forma, a <u>estratégia proposta para avançar no sentido de melhorar a eficiência dos instrumentos de gestão da cidade, associa-se à instituição de instrumentos da política urbana previstos no Estatuto da Cidade, além de outros como impostos, cotas, coeficientes, fundos e títulos.</u></p>	
<b>Diretrizes</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Fazer cumprir a função social da propriedade e adensar os vazios urbanos, através da aplicação do IPTU Progressivo, Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios (PEUC) e Desapropriação com Pagamento em Dívidas Públicas;</li> <li>✓ Incluir espécie de ZEIS caracterizada por vazio urbano (imóveis não edificados, vazios ou subutilizados);</li> <li>✓ Isentar de IPTU as áreas urbanas e rurais com destinação agrícola;</li> <li>✓ Definir condições para o benefício do IPTU Verde;</li> <li>✓ Inserir a Transferência do Direito de Construir (Transcon) como alternativa à desapropriação de áreas de utilidade pública, como APPs, locais para espaços públicos, acessos ou vias.</li> <li>✓ Definir os critérios para a Outorga Onerosa do Direito de Construir e os Coeficientes de Aproveitamento;</li> <li>✓ Inserir previsão de pagamento por serviços ambientais;</li> <li>✓ Inserir Cota de Bairros para descentralização da implantação dos espaços, equipamentos e serviços públicos;</li> <li>✓ Definir diretrizes para aplicação dos instrumentos da política urbana em áreas de valor ambiental;</li> <li>✓ Definir Coeficiente de Permeabilidade para áreas de alagamento e obrigatoriedade de drenagem nas margens das vias;</li> <li>✓ Definir percentual do Fundo de Meio Ambiente ou do futuro Fundo de Desenvolvimento Urbano (FUNDURB) para a ligação das residências inseridas nas áreas dos espaços ambientalmente protegidos, incluídos os da zona de amortecimento (3km), na rede de esgotamento sanitário;</li> <li>✓ Instituir a Lei do IPTU Progressivo.</li> </ul>	
<b>Objetivo geral:</b>	Efetivar o cumprimento da função social da propriedade e adensar os vazios urbanos
<b>Objetivos específicos:</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Efetivar os instrumentos da política urbana;</li> <li>✓ Promover mais espaços públicos de qualidade;</li> <li>✓ Promover aumento na segurança pública;</li> <li>✓ Qualificar os espaços públicos;</li> <li>✓ Proteger e qualificar áreas de valor ambiental;</li> <li>✓ Incentivar práticas e usos ambientalmente amigáveis;</li> <li>✓ Democratizar os espaços, equipamentos e serviços públicos.</li> </ul>
<b>Instrumentos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano</li> </ul>	

Fonte: Fundação Escola Politécnica da Bahia – FEP (2019)

### **8.5.3. Diretrizes para a Gestão da Cidade**

#### **8.5.3.1 Da abrangência do PDDU**

- I. Aplicar a lei do Plano Diretor na totalidade do município, sendo determinante para todos os agentes públicos e privados que atuam em seu território;
- II. Compatibilizar os seguintes planos e normas com os objetivos, diretrizes e prioridades do PDDU: Plano Plurianual; Lei de Diretrizes Orçamentárias; Lei Orçamentária Anual; Plano de Metas; Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, Planos de Bairros, planos setoriais de políticas urbano-ambientais (inclusive o Plano Municipal de Saneamento Básico e o Plano Municipal de Mobilidade Urbana) e demais normas correlatas.

#### **8.5.3.2 Dos instrumentos indutores da função social da propriedade**

- I. Exigir do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado, ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento, edificação ou utilização compulsórios; II - Imposto Predial e Territorial Urbano Progressivo no Tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública;
- II. Considerar todos os imóveis não edificados, subutilizados, ou não utilizados como passíveis de aplicação dos instrumentos indutores do uso social da propriedade, especialmente os vazios urbanos e as áreas de influência dos eixos de mobilidade urbana;
- III. Não aplicar os instrumentos indutores do uso social da propriedade enquanto o terreno não tiver acesso à infraestrutura básica, assim definida pela legislação federal de parcelamento do solo urbano, ressalvados os casos em que os equipamentos urbanos ali estabelecidos possam ser exigidos no processo de licenciamento;
- IV. Aplicar as tipificações relacionadas à metragem, apenas aos imóveis não edificados originários de desmembramentos aprovados após a publicação da nova lei do PDDU ou se no caso de somados a outros contíguos do mesmo proprietário perfeçam área superior à estabelecida;

- V. Excluir das categorias de não edificados ou subutilizados os imóveis que abriguem atividades que não necessitem de edificação para suas finalidades, com exceção de estacionamentos, as Unidades de Conservação, as Áreas de Preservação Permanente (APP), as Áreas de Valor Ambiental Urbano e as Áreas de Proteção Histórico-Cultural; e as que estejam nestas condições devido a impossibilidades jurídicas momentaneamente insanáveis pela simples conduta do proprietário, e apenas enquanto estas perdurarem;
- VI. Regulamentar, em legislação posterior, as exceções acerca dos imóveis não edificados ou subutilizados
- VII. Quando se tratar de edificação constituída por unidades autônomas para fins residenciais ou não residenciais, a não utilização será aferida pelo percentual de ocupação;
- VIII. A desocupação dos imóveis poderá ser comprovada, por meio de consulta às concessionárias, pela não utilização ou pela interrupção do fornecimento de serviços essenciais como água, luz e gás.

#### **8.5.3.2.1. Do parcelamento, edificação e utilização compulsórios**

- I. Sujeitar os imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados ao parcelamento, edificação e utilização compulsórios;
- II. Notificar os proprietários dos imóveis não parcelados, não edificados ou subutilizados que terão de apresentar, no prazo exigido, pedido de aprovação e execução de projeto de parcelamento ou edificação desses imóveis, conforme o caso;
- III. Caso o proprietário alegue como impossibilidade jurídica a inviabilidade de ocupação do imóvel não utilizado em razão de normas edilícias, o Executivo poderá conceder prazo, a partir da notificação, exclusivamente para promover a regularização da edificação se possível, nos termos da legislação vigente, ou a sua demolição, fluindo a partir de então prazo igual para apresentação de projeto de nova edificação ou documentação relativa à regularização do imóvel;
- IV. Transferir as obrigações de parcelamento, edificação ou utilização sem interrupção de quaisquer prazos nos casos de transmissão do imóvel, por ato “inter vivos” ou “causa mortis”, posterior à data da notificação;

- V. Averbar as notificações na matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis e efetuar o cancelamento uma vez promovido, pelo proprietário, o adequado aproveitamento do imóvel.

#### **8.5.3.2.2. Do IPTU Progressivo no Tempo**

- I. Aplicar alíquotas progressivas de IPTU majoradas anualmente pelo prazo de 5 (cinco) anos consecutivos até atingir a alíquota máxima de 15% (quinze por cento) nos casos em que os proprietários dos imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados que não cumpram as obrigações nos prazos estabelecidos;
- II. Aplicar alíquota a cada ano igual ao dobro do valor da alíquota do ano anterior;
- III. Adotar a alíquota de 15% (quinze por cento) a partir do ano em que o valor calculado venha a ultrapassar o limite estabelecido;
- IV. Manter a cobrança do Imposto pela alíquota majorada até que se cumpra a obrigação de parcelar, edificar, utilizar o imóvel ou que ocorra a sua desapropriação;
- V. Vedar a concessão de isenções, anistias, incentivos ou benefícios fiscais relativos ao IPTU Progressivo;
- VI. Suspender quaisquer isenções do IPTU incidentes em um dado imóvel quando o proprietário for notificado para o parcelamento, edificação ou utilização compulsórios;
- VII. Aplicar a legislação tributária vigente no Município de Vitória da Conquista, observadas as alíquotas previstas para o IPTU Progressivo;
- VIII. Lançar o IPTU sem a aplicação das alíquotas previstas, após comprovado o cumprimento da obrigação de parcelar, edificar ou utilizar o imóvel.

#### **8.5.3.2.3. Da desapropriação mediante pagamento em títulos da dívida pública**

- I. Proceder à desapropriação, com pagamento em títulos da dívida pública, dos imóveis que não tenham cumprido a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso, decorrido o prazo de 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo;
- II. Emitir títulos da dívida pública com prévia aprovação do Senado Federal, resgatados no prazo de até dez anos, em prestações anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais, nos termos do art. 8º da Lei Federal nº 10.257, de 2001;

- III. Após encerrado o prazo de 5 (cinco) anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo, publicar o respectivo decreto de desapropriação do imóvel em até 1 (um) ano, salvo em caso de ausência de interesse público na aquisição, que deverá ser devidamente justificada;
- IV. Não proceder à desapropriação de imóvel que se enquadre de forma diversa da prevista no PDDU, contanto que a emissão de títulos da dívida pública tenha sido previamente autorizada pelo Senado Federal;
- V. Após adjudicada a propriedade do imóvel à Prefeitura, esta deverá determinar a destinação urbanística do bem, vinculada à implantação de ações estratégicas do Plano Diretor, ou iniciar o procedimento para sua alienação ou concessão, nos termos do art. 8º do Estatuto da Cidade;
- VI. Caso o valor da dívida relativa ao IPTU supere o valor do imóvel, a Prefeitura deverá proceder à desapropriação do imóvel e, na hipótese de não ter interesse público para utilização em programas do Município, poderá aliená-lo a terceiros;
- VII. Manter para o adquirente ou concessionário do imóvel as mesmas obrigações de parcelamento, edificação ou utilização previstas nesta lei;
- VIII. Destinar os recursos auferidos nos casos de alienação do imóvel ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano ou ao Fundo Municipal de Habitação Social, enquanto o primeiro não estiver ativo.

#### **8.5.3.2.4. Da lista de imóveis notificados em razão do descumprimento da função social**

- I. Disponibilizar ao público para consulta a listagem e localização dos imóveis cujos proprietários foram notificados em razão do descumprimento da função social da propriedade, na Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, bem como em portal eletrônico oficial do Executivo e no Sistema de Informações, Monitoramento e Avaliação do município;
- II. Publicar uma primeira versão da listagem no prazo de 6 (seis) meses, contado a partir da promulgação da lei do PDDU;
- III. Reter o imóvel na listagem até que o proprietário promova seu parcelamento, edificação ou utilização, conforme o caso, ou imissão na posse pelo Poder Público;
- IV. Elaborar listagem com, no mínimo, as seguintes informações: I - endereço do imóvel; II - data da notificação; III - identificação do instrumento para cumprimento da função social aplicado no momento; IV - data de início da aplicação do respectivo



instrumento; V - data de protocolo, junto ao órgão competente, do pedido de aprovação e execução de projeto de parcelamento ou edificação desses imóveis, se o caso; VI - data da expedição do alvará de execução do projeto, se o caso; VII - data da comunicação da ocupação do imóvel, se o caso; VIII - data da comunicação da conclusão do parcelamento do solo, ou da edificação do imóvel ou da primeira etapa de conclusão de obras na hipótese de empreendimentos de grande porte, se o caso;

- V. No caso de o imóvel se encontrar na fase de aplicação de IPTU Progressivo no Tempo, a listagem também deverá conter: I - data da primeira aplicação de alíquota progressiva, com a respectiva alíquota; e II - valor da alíquota de cada ano subsequente;
- VI. No caso de o imóvel se encontrar na fase de aplicação de desapropriação mediante pagamento da dívida pública, a listagem também deverá conter: I - data da publicação do respectivo decreto de desapropriação do imóvel; II - data de propositura de ação de desapropriação; III - data da efetiva imissão na posse; IV - destinação do imóvel; V - justificativa da ausência de interesse na aquisição do imóvel;
- VII. Tão logo decorram os prazos previstos sem que o proprietário cumpra as obrigações neles estabelecidas, a Prefeitura deverá atualizar as informações presentes na listagem;
- VIII. Realizar levantamento para identificar os imóveis que se caracterizem como não edificados, subutilizados ou não utilizados, especialmente os que integram os vazios urbanos e as áreas de influência dos eixos de mobilidade urbana;
- IX. Analisar indicações de imóveis e áreas feitas pelos Conselhos e por pessoas físicas e jurídicas.

#### **8.5.3.2.5. Do consórcio imobiliário**

- I. Realizar consórcios imobiliários para fins de viabilizar financeiramente o aproveitamento de imóveis que estejam sujeitos ao parcelamento, edificação e utilização compulsória, independentemente da notificação a seus proprietários;
- II. Promover o aproveitamento do imóvel que receber, diretamente ou por outra modalidade admitida em lei;
- III. O proprietário que transferir seu imóvel à Prefeitura para a realização de consórcio imobiliário receberá, como pagamento, unidades imobiliárias devidamente

- urbanizadas ou edificadas com valor correspondente ao valor do imóvel antes da execução das obras de urbanização e edificação;
- IV. O valor de referência a ser considerado para a realização do pagamento deverá refletir o valor de referência para pagamento de outorga onerosa, descontado o montante incorporado em função das obras realizadas na área onde se localiza o imóvel transferido para a realização do consórcio imobiliário;
  - V. Excluir do cálculo as expectativas de ganhos, lucros cessantes e juros compensatórios, bem como eventuais custos para a recuperação da área em razão da existência de passivos ambientais;
  - VI. Proceder ao aproveitamento adequado das unidades imobiliárias que lhe cabem, resultantes do consórcio imobiliário, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, contados a partir da sua incorporação ao patrimônio público;
  - VII. Não suspender, em razão de proposta de consórcio imobiliário, os prazos estipulados aos imóveis sujeitos ao parcelamento, edificação e utilização compulsórios;
  - VIII. Regulamentar os procedimentos acerca da aceitação das propostas de consórcio imobiliário e viabilização dos ajustes;
  - IX. O Poder Executivo poderá adotar programas que objetivem a aproximação entre proprietários notificados para o parcelamento, edificação e utilização compulsórios e agentes econômicos interessados em empreendimentos imobiliários ou da construção civil, respeitados os princípios que regem a administração.

#### **8.5.3.2.6. Do direito de preempção**

- I. A Prefeitura poderá exercer o direito de preempção, nos termos da legislação federal, para aquisição de imóvel urbano objeto de alienação onerosa entre particulares sempre que necessitar de áreas para cumprir os objetivos e implantar as ações prioritárias do Plano Diretor;
- II. O direito de preempção poderá ser exercido sempre que o Poder Público necessitar de áreas para: I - execução de programas e projetos habitacionais de interesse social; II - regularização fundiária; III - constituição de reserva fundiária; IV - ordenamento e direcionamento da expansão urbana; V - implantação de equipamentos urbanos e comunitários; VI - criação de espaços públicos de lazer ou áreas verdes; VII - criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas

- de interesse ambiental; VIII - proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico;
- III. Definir em lei os imóveis ou áreas que estarão sujeitos à incidência do direito de preempção, definindo, de logo, aqueles com potencial para servir de espaço coletivo de suporte à vida na cidade, indicados no PDDU;
  - IV. Definir preferência do município na aquisição dos imóveis sujeitos ao direito de preempção, no prazo de cinco anos;
  - V. Dar publicidade à incidência do direito de preempção e instituir controles administrativos para possibilitar a eficácia do instrumento, podendo utilizar, dentre outros meios, o controle por meio de sistemas informatizados, averbação da incidência do direito de preempção na matrícula dos imóveis atingidos e declaração nos documentos de cobrança do IPTU;
  - VI. No caso de existência de terceiros interessados na compra do imóvel, o proprietário deverá comunicar sua intenção de alienar onerosamente o imóvel ao órgão competente da Prefeitura em até 30 (trinta) dias, contados da celebração do contrato preliminar entre o proprietário e o terceiro interessado;
  - VII. A declaração de intenção de venda do imóvel deve ser apresentada com os seguintes documentos: I - proposta de compra apresentada pelo terceiro interessado na aquisição do imóvel, na qual constarão preço, condições de pagamento e prazo de validade; II - endereço do proprietário, para recebimento de notificação e de outras comunicações; III - certidão de inteiro teor da matrícula do imóvel, expedida pelo Cartório de Registro de Imóveis da circunscrição imobiliária competente; IV - declaração assinada pelo proprietário, sob as penas da lei, de que não incidem quaisquer encargos e ônus sobre o imóvel, inclusive os de natureza real, tributária ou pessoal reipersecutória;
  - VIII. Recebida a declaração de intenção de venda, a Prefeitura deverá manifestar, por escrito, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, o interesse em exercer a preferência para aquisição do imóvel;
  - IX. A manifestação de interesse da Prefeitura na aquisição do imóvel conterà a destinação futura do bem a ser adquirido, vinculada ao cumprimento dos objetivos e ações prioritárias do Plano Diretor;
  - X. A Prefeitura fará publicar, em órgão oficial e em pelo menos um jornal local ou regional de grande circulação, edital de aviso da declaração de intenção de venda

recebida e da intenção de aquisição do imóvel nas condições da proposta apresentada;

- XI. Findo o prazo de 30 (trinta) dias para manifestação da Prefeitura, é facultado ao proprietário alienar onerosamente o seu imóvel ao proponente interessado nas condições da proposta apresentada sem prejuízo do direito da Prefeitura de exercer a preferência em face de outras propostas de aquisições onerosas futuras dentro do prazo legal de vigência do direito de preempção;
- XII. Concretizada a venda a terceiro, o proprietário fica obrigado a entregar ao órgão competente da Prefeitura cópia do instrumento particular ou público de alienação do imóvel dentro do prazo de 30 (trinta) dias após sua assinatura, sob pena de pagamento de multa diária;
- XIII. Concretizada a venda do imóvel a terceiro com descumprimento ao direito de preempção, a Prefeitura promoverá as medidas judiciais cabíveis para anular a comercialização do imóvel efetuada em condições diversas da proposta de compra apresentada pelo terceiro interessado, bem como imitir-se na posse do imóvel sujeito ao direito de preempção que tenha sido alienado a terceiros apesar da manifestação de interesse da Prefeitura em exercer o direito de preferência;
- XIV. Em caso de anulação da venda do imóvel efetuada pelo proprietário, a Prefeitura poderá adquirir-lo pelo valor da base de cálculo do Imposto Predial e Territorial Urbano ou pelo valor indicado na proposta apresentada, se este for inferior àquele;
- XV. Estabelecer outras sanções pelo descumprimento das normas relativas ao direito de preempção em lei.

#### **8.5.3.2.7. Da arrecadação de bens abandonados**

- I. Arrecadar, como bem vago, o imóvel que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que se não encontrar na posse de outrem, e após três anos incorporar a propriedade aos bens do Município, conforme estabelece a legislação federal;
- II. Poderá haver arrecadação pelo Município de imóvel abandonado quando ocorrerem as seguintes circunstâncias: I - o imóvel encontrar-se vago, sem utilização e sem responsável pela sua manutenção, integridade, limpeza e segurança; II - o proprietário não tiver mais a intenção de conservá-lo em seu patrimônio; III - não estiver na posse de outrem; IV - cessados os atos de posse,

- estar o proprietário inadimplente com o pagamento dos tributos municipais incidentes sobre a propriedade imóvel;
- III. O imóvel que passar à propriedade do Município em razão de abandono poderá ser empregado diretamente pela Administração, para programas de habitações de interesse social, de regularização fundiária, instalação de equipamentos públicos sociais ou de quaisquer outras finalidades urbanísticas. Este instrumento pode ser especialmente utilizado no Programa Municipal de Habitação Social;
  - IV. Não sendo possível a destinação indicada no artigo anterior em razão das características do imóvel ou por inviabilidade econômica e financeira, o bem poderá ser alienado e o valor arrecadado destinado ao Fundo Municipal de Habitação para a aquisição de terrenos e glebas.
  - V. O procedimento para arrecadação poderá ter início de ofício ou mediante denúncia, que informará a localização do imóvel em cujos atos de posse tenham cessado;
  - VI. Para dar seguimento ao procedimento de arrecadação, sugere-se à Prefeitura: I - abrir processo administrativo que deverá conter os seguintes documentos: a) requerimento ou denúncia que motivou a diligência; b) certidão imobiliária atualizada; c) certidão positiva de existência de ônus fiscais municipais; d) outras provas do estado de abandono do imóvel, quando houver; e) cópias de ao menos 3 (três) notificações encaminhadas ao endereço do imóvel ou àquele constante da matrícula ou transcrição imobiliária; II - realizar atos de diligência, mediante elaboração de relatório circunstanciado contendo a descrição das condições do imóvel; III - confirmar a situação de abandono, com a lavratura do respectivo Auto de Infração e a instrução de processo administrativo.

#### **8.5.3.2.8. Do direito de superfície**

- I. O Município poderá receber em concessão, diretamente ou por meio de seus órgãos, empresas ou autarquias, o direito de superfície de bens imóveis para viabilizar a implementação de ações e objetivos previstos no PDDU, inclusive mediante a utilização do espaço aéreo e subterrâneo;
- II. O Município poderá ceder, mediante contrapartida de interesse público, o direito de superfície de seus bens imóveis, inclusive o espaço aéreo e subterrâneo, com o objetivo de implantar as ações e objetivos previstos no PDDU, incluindo instalação de galerias compartilhadas de serviços públicos e para a produção de utilidades energéticas.

#### **8.5.3.2.9. Da outorga onerosa do direito de construir**

- I. A Prefeitura poderá outorgar onerosamente o direito de construir correspondente ao potencial construtivo adicional mediante contrapartida financeira a ser prestada pelos beneficiários, nos termos dos arts. 28 a 31 e seguintes do Estatuto da Cidade, e de acordo com os critérios e procedimentos estabelecidos no PDDU;
- II. Os recursos auferidos com as contrapartidas financeiras oriundas da outorga onerosa de potencial construtivo adicional deverão ser destinados ao Fundo Municipal de Desenvolvimento Urbano – FUNDURB;
- III. Considerar o potencial construtivo adicional como bem jurídico dominical, de titularidade da Prefeitura, com funções urbanísticas e socioambientais;
- IV. Monitorar permanentemente e publicar relatórios periódicos acerca do impacto na infraestrutura e no meio ambiente advindo da utilização do potencial construtivo adicional;
- V. Definir em lei a contrapartida financeira à outorga onerosa de potencial construtivo adicional, utilizando a seguinte fórmula para calcular o valor da “arrecadação financeira municipal” (CV):  $CV = AT \cdot (CAE - CAB) \cdot IPTU \cdot M$ , sendo CV = Contrapartida Financeira; AT = Área Do Terreno; CAE = Coeficiente De Aproveitamento Do Empreendimento; CAB = Coeficiente Básico Do Terreno; Iptu = Valor Do Iptu; M = Margem De Arrecadação (%).
- VI. Estabelecer prazo de 06 (meses) para regulamentação do instrumento em lei específica;
- VII. Estabelecer fator de redução da contrapartida financeira à outorga onerosa para empreendimentos que adotem tecnologias e procedimentos construtivos sustentáveis, considerando, entre outros: I - o uso de energias renováveis, eficiência energética e cogeração de energia; II - a utilização de equipamentos, tecnologias ou medidas que resultem redução significativa das emissões de gases de efeito estufa ou ampliem a capacidade de sua absorção ou armazenamento; III - o uso racional e o reuso da água; IV - a utilização de materiais de construção sustentáveis.
- VIII. Prever isenções para imóveis de utilidade pública e para a produção de habitação social;
- IX. Para facilitar a aplicação do instrumento da Outorga Onerosa, e evitar eventuais prejuízos ao mercado imobiliário, alguns municípios instituíram a modalidade do pagamento parcelado em até 12 vezes.



---

---

#### **8.5.3.2.10. Da transferência do direito de construir**

---

- I. Considerar a transferência do direito de construir como corresponde ao potencial construtivo passível de ser utilizado em outro local, prevista nos termos do art. 35 da Lei Federal nº 10.257, de 2001 - Estatuto da Cidade e disciplinada em lei municipal;
- II. Autorizar a transferência do potencial construtivo de imóveis urbanos privados ou públicos, para fins de viabilizar: I - a preservação de bem de interesse histórico, paisagístico, ambiental, social ou cultural; II - a execução de melhoramentos viários; III - a implantação de parques planejados; IV - a preservação de áreas de propriedade particular, de interesse ambiental; V - programas de regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda; e VI - programas de provisão de Habitação de Interesse Social;
- III. A Prefeitura poderá requerer imóveis para o atendimento às finalidades previstas neste artigo, oferecendo como contrapartida ao proprietário a possibilidade de transferência do potencial construtivo do bem doado, nas condições previstas no PDDU;
- IV. A transferência prevista nos casos em que não houver doação do imóvel cedente, fica condicionada às disposições previstas em lei, em especial ao atendimento às providências relativas à conservação do imóvel cedente, e caso estas providências não forem tomadas, o proprietário do imóvel ficará sujeito às sanções cabíveis;
- V. O controle da transferência de potencial construtivo será realizado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana, que expedirá, mediante requerimento, Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência e Certidão de Transferência de Potencial Construtivo;
- VI. Nos casos em que a doação for proposta pelo proprietário, deverá ser avaliada a conveniência e o interesse público no recebimento da área;
- VII. Nos casos de desapropriação amigável, com a concordância do proprietário, os bens poderão ser indenizados exclusivamente mediante a transferência do potencial construtivo;
- VIII. Quando o imóvel cedente apresentar estado de conservação inadequado ou insatisfatório, deverá ser exigida do proprietário a adoção de medidas de restauro ou de conservação, estando a expedição da certidão de transferência de potencial construtivo condicionada à verificação das condições de conservação e preservação do imóvel cedente;

- 
- IX. Considerar passíveis de receber o potencial construtivo transferido, até o limite do potencial construtivo máximo, os imóveis localizados em áreas onde o coeficiente de aproveitamento máximo for maior que 1,0 (um), desde que não estejam localizados nos perímetros de abrangência das operações urbanas consorciadas em vigor;
- X. Considerar possível a expedição de sucessivas Certidões de Transferência de Potencial Construtivo derivadas de uma mesma Declaração de Potencial Construtivo Passível de Transferência.

#### **8.5.3.3 Da gestão democrática da cidade e reestruturação administrativa**

- I. Instituir o Sistema Municipal de Planejamento Urbano Integrado, com os objetivos de: I - Definir, articular e orientar as ações estratégicas do governo, no tocante à problemática urbana; II - Identificar as necessidades prioritárias de intervenção urbanística do Município; III - Fornecer os subsídios necessários para a definição de diretrizes gerais da política de desenvolvimento municipal; IV - Estabelecer os meios de operacionalização do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e de sua atualização, bem como dos demais planos setoriais; V - Fornecer subsídios para a elaboração de programas e projetos executivos; VI - Propiciar a ampla participação da sociedade civil organizada e dos movimentos sociais na elaboração de propostas de intervenção urbana;
- II. Compor o Sistema Municipal de Planejamento pelas seguintes instâncias operacionalizadoras: I - Coordenação de Gestão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano; II - Sistema Municipal de Informações, Monitoramento e Avaliação; III - Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano; IV - Câmara Técnica Urbanística; V - Conferência da Cidade;
- III. Compor a Coordenação de Gestão do Plano Diretor Urbano, instância de coordenação do Poder Executivo, pelos seguintes Órgãos: I - Secretaria de Governo; II - Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana; III - Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana; IV - Secretaria Municipal de Serviços Públicos; V - Secretaria

Municipal de Desenvolvimento Social; VI - Secretaria Municipal do Meio Ambiente;  
VII - Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural;

- IV. A Coordenação de Gestão do Plano Diretor Urbano será responsável pela implementação do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e de sua atualização, que deve ocorrer, no máximo, a cada dez anos, e terá, dentre as suas atribuições, as de manter a população informada e o sistema de informação, monitoramento e avaliação da cidade atualizado, podendo ainda elaborar propostas de lei para alteração da legislação urbanística e encaminhar aqueles de iniciativa popular.

#### **8.5.3.3.1. Do Sistema Municipal de Informações, Monitoramento e Avaliação da Cidade**

- I. O Sistema Municipal de Informações, Monitoramento e Avaliação da Cidade, consolidará as informações básicas para o planejamento municipal e será vinculado à Secretaria de Infraestrutura Urbana;
- II. Caberá ao Sistema Municipal de Informações a produção, coleta, sistematização e divulgação das informações de interesse para o planejamento municipal e urbano, incluindo indicadores e a guarda de bases documentais e cartográficas;
- III. O acervo do Sistema Municipal de Informações compreenderá: I - mapeamento de investimentos, projetos e programas públicos das diversas secretarias, órgãos descentralizados e concessionárias previstos nos respectivos orçamentos, bem como de seu efetivo dispêndio por etapas de realização; II - cadastro e mapeamento de licenciamentos de projetos, programas e empreendimentos públicos e privados com sua localização geográfica e em seus estágios de aprovação, execução e sua conclusão; III - mapeamento e caracterização de remoções e fluxo de moradores removidos previstos, em curso e sua evolução temporal; IV - mapeamento do uso e ocupação da terra, de seus usos predominantes, e da distribuição espacial dos parâmetros urbanísticos como coeficientes de aproveitamento aprovados; V - séries históricas de dados socioeconômicos que subsidiem a elaboração de Planos Regionais e de Desenvolvimento de Bairro; VI - os Termos de Compromisso Ambiental, Termos de Ajustamento de Conduta e dos processos de licenciamento e fiscalização ambiental; VII - quantidades de áreas gravadas em cada tipo de ZEIS e dos empreendimentos executados e em processo de licenciamento; VIII - As informações sobre operações de serviços públicos, em especial, sobre o transporte público de passageiros, saúde, educação, segurança, habitação, cultura, esportes

e lazer; IX - O cadastro Imobiliário Urbano; X - O cadastro das áreas ocupadas pelas atividades agropecuárias; XII - A mapoteca e registro histórico-fotográfico do Município; XIII - A Lei do Plano Plurianual, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e as Leis do Orçamento Anual; XIV - As informações geoambientais do território municipal; XV - A legislação urbana; XVI - As fontes de poluição e degradação ambiental; XV - As informações sobre a estrutura e o funcionamento da Administração Municipal; XVI - As informações socioeconômicas sobre o Município, em especial, sobre a demografia, emprego e renda; XVII - O zoneamento fiscal imobiliário; XVIII - As informações sobre o uso e a ocupação do solo; XIX – Os indicadores de monitoramento do PDDU, Planos Setoriais, Planos Urbanísticos e outros instrumentos de planejamento.

#### **8.5.3.3.2. Da gestão do saneamento básico**

- I. Criar Grupo de Trabalho para estudo das alternativas de arranjo institucional, contendo os representantes das secretarias que compõem a Coordenação de Gestão do PDDU, representante da Agência Reguladora Municipal e do chefe de governo;
- II. Considerar nas alternativas de arranjo institucional para o saneamento básico as diretrizes para os arranjos de gestão descentralizada, quem importam especialmente à zona rural, bem como diretrizes para a estruturação da Agência Reguladora de Vitória da Conquista;
- III. A parcela municipal não delegada à concessionária deverá ser atendida diretamente pelo município ou delegada à federação de associações para a gestão descentralizada do saneamento básico através das associações comunitárias, especialmente na zona rural;
- IV. Elaborar o Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB) e revisá-lo em prazo não superior a 4 (quatro) anos, anteriormente à elaboração do Plano Plurianual);
- V. O arranjo institucional para a gestão do saneamento básico municipal deverá abarcar todas aquelas competências e atividades indelegáveis ou não delegadas pelo poder público, sendo recomendado ainda: I - Definir órgão(s) de planejamento do saneamento básico; II - Definir competências para os órgãos integrantes do arranjo; III - Considerar em sua estrutura órgão de apoio à gestão descentralizada do saneamento rural; IV - Definir órgão responsável pela implementação das ações, programas e projetos do PMSB.

### 8.5.3.3.3. Da Agência Reguladora Municipal

- I. A Agência Reguladora Municipal deverá: I - arrecadar da concessionária taxa de regulação e fiscalização; II - Instituir Ouvidoria; III – Realizar concurso público; IV - Instituir Câmaras Técnicas Especializadas de apoio à tomada de decisão; V - Implantar tecnologias IOT para o monitoramento dos serviços de saneamento básico; VI – Capacitar tecnicamente os servidores da Agência para utilização de novas tecnologias de monitoramento e fiscalização; VII – Verificar o cumprimento dos planos de saneamento por parte dos prestadores de serviços, na forma das disposições legais, regulamentares e contratuais.

### 8.5.3.4 Quadro resumo acerca da aplicação dos instrumentos indutores da função social da propriedade

INSTRUMENTO	APLICAÇÃO	SITUAÇÃO
<b>Parcelamento, edificação e utilização compulsórios (PEUC)</b>	Imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados	Vazios urbanos em áreas dotadas de infraestrutura com área acima de 500,00m <sup>2</sup> ; ZEIS de vazios.
<b>IPTU Progressivo no Tempo</b>	Imóveis não edificados, subutilizados e não utilizados que não cumpram as obrigações nos prazos estabelecidos	Vazios urbanos em áreas dotadas de infraestrutura com área acima de 500,00m <sup>2</sup> .
<b>Desapropriação mediante o pagamento em títulos da dívida pública</b>	Imóveis que não tenham cumprido a obrigação de parcelar, edificar ou utilizar, conforme o caso, decorrido o prazo de 5 anos de cobrança do IPTU Progressivo no Tempo	Vazios urbanos em áreas dotadas de infraestrutura com área acima de 500,00m <sup>2</sup> .  Imóveis passíveis de implantação de ações estratégicas do Plano Diretor.
<b>Consórcio imobiliário</b>	Viabilização financeira de imóveis que estejam sujeitos ao PEUC	Vazios urbanos em áreas dotadas de infraestrutura e ZEIS de vazios

<b>Direito de preempção</b>	Imóveis de suporte à vida na cidade	Programas e projetos habitacionais de interesse social; regularização fundiária; constituição de reserva fundiária; ordenamento e direcionamento da expansão urbana; implantação de equipamentos urbanos e comunitários; criação de espaços públicos de lazer ou áreas verdes; criação de unidades de conservação ou proteção de outras áreas de interesse ambiental; proteção de áreas de interesse histórico, cultural ou paisagístico.
<b>Arrecadação de bens abandonados</b>	Imóvel que o proprietário abandonar, com a intenção de não mais o conservar em seu patrimônio, e que não se encontrar na posse de outrem	Programas de habitações de interesse social e de regularização fundiária (Programa Municipal de Habitação Social), instalação de equipamentos públicos sociais ou de quaisquer outras finalidades urbanísticas.
<b>Direito de superfície</b>	Imóveis para viabilizar a implementação de ações e objetivos previstos no PDDU	Ações e objetivos previstos no PDDU, incluindo instalação de galerias compartilhadas de serviços públicos e para a produção de utilidades energéticas.
<b>Outorga onerosa do direito de construir</b>	Imóveis com potencial construtivo adicional (bem jurídico dominical, de titularidade da Prefeitura).	Imóveis com potencial construtivo adicional em zonas previstas no PDDU.
<b>Transferência do direito de construir</b>	Imóveis urbanos privados Áreas Doadoras: Zeis, unidades de conservação e outras áreas de interesse ambiental, áreas de	Imóveis para fins de preservação de bem de interesse histórico, paisagístico, ambiental, social ou cultural; execução de melhoramentos viários; implantação



	<p>interesse para equipamentos públicos/coletivos.</p> <p>Áreas Receptoras: Áreas prioritárias de ocupação com potencial de adensamento avaliada conforme disponibilidade e capacidade da infraestrutura.</p>	<p>de parques planejados; preservação de áreas de propriedade particular, de interesse ambiental; programas de regularização fundiária e urbanização de áreas ocupadas por população de baixa renda; e programas de provisão de Habitação de Interesse Social</p>
--	---	---

#### 8.5.4. Planos, Programas, Projetos e Ações

Quadro 65 - Programas e Projetos: Programa Municipal de Habitação Popular

<b>Tema geral:</b>	Gestão da Política Urbana
<b>Nome do Programa</b>	<b><i>Programa Municipal de Habitação Popular</i></b>
<b>Descrição</b>	
<p>Consiste em ações e esforços direcionados para garantir a continuidade do Programa Municipal de Habitação Popular, instituído pela Lei nº 1.186/2003, através da redefinição e instuição de novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).</p>	
<b>Justificativa</b>	
<p>O Programa assegura a alocação adequada de espaços, equipamentos e serviços públicos, reduzindo, no Município de Vitória da Conquista, o déficit habitacional das famílias desprovidas de moradia própria, e contribuindo para a superação das desigualdades sociais.</p>	
<b>Objetivos</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Propiciar a oferta de condições dignas de moradia;</li> <li>✓ Promover a melhoria das unidades residenciais;</li> <li>✓ Promover a regularização urbanística, imobiliária e fundiária dos aglomerados de habitações ocupadas por populações de baixa renda.</li> </ul>	
<b>Projetos e Programas Associados</b>	
<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ <b>PLHIS – Plano Local de Habitação de Interesse Social;</b></li> <li>✓ Programa “Casa Legal”.</li> </ul>	

### 8.5.5. Orientações para a Revisão da Legislação

Diretrizes do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano (PDDU) que importam ao

- **Código de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo e de Obras e Edificações (LOUS) do município de Vitória da Conquista (Lei nº1.481/2007):**

Para articulação das Unidades Espaciais de Planejamento:

- a) zoneamento municipal (Art.5º, caput e parágrafo único da LOUS);
- b) núcleos urbanos (Art.6º da LOUS);
- c) restrições zonais para empreendimentos e atividades (Art.4º, caput e I, da LOUS);
- d) diretrizes e categorização de vias (Art. 40 e 42 da LOUS);
- e) instrumentos de política urbana (Art. 104, parágrafo único, da LOUS); e
- f) parâmetros urbanísticos para a Licença de Localização Simplificada para obras de uso residencial, em Zonas predominantemente residenciais e de ZEIS (Art. 117 da LOUS)
- g) expansão, adensamento e consolidação da ocupação;
- h) loteamentos de interesse social (Art.7º,2 e Art.16 da LOUS); e
- i) Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) (Art.34 da LOUS).

- **Política Municipal de Habitação Popular do município de Vitória da Conquista (Lei nº 1.186/2003):**

Para evitar a ocorrência de extinção do Programa Municipal de Habitação Popular:

- a) Definição os bens públicos de uso comum do povo para transfência de bens patrimoniais disponíveis do Município para fins da regularização fundiária;
- b) Atualização da Lei do Programa Municipal de Habitação Popular, especialmente após o Decreto nº19.008 de 14 de novembro de 2018, onde o município de Vitória da Conquista passou a adotar, com fundamento no art.15, I, c/c art.23, § 4º, ambos da Lei nº 13.465/2017, o instrumento da legitimação fundiária para transferir direitos reais no âmbito da Regularização Fundiária Urbana em substituição à concessão de direito real ou especial de uso;
- c) Levantamentos qualitativos e quantitativos dos dados habitacionais do município;

- d) Planejamento orçamentário para construção de novas residências e/ou loteamentos com infraestrutura e equipamentos públicos;
- e) Realização de Parcerias Público-Privadas para a construção de moradias de Interesse Social, inclusive através de Consórcio Imobiliário, detalhado no item 8.5.3.2.5

A revisão da legislação municipal correlata deverá observar ainda a Lei Federal 13.465/17, no que concerne à regularização fundiária urbana e rural.